

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE

DISSERTAÇÃO

“EM QUALQUER CHÃO: SEMPRE GAÚCHO!”
A Multiterritorialidade do migrante “gaúcho” no Mato Grosso

BETTY NOGUEIRA ROCHA

2006



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE**

“EM QUALQUER CHÃO: SEMPRE GAÚCHO!”
A Multiterritorialidade do migrante “gaúcho” no Mato Grosso

BETTY NOGUEIRA ROCHA

Sob orientação da Professora
Maria José Teixeira Carneiro

Dissertação submetida como requisito
parcial para obtenção do grau de
Magister Scientiae em
Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade

Seropédica, RJ
Março de 2006

304.8098165

R672e

T

Rocha, Betty Nogueira

“Em qualquer chão: sempre gaúcho!”: a multiterritorialidade do migrante “gaúcho” no Mato Grosso / Betty Nogueira Rocha – 2006.

157 f.

Orientador: Maria José Teixeira Carneiro.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 186-198.

1. Migração - Gaúchos - Teses. 2. Identidade social - Gaúchos - Mato Grosso - Teses. 3. Lucas do Rio Verde [Mato Grosso] - Teses. 4. Multiterritorialidade - Teses. I. Carneiro, Maria José Teixeira. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE**

BETTY NOGUEIRA ROCHA

Dissertação submetida ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, como requisito parcial para obtenção do grau de **Magister Scientiae em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM / /

Dr^a Maria José Teixeira Carneiro
(Orientadora)

Dr^a Silvana Gonçalves de Paula
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Dr. Ruben George Oliven
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho àquelas pessoas que, de alguma maneira, se encontrarão nas páginas desta dissertação.

À minha querida e inesquecível vó Zilda Pereira Nogueira, fonte inspiradora deste trabalho, uma verdadeira “matucha” com quem aprendi muito sobre a vida e em quem me espelho todos os dias, pelo exemplo de mãe, amiga e mulher; com quem eu gostaria de dividir este momento, mas o destino não permitiu... (in memoriam).

À Erenita Nogueira Rocha, mãe, amiga e parceira de emoções e conquistas. Obrigado por ter deixado tantas vezes de realizar os teus sonhos para que eu pudesse realizar os meus. Obrigado por ser minha mãe...

Ao meu pai Anápio Ferreira da Rocha, por ter tantas histórias pra contar, por ter me ensinado desde cedo que devemos ter pensamento positivo e não desistir no primeiro obstáculo, afinal, não está morto quem peleia.

Mãe e pai obrigado por me ensinarem a escrever as páginas da minha história...

À minha irmã Dóris Nogueira Rocha, mana obrigado por ser minha amiga, confidente e desde tão cedo confiar em mim. Nossa infância, nossas brincadeiras, nossos sonhos compartilhados estarão pra sempre na minha memória.

Ao meu marido Edilson da Silva, amigo e companheiro, obrigado por entender a minha ausência, pela dedicação e amor sem os quais este trabalho não seria possível. Marido eu te amo...

AGRADECIMENTOS

Não sou a *Mulher Maravilha*, mas estou me sentindo como tal. Não tenho *Um Homem de um Bilhão de Dólares*, mas tenho ao meu lado *Um Homem Fora de Série*. Não sou integrante da *Família Adams*, mas tenho uma *Grande Família*. Não sou uma *Garota Genial*, porém tenho *Bons Companheiros*. Já estive quase *À Beira de Um Ataque de Nervos*, pois achei que tinha entrado numa *Missão Impossível* e ficaria *Á Espera de Um Milagre* para colocar um ponto final nesta dissertação. Em alguns momentos entrei em *Pânico (I, II e III)* e quase deixei minha *Professora Aloprada*. Mas como o *Sol é para Todos* e o nosso *Destino* é quase sempre *Cruzado*, peço que perdoem o meu astral cinematográfico, que tenham paciência ou então que fiquem *De Olhos Bem Fechados* já que, *A Partilha desta História Sem fim*, requer muitos e necessários agradecimentos.

É sempre tão difícil de agradecer, pois nem sempre as palavras conseguem expressar o carinho e gratidão que sentimos quando chegamos neste estágio da dissertação. De antemão, quero que saibam que apenas palavras não serão suficientes para demonstrar o quão sou imensamente grata a cada um de vocês.

Primeiramente, quero agradecer à minha sogra, Engraciana da Silva, e ao meu sogro, José da Silva pelo incentivo, energia positiva e por entenderem os motivos que me fizeram “abandonar” seu filho por longos e intermináveis meses. Obrigado por tudo!

Ao meu irmão Régis Nogueira Rocha, meu afilhado Arthur e sua esposa Milena pelo incentivo e pela torcida.

Obrigado à toda gauchada, hoje “matuchos”, da família Nogueira. A história de cada um de vocês, em alguma medida, incentivou este trabalho.

Agradeço a minha orientadora Maria José Carneiro, a quem também dedico este trabalho, por ter me acolhido de maneira tão cordial, compreendendo os meus medos, dúvidas, anseios e limitações me incentivando a desnaturalizar tudo aquilo que a minha vivência e história de vida teimavam em naturalizar. Muito obrigado!

Ao professor Luiz Flávio Carvalho, meu orientador no início deste processo, que me recebeu com tanto carinho e dedicação tornando amena e leve a minha fase de adaptação no Rio de Janeiro e no CPDA. Obrigado!

Aos professores do CPDA Roberto Moreira, Eli Napoleão, Regina Bruno, Renato Maluf, Hector Alimonda, pelas reflexões realizadas durante as disciplinas e, em especial, aos professores John Comerford e Sérgio Leite que fizeram parte da minha banca de qualificação me tencionando na busca de um estranhamento e me concedendo importantes caminhos interpretativos. Ao corpo docente do CPDA, pois, apesar de não ter sido aluna de todos os professores, o ambiente do curso permite esta relação estreita de amizade. Obrigado a todos!

Aos professores e, em especial, aos meus orientadores da graduação em economia na Universidade Federal de Mato Grosso, José Manual Marta e Fernando Tadeu de Miranda Borges por sempre me incentivarem e fazerem parte da minha história. Obrigado.

Aos colegas do curso de mestrado, pelo aprendizado contínuo em todos os espaços de convivência. Agradeço a todos de coração.

Faço um especial agradecimento aos amigos Fernando Abrantes, Andréa Rente, Sandro Leão, Eduardo Rosas, Mônica Mello, Biancca Castro, Sílvia Zimmermann, Simone Alves, Beatris Duqueviz, Arthur Albuquerque, Renata Éboli, Omar Souza, Carlos Chacho, Alcides Ricotto, Valter Oliveira, Alessandra Barros, Cristina Justi e Ismael Toledo pelos fortes laços de afeto e amizade que nos une. Obrigado pela sua amizade!

Aos funcionários do CPDA, Teresa, José Carlos e Carol, obrigado! À um "cepedeano" que não tem vínculo formal com o CPDA, mas expressa seu sentimento de pertencimento ao grupo com a sua amizade e dedicação em todos os momentos, valeu Ilson!

Agradeço a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq por financiar a bolsa de estudos e possibilitar-me o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao professor Rogério Haesbaert e a todos os colegas do Núcleo de Pesquisas sobre Regionalização e Globalização – NUREG da Universidade Federal Fluminense por terem me proporcionado um importante espaço de troca de idéias e reflexões conjuntas. Obrigado por me acolherem.

Quero dividir a alegria deste momento com todos aqueles que um dia foram meus alunos na graduação da Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT, na Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, na União das Faculdades de Tangará da Serra – UNITAS e na Companhia de Teatro Cena Onze de Barra do Bugres, saibam que vocês são parte importante deste processo.

Aos informantes e amigos luverdenses que se mostraram gentis e acolhedores tornando meu primeiro trabalho de campo uma experiência prazerosa e gratificante devido a hospitalidade com que fui recebida. Um agradecimento especial à Cooperlucas e ao Instituto Padre João Peter por possibilitarem o acesso e pesquisa no seu acervo; às famílias Vendrúsculo, Capelletto, Valcanaia, Callai, Brumiere, Lawinsch, Carpenedo, Franz, Manfil, Paiva, Pagotto, Nunes, Angeli, Lima e Malheiros pela generosidade em compartilharem seus acervos pessoais e histórias de vida; em especial à família Vendrúsculo que também disponibilizou seu acervo de fotos de família. Muito Obrigado!!!

Aos meus amigos Airton Callai, Quelen Ganezini e Miguel Ganezini pela amável disponibilidade em compartilhar conhecimentos e por me acolherem durante a pesquisa de campo.

Por fim, agradeço aos “gaúchos” (ou matuchos) de Lucas de Lucas do Rio Verde por me receberem de braços e portas abertas sempre me esperando com um chimarrão, afinal, a vida é como o mate, cura cevando...

RESUMO

ROCHA, Betty Nogueira. **“Em qualquer chão: sempre gaúcho!” – A multiterritorialidade do migrante “gaúcho” no Mato Grosso.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.

O esforço empreendido nesta pesquisa foi o de investigar como se dá o processo de territorialização do migrante “gaúcho” no norte do estado de Mato Grosso. O fio condutor desta análise é a (re)construção da identidade gaúcha informada pela auto-imagem deste grupo social que se vê como desbravador, pionero e empreendedor que, ao deixar seu território de origem, carrega consigo, em sua bagagem, todo um cabedal de representações e referenciais sócio-culturais que são acionados no território de adoção como marca distintiva de sua territorialidade. Trata-se de um estudo de caso a partir da história de vida e da memória dos migrantes “gaúchos” que saíram da região sul do país tendo como ponto de atração o lugar que hoje é sede do município de Lucas do Rio Verde. O caminho investigativo aponta para um eixo analítico que tem por referencial a noção de poder simbólico, onde a identidade social do grupo interfere e é decisiva na constituição de novos territórios. É através de todo um aparato simbólico utilizando-se de elementos espaciais, representações ou símbolos que o “gaúcho” constitui a sua identidade territorial, ou seja, dá ou revela um aspecto homogeneizador ao território em que vive, mesmo que distante de sua terra natal, capaz de conferir ao grupo uma determinada coesão e força (simbólica). Neste sentido, um processo de constituição de um território envolve, dialeticamente, um movimento indissociável de desterritorialização e de re-territorialização que ocorre em escalas distintas e pode ser melhor compreendido a partir do conceito de multiterritorialidade. Esta incursão investigativa tem por objetivo compreender as práticas (sociais e culturais) e representações que foram selecionadas por este ator social, o “gaúcho”, para imprimir a sua identidade neste novo território e demonstrar que há uma interdependência, que não pode ser ignorada, entre as relações sócio-culturais dos migrantes e o padrão de apropriação e organização territorial em diferentes escalas.

Palavras-chaves: migração, identidade gaúcha, multiterritorialidade, Mato Grosso, Lucas do Rio Verde

ABSTRACT

ROCHA, Betty Nogueira. **“In any ground: always gaúcho!” – The multiterritoriality of the “gaúcho” migrant in Mato Grosso.** Dissertation (Master in Development, Agricultura and Society). Institute of Human and Social Sciences (Instituto de Ciências Humanas e Sociais). Department of Development, Agriculture and Society. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.

The effort undertaken in this research was to investigate how the process of installation of the “gaucho” migrant in the north of Mato Grosso State happens. The basis of the analysis is the (re)construction of the gaúcha identity informed by the self-image of this social group which sees itself as an explorer, a pioneer and an enterprising that, leaving its origin territory, takes with it, in its baggage, a set of socio-cultural representations and references which are recovered in the new territory as a characteristic mark of its territoriality. It is about a case study from the life history and the “gaúchos migrants” memory who left the south region of the country going to a place which nowadays is the seat of the district of Lucas do Rio Verde. The research points to an analysis which has as reference the notion of symbolic power in which the group social identity interferes and is decisive in the constitution of new territories. It is through a symbolic array, using spacial elements, representations or symbols, that the “gaucho” constitutes his territorial identity, that is, he gives or reveals an aspect which homogenizes the territory where he lives, even if far from his homeland, able to give the group a certain cohesion and power (symbolic). In this way, a constitution process of a territory involves, dialectically, an indissoluble movement of unisntallation and reinstallation which happens in different scales and can be better understood from the concept of multiterritoriality. This dissertation has the aim of understanding the customs (social and cultural) and representations which were selected by this social actor, the “gaucho”, to print his identity in this new territory and to demonstrate that there is an interdependency which cannot be ignored among the socio-cultural relationships of the migrants and the standard of appropriation and territorial organization in different scales.

Keywords: migration, gaúcha identity, multiterritoriality, Mato Grosso, Lucas do Rio Verde.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

BANRISUL - Banco do Estado do Rio Grande do Sul
BASAGRO – Companhia Brasileira de Participação Agro-industrial
BEC – Batalhão de Engenharia e Construção
BR – Rodovia Brasileira
CAMPO – Companhia de Promoção Agrícola
CBTG – Confederação Brasileira de Tradicionalismo Gaúcho
CEMAT – Centrais Elétricas Matogrossense
CIRAD - Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement.
COBAL – Companhia Brasileira de Alimentos
COOPERLUCAS – Cooperativa Agropecuária Mista de Lucas do Rio Verde
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CREDILUCAS - Cooperativa de Crédito de Lucas do Rio Verde
CTG - Centro de Tradições Gaúcha
DTC – Departamento de Terras e Colonização
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Mato Grosso
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EXPOLUCAS - Exposição Agropecuária, Comercial e Industrial de Lucas do Rio Verde
FBC – Fundação Brasil Central
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERMAT – Instituto de Terras de Mato Grosso
JADECO - Japan-Brazil Agricultural Development Corporation
MSN - Messenger
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTG – Movimento Tradicionalista Gaúcho
NDIHR – Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional
PA – Pará
PAC – Projeto de Assentamento Conjunto
PAD – Projeto de Assentamento Dirigido
PAR – Projeto de Assentamento Rápido
PEA – Projeto Especial de Assentamento
PEC - Projeto Especial de Colonização e
PIN – Programa de Integração Nacional
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PR – Paraná
PRODECER – Programa Nipo-brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento do Cerrado
Projeto Integrado de Colonização – PIC
PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte
e Nordeste
PSF – Posto de Saúde da Família
RS – Rio Grande do Sul
SAEE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SC – Santa Catarina
SPI – Serviço de Proteção ao Índio
UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
O trajeto trilhado.....	11
A escolha do universo de pesquisa.....	12
De mala e cuia: a inserção em campo.....	13
As condições da pesquisa e o caminho metodológico.....	16

CAPÍTULO I LUCAS DO RIO VERDE: A DIALÉTICA DA COLONIZAÇÃO

1.1. Colonização Dirigida no Brasil 1750-1930: uma breve contextualização.....	18
1.2. Colonização Dirigida no Mato Grosso.....	20
1.3. Caracterização sócio-econômica de Lucas do Rio Verde.....	24
1.4. Lucas do Rio Verde: Diferenciação social e a contradição entre o “ter” e o “não ser”	31

CAPÍTULO II “GAÚCHO” É BICHO CARPINTEIRO

2.1. Sair, mudar, migrar: o entrevero da mudança.....	54
2.2. “Quem anda pra trás é caranguejo”: O migrante “gaúcho” e a sua condição provisório-permanente.....	56
2.3. “Gaúcho é bicho carpinteiro”.....	58
2.4. “Aqui só tem gaúcho!”: Rede de parentesco na migração.....	66

CAPÍTULO III IDENTIDADE “GAÚCHA” NO MATO GROSSO DESFAZENDO AS MALAS E ARRUMANDO A BAGAGEM

3.1. O guardião do passado heróico.....	69
3.2. O ser “gaúcho” longe dos pagos.....	76
3.3. Desbravador e pioneiro.....	81
3.4. Mudança de habitus: do espírito “pioneiro” ao “empreendedor”	92
3.5. Entre panelas, tampas e cuias: a bagagem sócio-cultural da identidade gaúcha.....	96
3.6. “Ah! Eu sou gaúcho”: O orgulho de ser gaúcho.....	102

CAPÍTULO IV A MULTITERRITORIALIDADE DO MIGRANTE “GAÚCHO” NO MATO GROSSO

4.1. Territorialização e Multiterritorialidade “gaúcha”	108
4.2. A Revolução Farroupilha no cerrado matogrossense.....	109
4.3. “Em qualquer chão: sempre gaúcho!”: O símbolo do Movimento Tradicionalista Gaúcho do Mato Grosso.....	119
4.4. A festa como expressão de sociabilidade e de territorialidade gaúcha.....	122
4.5. Lucas do Rio Verde: a cidade e seu ordenamento espacial.....	134

CONSIDERAÇÕES (IN)CONCLUSIVAS

Identidade e Territorialidade “Gaúcha”: Um Caleidoscópio de Facetas Mil.....	139
--	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	144
ANEXOS.....	157

INTRODUÇÃO

Desde que me conheço por gente lembro-me de ter morado em várias cidades, em casas e bairros diferentes, passando por diversas escolas. A origem da minha família é assim: itinerante. Até que em meados da década de 1990 meus pais resolveram migrar. No início tal idéia pareceu-me absurda, afinal mudar de cidade, de casa, de escola, até mesmo de amigos, tudo isso já havia se tornado uma constante em minha vida, mas mudar de estado? Isso, definitivamente, não parecia algo sensato aos olhos de uma adolescente cheia de sonhos e expectativas. Mas foi o que, de fato, aconteceu.

Arrumamos as malas, nos enchemos de esperanças de que “dias melhores viriam”. Terra nova, gente nova, cultura nova. Tudo novo! Vida nova... Foi com esta expectativa que cheguei a Mato Grosso, mais especificamente em Cuiabá, capital do estado. No entanto, para a minha surpresa, logo nos primeiros meses percebi que nem tudo era diferente, pois a grande maioria das pessoas que faziam parte do meu círculo de amizade era de origem gaúcha. Algo impressionante e instigante, pois, apesar de estarmos há muitos quilômetros de distância dos pampas gaúchos, nossa rotina e estilo de vida era muito semelhante ao que tínhamos no Rio Grande do Sul. Assim, minha trajetória migrante circunstanciou a escolha da temática desenvolvida nesta pesquisa.

Este trabalho tem como objetivo compreender as práticas (culturais e sociais) e representações selecionadas pelos “gaúchos”, para imprimir a sua identidade neste novo território. Proponho-me analisar a ocupação de “gaúchos” na porção meridional da Amazônia Legal (região norte do Estado de Mato Grosso) como um processo de re-territorialização. Ao sair da sua terra o migrante deixa pra trás toda uma constituição de vida e de relação com o meio, todavia, por mais des-territorializado (e re-territorializado) que ele possa parecer a olhos nus, sempre carrega consigo, em sua bagagem, as imagens e lembranças de sua terra, de seus referenciais sócio-culturais e da sua relação com o território de origem.

Neste sentido, este estudo parte do princípio proposto por Haesbaert (1995) de que, através de um processo de re-territorialização novos territórios são criados pelo migrante “gaúcho” através da apropriação política e/ou simbólica do espaço imprimindo sua identidade na construção de novas territorialidades, muito embora, o destino deste migrante seja visto, unilateralmente, como des-territorializador. A densificação do tecido social do território devido aos fluxos contínuos de migração permitiu o surgimento de novas cidades no cenário matogrossense, fazendo despontar imagens até então incomuns como a roda de chimarrão nas praças, sobrenomes de origem alemã e italiana, o xote e o vaneirão tocando nas rádios, novas formas de organização da produção e da relação com a terra e uma série de outras representações trazidas nas bagagens desses migrantes “gaúchos” engrossando o caldo de cultura desta região.

O trajeto trilhado...

Cheguei no CPDA carregando na minha bagagem dois sentimentos muito distintos que, naquela circunstância, estavam entrelaçados: a alegria e o receio. “Alegria” porque estava realizando um sonho, um objetivo de vida ao ingressar num renomado programa de mestrado de uma universidade pública e federal, um privilégio, infelizmente, para poucos. “Receio” porque esta seria minha primeira experiência no âmbito das ciências sociais já que minha formação inicial foi em economia. Este “receio” em muitas ocasiões ofuscou a “alegria”, pois creio ter passado por um processo de “metamorfose intelectual” já que os autores, as abordagens, o campo temático, enfim, era tudo muito novo, instigante e, ao mesmo tempo, desafiador.

Quando da minha entrada no CPDA já tinha clareza da temática que pretendia estudar: a migração de “gaúchos” para o norte matogrossense. Além da importância do tema se justificar, dentre outros fatores, pela intensificação do fluxo migratório para diversas regiões do país, sobretudo, para o Mato Grosso, era preciso considerar a influência direta do tema com a minha história de vida.

Inicialmente, do Rio Grande do Sul minha família migrou para o Paraná fixando-se na cidade de Londrina, localizada ao norte do estado. Foi lá que eu nasci apesar de, durante grande parte da minha vida, esconder este fato por me considerar uma “legítima gaúcha”. Guardo poucas recordações deste período de minha vida já que meus pais realizaram o que se convencionou chamar de “migração de retorno” voltando para o Rio Grande do Sul, especificamente para a cidade de São Leopoldo, quando eu tinha aproximadamente cinco anos de idade, onde moramos por três anos mudando, em seguida, para Porto Alegre, capital do estado. Minha vó e tios permaneceram no Paraná de onde saíram alguns anos mais tarde para o Mato Grosso onde visualizavam “melhores postos de trabalho” e “melhor condição de vida”. Em 1990, devido à crise econômica pela qual passava o país, meus pais enfrentaram sérios problemas de ordem financeira e, diante da “falta de expectativa de dias melhores” decidiram mudar-se de “mala e cuia” para Cuiabá, capital do Mato Grosso, onde moravam meus parentes de origem materna, na esperança de reconstruir a vida e proporcionar aos filhos melhores condições de existência.

Importante ressaltar que, apesar de ter ido para o Mato Grosso com meus pais eu não tinha clareza dos fatos que os levaram a migrar novamente e, tampouco, admitia a idéia de morar em outro lugar que não fosse o Rio Grande do Sul. Afinal, minha vida, meus amigos, meus planos e porque não dizer minha “identidade gaúcha” estava relacionada àquele território, àquele espaço. Obviamente, que muitas dessas questões estão claras para mim, agora, depois de um determinado amadurecimento e da procura por um dado distanciamento. Todavia, creio que, quando comecei a me preocupar com o assunto, já tinha a minha idéia do “ser gaúcho” totalmente transformada e modificada pela minha convivência crítica com este universo. Nas minhas “andanças” pelo interior do Mato Grosso comecei a questionar sobre a imagem que o “gaúcho” (re)constrói de si mesmo e como impõe, em certa medida, essa identidade a partir da incorporação da sua cultura e dos seus costumes na vida cotidiana e no território em que vive, mesmo que distante de sua origem.

Evidentemente que, em virtude do meu envolvimento com o tema, é preciso reconhecer que muitas das análises a serem aqui desenvolvidas podem conter, apesar do meu esforço, uma percepção subjetiva sobre o tema.

A escolha do universo de pesquisa...

Comecei elencando as cidades que haviam sido colonizadas através de projetos privados com predominância de migrantes do sul do país e que se localizassem no norte matogrossense. Após diversas pesquisas me vi diante de três possibilidades que, por motivos distintos, me chamaram atenção, são elas: Lucas do Rio Verde, Sinop e Sorriso.

Lucas do Rio Verde nasceu de um assentamento organizado pelo governo federal para onde se direcionou grande fluxo migratório de “gaúchos”¹ nas décadas de 1980 e 1990 e, a decisão por este universo de pesquisa está relacionada com os seguintes fatos: (1) é uma cidade criada no bojo do processo de colonização dirigida; (2) trata-se de um processo migratório onde o migrante privilegiado é o de origem “gaúcha” e (3) o município apesar de ter apenas 17 anos de emancipação político-administrativa se destaca dentre os 139 municípios matogrossenses por seus indicadores sócio-econômicos (conforme será abordado no capítulo 1).

¹ No capítulo 1 explico como esta categoria é açãoada pelos atores sociais e como estarei me apropriando dela.

Creio que seja importante salientar que não conhecia Lucas do Rio Verde e o fato de não ter nenhuma relação com meu universo de pesquisa apresenta, inicialmente, condicionantes favoráveis e outros desfavoráveis, como é rotineiro em todas as opções feitas pelo pesquisador. Gostaria de ressaltar dois aspectos.

O primeiro relaciona-se com a “aparente” facilidade que teria em buscar o “estranhamento” na condução da minha pesquisa de campo justamente por não conhecer o município. Não defendo aqui o argumento da neutralidade, mas sim, o do estranhamento como fator importante e necessário no processo de construção de um objeto científico, onde a dialética aproximação-distanciamento consiste numa relação constante, resultado da tensão entre o sujeito (pesquisador) e o objeto a ser pesquisado, como bem destacam Bourdieu (2003), Cardoso (1986) e Zaluar (1986). Digo “aparente” facilidade, pois à medida que somos conduzidos ao trabalho de pesquisa e nos envolvemos com o dia-a-dia da comunidade estabelecemos laços de amizade e de cooperação. No entanto, procurei ficar atenta à “vigilância epistemológica” (Tavares dos Santos, 1991) no sentido de não me envolver com o meu objeto de pesquisa a fim de não perder a visão crítica do processo de observação.

O segundo aspecto diz respeito também à “aparente” dificuldade que julgava enfrentar na complexa tarefa de coleta de dados. O problema reside na forma de como apreender o objeto de pesquisa, que não depende exclusivamente da vontade do pesquisador, mas sim de determinações sociais que podem, em certas circunstâncias, fazer com que naturalizemos determinadas categorias acionadas pelos atores sociais. Neste sentido, meu desafio consistiu em ter sensibilidade para perceber as categorias que foram sendo acionadas pelos atores sociais levando em consideração a mediação entre estas categorias e o escopo teórico adotado.

Portanto, reconheço que a partir destas linhas, apesar do meu esforço, é possível que o meu olhar sobre este objeto de pesquisa tenha sido condicionado, em alguns momentos, pelo prisma da minha experiência de vida e das minhas percepções, limitadas, sobre esta realidade social.

De mala e cuia: a inserção em campo...

Cheguei em Lucas do Rio Verde sob o sol escaldante das 15:00 horas de um domingo de “inverno”². Ao entrar na cidade fui reconhecendo algumas paisagens que já conhecia por fotos. Ao desembarcar na rodoviária, tive uma sensação de solidão incrível. Apesar de já ter conversado com algumas pessoas da cidade ainda não as conhecia pessoalmente³. A todo momento ficava me perguntando se encontraria as respostas que justificassem a minha pesquisa. Ao olhar pela janela do táxi que me levava da rodoviária até o hotel uma enxurrada de dúvidas e anseios vinham na minha mente como *flashes*. Observei o taxista: pele morena, tipo cor de índio, uns 35 anos, “nordestino” pensei! Perguntei a ele se era sempre calor em Lucas e, prontamente, ele respondeu que quando chegou em Lucas do Rio Verde não era tão quente, mas “depois que asfaltaram a cidade o clima ficou mais quente”. Questionado sobre a sua naturalidade o motorista respondeu “do Paraná”. Já no primeiro contato um sulista.

Chegando no hotel o recepcionista, um homem branco, alto, cabelos loiros, olhos azuis, com um sotaque característico do sul, me atendeu. Enquanto ele foi vistoriar o quarto onde me hospedaria fiquei sentada na recepção, foi quando pude observar um souvenir de uma cuia ao lado da televisão. Em seguida observei um dos hóspedes saindo do hotel com uma cuia em um das mãos e a garrafa térmica na outra. Pensei: aqui tem gaúcho. Tenho que confessar que senti uma sensação de alívio.

² No Mato Grosso constata-se apenas duas estações: a seca e a chuva. Apesar das ciências da natureza reconhecerem como estações apenas o verão, outono, inverno e primavera o “senso comum” na região da Amazônia matogrossense reconhece como estações os períodos de seca e os períodos de chuva.

³ Adiante explicarei minha inserção “virtual” em campo.

Devidamente instalada, à noite fui procurar um lugar para jantar e dar meu primeiro passeio pela cidade. O simpático recepcionista do hotel me explicou que, para andar na cidade, deveria me guiar pelas três avenidas principais que, curiosamente, são Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso. Saí do hotel peguei a avenida Rio Grande do Sul em direção à avenida Mato Grosso onde, segundo meu informante, poderia encontrar várias lanchonetes. À medida que avançava em direção ao centro da cidade fiquei atenta a todos os detalhes. Ao retornar para o hotel registrei na minha caderneta de campo as primeiras impressões sobre a cidade e, segundo estes registros o que mais me chamou atenção foi: o nome das ruas perpendiculares à avenida Rio Grande do Sul: Concórdia, Realeza, Guaporé, Espumoso, Nonoai, Júlio de Castilhos e Santa Fé, todas cidades localizadas nos estados do sul do país; a organização e limpeza da cidade; o aspecto de “novo” da cidade; a fachada e as formas arquitetônicas das casas e estabelecimentos comerciais e a cordialidade com que fui atendida no hotel e na lanchonete.

No outro dia, acordei às 7:00 horas e fui tomar o café da manhã. Estava sozinha no refeitório do hotel e fiquei observando tudo a minha volta. Deparei-me com uma dessas folhinhas, tipo calendário, pendurada em uma das paredes com o mapa da região Sul. Não era um mapa qualquer, mas um mapa com todos os municípios, rios e estradas dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Fiquei pensando qual seria a utilidade ou função daquele mapa pendurado na parede. Então me lembrei que quando era criança cada vez que viajávamos, a cada lugar que chegávamos, eu procurava localizar no mapa (geralmente pendurado na parede das lanchonetes) a cidade de onde eu tinha partido e para onde estava indo. Não me lembro muito bem o que me motivava na época, porém, talvez, a função daquele mapa fosse dar a possibilidade dos hóspedes em localizar sua terra natal.

Estava ansiosa e preocupada. Era meu primeiro dia de campo e meu informante “virtual” não poderia se tornar “real”, em virtude de compromissos profissionais. Explico. A trajetória trilhada até aqui passou pelo primeiro processo de amadurecimento na defesa do projeto realizada em maio de 2005. Como eu não conhecia a cidade que estava me propondo realizar a pesquisa de campo, resolvi investir na utilização da única ferramenta de comunicação que, naquele momento, estava disponível: a internet. Meu primo tem uma empresa de consultoria que atende a prefeitura de Lucas do Rio Verde, foi então que entrei em contato com uma de suas funcionárias, pedindo que viabilizasse um contato virtual com algum funcionário da prefeitura. Na mesma hora tive acesso ao MSN de um funcionário da prefeitura. Msn é uma ferramenta que possibilita a comunicação instantânea (on line) entre duas ou mais pessoas independente da sua localização geográfica, basta ter um computador conectado à internet. Foi assim, por meio virtual, que comecei meu primeiro contato com Lucas do Rio Verde.

Teclando⁴ com meu primeiro informante obtive algumas informações que foram importantes subsídios para a elaboração do meu projeto de pesquisa. Assim que soube dos objetivos do meu trabalho meu informante indicou que conversasse com um dos “pioneiros” de Lucas do Rio Verde me repassando o seu msn. Alguns dias depois, encontrei este “pioneiro” on line iniciando a primeira das inúmeras conversas “virtuais” às quais obtive dados significativos para esta pesquisa, pois, além de “pioneiro”, como ele mesmo se denominou, meu informante “virtual” era presidente do Movimento Tradicionalista Gaúcho do Mato Grosso – MTG-MT. Desde o início, pedi autorização para “salvar” nossas conversas a fim de utilizá-las em minha pesquisa ressaltando que ao fazer uso das suas falas manteria a sua identidade em sigilo, o que foi prontamente autorizado por ele.

Vale então destacar a minha decisão de manter o sigilo dos informantes. Neste sentido, os nomes utilizados nesta pesquisa são fictícios, porém não foram escolhidos ao acaso. São

⁴ A linguagem usual do meio eletrônico (internet) criou o verbo “teclar” para fazer referência à comunicação via computador por utilizar-se do teclado.

todos nomes de personagens de duas histórias gaúchas: *A casa das sete mulheres*, romance de Letícia Wierchowski cuja história tem como cenário a Revolução Farroupilha ocorrida no Rio Grande do Sul no período de 1835-1945; e *O tempo e o Vento*, de Érico Veríssimo considerada uma das mais importantes obras brasileiras o romance representa a história do Rio Grande do Sul de 1680 até 1945 (fim do Estado Novo) através da saga da família Terra e da família Cambará. Quanto aos sobrenomes, apesar de “fictícios”, mantém a lógica de descendência dos migrantes, pois, se o sobrenome do informante era de origem alemã, optei por selecionar um sobrenome que revelasse a mesma origem. Utilizo o “fictício”, neste caso, entre aspas, porque apesar de não serem os reais sobrenomes dos meus informantes são sobrenomes de amigos e parentes que homenageio de uma maneira singela já que, de alguma maneira, eles influenciaram ou colaboraram, direta ou indiretamente, com a minha pesquisa.

Voltemos ao meu primeiro dia em campo. Diante da impossibilidade do auxílio do meu informante “virtual” decidi que iria andar pela cidade e fazer um reconhecimento do terreno. Passei numa papelaria para encadernar um material. Um homem simpático me encaminhou para outro estabelecimento. Chegando neste local logo na entrada vi, novamente, um mapa da região sul pendurado na parede e a cuia típica para se tomar o chimarrão acompanhado de uma garrafa térmica na mesa. O biótipo dos funcionários permitiu que os identificasse como membros de uma família e que, portanto, tratava-se de uma empresa familiar. Os dois filhos, uma menina e um menino com cerca de 14 e 16 anos respectivamente, trabalhavam junto com um casal e dirigiam-se a eles como “pai” e “mãe”. Enquanto a menina me atendia, seu irmão cortava e organizava alguns papéis que observei tratar-se de uma rifa escolar. A mãe tomava chimarrão enquanto realizava algum trabalho em frente a um computador. E o pai estava numa sala anexa, com paredes transparentes, falando ao telefone animadamente. O ambiente de trabalho parecia ser uma extensão da casa desta família, fato que pude observar em outros estabelecimentos comerciais durante a pesquisa.

Voltei na papelaria para comprar uma pasta e o mesmo homem, branco, alto, na faixa etária dos 40 anos, que me atendeu anteriormente puxou assunto querendo saber de onde eu era. Apenas me identifiquei como pesquisadora e falei brevemente sobre a minha pesquisa. Ele começou a contar, espontaneamente, sobre a sua história de vida e me convidou para sentar e tomar um chimarrão. Identificou-se como “gaúcho” que chegou em Lucas no ano de 1987 destacando que “viu a cidade crescer”. Enquanto me contava a sua história chegou um outro homem, um senhor na faixa etária dos 70 anos, baixo, pele morena, que foi apresentado pelo nome, porém ressaltado que era conhecido (apelido) na cidade como “Gaúcho”. Este senhor juntou-se a nós na roda de chimarrão e assim que soube da minha pesquisa também começou a contar a sua história e, quando eu vi já estava fazendo uma entrevista. Perdi alguns dados da conversa com os dois, devido o receio inicial em pedir para gravar, anotando apenas informações e falas pontuais na minha caderneta de campo. Quando estávamos na metade da conversa meu informante quebrou o gelo dizendo que eu deveria ter um gravador. Foi aí que aproveitei a oportunidade para começar a gravar.

Dentre outros aspectos, esta primeira entrevista foi significativa devido: (1) o fato dos dois me indicarem para conversar com outros “pioneiros” que já haviam sido indicados pelo meu informante “virtual”, (2) eles conheciam o meu informante “virtual” e toda a sua família e (3) a categoria “pioneiro”, já açãoada anteriormente pelos outros informantes “virtuais”, foram açãoadas também por estes dois entrevistados.

Terminada nossa conversa, que se configurou na minha primeira entrevista de campo, ambos se colocaram a disposição para me ajudar e, espontaneamente, me indicaram nomes, telefones e endereços. Um deles pegou o telefone e ligou para um amigo (que já havia sido indicado por um dos informantes “virtuais”) marcando uma entrevista para o dia seguinte.

Assim, minha inserção em campo foi totalmente diferente daquilo que eu imaginava. Pelas mãos de uma pessoa que conheci no primeiro dia de trabalho é que obtive contato com

vários outros informantes. E o que pude perceber, durante toda minha experiência em campo, foi a configuração de uma teia de relações entre os habitantes mais antigos da cidade. É como se fosse uma rede familiar onde “todos se conhecem” ou possuem algum “vínculo familiar”, isto inclusive é reforçado no discurso dos entrevistados. Em várias entrevistas e conversas informais meus interlocutores valorizavam o fato de terem visto a “cidade crescer” e como “uns ajudam aos outros” já que no início “não tinha nada aqui”⁵.

Foi, então, no meio desta teia de relações que realizei minha pesquisa de campo. A cada entrevista ou conversa informal os contatos foram sendo indicados e, no transcorrer da pesquisa passei a freqüentar o Instituto Padre João Peter⁶ para coleta de dados e documentos, importantes fontes para o presente estudo.

As condições da pesquisa e o caminho metodológico...

Creio que, antes de iniciar, seja relevante explicar que utilizo no decorrer deste trabalho o termo “gaúcho” (entre aspas) como opção metodológica em virtude do grupo de migrantes analisados empiricamente generalizarem os indivíduos naturais dos estados do sul do país (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) como “gaúcho”. Tal opção é inspirada no trabalho de Haesbaert (1995), pois constatei o mesmo fenômeno analisado pelo autor na sua pesquisa sobre os “gaúchos” de Barreiras (cidade localizada na Bahia) em Lucas do Rio Verde.

Desenvolvi o trabalho de campo por um período de trinta dias, entre os meses de julho e agosto de 2005, porém, os contatos virtuais, importantes fontes de informações desta pesquisa, iniciaram em outubro de 2004 e os mantengo até hoje. No período em que estive em campo hospedei-me durante as primeiras semanas em um hotel onde pude estabelecer contatos e conviver com migrantes “gaúchos” que trabalhavam no hotel ou eram hóspedes que estavam na cidade à trabalho. Desta convivência diária pude observar a vida cotidiana dos mesmos além das conversas informais com os funcionários e hóspedes do hotel. Nas duas últimas semanas hospedei-me na residência de um casal, indicado por um amigo do CPDA. Ela natural do Rio Grande do Sul, ele natural do Paraná, hoje meus amigos e com quem pude contar em diversas ocasiões para obter dados e informações.

A observação etnográfica foi desenvolvida no convívio com “gaúchos” em diversos ambientes, em suas casas, em seus locais de trabalho e em espaços de sociabilidade. Os contatos e a convivência por alguns dias com os funcionários e “chacareiros”⁷ ligados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais foram importantes fontes de dados e de informações, assim como as observações durante os eventos realizados na Expolucas⁸. No período de trabalho de campo mantive um caderneta onde registrei diariamente as minhas observações e impressões.

Realizei ao todo 34 entrevistas sendo que 26 foram gravadas e transcritas. As entrevistas seguiram um roteiro semi-estruturado, flexível, privilegiando os relatos orais permitindo explorar o universo sócio-cultural dos entrevistados. As entrevistas realizadas sem o uso do gravador seguiram o mesmo roteiro e, algumas questões pontuais, foram registradas durante a entrevista no caderno de campo. Além disto, é preciso considerar aproximadamente 10 entrevistas “virtuais” as quais utilizei com a devida autorização dos entrevistados.

Meu relacionamento com os informantes foi facilitado pelo fato de eu ser “migrante” de origem “gaúcha”, muito embora, eu só revelasse minha “identidade” quando questionada,

⁵ Todas estas categorias foram acionadas pelos entrevistados e serão contextualizadas no transcorrer desta pesquisa.

⁶ Entidade que dispõe de uma biblioteca com importante acervo sobre a história do município, além de realizar trabalhos sociais em diferentes áreas de atuação.

⁷ Categoria utilizada em Lucas do Rio Verde para designar os pequenos produtores rurais.

⁸ Exposição agropecuária realizada anualmente no município que será analisada no capítulo 4.

fato que levou muitos dos entrevistados a me reconhecerem inicialmente como “carioca” por estar vinculada à uma universidade do Rio de Janeiro. Fui recebida com cordialidade em todos os ambientes onde circulei, todavia, percebi nitidamente que, quando identificavam de imediato que eu era “gaúcha”, geralmente pelo sotaque, a cordialidade era sobreposta pela hospitalidade e pela utilização do tratamento pessoal “amiga” para se referir a mim. Este “vínculo” permitiu que tivesse acesso ao acervo pessoal de fotos de família, ao acervo de fotos e reportagens da Cooperlucas⁹ e ao acervo do jornal Folha Verde disponibilizado pela biblioteca do Instituto Padre João Peter.

A escolha do escopo teórico se divide em três eixos temáticos: colonização, migração e identidade. Neste sentido, lanço mão dos estudos de José Vicente Tavares dos Santos (1993), Rogério Haesbaert (1995) e Ruben Oliven (1999) como importantes subsídios teóricos e fontes de informação para a realização desta pesquisa que está organizada em quatro capítulos e, ao final, é apresentado um esforço conclusivo.

O capítulo I – “Lucas do Rio Verde: A dialética da colonização” apresenta uma breve contextualização teórica sobre a colonização dirigida no Brasil e no Mato Grosso destacando o município de Lucas do Rio Verde, tanto do ponto de vista dos seus indicadores sociais e econômicos, quanto do seu ponto de vista historiográfico, como forma de evidenciar a diferenciação social existente entre os atores sociais a serem estudados e as representações sociais que são acionadas por cada grupo.

O capítulo II – “Gaúcho é bicho carpinteiro” apresenta os relatos orais dos migrantes de origem “gaúcha” sobre as situações vivenciadas na/da migração fazendo emergir destes relatos informações e categorias que são operadas por este ator social para justificar a sua condição de “migrante”.

O Capítulo III – “Identidade “gaúcha” no Mato Grosso: desfazendo as malas e arrumando a bagagem” tem por objetivo analisar as categorias acionadas por este grupo social, os “gaúchos”, para referir-se a sua identidade social e, ao mesmo tempo, demonstrar através de relatos orais e demais fontes como a identidade deste grupo passa por um processo de re-semantização decorrente da experiência da migração.

No capítulo IV – “A multiterritorialidade do migrante “gaúcho” no Mato Grosso” tem o objetivo de evidenciar como se dá o processo de territorialização do “gaúcho” no Mato Grosso e compreender até que ponto a auto-imagem deste grupo social imprimiu (ou não) a sua identidade no território como uma estratégia de multiterritorialização.

Por fim, apresento um esforço (in)conclusivo destacando algumas impressões e constatações sobre a temática desenvolvida.

⁹ Cooperativa Agropecuária Mista de Lucas do Rio Verde.

CAPÍTULO I

LUCAS DO RIO VERDE: A DIALÉTICA DA COLONIZAÇÃO

1.1. Colonização Dirigida no Brasil 1750-1930: uma breve contextualização

No Brasil a colonização dirigida começou por volta de 1750 com a chegada de família de açorianos para a região de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Com a vinda da família real para o Brasil, em 1808, este tema tornou-se relevante permitindo o acesso à propriedade fundiária a estrangeiros. Diante do modelo fundiário baseado nos grandes latifúndios baseados na mão-de-obra escrava, o governo imperial viu a necessidade de implantação de pequenas propriedades com o intuito de serem estas terras subsidiárias à grande propriedade e não concorrer com a mesma. O objetivo era criar uma camada social intermediária que figurasse entre o latifundiário e o escravo. A Coroa Portuguesa viu no processo imigratório a possibilidade de execução desta política fundiária, ou seja, além de estabelecer território, o imigrante ocupava a pequena propriedade criando condições para o surgimento da “classe média e desempenhando papel relevante na vida econômica e social do país” (Petrone, 1982:7-20).

O Tratado de Colonização, decreto de D.João VI de maio de 1818, foi um dos primeiros documentos a conter as orientações e dispositivos legais para a política de imigração imperial. Este decreto estabeleceu que imigrantes suíços fossem direcionados à Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, onde se constituiu a primeira colônia da nova política imigratória. O insucesso deste empreendimento¹⁰ evidenciou-se pelas “deserções”, ou seja, pelo abandono dos lotes coloniais, motivo que leva vários autores a não reconhecerem Nova Friburgo como primeira colônia de imigração Seyferth (2002).

Após a proclamação da República, em 1822, o governo brasileiro preocupou-se em construir núcleos demográficos na região sul do país com a concessão gratuita de terra e auxílios diversos aos colonos imigrantes com predominância alemã e italiana. Em 1824 ocorre uma retomada da política de imigração privilegiando a ocupação de terras devolutas principalmente no sul onde a pequena propriedade familiar era adotada como um modelo para o processo de colonização. Neste mesmo ano foi fundada São Leopoldo¹¹, considerada a primeira colônia com imigrantes alemães no Rio Grande do Sul. Até 1835 estas colônias se expandiram para Santa Catarina e Paraná quando encerrou a primeira fase de colonização do Sul do país devido à falta de recursos e guerra civil¹².

Importante ressaltar que esta retomada da colonização via imigração envolvia a figura do agenciador, responsável por intermediar o envio de colonos e soldados para as áreas destinadas ao projeto e pela divulgação da imagem do Brasil como terra da promissão. A

¹⁰ Seyferth (2002) identifica como causas deste insucesso os problemas ocorridos no agenciamento dos imigrantes (número de famílias alistadas era maior do que previa o projeto), a trajetória dramática dos imigrantes resultando num alto índice de mortalidade; o difícil acesso aos lotes; a insuficiência dos lotes concedidos e a inadequação das terras para plantio já que se tratava de uma área montanhosa (Seyferth, 2002:80-82).

¹¹ Talvez pelo insucesso do núcleo colonial de Nova Friburgo (RJ) em 1818, imigrantes, descendentes, historiadores e outros estudiosos consideram a fundação de São Leopoldo/RS o marco inicial da imigração no Brasil. Com matriz de colonização alemã os imigrantes desta região dedicaram-se a policultura contando com o trabalho dos integrantes da família.

¹² No período de 1835-1845 ocorre no Rio Grande do Sul o movimento conhecido como Revolução Farroupilha. Os ideais e motivações dessa revolução serão trabalhados posteriormente para entendermos a construção da identidade gaúcha.

intermediação realizada pelo agenciador permite sugerir que este é um dos primeiros vestígios de que, historicamente, a política de colonização e, por sua vez, a política de imigração no Brasil, sempre teve um caráter particular, muito embora fosse regularizado pelas instâncias governamentais. Este argumento torna-se patente com a promulgação da Lei de Terras em 1850 que, para, é o marco da abertura da colonização para a iniciativa particular (Seyferth, 2002:88).

Com a Lei de Terras o acesso a terra dava-se pela compra de lotes, e não mais pela concessão, o que levou, em alguma medida, a uma mercantilização da terra ou a transformação da terra em mercadoria. Ocorreu uma mudança substancial, na medida em que, este instrumento legal introduziu a possibilidade de acesso a terra através da compra, o que significou a abertura de um espaço para a privatização de projetos coloniais (Martins, 1973; Linhares & Silva, 1999 e Medeiros, 2002).

A intensificação do fluxo migratório para os estados da região sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) pós-1850 ocorreu, inclusive, com a chancela do poder institucional a partir da criação da Repartição Geral das Terras Públicas em 1954. Com a intensificação do fluxo migratório pós-1850, a região sul passou a receber não só imigrantes alemães, mas, também, italianos, russos, poloneses, etc., com o objetivo de fixar povoamento e território. A proibição do tráfico negreiro, segundo a autora, colaborou para que se buscasse a substituição do escravo pelo trabalhador livre e os projetos de colonização, executados por empresas particulares geralmente formadas e capitalizadas na Europa, possibilitaram esta substituição. Há registros de iniciativas dos governos das províncias e do próprio governo imperial em conduzir alguns projetos de colonização em áreas consideradas estratégicas¹³.

De qualquer maneira, apesar da presença de empresas colonizadoras como propulsoras de projetos de colonização no sul do país, estes empreendimentos eram regulamentados e regulados por lei e controlados pelo governo. Portanto, é preciso que a noção de “particular” seja relativizada “pois as empresas agiam autorizadas pelo governo e, efetivamente, serviam para poupar custos, embora as negociações para obter concessões de terras devolutas encontrassem obstáculos” (Seyferth, 2002:97). Estas empresas recebiam concessões de terras devolutas com a obrigação de demarcá-las e revendê-las a famílias (preferencialmente) de imigrantes e, eventualmente, também para os nacionais. Nas colônias do sul muito raramente era registrada a presença de colonos nacionais. Aqui vale ressaltar a importância da família como unidade nuclear da imigração do século XIX. Woortmann (1995) já indicava que a imigração entre 1844 e 1874 mantinha uma tendência familiar.

É preciso não perder de vista que o objetivo da política de imigração era de fixar povoamento e território e, talvez, por isso que tenha ocorrido uma associação, quase que naturalizada, entre imigração e colonização. Martins (1973) destaca que a imigração, desde o período colonial, limitava-se aos núcleos de povoamento e consolidava uma política de colonização com a finalidade de povoar o extremo sul do país e garantir território. Por outro lado, Tavares dos Santos (1993) enfatiza que o vínculo entre colonização e migração constitui um processo social que deve ser estudado e analisado sociologicamente. *Grosso modo*, a colonização é encarada como um processo civilizatório, enquanto que a imigração é vista como um instrumento do progresso.

No período que compreende 1845 a 1874, a política de imigração e colonização era conduzida pelas províncias com o intuito de formar uma camada social de pequenos agricultores e privilegiar o povoamento da região sul. O grande fluxo de imigrantes europeus para o Brasil é decorrente das transformações agrárias processadas pelo capitalismo na

¹³ Um exemplo disso é a colonização do Vale do Itajaí, via mais importante de acesso ao planalto catarinense. A colonização por imigrantes alemães em Blumenau e Brusque são exemplos do efeito desta política. Para aprofundamento sobre o assunto ver Seyferth, 2002.

Europa¹⁴. Ocorre que, em 1876, o governo imperial assume diretamente estes encargos com a criação da Inspetoria Geral de Terras e Colonização e a imigração passa a ter, então, outra função para além da colonização: a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre.

Isso nos aponta para o fato de que o estímulo à imigração inserido num projeto nacional de colonização configura-se, num primeiro momento, como resultado de políticas públicas consolidadas pelo Estado brasileiro para ocupação de regiões fronteiriças e, num segundo momento, como uma estratégia de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre para atender os interesses das grandes lavouras. Segundo Martins, o fornecimento de mão-de-obra livre à grande lavoura, especialmente em virtude da expansão da cafeicultura, vinculou-se a uma política de imigração associada à formação dos núcleos coloniais oficiais (Martins, 1973). Entre 1851 e 1922 foram fundadas cento e vinte nove colônias sendo quatorze oficiais e cento e quinze privadas (Woortmann, 1995:100).

Cabe ainda destacar que a organização social dos imigrantes foi de suma importância no enfrentamento das dificuldades, tais como, estradas precárias, dificuldades de comercialização, sementes ruins para agricultura, etc. Os imigrantes associavam-se para organizar escolas para os filhos e para manter a vida religiosa em torno da igreja e, além disso, o cooperativismo foi outra contribuição no campo das idéias e da organização do trabalho. Desde 1911 os italianos estimulavam as atividades cooperativistas resultando na criação da União das Cooperativas do Rio Grande do Sul em 1912. Entre os segmentos que adotaram esta forma de organização da produção está o setor de laticínios e as vinícolas.

Até os dias de hoje “continua o movimento dos descendentes dos imigrantes que foram recrutados nos mercados internacionais de braços para implantar projetos de pequena propriedade” (Petrone, 1982:85) como é o caso da colonização dirigida no Mato Grosso, processo que passo a analisar a seguir.

1.2. Colonização Dirigida no Mato Grosso

A década de 1930 é considerada por como um marco na política de colonização brasileira, pois, se até este período estimulava-se a imigração européia para fins de colonização, o governo de Getúlio Vargas a partir deste período conduziu uma política de colonização orientada pelas migrações internas (Tavares dos Santos, 1993). Motivado pelo princípio de nacionalidade e de afirmação de uma identidade nacional o governo tomou “medidas coercitivas visando atingir as organizações comunitárias étnicas produzidas pela imigração, em nome da tradição de assimilação e mestiçagem demarcadoras da nacionalidade”¹⁵ (Seyferth, 1999:199). Estas medidas estão inseridas no contexto da campanha de nacionalização implantada pós-1937 com o intuito de promover a “heterogeneidade étnica, para evitar aglomerações de estrangeiros nos locais de colonização”¹⁶.

Tanto Tavares dos Santos quanto Seyferth destacam que, somente após a instalação de um governo autoritário, o Estado Novo (1937-1945), todo um aparato legal foi organizado no sentido de impor, por um lado, uma ação político-cultural mediante uma legislação impositiva da assimilação e caldeamento que fosse capaz de incorporar imigrantes e seus descendentes à sociedade nacional e, por outro lado, uma ação político-econômica com intuito de consolidar

¹⁴ Sobre este assunto ver Singer, 1987 e Machado, 1999.

¹⁵ Seyferth destaca que “a partir da década de 30, diversos recursos de retórica são utilizados para diluir o discurso racial, mas as práticas voltadas para a imigração e os imigrantes mostram a persistência do mito e a preocupação com a homogeneidade nacional – cultural e racial” (Seyferth, 1999:212) resultando em medidas concretas pela nacionalização que foram postas em prática durante o Estado Novo. Para um aprofundamento sobre estas medidas ver Seyferth, 1999.

¹⁶ Cf. Vargas, Getúlio. Mensagem de 1935. Câmara dos Deputados. Citado por Tavares dos Santos, 1993:26.

o processo de institucionalização da colonização que viabilizasse a expansão das fronteiras agrícolas¹⁷ do país com o objetivo de atender às necessidades da transição do sistema agro-exportador para o urbano-industrial. O que se observa é a criação de várias instâncias governamentais que irão ditar as leis e regras do processo de colonização brasileira através dos núcleos coloniais¹⁸ (Tavares dos Santos, 1993:27).

O eixo central da política de colonização passa a ser as colônias agrícolas nacionais que tinham a finalidade de orientar as migrações internas em duas direções: (1) do Nordeste para as regiões produtivas de São Paulo onde existia carência de mão-de-obra e (2) para a região amazônica considerada como um imenso “espaço vazio”. Estas colônias tinham o propósito de receber e fixar, como proprietários rurais, cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres que revelassem aptidão para os trabalhos agrícolas e, excepcionalmente, agricultores qualificados estrangeiros (Tavares dos Santos, 1993:27).

Com o slogan “Marcha para Oeste”, a ditadura Vargas incentivou a migração interna para o Centro-Oeste brasileiro com a venda ou doação de terrenos dos núcleos coloniais nacionais com a intenção de colonizar os vazios demográficos. O Estado brasileiro assumiu a orientação das correntes migratórias vinculando migração com colonização cabendo à empresas oficiais ou privadas a organização dos núcleos coloniais, muito embora, essa regulamentação não impedissem o movimento migratório espontâneo. É importante destacar que por trás desta política de colonização está a principal estratégia do governo Vargas, o de enfrentar os problemas agrários e as conseqüentes tensões e lutas sociais no campo.

É neste contexto que se insere o processo de colonização dirigida no Mato Grosso. A primeira tentativa do governo federal em ocupar o território matogrossense foi com a Expedição Roncador/Xingu em 1943 que tinha a finalidade precípua alcançar Santarém, no Pará. Este projeto foi conduzido pela Fundação Brasil Central – FBC, uma instituição criada neste mesmo ano pelo governo federal com a intenção de desbravar e colonizar o Centro-Oeste brasileiro estabelecendo um núcleo inicial de colonização de 200 famílias oriundas das áreas de conflito do Maranhão e Goiás (Ribeiro, 1987). A colonização se desenvolveu na forma de pequenas chácaras de 10 hectares situadas em torno do município de Xavantina, localizado na região do Araguaia, se resumindo à transferência dos funcionários da Fundação Brasil Central. Apesar do Serviço de Proteção ao Índio – SPI ter trabalhado no sentido de “aproximar e pacificar” os índios xavantes que habitavam a região, há vários registros que apontam para conflitos nesta área. Esta expedição fracassou devido a diversos fatores dos quais Castro et al (1994) destacam: (1) pelo território não representar o que convencionou chamar de “espaço vazio”, pois havia na região cerca 30.000 garimpeiros; (2) devido aos conflitos com as comunidades indígenas e (3) porque o colono assentado não tinha exatamente o perfil esperado pelo governo já que não era o “proprietário familiar que produziria para o mercado interno, com mentalidade empresarial” (Castro et al, 1994:72).

Em meados de 1950 houve uma redefinição da política de ocupação e colonização de Mato Grosso objetivando a incorporação da fronteira agrícola da região à economia nacional a fim de absorver excedentes populacionais de outras regiões e privilegiar a colonização particular ou privada. A lei estadual nº 461 de 10 de dezembro de 1951, que modificou o

¹⁷ Fronteira “constitui um espaço ainda não estruturado gerador de realidades novas” e de novas potencialidades. Pode ser definida como o “espaço de manobras das forças sociais” (Becker, 1990:15-17). Já Graziano da Silva (1982) destaca que “a fronteira tem diversas funções nos planos social, político e econômico. No plano social a fronteira representa os fluxos migratórios. É o locus da recriação da produção camponesa expulsa de regiões de agricultura mais desenvolvidas, é o destino dos pequenos produtores expropriados e dos excedentes populacionais do Nordeste d do Sul do país”.

¹⁸ Núcleo colonial “é uma reunião de lotes medidos e demarcados formando um grupo de pequenas propriedade rurais” que pode ser organizado pelo governo federal, estadual ou municipal ou ainda por empresas privadas. (Tavares dos Santos, 1993:27).

Código de Terras de Mato Grosso¹⁹, estabeleceu que o estado pudesse contratar empresas para projetos de colonização respeitando as exigências legais sobre os núcleos coloniais. A partir desta data é que o Departamento de Terras e Colonização – DTC, vinculado ao governo estadual, começa a operação de venda de terras e concessão de títulos de propriedade.

Oliveira (1983) afirma “que cada funcionário do DTC recebia 3% do valor das terras por ele vendidas” (1983:59) resultando na falta de controle e inúmeras irregularidades quanto à política de vendas de terras a particulares. Muitos títulos foram expedidos pelo DTC sem que existissem as áreas ou ainda em nome de uma única família, colaborando para a concentração de grandes extensões de terras e o conseqüente processo tumultuado de ocupação do meio rural matogrossense. Diante das incontroláveis irregularidades e perda do controle da situação o governo estadual extinguiu o Departamento de Terras e Colonização em 1966 sendo reaberto em 1975 com o nome de Instituto de Terras de Mato Grosso – INTERMAT.

Vários autores destacam que é marcante a presença de colonizadoras privadas no estado a partir da década de 1950 resultando, inclusive, em diversas pesquisas sobre este tipo de colonização no Mato Grosso²⁰. Após a década de 1960 os projetos de colonização oficial e, principalmente, privados configuraram-se na principal “forma de controle político do espaço rural matogrossense” (Tannuri, 2003:63). A adoção e fortalecimento desta política acarretou conseqüências sobre a forma e os meios de utilização da terra. A primeira conseqüência está relacionada a três fatores: ao perfil fundiário do Estado baseado no latifúndio; à determinação do tipo de cultivo (em especial a soja em larga escala) e à seleção de um tipo de trabalhador “ideal” preferencialmente oriundo do sul do país²¹. A segunda conseqüência teve como desdobramento a criação de todo um mecanismo legal que regulamentou a ocupação do espaço rural inclusive selecionando aqueles produtores que teriam acesso aos créditos e subsídios e a criação de instituições que auxiliassem na implantação do modelo de colonização (geralmente mediante o incentivo ao cooperativismo).

Com o Estatuto da Terra, promulgado em 30 de novembro de 1964, o governo federal priorizou um conjunto de medidas que visavam a interferência direta na agricultura por acreditar que o desenvolvimento econômico só seria possível através da transformação do campo. A propriedade da terra e os conflitos agrários ganharam uma nova dimensão após o ano de 1964 em conseqüência das perseguições políticas e dos programas governamentais do regime militar (Sauer, 1998). O objetivo do governo era ter um instrumento legal que fosse capaz de controlar as reivindicações camponesas e, desta forma, estabelecer uma estratégia política no sentido de conter as lutas populares que eclodiam no campo²². Surge uma “vigorosa ação de regulamentação da questão agrária” e, nas palavras de Tavares dos Santos, se até o fim da década de 1960 a “ação do Estado oscilou entre uma política de reforma agrária e de colonização” a partir dos anos 1970 “a última prevaleceu sobre a primeira” e, nesta direção, a parceria entre órgão público (via governo federal e estadual) e iniciativa privada (via colonizadoras) consolidou no começo dos anos 1970 um sistema de colonização que serviu aos objetivos do regime militar.

O Mato Grosso passou a integrar o escopo da política de valorização da Amazônia que no plano político encontrou respaldo na doutrina de segurança, integração e desenvolvimento nacional cujo discurso oficial era “integrar para não entregar”²³. O governo do General

¹⁹ Lei nº. 336 de 6 de dezembro de 1949.

²⁰ Dentre as quais, destaco as pesquisas de José Mariano Oliveira (1983), Iselda Ribeiro (1987), Marcelo Guimarães (1988), Tavares dos Santos (1993) e Castro et al (1994).

²¹ Este “tipo ideal” de trabalhador ou, aqui no caso, migrante, será analisado na sequência.

²² Ver a respeito em Martins, 1984 e Tavares dos Santos, 1993.

²³ Slogan que reflete o substrato político da doutrina militar de segurança nacional onde a ocupação da Amazônia configurava-se numa estratégia geopolítica e social. Geopolítica no sentido de ocupar os espaços

Médici, utilizando-se deste lema, editou em 1970 o Programa de Integração Nacional – PIN através do qual sancionou a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém sendo delimitada uma faixa de 10 km de cada lado da rodovia destinada à colonização e reforma agrária (Oliveira, 1983 e Miranda, 1990). No mesmo ano foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA com a missão de promover, coordenar, controlar e executar a colonização e a reforma agrária. A intenção do governo era de assentar 100 mil famílias ao longo das rodovias no período de 10 anos (Schaefer, 1985). Nos primeiros anos o Incra estimulou a colonização dirigida criando obstáculos à colonização espontânea. A partir de 1974 a modalidade de colonização particular com base na empresa privada passou a ocupar a preferência governamental por possibilitar “o aproveitamento econômico da terra, de modo a elevar a produção agrícola nacional” visando “atender aos interesses do capital privado representados na cooperação do estado com a empresa privada” que recebiam os mais diversos incentivos e estímulos oficiais, tais como, terras financiadas a longo prazo, apoio em infra-estrutura, financiamentos de projetos, dentre outros (Ianni, 1979:87-89).

O Programa de Redistribution de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste – PROTERRA (1971) criou as condições favoráveis à expansão de projetos de colonização particular ao fornecer crédito para financiamento de compra de terras na área que compreende a Amazônia Legal²⁴. Desta forma, pessoas físicas ou jurídicas de direito privado passaram a se dedicar ao ramo da colonização, sobretudo, no Mato Grosso, onde há uma concentração de projetos de iniciativa privada em duas áreas representativas: na parte leste, na bacia do Araguaia e, na parte norte, no eixo da rodovia Cuiabá-Santarém justamente onde se localiza Lucas do Rio Verde, município onde se realizou o presente estudo.

Devo alertar que, a ocupação da Amazônia Legal, e em específico o Mato Grosso, não se apresenta apenas como uma estratégia geopolítica do governo militar no sentido de garantir o desenvolvimento e segurança nacional, mas é também parte importante de um processo de desenvolvimento agrícola calcado na abertura de fronteira e na modernização da agricultura através da inserção de todo um aparato tecnológico promovendo bruscas mudanças no setor agrícola brasileiro o que se convencionou chamar de modernização conservadora da agricultura²⁵. A aliança entre o capital e o latifúndio colocava em prática dois projetos do regime militar: a industrialização da produção agrícola e a ocupação dos espaços vazios do território nacional através de projetos de colonização no oeste brasileiro. O que se pode observar no campo foi uma “modernização conservadora” que privilegiou algumas culturas e regiões assim como médias e grandes propriedades agrícolas como unidade produtivas, “nunca uma transformação dinâmica, auto-sustentada; pelo contrário, uma modernização induzida através de pesados custos sociais e que só vinga pelo amparo do estado” (Graziano da Silva, 1982:40).

Nessas condições que se constituíram os projetos de colonização do atual estado de Mato Grosso²⁶ impulsionando a ocupação dos “espaços vazios” como mecanismo de absorção de grande contingente de mão-de-obra oriunda das regiões sul e sudeste que foram, na sua

demograficamente vazios do território nacional que poderia servir aos objetivos de desenvolvimento do governo militar e, social, por representar uma válvula de escape às pressões sociais pela reforma agrária.

²⁴ Criada em 6 de janeiro de 1953, e regulamentada pelo decreto-lei nº 1.806, a Amazônia Legal é composta dos estados Amazonas, Acre, Pará, Rondônia, Roraima, Acre e ainda a porção leste do Maranhão e a porção norte do Mato Grosso totalizando uma área de 4.978.274 Km² representando mais da metade do território nacional.

²⁵ Sobre este assunto ver Graziano, 1982; Castro et al, 1994 e Sauer, 1998.

²⁶ Importante ressaltar que até aqui me referia ao Mato Grosso como unidade federativa antes da sua divisão. Uma lei complementar de 1977 desmembrou o estado em duas partes, a porção norte menos populosa e mais pobre com economia alicerçada na agropecuária extensiva e com graves problemas fundiários, o Mato Grosso; e a porção sul mais desenvolvida e populosa, o Mato Grosso do Sul. A lei passou a vigorar em 1º de janeiro de 1979. A partir daqui me refiro sempre ao estado de Mato Grosso, pós-divisão territorial.

maioria, expropriados de suas terras e direcionados para a região fronteiriça do oeste brasileiro. Interessa-me, aqui, as características dos projetos implementados na parte norte do estado, principalmente, por empresas privadas do sul do país que assumiram não só a colonização de grandes extensões de terras como também se responsabilizavam por todo o empreendimento que compreendia a “implantação de obras de infra-estrutura, com medição e demarcação das terras, abertura de estradas vicinais, implantação dos núcleos urbanos, instalações de serviços de saúde, educação, etc.” (Miranda:1990:49).

O migrante privilegiado na implantação destes projetos era “o colono do sul que por já ter passado pela experiência da colonização, traria seu pecúlio para aplicar na propriedade e acima de tudo com outra mentalidade em relação ao trabalho, faria da produção uma atividade realmente lucrativa. Produziria, pois, como capitalista” (Lenharo, 1986:50). Em sua análise sobre o projeto de colonização de Canarana, município localizado no norte matogrossense, Tavares dos Santos (1993) destaca que “a maioria dos colonos de Canarana nasceu em regiões de colonização européia do século XIX, no Rio Grande do Sul” nas chamadas “últimas colônias novas”. Os colonos de Canarana eram descendentes de imigrantes europeus que viam na migração para o Centro-Oeste a possibilidade de reprodução social para garantir o futuro dos seus filhos e, por isso, migravam à busca de áreas maiores do que as que possuíam na região de origem . O autor ainda destaca que a migração do Rio Grande do Sul para Santa Catarina e Paraná já era uma tradição entre os descendentes, a “novidade era partir pro Mato Grosso” (1993:73).

Embora o momento histórico analisado por Tavares dos Santos seja diferente do que me proponho a investigar, leio a sua pesquisa como esclarecedora do significado da migração como estratégia de reprodução social. Sua obra enfoca a reprodução social de um grupo de migrantes de origem “gaúcha” a partir do seu ponto de partida, enquanto estarei privilegiando o ponto de chegada dos migrantes com o intuito de compreender suas estratégias de territorialização.

Diante disto, apresento, a seguir, uma caracterização sócio-econômica e contextualização histórica de Lucas do Rio Verde, município escolhido para realização da pesquisa de campo. Vale aqui destacar que algumas questões levantadas neste tópico servirão como fonte de inspiração para argumentos a serem explorados nos capítulos subseqüentes.

1.3. Caracterização sócio-econômica de Lucas do Rio Verde

O município de Lucas do Rio Verde está localizado na região norte de Mato Grosso há 350 km da capital, Cuiabá. Com extensão territorial de 3.645, 23 Km² situado às margens da BR 163, rodovia que liga Cuiabá a Santarém, no Pará, tem como limítrofe ao norte o município de Sorriso, ao sul Nova Mutum e a oeste Tapurah. A altitude média é de 400 metros, com clima tropical quente e úmido e duas estações bem definidas: o verão, estação chuvosa, e o inverno, estação de seca. Predomina os relevos planos com solos argilosos e vegetação constituída pelo cerrado, arbóreo denso (cerradão) e matas ciliares. Os principais rios que banham os município são o rio Verde, rio Teles Pires, rio Celeste, rio Morocó e rio Cedro.

Figura 1
Localização de Lucas do Rio Verde e seus limítrofes

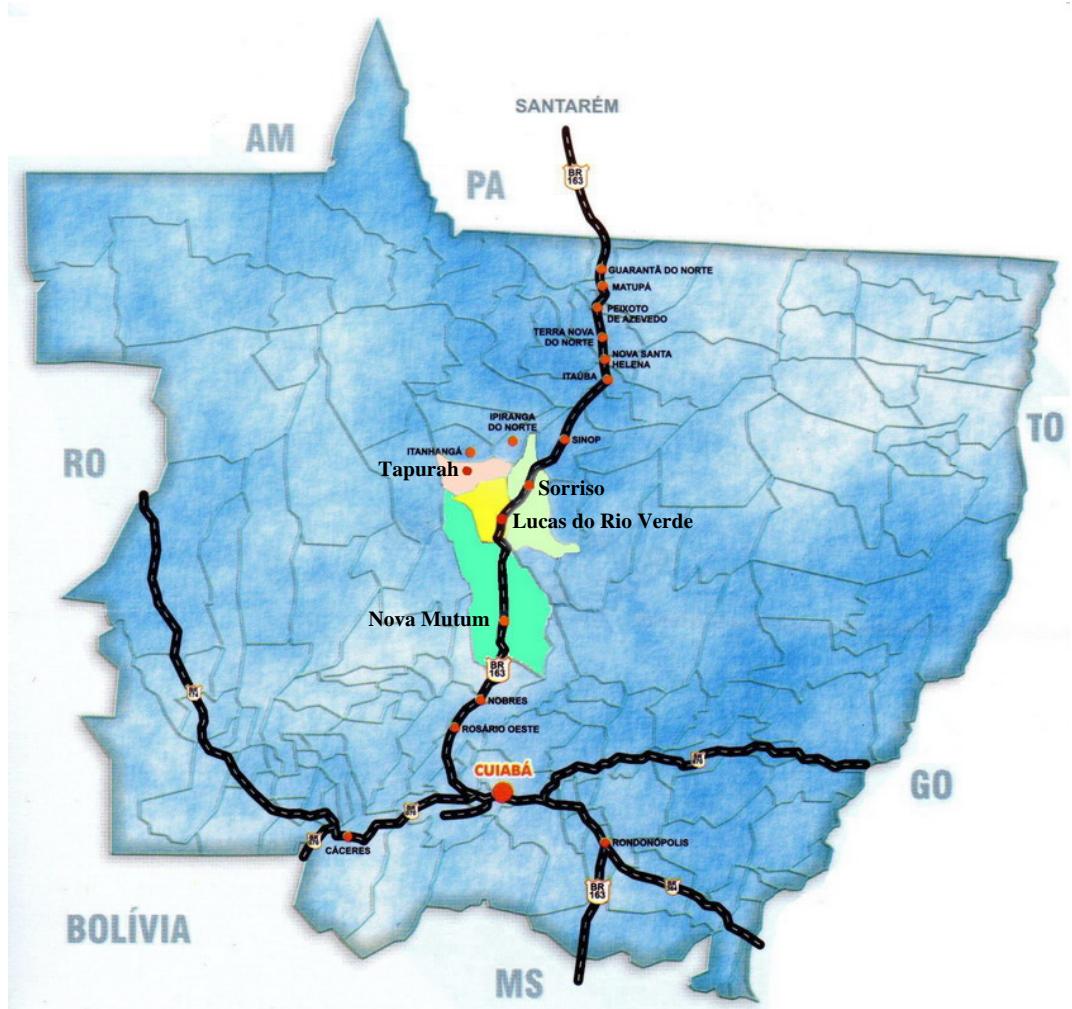


Figura 1: Mapa do estado de Mato Grosso. No destaque o município de Lucas do Rio Verde e seus limítrofes.



A gleba Lucas do Rio Verde foi planejada pelo Incra²⁷ prevendo uma estrutura fundiária com lotes de 200 hectares. Esta estrutura original passou por diversas modificações decorrentes do modelo produtivo empresarial, tendo como carro chefe o agronegócio da soja.

Tabela 1
Estrutura Fundiária

Área	Nº de Imóveis	Área Total	%
Até 10 ha	8	66,00	0,02
De 11 a 50 ha	23	611,40	0,17
De 51 a 100 ha	21	1.990,00	0,55
De 101 a 200 ha	146	28.318,00	7,79
De 201 a 500 ha	139	53.375,00	14,69
Acima de 500 ha	164	278.936,60	76,78
Total	501	363.297,00	100,00

Fonte: Prefeitura Municipal, 2003.

A análise da tabela 3 permite observar que as propriedades até 500 hectares representam apenas 23,23% e, em contrapartida, as propriedades com área acima de 500 hectares representam 76,77% do total. Os dados denotam a concentração fundiária do município decorrente, principalmente, da produção de soja em larga escala. Este argumento é ratificado pela condição de uso e ocupação do solo apresentada na tabela 2 onde 57,66% das terras são utilizadas nas lavouras.

Tabela 2
Utilização das terras segundo condição de uso

Utilização das Terras	Área (Ha)	%
1. Lavouras	211.032,00	57,66
2. Pastagens	20.071,00	5,48
3. Reserva	133.651,00	36,52
4. Núcleo Urbano	1.226,00	0,33
Total	365.980,00	100,00

Fonte: Prefeitura Municipal, 2003

Além do crescimento populacional (tabela 3) é possível perceber que apesar do município ter uma forte vocação agrícola (expressa nos dados da tabela 4), a população urbana é cinco vezes maior que a rural. Parece valioso salientar uma proximidade com a interpretação postulada por De Paula (2001) já que os dados denotam uma relação dialógica campo-cidade “estabelecendo uma importante área de interseção ou mesmo um *continuum* entre ambos” (2001:39), diferente da imagem do rural disseminada, tradicionalmente, separada do urbano como se fossem processos estanques²⁸.

²⁷ A história de criação do município será abordada no próximo tópico deste capítulo.

²⁸ Uma análise mais aprofundada sobre esta temática será abordada no capítulo 4.

Tabela 3
Evolução da População Total, Urbana e Rural, Densidade Demográfica e Taxa Geométrica de Crescimento Populacional (% a.a.) – Lucas do Rio Verde, 1991-2002

Anos	População Total (hab.)	População Urbana	População Rural	Densidade Demográfica (hab./Km²)	T.G.C.* (% a.a.)
1991	6.693	4.332	2.361	1,83	-
2000	19.322	16.151	3.171	5,28	13,20
2002	21.972	18.364	3.608	6,00	8,02
Mato Grosso**	2.227.983			1,70	2,00

Fonte: IBGE

* Taxa Geométrica de Crescimento 1991/2002

** Censo IBGE 1996

De acordo com os dados da Prefeitura Municipal, a produção agrícola e pecuária é realizada de forma empresarial, individualmente, ou através do associativismo em associação de produtores, condomínios ou cooperativas. Lucas do Rio Verde é responsável pela maior produtividade de soja do Estado com 58 sacas por hectare plantado e participa com 1,6% da produção nacional de grãos, 2,4% do algodão e 11,8% do milho safrinha. A tabela 6 destaca a evolução da produção agrícola no período de 1995 e 2003.

Tabela 4
Evolução da Produção Agrícola – 1995 e 2003

Culturas	Área Colhida (Ha)		Volume do Produção (Ton.)		Rendimento (Kg/Ha)	
	1995	2003	1995	2003	1995	2003
Soja	126.875	216.000	308.000	751.680	2.430	3.480
Algodão		5.000		19.500		3.900
Arroz Seq.	20.500	1.400	45.900	6.000	2.240	3.000
Milho (safrinha)	40.000	170.000		714.000	2.300	4.200
Sorgo (safrinha)	1.000	6.000	1.200	16.000	1.200	3.000
Total	188.375	398.400	355.100	1.507.180	-	-

Fonte: Prefeitura Municipal, 2003

Beneficiados pela condição climática e pelo índice pluviométrico do município, os produtores rurais colhem aproximadamente 80% da soja até o final de fevereiro o que permite o plantio de uma segunda safra no mesmo ano agrícola. A suinocultura e a psicultura tem gerado novos investimentos e são apontados como segmentos produtivos promissores na região. Os agricultores familiares ou “chacareiros”, como são comumente chamados pela população local, atuam, principalmente, na atividade avícola, fruticultura, gado leiteiro e produção de gêneros alimentícios. Recentemente, os produtos produzidos pelos chacareiros receberam da prefeitura um selo de qualidade possibilitando uma expansão da comercialização interna e com outros municípios da região.

Já o setor secundário, ainda incipiente, tem na indústria moveleira o pólo produtivo da região. Alguns investimentos estão previstos para o setor com a instalação da usina hidrelétrica de Canoa Quebrada e instalação de dois abatedouros de aves, uma unidade de abate e industrialização de suínos e fábricas de ração possibilitando, de acordo com dados da

prefeitura e associação comercial, a diversificação da economia do município e geração de emprego e renda para os cidadãos luverdenses²⁹.

Um dos grandes problemas da produção agrícola matogrossense é o alto custo de comercialização devido a precariedade das estradas estaduais. Foi a parceira entre a Prefeitura de Lucas do Rio Verde e algumas empresas locais, a chamada parceria público-privada, que deu origem ao primeiro consórcio para pavimentação de estradas no país, a MT-449 conhecida entre os luverdenses como a “Rodovia da Mudança”, com 96 Km de extensão ligando Lucas do Rio Verde a Tapurah. Outros empreendimentos com parceria entre administração municipal, produtores rurais e iniciativa privada tem possibilitado a pavimentação de importantes estradas da região. Para melhorar o acesso das comunidades rurais surgiu o projeto de pavimentação da primeira agroestrada de Mato Grosso onde cada produtor rural está desembolsando R\$ 75,00 por hectare de área plantada para custear os 27 km de extensão de estrada, com custo de aproximadamente R\$ 110 mil por quilômetro. Além disso, a sede do município é ligada à capital pela rodovia BR 163, mais conhecida como Cuiabá-Santarém, que corta o núcleo urbano e é responsável pelo escoamento da produção agrícola do município (Fonte: Jornal A Gazeta e Jornal Folha Verde).



Foto 1: Vista área do núcleo urbano de Lucas do Rio Verde. No destaque a rodovia BR 163 Cuiabá-Santarém, o núcleo urbano e o distrito industrial. Ano 1994. (Acervo da Cooperlucas).

²⁹ Parece não haver um consenso sobre a denominação gentílica aos nascidos em Lucas do Rio Verde. De acordo com a lei orgânica do município promulgada em 1989 os cidadãos seriam denominados “luquenses”. Em 1997 uma lei municipal foi aprovada na Câmara dos Vereadores e o termo “luverdense” deveria ser adotado para identificar os cidadãos de Lucas. Entretanto, no ano de 2005 os vereadores tornam a debater sobre o tema, revogam as disposições anteriores para fazer valer a utilização do termo “luquense” (Fonte: Jornal Folha Verde, 14 de abril de 2005). Utilizarei ao longo deste trabalho a denominação gentílica “luverdense” por ter sido esta categoria utilizada com mais freqüência pelos atores sociais entrevistados.



Foto 2: Vista área do núcleo urbano de Lucas do Rio Verde. No destaque a rodovia BR 163 Cuiabá-Santarém, o núcleo urbano e o distrito industrial. Ano 2004. (Acervo da Prefeitura Municipal).

No que se refere à infra-estrutura do núcleo urbano, o sistema de saneamento básico é realizado pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAEE, autarquia municipal que se responsabiliza pela qualidade do abastecimento de água e tratamento de esgoto da cidade. O núcleo urbano tem aproximadamente 90% das ruas asfaltadas numa parceria entre prefeitura e moradores que fizeram uma espécie de consórcio para a pavimentação de 804.000m² do perímetro urbano.

No quesito indicadores sociais, o município apresenta o terceiro Índice de Desenvolvimento Humano - IDH³⁰ do estado com taxa de 0,818. O índice de alfabetização gira em torno de 94% sendo que todas as escolas municipais são dotadas de moderna infra-estrutura (fotos 3 e 4) com ginásio de esportes, piscina, refeitório e laboratório de informática. Este tipo de estrutura física também pode ser constatada nas instalações dos postos de Saúde da Família (PSF) localizados em seis pontos da cidade que, além de serviços médicos possibilita acesso a serviços odontológicos. O setor de saúde ainda dispõe de dois postos de saúde na zona rural e uma unidade móvel que percorre periodicamente as comunidades do interior. No que tange a promoção social, a prefeitura em parceria com instituições financeiras possibilita o acesso a moradia com financiamento de unidades habitacionais através do Sistema Financeiro de Habitação que viabilizou a execução de projetos habitacionais como o Minha Vez I (foto 5) e Minha Vez II. Estes projetos trouxeram oportunidade de moradia às pessoas que atuam no mercado informal de trabalho dando acesso ao lote com infra-estrutura e o material para a construção das casas são financiados pela prefeitura. Os beneficiários, que já somam 568 famílias, ajudam a construir as casas em regime de mutirão (Fonte: Perfil sócio-econômico de Lucas do Rio Verde, 2003).

³⁰ O IDH é um indicador que a partir da conjugação das variáveis educação, longevidade e renda calcula a capacidade de desenvolvimento da uma sociedade. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD com este indicador podemos enfocar os problemas de desenvolvimento numa perspectiva mais humana, social e sustentável já que as três dimensões deste indicador têm a mesma importância no cálculo do índice, que pode variar de zero a um. Segundo este enfoque, quanto mais próximo de um, melhor o nível de desenvolvimento de um município, região ou nação.



Foto 3: Centro Integrado de Educação Infantil Anjo Gabriel, escola municipal. (Acervo da Prefeitura Municipal).



Foto 4: Escola Estadual Dom Bosco. (Acervo da Prefeitura Municipal).



Foto 5: Projeto Minha Vez I. (Acervo Prefeitura Municipal).

Estes dados podem parecer, ao olhar de um leitor crítico, terem a intenção de elaborar uma imagem positivada do município, entretanto, o que pretendo salientar são os fatores sócio-econômicos, observados e/ou constatados por qualquer visitante a olhos nus, que fizeram de Lucas do Rio Verde³¹, com apenas 17 anos de emancipação político-administrativa, um pólo de desenvolvimento na região norte do Mato Grosso tendo sua origem associada à um projeto de colonização privada com seleção de migrantes “gaúchos”.

Contudo, não é meu objetivo aqui entender as razões do nível de desenvolvimento social e econômico deste município, mas sim, buscar compreender como essas famílias de origem sulista ocuparam e se apropriaram desse longínquo território na Amazônia Legal dotando-o de significado e (re)semantizando a sua identidade “gaúcha”.

1.4. Lucas do Rio Verde: Diferenciação social e a contradição entre o “ter” e o “não ser”

A história de Lucas do Rio Verde está diretamente relacionada à estratégia de integração nacional e expansão econômica da ditadura militar cuja construção da BR 163 representou um dos principais empreendimentos. A rodovia começou a ser construída em 1973 para fomentar a colonização e produção agrícola na Amazônia e estende-se por 1.764 km dos quais apenas 801 km estão pavimentados, no trecho de Cuiabá a Nova Santa Helena (MT) próximo à divisa com o Pará. Talvez por este motivo que grande parte dos projetos de colonização privada esteja localizado no norte matogrossense.

Em 1976 o 9º Batalhão de Engenharia e Construção - 9º BEC, departamento do exército brasileiro, foi direcionado para a região com a missão de abrir a rodovia BR 163 no bojo de uma política de ampliação das fronteiras rumo à Amazônia. No mesmo ano a coordenadoria do Incra-Mato Grosso, criou judicialmente a gleba Lucas do Rio Verde abrangendo uma área de 270.000 hectares. O 9º BEC foi responsável por de abrir caminho para inúmeras frentes de colonização que se sucederam no rastro da abertura da rodovia.

Neste mesmo período chegaram as primeiras famílias de migrantes vindas do sul do país e, inicialmente, se fixaram próximas ao rio Verde onde também se localizava o acampamento do 9º BEC. Estas famílias vieram atraídas pela possibilidade de comprar terras “baratas” e decididas a “desbravar o cerrado” matogrossense motivadas pelo sonho de “dias melhores”³². O processo de colonização de Lucas do Rio Verde envolve um cenário onde se observa a atuação, distinta, de três atores sociais: os “posseiros”, os “parceleiros” e os “assentados da cooperativa”. Não é meu objetivo contar a história de Lucas pelas lentes destes atores³³, entretanto, é de suma importância reconhecer alguns elementos dos seus discursos que são relevantes para a compreensão da re-significação da identidade do “gaúcho” em território matogrossense.

De acordo com Zart (1998) o tratamento outorgado à categoria posseiro não é uniforme e, desta maneira, sugere ser passível de uma diferenciação entre “posseiro-camponês” e “posseiro-empreendedor”³⁴. O “posseiro-camponês” tem como principal característica ser desprovido de capital e, apesar da “vontade ou mesmo tendência para a modernização” e de possuir uma pequena extensão de terra, que no caso de Lucas do Rio Verde pode representar um lote de 200 hectares, não consegue se adequar às exigências do

³¹ A gleba Lucas do Rio Verde nasceu em 1982 a partir de um assentamento do Incra, muito embora, os registros e entrevistas apontem para a existência de migrantes na região antes deste período. Em 1986 passou a distrito a distrito de Diamantino para em 04 de agosto de 1988 ser emancipado.

³² São categorias acionadas pelos migrantes de Lucas do Rio Verde para explicar as motivações e razões do seu deslocamento. Estas características do movimento migratório serão analisadas no capítulo 2.

³³ Zart (1998) realiza sua pesquisa em Lucas do Rio Verde e irá contar a história da colonização sobre o prisma destes três atores sociais. Ver Zart, 1998.

³⁴ No capítulo 3 irei abordar como a categoria empreendedorismo é acionada pelos migrantes “gaúchos” de Lucas do Rio Verde. Aqui me interessa apenas reconhecer um dos personagens da história de Lucas, o posseiro.

mercado. Já o posseiro-empreendedor é aquele que apesar de não possuir legalmente a terra tem posse de um determinado capital que lhe confere um “status diferenciado pela possibilidade modernizante e pela racionalização da produção” estando, desta forma, em conformidade com o processo de modernização no campo (1998:116). Geralmente, o “posseiro-empreendedor” era um pequeno agricultor no sul do país que foi estimulado a vender suas terras para o vizinho imediato e com o capital comprar grandes extensões de terras no Mato Grosso.

A história de Onofre Justi, natural de Doutor Pedrinho (SC), agricultor empresarial e comerciante de Lucas do Rio Verde é ilustrativa deste processo. Onofre contou que no sul tinha uma área de 156 hectares e, de acordo com o padrão daquela região, era considerado fazendeiro, todavia, destaca que “tinha uma parte que era agricultável e outra que não era agricultável” pois a terra era muito acidentada. Foi então que, por intermédio de um amigo que trabalhava com transporte de arroz para Sinop, Alta Floresta e Colíder³⁵, soube da existência de “terras baratas” no Mato Grosso e que, por serem “posse de terra devoluta”, eram “quase de graça”. Então resolveu vender parte de suas terras no sul e vir para o Mato Grosso. Ele e seu vizinho acertaram o negócio por telefone, cada um comprou três mil hectares de terras, colocaram em cima de um caminhão dois tratores e se mudaram para o Mato Grosso.

Ao adquirir a posse de grande extensão de terras Onofre passará de pequeno agricultor no sul do país à posseiro no Mato Grosso. Assim como Zart (1998), pude comprovar que o posseiro que se fixou no município está relacionado com a categoria de posseiro-empreendedor por serem pequenos produtores rurais em fase de transição para capitalistas (Ribeiro, 1987).

Vale aqui destacar, algumas semelhanças com o estudo de Tavares dos Santos (1993) no que se refere à origem social destes migrantes. Via de regra, são descendentes de imigrantes europeus que se fixaram nos núcleos coloniais localizados na região sul do país. Eram pequenos produtores no sul que trabalhavam com agricultura, principalmente, feijão, trigo, milho e fumo; e na criação de animal de pequeno porte para subsistência. Através do trabalho familiar conseguiram “juntar um patrimoniozinho” que lhes permitiu o sustento nos primeiros anos de migração. Assim como no estudo de Tavares dos Santos, os posseiros de Lucas, como pequenos agricultores no sul, sofreram as consequências da política agrícola de modernização o que dificultou a sua reprodução social. Neste sentido, o que eles tem em comum é a falta de terras que ameaçava a reprodução familiar. Uma outra semelhança é que uma parte do grupo familiar ficava na propriedade no sul viabilizando o(s) membro(s) familiar(es) que migrou. É deste fluxo de informação, circulação de pessoas, de auxílio mútuo e até esperanças de uma melhora da condição social nas novas terras que foi possível verificar a constituição de uma rede social de parentesco e vizinhança na migração.

Ainda em 1979, o Incra resolveu fazer a demarcação das terras da gleba Lucas do Rio Verde. Um dos informantes relatou que chegou neste ano em Lucas acompanhado do Executor do Incra, Sr. Ferreira³⁶ e mais sete pessoas que foram convidadas a trabalhar na demarcação dos lotes. Questionado sobre quem havia encontrado quando chegou em Lucas responde: “os posseiros. Eles tinham área de quase 5.000 hectares, às vezes até mais”.

Apesar do Incra denominá-los de posseiros, estes agricultores não se percebiam como tal, pois, se consideravam donos legítimos das terras por terem adquirido o direito de posse. Na opinião de um informante o governo havia infringido o direito dos posseiros já que eles haviam comprado a posse e haviam protocolado a documentação exigida pelo Incra para regularização das terras. Contou ainda que o próprio Incra exigia vistoria das terras,

³⁵ Municípios localizados no norte do Mato Grosso.

³⁶ Opto por apresentar o nome verdadeiro do executor do Incra já que, neste caso, esta informação é de domínio público e não interfere no sigilo dos entrevistados.

documentos comprobatórios, relatório de produção, etc., e o incentivava a continuar nas terras e buscar a regularização das mesmas. Por isso, quando foram desapropriados se sentiram “surpresos e abalados” (Zart, 1998:121) principalmente porque o próprio Incra não reconheceu o protocolo que havia emitido anteriormente o que gerou um conflito entre o órgão do governo, na pessoa do executor do Incra e os posseiros.

Outro informante conta que a área estava em litígio entre o governo e um “cara que se dizia dono aqui”. Esta briga durou algum tempo até que o governo resolveu direcionar a área para assentamento:

“(...)Aí ele [o governo] desapropriou a escritura do cara que estava brigando na justiça. Então são 256.000 hectares que era a briga desse cara que é quase Lucas do Rio Verde (...). Então aí o governo pegou e desapropriou esta área pra se fazer reforma agrária. Aí ele usou o meio legal que ele tem na mão que ele pode fazer pra bem social então ele pode desapropriar. Junto com a desapropriação do cara lá ele desapropriou o posseiro também. Nós também fomos desapropriados”.

(Pedro Monduzzi, natural de Dona Francisca/RS,
agricultor empresarial)

Em sua fala, Pedro assume a sua condição de posseiro embora, num primeiro momento não se reconheça como tal. Inclusive a sua entonação de voz mudou ao referir-se a si mesmo como posseiro. Cabe, aqui, uma observação. O posseiro não se reconhece como tal, talvez por não esboçar, em nenhum momento disposição para um confrontamento com o governo. Isto é algo destacado na fala dos entrevistados. Eles se vêem como “empreendedores” como sujeitos da modernidade que vieram para o Mato Grosso a fim de “desbravar” e “produzir”. Diante disto, os posseiros se organizaram e iniciaram uma negociação com o Incra. À princípio, o governo ofereceu uma área de 200 hectares, equivalente a área que seria repassada aos futuros assentados do projeto previsto para o município, entretanto:

“(...) Nós viemos do Paraná não pra ficar com 200 hectares né entende... Daí começou aquela briga com o Incra e nós tinha direito, nós tinha direito na realidade [ênfase] também não era...nós adquirimos o direito desde quando nós compramo a posse, daí entremo e legalizemo perante o Incra só não deram o documento né mas já tinha adquirido um direito.”.

(Onofre Justi, natural de Doutor Pedrinho/SC, agricultor empresarial
e comerciante)

Na realidade o pequeno agricultor do sul que se tornou posseiro no Mato Grosso migrou com a intenção de inserir-se no modelo capitalista de produção baseado no latifúndio. Seu interesse não era “ficar com 200 hectares”, mas legitimar a posse das terras que, apesar de não serem regularizadas, constitui, do seu ponto de vista, “um direito” já que havia pago por elas. Este “direito” ainda estava vinculado ao estímulo para produção concedido pelo Incra, enquanto órgão do governo, que nos primeiros anos estabeleceu com os posseiros uma relação baseada no seu poder institucional. Baseando-me nos dados levantados e na pesquisa de Zart, é possível afirmar que o Incra, como órgão fiscalizador, sabia da necessidade e obrigatoriedade de se regularizar as posses destas terras, mas, por outro lado, reconhecia no posseiro uma atitude empreendedora que servia aos propósitos da modernização agrícola e, para tanto, estimulava-o a abrir terras e produzir contando com a sua cumplicidade.

Isso demonstra os motivos dos conflitos entre o Incra e os posseiros que, quando ficaram sabendo que as terras seriam confiscadas, trataram de se organizar e lutar pelos seus direitos. Organizaram uma comissão de lideranças que tinha a função de demonstrar para os funcionários do Incra que apesar de serem denominados de “posseiros” não eram “pessoas de desordem, pistoleiros, mas eram gente de bem e queriam trabalhar” (Zart, 1998:121). É possível notar que a categoria posseiro acionada por estes atores sociais carregava consigo elementos negativos, talvez por isto a dificuldade de se reconhecerem como tais e a necessidade de se organizarem para negociar com o Incra a fim de demonstrar que “eram gente de bem” e produtores com perfil “empreendedor”

Vários relatos orais destacaram que após reuniões entre a comissão de posseiros e o Incra, o Sr. Ferreira começou uma negociação com os posseiros e os que negociaram estão em Lucas até hoje, porém, quem enfrentou o Incra acabou perdendo tudo. Um trecho da entrevista é esclarecedor:

Pesquisadora - Então houve conflito de terra aqui?

Joaquim Abrantes - Bah! E se houve. Eles [os posseiros] mandavam vir os capangas lá de Cuiabá para defender a terra.

Pesquisadora - Então morreu gente neste conflito?

Joaquim Abrantes - [longo silêncio] Olha a senhora me desculpa mas sobre este assunto eu não posso falar.

(Joaquim Abrantes, natural de Santa Rosa/RS, trabalhador assalariado)

É impressionante como o silêncio é acionado pelos migrantes de Lucas do Rio Verde cada vez que é dirigida qualquer pergunta que se refira a possíveis conflitos. É como se existisse um constrangimento em relação ao assunto ou, até mesmo, um acordo tácito entre os moradores de não revelar possíveis conflitos como se isso pudesse, de alguma maneira, denegrir a imagem do município. O silêncio nestas ocasiões são sempre reveladores. Revelam que há algo a ocultar, fatos ou lembranças que não devem ser acionadas. Dos entrevistados apenas um foi mais direto ao se referir aos conflitos. Questionado sobre a existência de conflitos no início da colonização ele responde:

“Acho que é a página negra da história de Lucas que ninguém quer contar. (...) E houve sim muita violência, o pessoal do Incra era muito truculento, teve morte, (...) eu ouvi muito que no final de tarde era um faroeste aqui, uma cidade do oeste americano(...). Isso não é da minha época, mas eu lembro muito bem que muitos colonos, muitas famílias que vieram de lá [do Rio Grande do Sul] foram embora por causa da violência moral, da violência física é (...) existem casos de estupro... casos por parte das próprias pessoas que estavam aqui do Incra, que as pessoas chegavam, abusavam das pessoas e no outro dia cedo aparecia um comprador para comprar a terra do cara. (...) Na época em 83, 84 que existia isso. Eu vi muita gente, isso eu vi, pessoas que levavam muitas coronhadas e ficavam caídas porque desobedeciam alguma regra, alguma regra que era imposta pelo executor do Incra que era o delegado, o prefeito, era o policial, era o juiz... ele prendia, ele fazia tudo... havia muita arbitrariedade nisso... então

acho que isso fez com que as pessoas não queiram recordar isso né... é... não queiram lembrar, não queiram passar isso para as pessoas. Lucas é uma boa cidade hoje mas a história, não só em Lucas, mas em qualquer lugar, as cidades em qualquer lugar do Brasil e no mundo quando foram feitas assim... quando se vem fazer uma ocupação sempre vai ter a violência".

(Rodrigo Nogueira, natural de Ronda Alta/RS, comerciante)

Com efeito, este relato no mínimo coloca em xeque a visão idealizada que os demais entrevistados reforçavam ao responder que na história do município não havia registros de conflitos. Historicamente, todas as experiências de colonização dirigida no Brasil estão acompanhadas de relações de conflito, corrupção, violência e atitudes arbitrárias por parte do executor do projeto (Tavares dos Santos, 1993 e Ribeiro, 1987). É a "página negra da história de Lucas" que justifica o silêncio dos demais entrevistados que não querem "recordar" ou "lembra" porque isto seria reviver, de alguma maneira, uma experiência repleta de imagens e fatos capazes de acionar sentimentos ruins como medos, perdas ou sacrifícios.

Dois processos, segundo Halbwachs (1990), envolvem a anatomia da memória: a constituição da memória individual e a constituição da memória coletiva. A primeira é resultante das lembranças pessoais e a segunda é organizada a partir das experiências vividas pelo grupo social à qual o indivíduo possui ligação. O autor destaca que, apesar de constituírem-se de formas diferenciadas, isso não significa que sejam isoladas, pelo contrário, existe uma espécie de negociação que entra em jogo para conciliar memórias individuais e memórias coletivas, sendo que esta última pode reforçar a coesão social pela adesão afetiva do grupo. O silêncio pode ser entendido como uma estratégia dos migrantes de Lucas em preservar e manter a sua coesão social, afinal, conforme citei anteriormente, não gostam sequer de serem questionados sobre este assunto. Há um desconforto visível quando se questiona a respeito dos conflitos que aconteceram na cidade. É o que Pollak (1992) denomina de "memória enquadrada" que, em certa medida, contrapõe a tese freudiana de "supressão voluntária de memória"³⁷.

Nosso acervo de recordações e lembranças consiste num conjunto de representações que são constitutivos de nossa identidade. Pollak ressalta que há uma "ligação fenomenológica muito estreita entre memória e identidade" entendendo, no seu sentido mais restrito, a identidade relacionada com "a imagem de si, para si e para os outros" (Pollak, 1992:204), ou seja, a imagem que se constrói e se apresenta aos outros, através de uma representação, definidora da maneira como se quer ser percebido pelos outros. Temos no depoimento do migrante a consonância com esta idéia quando reforça que as pessoas não recordam dos conflitos porque talvez "não queiram passar isso para as pessoas" ou, em outras palavras, não é esta a imagem que se quer transmitir da história da cidade.

Até mesmo o conflito admitido e relatado com o Incra é, em alguma medida, amenizado quando os posseiros conseguiram o reconhecimento, mesmo que parcial, das suas terras já que, conforme relatos de Pedro e Onofre, para cada hectare aberto de terra o Incra concedeu mais dois hectares. Aquele posseiro que tinha 400 hectares abertos receberia a regularização de 800 hectares. Como os lotes eram demarcados em 200 hectares aqueles que tinham, por exemplo, 250 hectares (o que lhe daria o direito de 500) ficavam com 600 hectares, ou seja, 100 a mais.

O reconhecimento do direito de posse das terras destes posseiros possibilitou um processo de diferenciação desta categoria. O posseiro de Lucas do Rio Verde é alguém que faz negócios, que acompanha o mercado, que financia a safra, os implementos e as máquinas

³⁷ Sobre o assunto ver Pollak, 1992.

agrícolas. Ele é um modernizado que carrega entre seus valores a crença e a atitude do teor do trabalho e estas características exacerbadas na sua auto-definição faz dele um “posseiroempreendedor” (Zart, 1998:121). Aliás, uma das características marcantes destes posseiros é que, apesar de possuírem grandes extensões de terras, empregar alta tecnologia no plantio e organizar seu sistema produtivo de forma empresarial, eles não se reconhecem como empresários agrícolas, tampouco, como grandes produtores rurais. Por outro lado, reconhecem em si um “espírito empreendedor” o que os leva a se auto-definirem como “empreendedores”, mesmo porque, ele se sente e é legitimado pelos seus pares como “pioneiro” do município. Assim, a utilização do conceito de empreendedorismo em Lucas do Rio Verde está, do meu ponto de vista, relacionado com a construção do imaginário social em torno da figura do pioneiro. No entanto, irei aprofundar a análise desta imagem posteriormente.

Até aqui apresentei apenas um dos personagens da história de Lucas do Rio Verde, o posseiro. Um outro capítulo da história de Lucas começou paralelamente aos acontecimentos relatados. Em terras longínquas, mais especificamente no Rio Grande do Sul, onde se configurava o cenário de uma importante parte da história dos movimentos sociais no país, a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST iniciado no acampamento de Encruzilhada Natalino, no município de Ronda Alta, palco da caracterização social de um outro personagem luverdense, o “parceleiro”.

A concentração de terras e a modernização da agricultura desencadearam a expulsão dos trabalhadores do campo que, aos poucos, se articularam e montaram um acampamento. Este acampamento está relacionado com a expulsão, em 1978, de mais de mil famílias de posseiros que viviam na área de reserva dos índios Kaigang arrendando terras por intermédio da Fundação Nacional do Índio – Funai. Em setembro de 1979 uma parte destas famílias ocupou as glebas Macali e Brilhante, ambas em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, sendo logo depois expulsas. Em decorrência disto as famílias, organizadas pela igreja por intermédio da Comissão Pastoral da Terra – CPT, acamparam em Encruzilhada Natalino, município de Ronda Alta, onde iniciaram a construção de um espaço político em torno da luta pela terra.

Diante disto, o governo federal organizou um projeto de colonização da então Gleba Lucas do Rio Verde, localizado no Mato Grosso, direcionando o assentamento destas famílias de Ronda Alta e, de uma certa maneira, mascarando o seu objetivo principal, o de desmobilizar um movimento que se constituiu num marco da reforma agrária no país: o acampamento de Encruzilhada Natalino considerado o marco de fundação do MST (Castro et al,1994 e Zart,1998).

Segundo consta, as primeiras famílias de sem terra de Ronda Alta chegaram na madrugada do dia 7 de novembro de 1981³⁸. Eram 71 famílias que enfrentaram cerca de setenta horas de viagem entre o Rio Grande do Sul e o Mato Grosso trazendo na bagagem poucos bens materiais como roupas, algumas ferramentas para a lida no campo, e, totalmente desprovidos de recursos financeiros, com exceção de algumas famílias que venderam o pouco que tinham antes de partir. Além disso, traziam na bagagem a esperança de “conquistar a terra e integrar-se efetivamente no sistema produtivo e fazerem-se cidadãos” (Zart:1998:184).

³⁸ Dados levantados junto à prefeitura municipal, reportagens do jornal Folha Verde, Jornal O Globo (22/11/1981) e Revista Veja (05/06/2002 e 01/10/2003). .

Figura 2

Em maio de 1982 chega outro grupo de sem terras totalizando o assentamento de 203 famílias no Projeto de Assentamento Conjunto – PAC, Lucas do Rio Verde. Há controvérsia em relação ao número total de famílias assentadas e os números apontados variam entre 200 e 231 famílias assentadas.

Outra controvérsia está relacionada com o tipo de projeto dirigido para Lucas do Rio Verde. O Incra como órgão oficial para conduzir o Projeto Integrado de Colonização – PIC elaborou várias modalidades que segundo Castro et al (1994:50) podem ser resumidas em: (1) PAD – Projeto de Assentamento Dirigido; (2) PAR – Projeto de Assentamento Rápido; (3) PEA – Projeto Especial de Assentamento; (4) PEC - Projeto Especial de Colonização e (5) PAC – Projeto de Assentamento Conjunto³⁹.

No caso específico do Mato Grosso, já havia várias experiências de colonizadoras particulares que, do ponto de vista governamental, configuravam-se em experiências exitosas que reduziam custos do poder público. O PAC - Projeto de Assentamento Conjunto consistia na divisão de tarefas e custos com a colonização entre a iniciativa privada e o poder público

³⁹ Informações sobre os modelos de colonização do Incra ver Castro et al. 1990.

federal. Esta modalidade previa uma parceria entre o Incra, enquanto órgão federal, e uma colonizadora, geralmente cooperativas do sul do país. As colonizadoras além de dividir os custos e oferecer apoio logístico e de infra-estrutura para implantação do projeto, funcionavam como um agente legitimado pelas instâncias públicas com a tarefa de selecionar grupo de migrantes oriundos das regiões em que se intensificavam os conflitos decorrentes da luta pela terra. Ao Incra cabia a parte de regularização fundiária e demarcação dos lotes.

Foi o que aconteceu em Lucas do Rio Verde. O Incra regularizou a situação fundiária dos posseiros que havia na região (conforme já relatado), assentou as 203 famílias provenientes de Encruzilhada Natalino e, ainda, assentou 50 famílias responsáveis pela criação e instalação de uma cooperativa, a COOPERLUCAS – Cooperativa Agropecuária Mista de Lucas do Rio Verde⁴⁰. O projeto de Lucas prevê, desde a sua origem, a criação de uma cooperativa na região que, no decorrer do processo, se configurou numa importante ferramenta organizacional daquele espaço fronteiriço. Diante disso, sou levada a concordar com Castro et al (1994) de que a experiência de Lucas do Rio Verde enquadra-se como um Projeto de Assentamento Conjunto – PAC. Creio que seja pertinente destacar que Zart, apesar de reconhecer a existência e atuação da Cooperlucas no processo de colonização do município, inclusive relatando como ocorreu a constituição desta cooperativa, considera a experiência de Lucas do Rio Verde como um PEA – Projeto Especial de Assentamento (1998:125)⁴¹. Acredito que o PEA refira-se apenas a execução do assentamento das famílias de Ronda Alta, entretanto, no processo de colonização do município é possível constatar outros atores sociais que não sejam os assentados, mais conhecidos como “parceleiros”. Prova disto é a existência dos “posseiros” e dos “assentados” da Cooperlucas.

A execução do PAC Lucas do Rio Verde previa a implantação de infra-estrutura pelo Incra, tais como, estradas vicinais, postos de saúde, escolas, prédio da administração, armazém da Companhia Brasileira de Alimentos - COBAL, galpão, alojamento para funcionários, bem como, o planejamento do núcleo urbano. Contudo, o assentamento foi implantado sem a infra-estrutura prevista, pois, segundo relatos orais e outros registros, o que efetivamente se constatou na época foi apenas o barracão da COBAL, o alojamento dos funcionários do Incra, um posto de saúde (ver figura 2), o acampamento do 9º BEC e um Posto de Serviço (PS) com um telefone público. Ao chegar ao seu destino, cada família assentada recebeu um lote de 200 hectares e um barracão para se alojar. A foto 6 mostra a chegada das primeiras famílias depois de aproximadamente 70 horas de viagem. Ao fundo observa-se a sede do acampamento do 9º BEC com alguns equipamentos estacionados na frente. Apesar da rusticidade das instalações, não se compara à simplicidade dos barracões que serviam como moradia às famílias assentadas, conforme foto 7.

⁴⁰ Na seqüência estarei analisando a participação e envolvimento da Cooperlucas com o processo de colonização de Lucas do Rio Verde.

⁴¹ O Projeto Especial de Assentamento refere-se, exclusivamente, a implantação do assentamento das famílias oriundas de Ronda Alta/RS. Entretanto, na história de colonização de Lucas do Rio Verde relatada até aqui, já é possível identificar pelo menos dois atores sociais os posseiros, que chegaram antes do assentamento do Incra, e os parceiros, como são chamados os assentados. Além disto, irei abordar, na seqüência, um terceiro ator social que está vinculado a Cooperlucas.



Foto 6: Chegada das primeiras famílias. (Acervo da Prefeitura Municipal).

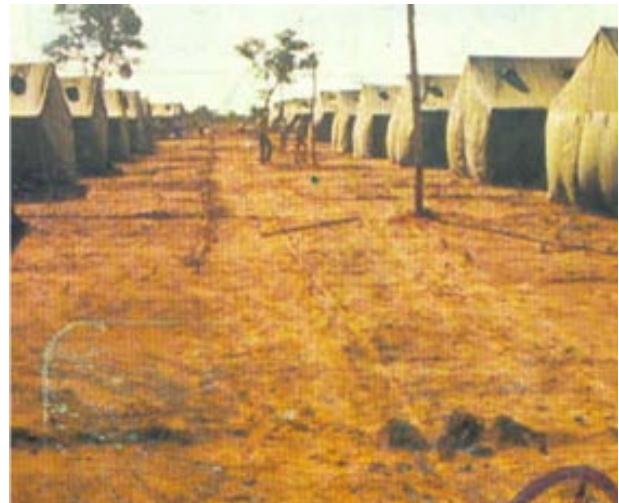
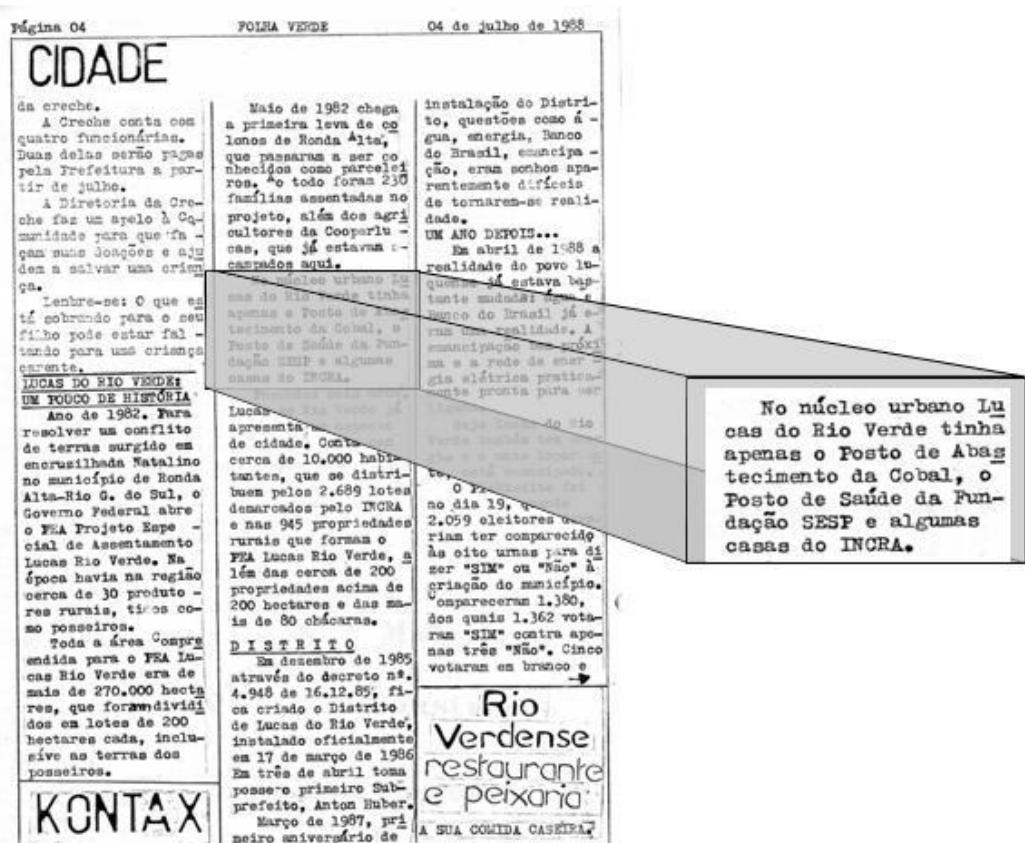


Foto 7: Barracões dos assentados em Lucas do Rio Verde. (Acervo da Prefeitura Municipal).

Os assentados de Lucas do Rio Verde eram denominados, localmente, como parceleiros por terem adquirido uma parcela no programa de colonização, categoria também utilizada para identificar os atores sociais da pesquisa realizada por Tavares dos Santos. O autor esclarece que “este termo se relaciona com programas de colonização oficiais do Incra, o que lhes dá uma conotação particular, pois se trata aqui de um programa organizado por uma cooperativa de colonização particular” (1993:148) o que, do meu ponto de vista, reforça o argumento da importância da Cooperlucas na constituição do município de Lucas.

Figura 3
Reportagem do Jornal Folha Verde de 04/07/1988



Cada família assentada recebeu 200 hectares de terra sendo que 25 hectares eram de área aberta. Receberam também calcário distribuído neste pedaço, uma modesta casa⁴², um poço com água e uma privada externa (pré-moldada) além de “uma certa quantia de dinheiro mensal e um rancho”⁴³. Estas famílias não dispunham de capital financeiro para adquirir a tecnologia necessária para o plantio no cerrado, tampouco tinham capital social⁴⁴ no que se refere ao conhecimento em lidar com este tipo de solo. Segundo relatos orais, uma parte das famílias assentadas não era de agricultores e, a outra parte, que tinha experiência em lidar com a terra, tentou repetir as técnicas de plantio que utilizava no sul em pleno cerrado matogrossense. Isso fez com que tivessem que “enfrentar um processo de estranhamento do meio”, sentimento que também atingiu os técnicos agrícolas e agrônomos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Mato Grosso – EMATER que, na maioria das vezes, quando eram solicitados pelos assentados, não conseguiam ajudá-los em virtude do desconhecimento no trato com a terra típica do cerrado (Zart, 1998:139).

⁴² Vários informantes ressaltam que o Incra concedia às famílias assentadas o material para construir suas casas.

⁴³ Rancho é um termo utilizado na região sul para designar a compra de gêneros alimentícios para o período de um mês ou 30 dias. Informação coletada no relato impresso da história de vida de Lawisch, 2000.

⁴⁴ Bourdieu define capital social como sendo o conjunto de recursos atuais ou potenciais ligados a uma “rede duradoura de relações mais ou menos institucionalizadas” (Bourdieu, 1986:249) de inter-conhecimento e inter-reconhecimento entre os membros da rede. Neste sentido, o volume de capital social de um indivíduo estaria associado a extensão da rede de relações que ele pode mobilizar. Para aprofundamento teórico ver Bourdieu, 1986. Sobre este assunto ver também Coleman, 1990 e Putnam, 1996.

Este “estranhamento” não afetou apenas os parceleiros, mas também os posseiros que destacaram as dificuldades nos primeiros anos de plantio por desconhecerem “a necessidade de primeiro plantar arroz para começar a corrigir o solo”.

“O serviço maior foi nos primeiros anos. Preparar cerrado: primeiro passar um correntão puxado por 2 tratores ou esteiras. Após a derrubada, a esteira passava e juntava formando montes de vegetação quebrada. Daí vinha o fogo. Uma atitude totalmente errada, mas assim foi feito. Após essa queimada era gradeado. Com esse trabalho apareciam muitas raízes dificultando as demais atividades. O trabalho mais difícil era a catação dessas raízes. Era tudo manual. Rendia muito pouco”.

(Onofre Justi, natural de Doutor Pedrinho/SC, agricultor empresarial e comerciante)

Percebe-se que além de aprender a trabalhar com as especificidades do cerrado o agricultor tinha que dispor de maquinário para poder produzir. O reconhecimento da “queimada” como uma “atitude errada” que, todavia, foi utilizada, demonstra a falta de preocupação inicial com a preservação ambiental já que o importante, naquela circunstância, era dominar as adversidades do solo e começar a produzir.

A imagem construída da terra como possibilidade de reprodução social da família para os parceleiros foi ameaçada, inicialmente, pelas condições reais de existência destes atores sociais descapitalizados que se encontraram em situação de completa inércia diante da conquista de um sonho – a posse de terra. Eram homens e mulheres pobres que foram expulsos de suas terras no sul e que, além da vontade e da motivação para o trabalho, não dispunham de capital (social e financeiro) que permitisse o investimento necessário para tornar a terra produtiva. A situação do parceleiro – possuidor de terra - é confrontada, paradoxalmente, com o modelo produtivo imposto pelas condições do cerrado. Somado a isso, eram alvo de todo o tipo de violência e atos de corrupção por parte do executor do Incra que, segundo Zart, os associava como “gaúchos frouxos” e “vagabundos” que criavam dificuldades para o “desenvolvimento de uma agricultura mecanizada e moderna” (1998:169), objetivo traçado na política econômica da ditadura militar. Na opinião de um entrevistado:

“Simplesmente o governo pegou e disse “Olha aqui ó então eu te dou 200 hectares, te dou madeira pra fazer uma casinha” abria lá uns 25 hectares de terra pra cada um, só que os caras não agüentaram. Porque isso aqui na realidade eu acho que pra este povo o governo tinha que dar terra de cultura, porque aqui cerrado, este cerrado não se dá pra fazer reforma agrária viu, na minha opinião isto aí. Porque o cerrado ele exige muita técnica, muita tecnologia pra se produzir. E a tecnologia é cara. (...”).

(Pedro Monduzzi, natural de Dona Francisca/RS, agricultor empresarial)

Ao reforçar instabilidade dos primeiros anos de produção e reconhecer as dificuldades técnicas do plantio no cerrado o posseiro percebe positivamente a sua situação sócio-econômica ressaltando a estabilidade e regularidade do seu trabalho. Por outro lado, se refere aos parceleiros como “esse povo”, que curiosamente são do mesmo local de origem (sul do país), que não “agüentou” as diversidades impostas pela natureza. A falar do “outro” numa relação de alteridade reconhece os valores positivados definidores da sua identidade. É recorrente no discurso dos migrantes de Lucas o fato do assentamento não ter tido o êxito esperado, o desenrolar de uma entrevista com dois migrantes “gaúchos” é revelador:

Pesquisadora – Mas porque o senhor acha que não deu certo?

Joaquim Abrantes – Eles [os parceleiros] *não tinham vontade de trabalhar*. Eles falavam que a terra aqui não produzia nada, que não dava nada. Inácio Oliveira - E um pouco também por falta de estrutura né gaúcho?

Joaquim Abrantes - (meio contrariado) É...

Inácio Oliveira - Falta de estrutura e *coragem*⁴⁵ né.

Joaquim Abrantes - Eles [os parceleiros] tinham que ter coragem e procurar alguma coisa, uma saída. Mas eles não é ...eles cessaram no tempo e ficaram parados. Porque dizer na época que eles procuravam uma saída? Não. Fizessem uma reunião entre eles? Mecanizasse então que nem tá agora e chegasse com vontade estariam tudo aí podre de rico”.

(Joaquim Abrantes, natural de Santa Rosa/RS, trabalhador assalariado e Inácio Oliveira, natural de Frederico Westphalen, trabalhador assalariado e comerciante)

A imagem acionada sobre os parceleiros é carregada de valores negativos como aqueles que “não tinham vontade de trabalhar” e desprovidos de “coragem”, muito embora, ao destacar a “falta de estrutura” destes atores sociais estejam, de alguma maneira, reconhecendo uma diferenciação social. É mister destacar algumas diferenças entre os posseiros e parceleiros.

Os posseiros, geralmente, eram pequenos agricultores desde a origem, eram filhos de agricultores que possuíam uma pequena extensão de terra no sul e algum tipo de aporte financeiro e logístico. Migraram na busca de melhores condições de reprodução familiar e com a intenção de adquirir grandes extensões de terra para o cultivo de soja em larga escala. Já os parceleiros eram homens e mulheres pobres, descapitalizados, sem terras que haviam sido despejados das reservas indígenas e das barragens e, saíram da sua origem como marginalizados pelo sistema produtivo modernizador. Além disto, diferentemente dos posseiros, não contavam com nenhum aporte financeiro e tampouco dispunham de máquinas e implementos agrícolas, contavam apenas com a sua força de trabalho.

Das 203 famílias assentadas somente algumas⁴⁶ permanecem atualmente no município, uma parte retornou para o Rio Grande do sul e outra parte foi direcionada para outros projetos de assentamento. Conforme registros de Zart (1998) e Tannuri (2003), e de acordo com meus relatos orais, muitas famílias de parceleiros migraram para outros projetos de assentamentos no norte matogrossense. Creio que seja significativo dizer que a migração de um projeto de assentamento para outro já havia sido relatada por Tavares dos Santos (1993) e, no caso específico de Lucas, inclusive vários relatos orais sobre a transferência de parceleiros para o projeto de assentamento Eldorado I, localizado no município de Ipiranga do Norte, pode ser evidenciada nos dados levantados por Tannuri. O autor constatou que no

⁴⁵ Esta categoria será analisada adiante como constitutiva da identidade “gaúcha” no Mato Grosso.

⁴⁶ O número de famílias assentadas pelo Incra que permanecem em Lucas não é exato. As informações coletadas revelam que ainda residem no município aproximadamente 10 famílias. Como não era meu objetivo de pesquisa contar a história destes atores sociais e, em virtude do tempo que envolve um trabalho de campo, não dispensei esforços para localizar estas famílias.

grupo das 350 famílias assentadas pelo Incra no Eldorado I, 42 famílias eram oriundas de Lucas do Rio Verde⁴⁷.

A visão dos posseiros, naturalizada pelos migrantes que chegaram depois que a maioria das famílias de parceiros já tinha ido embora, é a de que os parceiros além de não ter “tradição de trabalhar com agricultura”, se utilizaram da posse da terra para especulação por isso migravam de um assentamento para outro. É comum os posseiros ressaltarem as suas virtudes no que tange ao enfrentamento das dificuldades impostas pelo “desbravamento do cerrado” sem apoio do governo, ao passo que, os parceiros, do seu ponto de vista, contavam com “regalias” do Incra que além de conceder terras, fornecia material para construção de casas, “rancho”, adubo e uma quantia de dinheiro mensal por família como uma espécie de ajuda de custo para abertura das terras.

No que tange a categoria “trabalho”, há uma valorização do trabalho familiar. Os posseiros, que não por acaso são descendentes de italianos e alemães na sua maioria, acionam em seus discursos as categorias “trabalho” e “família” dentro de uma lógica valorativa que fazem parte da tradição cultural, na medida em que até hoje são vivenciadas e exaltadas como valores fundamentais. A valorização da capacidade de trabalho como responsável pela superação das adversidades impostas pelo meio e a família tida como “unidade produtiva” onde os descendentes devem ter “coragem para migrar para novas terras” e ser “esperto para abrir um negócio na cidade” (Mocellin, 1993:63 e 67) são elementos constantemente açãoados pelos “gaúchos” de Lucas. Em alguma medida, pude evidenciar estas características durante a pesquisa de campo já que é muito comum o agricultor ter um comércio na cidade onde os filhos, parentes e vizinhos trabalham e “tocam o negócio”. A “coragem”, categoria frequentemente açãoada pelos “gaúchos” de Lucas, será analisada adiante.

Aqui vale ressaltar que, além das “regalias” alguns posseiros afirmam que os parceiros receberam crédito do Banco do Brasil, outros, entretanto, não reconhecem este tipo de auxílio financeiro. O que de fato aconteceu é que o Banco do Brasil, com o aval do Incra, liberou uma Nota de Crédito Rural onde havia uma cláusula na qual o banco autorizava o parceiro a contratar terceiros para execução de serviços nas suas áreas. O banco não repassava o dinheiro do crédito para o parceiro, mas, sim, diretamente para o executor do serviço que se comprometia a “preparar, plantar, adubar, aplicar adubação de cobertura, pulverizar a lavoura a ser formada na propriedade do contratante” (no caso os parceiros). Os executores deste tipo de serviço eram geralmente os posseiros por possuírem tratores e implementos agrícolas necessários para o preparo da terra. Ou seja, esta operação funcionava, nas palavras de Zart, como se fosse um “tripé” onde o Banco do Brasil como proprietário do dinheiro, era o financiador; o parceiro que contraía a dívida, era o contratante e o contratado para prestação de serviço, era o posseiro. Esta operação era mediada pelo Incra que se colocava como o “articulador” das políticas desenvolvidas no assentamento (Zart, 1998:144-146).

Este crédito ainda estava condicionado à assistência técnica e à obrigatoriedade de cultivar alimentos básicos durante pelo menos dois anos (Castro et al, 1994). O alto custo de

⁴⁷ As terras adquiridas pelo Incra para o projeto de assentamento Eldorado I tinha por objetivo assentar 350 famílias excedentes do assentamento Coqueiral, localizado no município de Nobres que, “após permanecerem precariamente acampados e assentados durante um ano”, reivindicaram junto ao Incra melhores condições de existência. Os dados levantados por Tannuri destacam que este grupo de assentados era formado por 70 famílias originárias do Rio Grande do Sul, 42 famílias oriundas de Lucas do Rio Verde, 42 famílias de Sorriso, 70 famílias de Tapurah, 19 famílias de “sem-terra” que estavam acampadas à beira da BR-364, no município de Rondonópolis e 107 famílias de agricultores que foram “despejados da Reserva Indígena Soros, na região de Aripuanã, pondo fim a um conflito que perdurava por mais de três anos”. Todos os municípios citados localizam-se no Mato Grosso. Com exceção de Rondonópolis localizado na porção sul do estado e Aripuanã à noroeste, os demais municípios estão situados no norte matogrossense. Ver Tannuri, 2003:105-106.

produção devido, principalmente, ao pagamento elevado pela utilização dos maquinários dos empreiteiros para a correção do solo conjugado ao fato do Banco do Brasil ter cobrado a primeira parcela de amortização da dívida já no primeiro ano (sendo que, inicialmente, era previsto uma carência de três anos) conjugado com o fracasso da safra agrícola, fez com que muitos parceiros não conseguissem saldar as dívidas contraídas com o financiamento. Assim, a primeira safra de arroz dos parceiros foi frustrada e o Banco do Brasil não financiou mais os que não pagaram.

Outra dimensão que precisa ser considerada é a crise do arroz ocorrida no início dos anos 1980 que afetou a política de incentivos à agricultura elevando os juros de 12 para 35% ao ano. A saída dessas famílias do assentamento tornou-se inevitável, pois não encontraram outra solução que não fosse deixar o projeto, pois “o Incra esqueceu destes coitados aqui” me disse um informante. Segundo levantamento de Castro et al, em agosto de 1983 apenas 18 famílias continuavam no projeto. O destino destas famílias são os mais diversos, entretanto, foi recorrente durante as entrevistas o relato da situação em que o parceiro via-se na condição de ter que vender a sua terra e ter duas opções, ou voltar pro sul, ou migrar para outros projetos:

“[os parceiros] uma parte vendia em troco da passagem de ir embora, outros pegaram carro velho mais uns trocadinhos e voltava. (...) Retornavam pro sul. E teve alguns que foram direto pra outros acampamentos. (...) Então eu creio que as pessoas que não ficaram aqui, que foram embora daqui, elas voltaram pra Terra Nova⁴⁸ ou foram aqui também um assentamento [referindo-se ao assentamento Eldorado I]”.

(Onofre Justi, natural de Doutor Pedrinho/SC, agricultor empresarial e comerciante)

Tavares dos Santos já havia observado esta mobilidade entre os assentamentos ao analisar o destino dos parceiros do projeto Canarana que, dentre outros, um dos destinos era o assentamento de Lucas do Rio Verde (1993:112).

O abandono ou a “troca” para pagamento de dívidas ocasionou uma especulação de terras. Antigos posseiros, nesta época já regularizados pelo Incra, e novos compradores vindos do sul do país, a maioria incentivados pelos familiares e amigos que já estavam em Lucas, começaram a adquirir essas terras. Alguns parceiros chegaram a “trocar” suas terras pela quitação de dívidas contraídas com o dono do único supermercado que havia em Lucas, outros simplesmente abandonaram as terras voltando para o sul ou migrando para outros projetos de assentamento, permitindo que o executor do Incra passasse a vender indiscriminadamente os lotes rurais para latifundiários do sul e para grandes comerciantes da região culminando na concentração fundiária (Zart, 1998:148). A venda destas terras era ilegal sob o ponto de vista jurídico já que pelo projeto a área não podia ser negociada no período de 5 anos, mas o executor do Incra não se intimidou com isso. Sem contar a situação de corrupção que cercou a distribuição dos lotes do núcleo urbano doados apenas àqueles que mantinham relações pessoais com o executor ou com funcionários do Incra, os demais só conseguiam acesso aos lotes mediante a concessão de propinas (Castro et al, 1994).

Até aqui fiz um movimento analítico no sentido de entender o processo de colonização de Lucas do Rio Verde partindo da diferenciação interna entre “posseiros” e “parceiros”. Entretanto, um outro ator social é de suma importância para entendermos a história do município, os assentados ligados a uma cooperativa. Na ata de fundação da cidade, datada de

⁴⁸ Na sua pesquisa Tavares dos Santos conta que várias famílias saíram do assentamento de Terra Nova, cidade localizada no norte matogrossense, em direção ao assentamento de Lucas do Rio Verde. O informante faz referência à famílias que possivelmente possam ter retornado para Terra Nova.

5 de agosto de 1982, é prevista a implantação da uma cooperativa que ficaria responsável pela área social e assistência técnica aos parceleiros e posseiros. É então constituída a Cooperativa Agropecuária Mista de Lucas do Rio Verde – Cooperlucas por um grupo de 50 famílias oriundas de São Paulo ligadas à Cooperativa Agroindustrial Holambra:

“(...) a idéia de criar a Cooperlucas foi dentro da Holambra, cooperativa de Holambra de São Paulo. O pessoal ali vieram pra cá pro Mato Grosso tinha a intenção de vir um grupo de associados pra cá então criaram a cooperativa lá pra ela trabalhar aqui no Mato Grosso. A idéia saiu lá de dentro. Eles vieram e pegaram terra, eles ganharam terra do Incra. (...) A cooperativa ganhou uma parte, aqueles associados ganharam né cada e depois veio o assentamento do pessoal do sul que veio lá de Ronda Alta da Encruzilhada Natalino lá”.

(Toríbio Chanuca, natural de Monte Carmelo/MG,
empresário do setor agrícola)

Toríbio conta que chegou em Lucas o ao de 1986 e já pegou a “evolução da vila dependendo da cooperativa” já que boa parte da infra-estrutura da cidade saiu de “dentro da Cooperlucas”. O envolvimento da cooperativa com o crescimento e desenvolvimento da cidade vai desde a prática de permuta com a prefeitura constatada na troca de caminhões adquiridos pela Cooperlucas por uns armazéns doados pela prefeitura até a participação no convênio que viabilizou o acesso a energia elétrica no município, sendo que, antes disto, a cooperativa “já havia emprestado um motor para a Cemat⁴⁹ fornecer energia para a cidade”. Até mesmo as primeiras pesquisas sobre cultivares de arroz foram realizadas através do convênio entre a Cooperlucas e um grupo francês de pesquisa, o Cirad. O informante destaca que “a Cooperlucas mantinha naquela época três técnicos na área de arroz, dois franceses e um brasileiro que cuidava dessa área de pesquisa”. A Cooperlucas também estimulou a formação de outras cooperativas, como foi o caso da Credilucas⁵⁰, atualmente, Sicredi⁵¹:

Em virtude da maioria dos associados da Cooperlucas não possuir escritura da terra, apenas o título de posse, a cooperativa buscou uma parceria com o Banco do Brasil servindo como intermediária entre o agricultor e o banco. Isto acontecia pelo fato dos agricultores não terem como dar garantias ao banco. Os riscos decorrentes dos financiamentos eram assumidos integralmente pela Cooperlucas o que, na opinião do entrevistado, era algo muito “cômodo” para o Banco do Brasil.

Aliás, um dado que chama atenção é a importância dada ao cooperativismo pela comunidade em geral. Nos jornais locais, em atividades realizadas nas escolas, nas palestras em que participei durante a realização da EXPOLUCAS⁵² e no discurso dos entrevistados o cooperativismo aparece como forte referência para os luverdenses:

“Na verdade Lucas é uma sociedade cooperativa, essa é a verdade. Se você pegar aí os grandes empreendimentos que tem aqui em Lucas foi feito

⁴⁹ Centrais Elétricas Matogrossense, empresa estadual que em 1997 foi privatizada e adquirida pelo Grupo Rede, conhecido no Mato Grosso como Rede Cemat.

⁵⁰ A fundação da Credilucas ocorreu da associação entre 27 agricultores de Lucas do Rio Verde e Tapurah que precisaram vender o soja verde, produto de ser colhido, para constituir uma cooperativa de crédito. A data de fundação é de 10 de fevereiro de 1990, atualmente, conhecida como Sicredi Verde.

⁵¹ O Banco Cooperativo Sicredi S.A é o primeiro banco cooperativo privado autorizado a funcionar no Brasil. Constituído em 1995, o Banco Cooperativo Sicredi é uma das organizações integrantes do Sicredi – Sistema de Crédito Cooperativo (Fonte: <http://www.sicredi.com.br>).

⁵² Exposição Agropecuária, Comercial e Industrial de Lucas do Rio Verde popularmente conhecida como Expolucas, é uma feira agropecuária realizada anualmente e considerada o maior evento da cidade.

através de cooperativas. Um caminhão de pessoas que se juntaram com o mesmo objetivo e colocaram em prática isso e deu certo. Nós tivemos o caso da Cooperlucas, claro que tivemos alguns problemas, mas no momento foi crucial e muito importante para o desenvolvimento do município, que teve a sua importância e não deixa de ter a sua importância até hoje”.

(Afonso Zanella, natural de Barracão/PR, professor de educação básica)

A categoria “cooperativismo” é açãoada como justificativa para o desenvolvimento da região, constatado nos indicadores sócio-econômicos do município. O sentido de cooperação, de ajuda mútua, de valorização do coletivo é frequentemente ressaltado nos discursos e nas práticas sociais dos “gaúchos” de Lucas. As fotos 9 e 10 retrata um dos desfiles cívicos realizados em Lucas do Rio Verde, em comemoração ao Dia Internacional do Cooperativismo⁵³. Não foi possível precisar a data deste desfile mas, segundo dados coletados, anualmente são realizados eventos em comemoração desta. O desfile observado nas fotos envolveu alunos da rede pública e privada que foram estimulados a pesquisar sobre a temática e sua importância na história do município e organizarem uma espécie de desfile cívico. Cada escola organizou suas alas, semelhante ao que ocorre nos desfiles carnavalescos. A foto 9 retrata o desfile da Escola Municipal de 1º grau Gonçalves Dias, conforme identificado na primeira faixa empunhada por dois estudantes. A frente da faixa temos uma menina com a bandeira de Lucas do Rio Verde em punhos e um menino com a bandeira da Cooperlucas o que denota a importância do vínculo entre o município e a cooperativa. Apesar de não estar visível na foto 8, a segunda faixa está escrita em letras maiúsculas e destacadas “Cooperativismo” e, embaixo, com letras menores, porém em maiúsculo, o lema “união, luta e trabalho”. O cooperativismo não é visto apenas como uma forma de associação produtiva, mais do que isto, é uma associação baseada em preceitos como “união”, “luta” e “trabalho”, categorias valorativas açãoadas pelo migrante “gaúcho” para destacar a sua identidade social⁵⁴.



Foto 8: Desfile realizado no Dia Internacional do Cooperativismo.
(Acervo da Cooperlucas).

⁵³ Foi instituído em 1923, no Congresso da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), com o objetivo de comemorar, no primeiro sábado de julho de cada ano, a confraternização de todos os povos ligados pelo cooperativismo (Fonte: <http://www.portaldocooperativismo.org.br>).

⁵⁴ Estes valores aparecem em vários discursos analisados nos capítulos 3 e 4.

Já na foto 9, observa-se crianças na faixa etária dos 7 ou 8 anos simulando sob a carroceria de um caminhão o ambiente rural e, apesar de estarem todos vestidos com calças jeans e camisetas brancas, do lado esquerdo da camiseta verifica-se o símbolo universal do cooperativismo⁵⁵ (imagem 1). O ambiente rural é retratado nas palhas de plantação de trigo espalhadas sobre a carroceria; nas laranjas e sementes de soja penduradas no fundo da carroceria; nas cores oficiais do cooperativismo, verde e amarelo, na faixa presa ao longo da carroceria; no chapéu de palha utilizado pelo menino que está no lado esquerdo da foto e, até mesmo, nos dizeres dos cartazes. Pela caligrafia e devido a seqüência de separação silábica das palavras, os cartaz foram redigidos, provavelmente, pelas crianças. Não posso afirmar que a mensagem redigida tenha sido criada pelos mesmos, em todo caso, creio que seja significativo os dizeres do cartaz central da foto, que chega a ofuscar o rosto da menina: “Ser agricultor é ser um homem esperançoso, é lançar a semente e acreditar na certeza da boa colheita”. Outro dado importante é o desenho de um dos cartazes. O desenho retrata uma casa com um letreiro “escritório” situado no meio de várias árvores. Considerando que o ato de desenhar não é uma linguagem exata mas, no mínimo, denota uma determinada visão de mundo, é possível perceber que até mesmo a expressão artística destas crianças destacam uma peculiaridade de Lucas do Rio Verde, a articulação campo-cidade, que será analisada no capítulo 4.



Foto 9: Desfile realizado no Dia Internacional do Cooperativismo. (Acervo da Cooperlucas).

⁵⁵ Antigamente o pinheiro era tido como um símbolo da imortalidade e da fecundidade, pela sua sobrevivência em terras menos férteis e pela facilidade na sua multiplicação. Os pinheiros unidos são mais resistentes e ressaltam a força e a capacidade de expansão. O círculo representa a eternidade, pois não tem horizonte final, nem começo, nem fim. A cor verde evoca as árvores, princípio vital da natureza e a necessidade de se manter o equilíbrio com o meio-ambiente. E, por fim, o amarelo simbolizando o sol, fonte permanente de energia e calor.



Imagen 1: Símbolo universal do cooperativismo.

A foto 10 é reveladora da importância da Cooperlucas desde o início do projeto de Lucas do Rio Verde. A foto retrata a primeira reunião realizada com as famílias de parceiros assentados. Mesmo com a precariedade das instalações a imagem positivada da colonização, desde o início, estará presente no imaginário das pessoas através da propaganda que envolvia os projetos de colonização privada⁵⁶. Quero destacar os dizeres da faixa fixada no barracão: “Aqui está a realidade concreta da ação conjunta governo – iniciativa privada”. Ou seja, a “iniciativa privada” é representada pela Cooperlucas e o “governo” é representando pelo Incra, mais especificamente, pelo executor do projeto de assentamento.



Foto 10: Reunião com as primeiras famílias de parceiros que chegaram em Lucas do Rio Verde.(Acervo da Cooperlucas).

⁵⁶ Sobre as estratégias que envolvem a propaganda da colonização ver Tavares dos Santos, 1993.



Foto 11: Vista interna da reunião com as primeiras famílias de parceiros que chegaram em Lucas do Rio Verde. (Acervo da Cooperlucas).

De acordo com Tavares dos Santos, estas reuniões realizadas em salões comunitários tinham o objetivo de disseminar os “aspectos positivos das novas terras” desta maneira os meios de comunicação exerciam um importante papel como “aparelho ideológico” capaz de difundir a idéia da colonização. Outra semelhança com a pesquisa do autor é a “lógica familiar” de deslocamento. A importância da migração de caráter familiar está relacionada com a capacidade de trabalho, fator decisivo para o êxito nas novas terras, isto justifica o fato relatado por alguns entrevistados e, de certa maneira corroborado na imagem da foto 11, de que os parceiros se tratavam de famílias nucleares os quais seus membros estavam em idade de trabalhar (Tavares dos Santos, 1993:90-94).

Na verdade a Cooperlucas teve uma participação importante no processo de assentamento dos parceiros já que viabilizou toda uma infra-estrutura de educação, saúde, participou ativamente na organização e planejamento do núcleo urbano, juntamente com o Incra; além da função de agregar os novos habitantes de Lucas em atividades sócio-culturais, como o típico churrasco⁵⁷ “gaúcho” servido na ocasião da reunião supra citada com os parceiros (foto12)⁵⁸.

⁵⁷ A importância da alimentação na (re)construção da identidade gaúcha será analisada no capítulo 3.
⁵⁸ Fonte: Lucas do Rio Verde, edição especial, 1993.



Foto 12: Preparo do churrasco servido durante a reunião com as primeiras famílias de parceiros que chegaram em Lucas do Rio Verde. (Acervo da Cooperlucas).

Retomando a análise anterior, Zart destaca que o grupo de migrantes fundador da Cooperlucas “tem origem e experiência bastante acentuada no cooperativismo” e os denomina de “paulistas” (1998:123). Diferentemente deste autor, entendo que ao utilizar a categoria “paulista” e, portanto, reconhecê-los como naturais do estado de São Paulo, deixaria de revelar o significado da criação desta cooperativa até mesmo porque, a origem deste grupo social é heterogênea, como estarei abordando adiante. Acredito que a atuação da Cooperlucas representa uma importante alteração no padrão de ocupação de Lucas do Rio Verde com o objetivo de atender a demanda de uma economia impulsionada pela industrialização da agricultura.

Os valores do cooperativismo foram incorporados pelos migrantes “gaúchos” como um diacrítico da sua identidade. “Ajuda mútua”, “solidariedade”, “coragem”, “trabalho” e “união” são valores referenciados pelo cooperativismo e frequentemente acionados nos discursos destes atores sociais. No entanto, com a intensificação da industrialização brasileira, sobretudo, após a década de 1970, o cooperativismo moderno passou a exigir da cooperativa uma mentalidade de empresa no sentido de possuir uma determinada estrutura que assegurasse a sua função no mercado, qual seja, a de viabilizar a unidade produtiva de seus associados, no caso o produtor rural, possibilitando agregar valor aos seus produtos, ganhos de escala, redução de riscos, com isso aumentando a renda e melhorando a competitividade. O cooperativismo adquire, então, um perfil empresarial ao qual alguns autores atribuem o termo “cooperativismo empresarial” (Reni Ew, 2001). Mas a Cooperlucas nos primeiros anos não tinha recursos e infra-estrutura que a caracterizasse desta maneira pois suas instalações eram precárias e funcionava com dois secadores de grãos antigos e, de acordo com um dos informantes, o investimento que resultou na “impulsão da Cooperlucas” foi quando “nós viemos pra cá”.

O “nós” acionado pelo entrevistado está relacionado com o grupo de migrantes que foi selecionado e assentado pela Cooperlucas através do convênio entre os governos do Brasil e Japão firmado no Programa Nipo-brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento do Cerrado – PRODECER, assinado em 1985, responsável, também, pelos investimentos que resultaram na “impulsão” da cooperativa. A origem destes novos assentados ligados à

Cooperlucas são as mais diversas, prevalecendo o migrante de origem “gaúcha”. Portanto, categorizar os migrantes ligados à Cooperlucas como “paulistas” deixaria de considerar a heterogeneidade do grupo, muito embora reconheça que a fundação da cooperativa esteja associada ao grupo de “paulistas” de Holambra.

Com o avanço das pesquisas de desenvolvimento da agricultura no cerrado realizada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nasceu a CAMPO – Companhia de Promoção Agrícola, uma parceria entre os governos do Brasil e do Japão financiada pela iniciativa privada dos dois países. A Campo foi fundada em 1978 resultante de uma joint venture⁵⁹ entre duas holdings: do lado brasileiro a BASAGRO – Companhia Brasileira de Participação Agro-industrial que detém 51% das ações ordinárias e, do lado japonês, a JADECO - Japan-Brazil Agricultural Development Corporation responsável por 49% das ações ordinárias. Foram três projetos executados: o Prodecer I realizado no período de 1979-1983 em três áreas de Minas Gerais com 92 famílias assentadas; o Prodecer II realizado no período de 1985-1990 em duas áreas do cerrado no Mato Grosso e na Bahia com 165 famílias assentadas tendo sido realizada uma expansão do projeto até 1993 onde foram abertas 11 áreas nos estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul resultando no assentamento de 380 famílias e o Prodecer III no período de 1995-2001 implantado em duas áreas no Tocantins e no Maranhão com 80 famílias assentadas no projeto⁶⁰.

Uma das áreas destinadas ao Prodecer II foi Lucas do Rio Verde. No bojo da execução do projeto, a Cooperlucas expandiu as suas atividades recebendo alto investimento do programa possibilitando a construção de um complexo agroindustrial que serviu de apoio ao produtor local. A intenção do Prodecer II era financiar pesquisas para o cultivo de soja no cerrado matogrossense e, por isso, de acordo com o entrevistado investiu “pesado” na Cooperlucas.

Diante dos argumentos expostos até aqui, é possível identificar em Lucas do Rio Verde de três movimentos migratórios: o primeiro está relacionado com a migração espontânea dos posseiros; o segundo associado ao assentamento das famílias de parceiros que vieram de Ronda Alta e o terceiro viabilizado pelo Prodecer, os quais denomino como assentados da cooperativa. O retorno dos parceiros deixando pra trás seus lotes vazios ou vendendo-os por um preço muito abaixo do mercado também foi um dos condicionantes deste terceiro movimento migratório (Zart, 1998).

Apesar da CAMPO, enquanto idealizadora do projeto, utilizar a categoria de “assentado” para designar os beneficiários do programa creio que seja de suma importância uma análise do perfil deste migrante. A empresa era responsável pela seleção dos migrantes a serem assentados no projeto Piúva – nome dado a área incorporada ao Prodecer II em Lucas do Rio Verde – tendo como requisitos básicos: (1) ter experiência na agricultura e (2) possuir uma parcela de recursos próprios. Um informante relatou que na época muitas pessoas sentiam receio de incorporar-se ao projeto porque o investimento era alto. Na época, cada assentado poderia financiar dois tratores, uma colheitadeira, uma casa, um barracão e uma área de 400 hectares, sendo que, a contrapartida era a disponibilidade de 20% de recursos próprios. Segundo o informante era preciso ter “coragem” para assumir um financiamento nestes termos por se tratar de uma área no cerrado, que envolve uma série de dificuldades no

⁵⁹ Instrumento jurídico que estabelece as regras de relacionamento entre duas ou mais empresas, sem interferir na estrutura societária, restringindo-se aos aspectos operacionais. Normalmente é celebrada entre duas empresas visando a troca ou transferência de tecnologia, experiências e realização de operações de forma conjunta. pode ser definida como uma fusão de interesses entre uma empresa com um grupo econômico, pessoas jurídicas ou pessoas físicas que desejam expandir sua base econômica com estratégias de expansão e diversificação, com propósito explícito de lucros ou benefícios, com duração permanente ou a prazos determinados (Fonte: <http://ceae.geness.ufsc.br>)

⁶⁰ Informações coletadas na página digital da Campo. Ver <http://www.campo.com.br>.

trato com a terra e um processo de produção diferenciado daquele em que a maioria estava habituado.

Outro fator seletivo, reconhecido no discurso do migrante, é a diferenciação social dos “assentados” pelo Prodecer:

“(...) quando nós viemos pra cá em 1986 eu vim com um projeto de colonização PC-Piúva (...) do Prodecer mas vamos dizer assim era uma reforma agrária, não querendo se menosprezar, mas uma reforma agrária elitizada porque nós viemos com maquinário, viemos com casa, com barracão e tudo. Quando nós entramos ali nós éramos 40 companheiros. A Cooperlucas nesta época era 180 sócios. (...) E dai pra cá houve um investimento do Prodecer em cima dela, da Cooperlucas, e aí que ela começou a crescer (...)”.

(Toríbio Chanuca, natural de Monte Carmelo/MG, empresário do setor agrícola)

Diferentemente dos parceiros estes assentados do projeto Piúva recebiam financiamento, apoio logístico e de infra-estrutura da Cooperlucas caracterizado no discurso de Toríbio como uma “reforma agrária elitizada” devido às condições materiais de existência deste grupo que assume um perfil empresarial. Ocorreu uma re-significação da utilização da categoria “reforma agrária” expressa não só na percepção de Toríbio, mas, também, na política implementada nos projetos de colonização privada que começaram a ser financiados pela ditadura militar na década de 1970 e que até os dias de hoje se configuram como uma estratégia governamental de colonização. Esta “elitização” está associada ao modelo fundado no padrão produtivista da agricultura modernizada cujo personagem principal é o agricultor empresarial. As unidades produtivas do agricultor empresarial modernizado assumem um caráter de empresa cuja gestão é de responsabilidade dos familiares. Vale aqui destacar que, este ator social, não se reconhece como “assentado” e, tampouco, como “empresário”, mas como “empreendedor” chamando para si a tarefa de viabilizar o crescimento e o desenvolvimento do município baseado, sobretudo, nos valores do cooperativismo.

Surge, assim, um novo perfil de migrante no cerrado luverdense que se aproxima da denominação de “colono forte” que tem sua dicotomia identitária no “colono fraco”, diferenciação utilizada por Tavares dos Santos (1993)⁶¹, guardando, todavia, uma especificidade. Por “colono forte” o autor entende uma diferenciação social construída com base no critério de volume e de qualidade dos recursos trazidos pelos colonos no momento de sua chegada (1993:156).

Trazendo para o universo empírico de Lucas do Rio Verde, esta oposição entre “forte” e “fraco” é válida para a distinção entre posseiros e parceiros. O critério de diferenciação entre o “posseiro-forte” e o “parceiro-fraco” também se sustenta no “volume” e na “qualidade” do capital (social, econômico e financeiro) trazido desde a origem por estes atores sociais. Por outro lado, a categoria “colono” só apareceu, durante a pesquisa de campo, em uma única entrevista (Rodrigo Nogueira) creio que por esta categoria estar associada, usualmente, com camponês e pequenos agricultores familiares, e, no caso de Lucas do Rio Verde o migrante é associado à idéia de “pioneiro”, “empreendedor” e “desbravador”.

É preciso esclarecer que toda a vez que me dirigia a algum morador de Lucas, aleatoriamente, explicando que era pesquisadora e apontando os objetivos da pesquisa, freqüentemente, ouvia “Ah! Você tem que entrevistar” o fulano “que é *pioneiro*”. É

⁶¹ Tavares dos Santos elabora as categorias de “colono forte” e “colono fraco” segundo critérios identificáveis in loco, no caso, sua pesquisa foi realizada no projeto de colonização de Terra Nova do Norte, município também localizado na região norte do Estado de Mato Grosso. Ver Tavares dos Santos, 1993:156-158.

significativo notar que os migrantes identificados e naturalizados como “pioneiros” não eram os parceleiros e sim os posseiros e os assentados da cooperativa. Ou seja, ainda que os parceleiros tenham chegado antes dos assentados da cooperativa eles não foram destacados pelos entrevistados como “pioneiros”.

A auto-imagem dos posseiros e assentados da cooperativa está relacionada com a de “pioneiro” e “empreendedor” conferindo a este grupo uma relativa homogeneidade social, embora sua trajetória de migrante seja distinta, valorizando, via de regra, a sua porção nômica, ou seja, características adjetivadas como “coragem”, “espírito empreendedor”, “cooperação”, “solidariedade”, etc. Já a categoria “parceleiro” é açãoada sempre com uma imagem negativa, valorizando sua porção anômica de “inaptidão para o trabalho” no campo, por serem “desordeiros”, a “falta de coragem”, etc. Desta forma, toda vez que me referir ao “pioneiro”, “empreendedor”, ou “desbravador” de Lucas, estarei açãoando, imediatamente, as categorias “posseiros” e “assentados da cooperativa”.

Outra aproximação com o estudo de Tavares dos Santos é que, dentro do modelo de colonização privada, há uma seleção social do “migrante ideal” que não é feita ao acaso. O migrante de origem sulista era preferido por já ter passado pela experiência da colonização, por evocar um “espírito pioneiro” e por tratar-se daqueles que viveram a tradição de seus avós, imigrantes italianos e alemães, com todas as dificuldades que eles experimentaram tendo na migração um “modo de viver” (1993:109).

“Quando veio o Prodecer já veio bem mesclado. “Bem mesclado” [tom irônico], vamos dizer, nós viemos em quatro mineiros, um matogrossense do sul, o resto era gaúcho, ou catarinense ou paranaense, era sulista. Com exceção desse matogrossense do sul nós éramos quatro mineiros. Ah! Não. Desculpe tinha paulista no meio, paulista que já residiam no Mato Grosso já. Acho que dois ou três paulistas”.

(Toríbio Chanuca, natural de Monte Carmelo/MG, empresário do setor agrícola)

Esta situação social de origem, de maioria sulista, foi percebida durante a realização da pesquisa sempre corroborada nas falas dos entrevistados ao reconhecerem que, em Lucas do Rio Verde, “a maioria é de sulista” ou “aqui é tudo gaúcho”. O modelo idealizado de colonização estava, então, alicerçado em um processo de seleção social do migrante, processo o qual me proponho a analisar adiante.

CAPÍTULO 2

“GAÚCHO” É BICHO CARPINTEIRO

“Hoje, no Brasil o povo mais aventureiro, o povo que mais anda de todos os estados do Brasil é o gaúcho. Tu pode pegar e escolher em todo o Brasil um lugar onde tu acha que nunca teve nenhum, ele está instalado lá”.

(Bento Nardelli, natural de Giruá/RS, comerciante)

2.1. Sair, mudar, migrar: o entrevero da mudança

Sair de um lugar pra outro, deslocar-se, buscar melhores condições de vida e de existência, migrar, enfim, o indivíduo ao sair do seu local de origem, via de regra, está a busca de um sonho, esteja ele associado à questões de ordem econômica e financeira ou esteja vinculado a possibilidade de sua reprodução social. O estudo da migração está, costumeiramente, dividido em dois grupos, migrações internas e migrações internacionais. Embora cada grupo tenha suas especificidades o que se percebe são características semelhantes referente às motivações para migrar e os efeitos sociais da mobilidade. Neste trabalho, o foco de estudo são as migrações internas, entretanto, lanço mão da literatura sobre migração internacional para melhor compreensão do universo do migrante, este personagem emblemático da colonização brasileira. Isto posto, é preciso alertar que utilizarei como recurso metodológico as categorias de “imigração”⁶² e “imigrante” para referir-me ao deslocamento de determinados grupos sociais de origem européia para o Brasil no início do século XIX, e, por “migração”⁶³ e “migrante” refiro-me aos deslocamentos internos que ocorrem dentro do território – no seu sentido mais estrito – nacional.

Distintas abordagens sobre o conceito de migração apontam divergência no entendimento dos fenômenos de deslocamento humanos. Becker (1997) distingue dois enfoques analíticos: o neoclássico e o neomarxista, ambos com forte viés economicista. Para a visão neoclássica a migração é percebida como um mecanismo gerador de equilíbrio para as economias em desenvolvimento e daqui percebe-se a forte influência do processo de industrialização⁶⁴. A decisão de migrar estaria na avaliação que o migrante fizesse das diferenças de renda esperada sendo, portanto, uma decisão de caráter individual, conferindo um enfoque determinista desta abordagem. Já para a vertente neomarxista a migração é concebida como um processo dialético resultando na crescente sujeição do trabalho ao capital.

⁶² Para fins deste estudo, imigração é o movimento de pessoas ou de grupos humanos, provenientes de outras áreas, que entram em determinado país, com o intuito de permanecer definitivamente ou por período de tempo relativamente longo. Se o fator econômico é preponderante na definição do país de destino, não devem ser esquecidos outros elementos que têm influência importante, quando não decisiva, na escolha do país em que pretende residir. Quando o fator de expulsão é criado por pressões políticas, perseguições religiosas, discriminações raciais, violação de direitos, torna-se importante ao imigrante encontrar o necessário clima de liberdade, segurança, de ausência de preconceitos e de melhores condições de vida. Imigrar significa entrar num país estrangeiro para nele viver. Imigrante é o indivíduo que, deslocando-se de onde residia, ingressou em outro país diferente do de sua nacionalidade, ali estabelecendo sua residência habitual, em definitivo ou por período relativamente longo. Ver Golgher, 2004.

⁶³ Movimento de pessoas, grupos ou povos de um lugar para outro. Migrar é mudar, passar de uma região a outra. Por analogia migrante é toda a pessoa que se desloca de uma região para outra. Estarei aprofundando este conceito na seqüência.

⁶⁴ O migrante, de acordo com Leon Walras e Vilfredo Pareto, é visto apenas como trabalho móvel servindo como um mecanismo de ajuste de mercado (equilíbrio entre a oferta e demanda). Ver Becker, 1997.

O significado e a dimensão deste processo social é percebido na trajetória dos grupos sociais que seguem os movimentos da acumulação do capital. Neste sentido, a mobilidade é forçada pela necessidade e valorização do capital e não é mais por vontades individuais como resposta a diferenças de renda (Becker, 1997:325-332).

Ao analisar as migrações internas a partir do intenso processo de industrialização brasileira o economista Paul Singer (1970) destaca que as desigualdades regionais foram determinantes no movimento de grupos sociais (de uma região para outra) no território nacional. Os fatores estruturais que atuam como mola propulsora deste movimento migratório atingem em primeira instância os grupos menos favorecidos e, na seqüência, camponeses e proletários. Os fatores de expulsão podem ser classificados como: de mudança ou de estagnação. O primeiro refere-se à introdução do aparato tecnológico no campo que objetiva a maior produtividade da terra e consequente redução do nível de emprego no meio rural e, o segundo, se caracteriza pela pressão demográfica sobre a terra que, historicamente, de acordo com a estrutura fundiária brasileira, privilegia os grandes proprietários de terras. A expropriação dos pequenos produtores aliado ao contínuo crescimento vegetativo ocasiona pressão sob o uso da terra e, em decorrência disto, várias famílias buscam no movimento migratório uma alternativa de manter suas condições materiais de existência.

A colonização é um processo social cuja análise e interpretação sociológica possui estreita ligação com a política imigratória. A crise do Brasil agrário e o estrangulamento da economia colonial condicionou a adoção de uma política de imigração que viabilizasse a reprodução da força de trabalho fortemente vinculada à necessidade de constituição de um mercado livre de trabalho para a grande lavoura (Martins:1973:16). A imigração só ganha sentido e razão de ser a partir da contabilidade entre “vantagens” econômicas e “custos” sociais e culturais reduzidos. Esta função meramente econômica e técnica orienta a imigração para os interesses materiais e simbólicos que atribuímos a nós mesmos. Isso decorre do fato de que o imigrante é visto, essencialmente, como uma força de trabalho e, em muitos casos, uma força de trabalho provisória, em trânsito (Sayad, 1998:50-54).

Pode-se dizer que o trabalho é a própria justificativa da imigração e, em última instância, o “trabalho” que faz “nascer” o imigrante, que o faz existir. O trabalho quando termina faz “morrer” o imigrante, decreta sua “negação ou que o empurra para o não ser” (Sayad, 1998:55). Esta é uma das características da sociedade capitalista onde a redução do trabalho a mera condição de mercadoria⁶⁵ transforma o camponês num vendedor de sua força de trabalho que vê no deslocamento uma possibilidade de reinclusão na sociedade (Martins, 1998:120-121) e, neste sentido, o imigrante só pode ser concebido indissociavelmente ligado ao trabalho. Este argumento corrobora a idéia de que a imigração se apresenta como um aspecto das transformações econômicas privilegiando, na maioria das vezes, um enfoque quantitativo dos seus efeitos.

Do ponto de vista sociológico, a imigração envolve três fases. A primeira refere-se a motivação para imigrar, ou seja, as necessidades e condições de existência que levam uma pessoa (ou grupo) a sair de um lugar para outro; a segunda relaciona-se ao processo imigratório em si, ao aspecto concreto da mobilidade física; e a terceira constitui a assimilação do imigrante no território de adoção. Nesta última fase que está circunscrito o objeto desta pesquisa, pois, parto do pressuposto que assim que o imigrante é assimilado no

⁶⁵ As circunstâncias sob as quais o trabalho se torna uma mercadoria é analisada originalmente pela teoria marxista. Segundo Marx é preciso que se garanta “certas condições históricas” para que “um produto possa se tornar mercadoria. É preciso que não seja produzido como meio imediato de subsistência do próprio produtor, mas para o capital”. De acordo com esta concepção é necessário que o trabalhador seja encontrado livre no mercado de mercadorias no sentido de “dispor como pessoa livre de sua força de trabalho como sua mercadoria, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo, além desta, outra mercadoria para vender” (Marx, 1985:147). Para aprofundamento consulte Marx, 1985.

território de adoção ele re-elabora sua auto-imagem reformulando sua identidade. Entretanto, é preciso considerar a imigração como uma problemática sociológica onde a assimilação do imigrante esteja relacionada não só com o território de adoção mas, também, com o território de origem como nos alerta Martins (1973). Imigrar corresponde a um processo dialético de “desajustamento-ajustamento” do imigrante, pois, na prática o que ocorre é que suas relações sociais estão referidas ao território de origem que contribui decisivamente para a resemantização de sua identidade e, por outro lado, há necessidade de uma adaptação ou socialização no território de adoção⁶⁶ onde o indivíduo ou grupo irá mergulhar num “processo de transformação social” (Martins, 1973:20).

Diferentemente de Martins que utiliza as categorias “desajustamento” e “ajustamento”, Weil (citada por Ribeiro, 1999) utiliza as categorias “enraizamento” e “desenraizamento” para entender o movimento dialético ao qual o migrante está exposto a fatores de expulsão-atração⁶⁷. No verso a expulsão ou “desenraizamento” e, no reverso, a atração ou “enraizamento” do imigrante que busca no deslocamento subverter a condição social que lhe é imposta na origem (Ribeiro, 1999).

Neste sentido, entendo por (i)migração os deslocamentos físicos de pessoas e grupos, suas dimensões e direções preferenciais, sua composição, suas características econômicas, sociais e demográficas e, as circunstâncias em que se efetuam estes movimentos. Em outras palavras, o fenômeno da (i)migração pode ser entendido como o deslocamento de atores ou grupos sociais entre fronteiras, sejam elas geográficas, políticas, culturais ou lingüísticas, de modo que só podemos apreender seu real significado analisando-o como um processo social tanto do seu ponto de origem quanto do seu ponto de destino.

2.2. “Quem anda pra trás é caranguejo”: O migrante “gaúcho” e a sua condição provisório-permanente

Tomando por base a ambigüidade das categorias emigrante⁶⁸ e imigrante Sayad (1998) analisa o sujeito na imigração. No seu entendimento “só se aceita emigrar”, ou seja, sair do seu lugar de origem, do universo que lhe é familiar “com a condição de se convencer que isso não passa de uma provação, passageira por definição”. E mesmo que esta condição “provisória” assuma um caráter “definitivo” - ou permanente – ela não é anunciada como tal (Sayad, 1998:46). A metáfora “provisório-permanente”⁶⁹ é, frequentemente, utilizada na bibliografia especializada sobre (i)migração para destacar as intenções de retorno do (i)migrante ao seu local de origem.

Utilizo a metáfora “provisório-permanente” para entender as múltiplas significações da categoria migrante que emerge da relação dialógica entre as dimensões acessadas por este ator social sem desvincular sua situação de “emigrante” (desenraizado) e “migrante” (enraizado). Ou seja, esta relação dialógica é dada pelo/no processo de “desajustamento-

⁶⁶ Martins utiliza as categorias “sociedade de adoção” e “sociedade de origem”. Para fins de aplicação teórica neste trabalho re-elaboro esta categoria utilizando-me do conceito de território. Adoto a concepção utilizada por Haesbaert onde o território “enquanto espaço-tempo vivido” é “sempre múltiplo” e “imerso em relações de dominação e/ou de apropriação” quer sob a ótica mais “concreta” e “material”, quer sob a ótica “imaterial” ou “cultural-simbólica” (Haesbaert, 2004:340).

⁶⁷ Fatores de expulsão (ou repulsão) estão representados por aquelas situações de vida responsáveis pela insatisfação no local de origem por motivos diversos; já os fatores de atração correspondem àqueles atributos dos locais distantes que se tornam atraentes devido às circunstâncias enfrentadas na origem. Sobre este assunto ver Becker, 1997.

⁶⁸ Pessoa que deixa sua pátria e passa a residir em outro país. Emigração é o movimento de saída de pessoas ou grupos humanos de um país, para estabelecer-se em outro, em caráter definitivo ou por período de tempo relativamente longo.

⁶⁹ Ver Vianna (1998).

ajustamento” do migrante no território de adoção (Martins, 1973). Para isto é necessário ter consciência das dimensões simultâneas que são acionadas através da sua situação de “ausência”, que o determina como emigrante (desenraizado), e da sua situação de “presença”, enquanto migrante (enraizado). Da relação sincrônica entre a “ausência” e a “presença” provocada pela mobilidade surge uma “memória social como um efeito de uma historicidade localizada no sujeito”. Significa dizer que no território de origem a ausência do migrante implicará numa “ausência de sua historicidade localizada” que é reconhecida por aqueles que no ponto de origem permaneceram; já no território de adoção a presença do migrante representará a “presença da historicidade localizada nele” e reconhecida (etnicamente e lingüisticamente) por aqueles entre os quais se estabelece suas relações sociais (Nascimento, 2006).

Em suma, a situação “provisória” do migrante está, geralmente, associada à sua relação com o território de adoção, por encarar sua situação de migrante como algo provisório ou temporário, guardando para si, uma expectativa de retorno e, por isto, este sentimento de provisoriação. A expectativa do retorno é uma espécie de elo entre o seu passado e presente, capaz de garantir sua existência no futuro. Já a idéia de “permanente” está relacionada com fixação, algo contínuo e ininterrupto. Todavia, ao “emprestar ao vocábulo o valor adjetivo do provisório”, tal como Vianna, qualifico este migrante não como “um provisório qualquer”, mas como um provisório que permanece (Vianna, 1998:35). Contudo, há uma distinção na abordagem realizada pela autora e a que me proponho a analisar.

No caso analisado por Vianna, sobre a migração para um garimpo localizado em Roraima, a provisoriação está associada ao desejo de retorno do migrante que vê na migração uma situação temporária, como de fato, o termo é utilizado pela bibliografia especializada no tema para caracterizar a motivação de retorno do migrante. Neste caso, o migrante por mais que perceba a sua condição de permanente afirma sua auto-imagem a partir do caráter provisório da sua situação social. Em outras palavras, migra-se para melhorar de vida, para “enriquecer”, mas raramente com a intenção de ficar no território de adoção, como é o caso dos migrantes analisados por Vianna e aqueles já estudados pela extensa bibliografia sobre migrações internacionais.

No caso de Lucas do Rio Verde, o que pude constatar é que o caráter “provisório-permanente” se manifesta de uma outra maneira. O migrante “gaúcho” que saiu do sul do país, via de regra, não migrou com a intenção de voltar, pois, “quem anda pra trás é caranguejo”, como relatou um dos entrevistados. A provisoriação da sua situação social se expressa no forte vínculo que estabelece com o território de origem, chegando ao ponto de, reproduzir no território de adoção, sua territorialidade “gaúcha” através de todo um aparato simbólico e a instauração de uma rede regional capaz de articular território de origem/território de adoção conforme analisarei adiante. Assim sendo, vive-se a situação “permanente” para manter, de alguma maneira, a sua condição “provisória”. Em outras palavras, o migrante “gaúcho” de Lucas do Rio Verde, na sua maioria, não manifesta desejo de retornar para o sul, entretanto, o vínculo com o território de origem não se esvaece como ficou evidente em vários relatos dos quais destaco:

“Aquela saudade do Rio Grande sempre fica. Parece que você trabalha o ano pra chegar no final do ano ter a oportunidade de tirar férias e viajar pra lá pra rever os amigos, pra ter esse contato, então é assim uma coisa muito forte. Eu estou aqui há 20 anos e eu não consegui, eu não consegui, embora eu veja o Mato Grosso como a minha terra, mas eu não perdi o vínculo com o Rio Grande do Sul”.

(Caetana Scarpelini, natural de Caiçara/RS, comerciante)

Caetana mantém a sua condição “provisória” trabalhando durante o ano na expectativa de “tirar férias e viajar” para o Rio Grande do Sul. O território de origem neste caso aparece como um local de descanso, de laços fraternos e afetivos. Migra-se para o Rio Grande do Sul numa condição “provisória” já que o “vínculo” com o território de origem é “muito forte”. Entretanto, o Mato Grosso é reconhecidamente o território de adoção do migrante onde ele expressa sua condição de permanente ao destacar como sendo “minha terra”.

Além disto, o retorno provisório é a afirmação de uma situação vencedora. Voltar para o sul com o intuito de passear é retornar, levando na bagagem, uma história de sucesso:

“Você está indo [para o Rio Grande do Sul] por ser um vencedor. Quem volta é porque tem condições de voltar e ir né, aquela ida e volta, tem gente que não consegue ir por causa de óóó [fazendo sinal de dinheiro]. Vai pro sul gasta uma fortuna hoje né, pra levar a família. Vai bem de vida, vai de carro novo, vai bem, vai com a história daqui junto com a história de lá. Então a gente se emociona né”.

(Inácio Oliveira, natural de Frederico Westphalen/RS, trabalhador assalariado e comerciante)

Para manter a sua condição de “provisório-permanente” o migrante tem que ser um “vencedor” no sentido econômico já que “se gasta um fortuna” neste deslocamento provisório. O vínculo entre território de adoção/território de origem se manifesta na relação dialética entre a “história daqui” (o Mato Grosso) e a “história de lá” (Rio Grande do Sul) e, além de expressar laços identitários territoriais expressa também laços de afeto.

Ser (i)migrante, portanto, é “antes de tudo uma condição social” (Sayad, 1998:243) que revela através da sua memória social a historicidade do processo (i)migratório onde realidades distintas se comunicam e se entretêm no jogo dialético da ausência/presença que o legitima em categorias diferenciadas de representação. O (i)migrante então não é apenas um número, um objeto ou uma unidade física.

Mas o que é ser um migrante “gaúcho”? Como apreender o real significado desta categoria?

2.3 “Gaúcho é bicho carpinteiro”

“Gaúcho é bicho carpinteiro que tem que estar sempre mudando de lugar”
(Toríbio Chanuca, natural de Monte Carmelo/MG, empresário agrícola)

Refiro-me aqui a um determinado grupo social que se convencionou categorizar como “migrantes” muito embora boa parte destes indivíduos não se identifiquem ou se percebam como tais. Martins (1998) já alertava para o fato de estarmos diante de um dilema no sentido de utilizarmos de maneira equivocada a categoria migrante. O argumento do autor está alicerçado no fato de que, no Brasil, pelas estatísticas do IBGE⁷⁰, mais da metade dos brasileiros são migrantes, pois, de acordo com a metodologia deste instituto de pesquisa, migrantes são aqueles que nasceram em um município e que moram em outro. O autor relata sua experiência pessoal em ter mudado de residência há 1.550 metros da que morava anteriormente no município de São Paulo. E devido a casa estar no perímetro do município de Osasco, suas filhas que nasceram em São Paulo “tornaram-se estaticamente migrantes nesta mudança”. Este exemplo denota que nem todos os migrantes envolvem, necessariamente, um

⁷⁰ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

problema social “mas nas migrações está envolvido, sem dúvida, um problema social” (Martins, 1998:126-128).

Grosso modo, o migrante é visto, muitas vezes, como o agricultor que saiu da sua terra, do seu local de origem, expropriado pelo capital e tem na migração a expectativa de não ter que proletarizar-se⁷¹. Isto ocorre, sobretudo, pela modernização da agricultura ou pela impossibilidade de reprodução social. Tavares dos Santos em seu estudo sobre a migração de colonos do sul para o Mato Grosso destaca que a experiência concreta da colonização permitiu aos “gaúchos” construírem uma identidade social que nasce de sua situação de origem: consideram-se como sendo aqueles que viveram a tradição de seus avós, imigrantes alemães e italianos sendo que a opção pela mobilidade lhes parece um modo de viver, daí a origem da categoria *matuchos* utilizada pelo autor (1993:109). Esta vivência da tradição dos avós e dos pais está presente no discurso dos migrantes de Lucas do Rio Verde assim como a migração também aparece como estratégia de reprodução social.

No caso específico de Lucas o que pude perceber através dos relatos orais e histórias de vida é que já existia uma tradição no ato de emigrar. A maioria dos migrantes com os quais tive contato carregava na sua bagagem muitas histórias sobre sua experiência de deslocamento. A emigração, o ato de sair de um lugar para outro, apresenta-se como uma constante na sua história de vida que, normalmente é justificada em virtude de um antepassado histórico já que a maioria é descendente de imigrantes europeus do sul do país.

A decisão de migrar para o Mato Grosso envolveu, principalmente, a perspectiva de “melhorar de vida” e de aproveitar uma “oportunidade”. Estes depoimentos são sugestivos:

Pesquisadora: O que te motivou a sair do Rio Grande do Sul?

“A oportunidade de construir uma vida diferente. Quer dizer, nós viemos pra cá e percebemos que era um lugar que tinha um potencial, que tinha futuro, que nós tínhamos possibilidade de construir o nosso [ênfase] negócio aqui. (...) Então tem essa visão assim de oportunidade de de repente ter o meu próprio negócio, de eu construir a minha vida”.

(Caetana Scarpelini, natural de Caiçara/RS, comerciante)

“Foi a oportunidade mesmo. Eu vim em busca de uma oportunidade (...) eu sempre falo que depois dos 40 você não pensa mais em você, você pensa nos filhos, então ... eu tive essa oportunidade né ... dada pelos meus pais, pela oportunidade que eles me deram de estudar e ver que existia outros lugares desse país que dá para viver e ... ter vindo pra cá ... ter acertado, ter escolhido o lugar certo. Acho que isso foi o mais importante que aconteceu na minha vida.

(Rodrigo Nogueira, natural de Ronda Alta/RS, comerciante)

Caetana chegou em Lucas em 1985 e Rodrigo em 1982. Ambos relataram que, neste período, a cidade ainda era distrito de Diamantino, não tinha luz elétrica e, consequentemente, não se tinha acesso à rádio ou televisão, dependendo do horário trabalhava-se com lampião; puxava-se água do poço; havia apenas uma escola; o núcleo urbano e comercial ainda era incipiente, as vias de acesso eram difíceis com ruas empoeiradas, em época de seca atolava-se na poeira e em época de chuva atolava-se de barro até o calcanhar. Mesmo enfrentando estas dificuldades nenhum dos dois pensou em voltar pro Rio Grande do Sul, ao contrário, fizeram das adversidades uma “oportunidade”: a oportunidade de terem o “próprio negócio” para

⁷¹ Sobre este assunto ver Martins, 1982 e Graziano da Silva, 1982.

garantir o futuro dos filhos. Este tipo de oportunidade também era buscada pelos imigrantes italianos analisados por Mocellin (1993).

Um dado que chama atenção é o fato de ambos ressaltarem terem saído de cidades já estruturadas do sul do país vislumbrando uma oportunidade num local distante e totalmente desprovido de infra-estrutura enfrentando inúmeras dificuldades decorrentes do início da colonização. Os dois são descendentes de imigrantes europeus agricultores que estão continuando, pelo menos em parte, a trajetória dos seus antepassados. Contudo, é preciso relativizar este fenômeno já que, as circunstâncias em que ocorrem estes deslocamentos e suas características, se distinguem daqueles já analisados por Seyferth (1990 e 1999), Petrone (1982) e Tavares dos Santos (1993), muito embora, possamos evidenciar algumas semelhanças.

Um dos aspectos semelhantes que pude constatar é a relevância da educação nas áreas de colonização (Petrone, 1982:74). Na visão de Rodrigo um dos fatores que contribuiu para ter a oportunidade almejada foi sua formação escolar. A educação e, por sua vez, o conhecimento é tido aqui como um capital social de extrema importância. É como diz o ditado popular “em terra de cego quem tem um olho é rei”:

Pesquisadora - Como você conseguiu trabalho quando chegou aqui ?

“Acho que pelo grau de instrução né... . E como eu te falei né... Eu não tinha grande instrução, mas tinha o 2º grau e em terra de cego quem tem um olho é rei e eu acho que foi por isso. E até alguns anos atrás a mão de obra era muito escassa então você acabava encontrado emprego à vontade...Hoje não é mais como era antigamente”.

(Rodrigo Nogueira, natural de Ronda Alta/RS, comerciante)

Ter formação profissional e educacional é uma espécie de passaporte para um bom emprego ou uma boa oportunidade no cerrado matogrossense. Isto é quase um senso comum no interior do Estado e justifica a atual leva de migrantes formada por médicos, dentistas, professores universitários, enfermeiros, enfim, profissionais das mais diversas áreas de atuação que estão migrando para a região. A educação é uma questão de extrema importância para os “gaúchos” de Lucas que se associaram e, por conta própria, sem apoio do poder público⁷², organizaram escolas que são destacadas em seus discursos como elementos fundamentais para sua organização social. Rodrigo destaca que sua esposa foi a “primeira professora” da Escola Dom Bosco⁷³ e o primeiro trabalho de Caetana foi como professora da mesma escola.

Para àqueles que não tem qualificação profissional restam atividades de serviços gerais. Foi exatamente a situação enfrentada por João Balster, natural de Campo Largo/SC, que não obteve “trabalho por não ter conhecimento e qualificação”. Ele contou que por ser filho de agricultores familiares só sabia “lidar com a terra” e quando chegou em Lucas só conseguiu trabalhos temporários com atividades manuais como pedreiro, servente, carpinteiro, trabalho braçal na colheita de milho e serviços diversos. O conhecimento e qualificação que João se refere é uma exigência das lavouras mecanizadas com tecnologia de ponta que produzem a soja em larga escala com máquinas agrícolas sofisticadas, muitas delas computadorizadas, exigindo do trabalhador uma formação técnica.

⁷² Até 1988 Lucas era distrito de Diamantino, município localizado a 150 km de distância. Devido à distância e dificuldades de acesso, já que na época não existiam estradas, os entrevistados sempre se referem ao espírito de coletividade, união e trabalho que os uniam possibilitando a construção de escolas, igrejas, associações de cunho social, etc.

⁷³ Primeira escola de Lucas do Rio Verde.

Desta maneira, não é o conhecimento do “saber fazer” do “artista” que comanda o código da arte, como no caso analisado por Lopes (1978), mas, ao contrário, é a capacidade do “profissionista” em servir como “produtor mediado pelo produtor-fetiche que é o sistema de máquinas” (Lopes, 1978:57). Não basta saber dominar o código da arte da terra, é preciso, antes de tudo, adequar-se às exigências do sistema produtivo baseado em mão-de-obra altamente qualificada: a capacidade está na mediação entre a força de trabalho e a máquina.

Atualmente, João trabalha como garçom *free-lance* nos finais de semana em restaurantes e eventos da cidade. Nos dias de semana sai de bicicleta para vender, de porta em porta, as lingeries confeccionadas pela sua cunhada. João me contou que veio para Lucas por intermédio de um amigo que trabalha no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde que o convidou para conhecer a cidade já que o Incra estava retomando terras para um novo assentamento. Com o dinheiro da venda do sítio que tinha em Santa Catarina e o dinheiro que conseguiu juntar no período em que esteve em São Paulo trabalhando como garçom, comprou uma casa em Lucas do Rio Verde e a aluga. Com este dinheiro investe com o irmão e a cunhada na confecção de lingeries. Seu irmão também tem uma casa na cidade onde mora com a esposa e filhos onde, eventualmente, João pernoita. Isto ocorre porque João e seu irmão para garantirem o acesso a terra do Incra se revezam em pernoites no acampamento dos sem terra. Como ambos querem acesso a terra porque desejam “voltar a trabalhar na agricultura” estabeleceram esta dinâmica de revezamento no acampamento para não perderem o direito de ter acesso aos lotes que serão cedidos pelo Incra.

Durante a conversa, pude notar que sua intenção não é trabalhar com agricultura familiar e sim plantar soja. Mesmo João reconhecendo que o plantio de soja requer maquinários e investimentos no trato com a terra típica do cerrado, parece que o “sonho” e a idéia de “oportunidade” de melhorar de vida como aconteceu com outros agricultores de Lucas, é o que motiva João. Depois da nossa conversa fiquei me questionando se não seria mais um caso de assentado que, na tentativa de plantar soja, se endividará e acabará retornando ou migrando para outros assentamentos. Afinal, no mercado do agronegócio da soja torna-se cada vez mais difícil o pequeno produtor competir com o grande agricultor empresarial do cerrado matogrossense. Mas isto é apenas uma percepção.

Retomando a análise da categoria “oportunidade” pude notar, tal como observou Tavares Santos, que a necessidade de reprodução social familiar aliada ao discurso oficial da existência de um “imenso espaço vazio” no oeste brasileiro – no caso o Mato Grosso – é uma das justificativas para migração. O exemplo a seguir é ilustrativo.

Os pais de Caetana eram pequenos agricultores⁷⁴ na região do Alto Uruguai no Rio Grande do Sul onde possuíam um “pedaço de terra” que não tinha mais condições de sustentar a família” composta pelos seus quatro irmãos, sendo dois homens e duas mulheres “já moços precisando construir a vida deles”. Caetana, como filha mais velha, já era casada e morava em Porto Alegre onde se formou em jornalismo. Trata-se, como mostra Tavares dos Santos, de uma situação onde se busca garantir o futuro dos filhos, pelo menos em condições semelhantes as suas (1993:73) e, uma das alternativas era migrar para o Mato Grosso. Além disso, o governo militar se encarregou de um amplo programa de divulgação sobre o projeto de assentamento do Incra em Lucas do Rio Verde incitando a “curiosidade” e o “interesse” dos que ficaram:

“Na época houve muita propaganda do governo sobre isso. Aquelas famílias que ficaram dois anos acampadas na beira da estrada, a televisão, os jornais todos mostraram aquele povo embarcando nos ônibus vindo pro Mato Grosso então se despertou muito a *curiosidade* e o *interesse* das pessoas que

⁷⁴ Descendentes de imigrantes italianos.

acompanharam o drama daquelas famílias e de conhecer e saber. Mas aonde que fica isso afinal de contas? Que fim de mundo que é esse? Inclusive eu lembro de um comentário que meu pai fez na ocasião (...) “Santo Deus onde é que vão levar esses coitados?”. Mal sabia ele que dois anos depois que ele estaria vindo atrás. Então com a vinda desse pessoal outras pessoas vieram até pra ver, pra conhecer, pra saber, e foi difundindo a idéia e aí ele veio”.

(Caetana Scarpelini, natural de Caiçara/RS, comerciante)

A “curiosidade” estava relacionada com a intenção de entender o porquê daquelas famílias terem aceitado ir para um lugar longínquo e desconhecido, onde existia uma natureza exuberante a ser desbravada, afinal, esta era a imagem que os “gaúchos” tinham do Mato Grosso e que eram divulgadas pelos meios de comunicação. Já o “interesse” se manifesta na possibilidade de melhores condições de existência já que, se vendessem as suas terras ou o pouco que tinham no sul, o pequeno produtor poderia adquirir grandes extensões de terras no Mato Grosso possibilitando assim sua mobilidade social. Obviamente, as facilidades de se comprar terras no Mato Grosso eram idealizadas pelo governo através da mensagem ideológica da colonização utilizando-se de mensagem positivada do lugar como se fosse uma “terra prometida”⁷⁵.

Assim o pai de Caetana vendeu as terras no sul e comprou uma “área maior” no Mato Grosso com o objetivo de “dar uma oportunidade melhor para os filhos”. Vale notar que este tipo de migração, como observa Woortmann (1995), obedece a mesma lógica da imigração de seus antepassados decorrente da condição camponesa e da ideologia que concebe a terra como condição *sine qua non* para sua reprodução social. Na perspectiva da autora tanto o fracionamento da propriedade – nos casos de herança – quanto a impossibilidade da divisão – devido ao tamanho da propriedade – conduzem e estimulam a migração. É interessante observar as transformações engendradas por este processo. Se a partir da década de 1870 os colonos de origem italiana e alemã eram levados a migrar das colônias velhas para as novas colônias localizadas na região do Alto Uruguai e Missões (RS), na década de 1970 seus descendentes foram estimulados a migrar para o Centro-Oeste e Amazônia (Tavares dos Santos, 1993 e Woortmann, 1995).

Casados há 49 anos Juvenal Turela, natural de Santo Ângelo (RS), e Maria Turela, natural de Independência (RS), têm três filhos sendo que dois moram em Lucas e uma filha mora em Santa Catarina. A informante que me indicou o casal para entrevista havia me fornecido apenas o sobrenome como identificação, disse ela “procure o senhor Turela” e foi justamente pelo sobrenome que Juvenal se identificou. Portanto, me dirigi a ele sempre pelo sobrenome utilizando-me do pronome de tratamento “senhor”. Durante a pesquisa de campo, em duas situações fui condicionada a utilizar esta forma de tratamento. A primeira, como maneira de expressar respeito aos mais idosos e, a segunda, como forma de distinção de status social geralmente associado a cargos públicos.

O casal chegou em Lucas do Rio Verde em 1983 e, destacou que “sempre trabalharam na agricultura”, se aposentaram como agricultores familiares, e vive hoje com o “dinheirinho da aposentadoria” e com o aluguel de kitinetes⁷⁶. O sr. Turela conta que “são do tempo em que se trabalhava com enxada na lavoura” e que a esposa carpia para ajudá-lo na “lida”, pois

⁷⁵ Sobre a propaganda e a constituição de um aparelho ideológico de informação na migração ver Tavares dos Santos, 1993.

⁷⁶ Os filhos depois de casados não permaneceram com a mesma atividade dos pais. O filho mais velho montou seu “próprio negócio”, uma sapataria; uma das filhas trabalha como assalariada em um período e no outro “lava roupa para fora”; a outra filha transferiu-se pra Santa Catarina com o marido e filhos.

ele sempre trabalhou como “capataz”⁷⁷. Enquanto o marido, envolto numa aura de nostalgia, me contava detalhes sobre as dificuldades iniciais de se trabalhar no cerrado, dona Maria roçava uma mão na outra com um olhar um pouco distante como se estivesse pensando em como as marcas daquela época ficaram inscritas no seu corpo.

Quando questionados sobre os motivos que os fizeram migrar sr. Turela respondeu: “viemos procurar melhor oportunidade de vida”. Neste caso, a visão de “oportunidade” está intimamente ligada ao fato de que, nesta época, em Lucas do Rio Verde, o Incra concedia lotes para agricultores. A oportunidade é vista aqui como o acesso a um pedaço de terra dentro de um projeto de colonização que permitia a reprodução familiar. A família dispunha de um “pouco de dinheiro” que foram juntando com a idéia de sair do sul e adquirir um “pedaço de terra”. O Mato Grosso apresentou-se como uma alternativa pela possibilidade de compra de terras “baratas” e a definição por Lucas está relacionada com a tendência de constituição de redes de parentesco na migração. Os Turela conheciam algumas famílias de parceleiros do projeto de assentamento do Incra, por quem foram incentivados a migrar. Este tipo de justificativa para a escolha de Lucas é recorrente nos depoimentos de vários migrantes com quem tive contato, a migração e a decisão por Lucas do Rio Verde devido informações recebidas por amigos ou parentes.

É preciso notar ainda outro componente da idéia de oportunidade que está relacionado a possibilidade de ter o próprio negócio. Se na visão dos pais de Caetana a terra era geradora de oportunidade de reprodução social familiar, para ela a oportunidade estava em ter o seu próprio negócio. Migrar para o Mato Grosso possibilitou a realização deste sonho e por isto a maioria dos entrevistados dizem não terem intenção de voltar para o Rio Grande do Sul, muito embora ressaltem a saudade e seu vínculo contínuo e constante com o território de origem. Atualmente, Caetana possui o seu “próprio negócio” em Lucas do Rio Verde onde trabalha com o marido e as filhas – nascidas em Lucas.

Já os pioneiros de Lucas do Rio Verde, além de possuidores de grandes extensões de terras onde plantam soja e milho em larga escala, possuem uma outra atividade geralmente ligada ao setor de comércio ou de serviços nas mais diversas áreas, desde papelaria até concessionárias de máquinas agrícolas. Normalmente, são empresas de caráter familiar onde trabalham as esposas, filhas (os), noras, genros, sobrinhos (as), além de gerar empregos para vizinhos e compadres oriundos do sul. Durante a pesquisa de campo pude perceber que o quadro funcional de grande parte dos estabelecimentos comerciais da cidade é formado basicamente por uma rede social de parentesco associada, também, a relações de amizade e vizinhança.

A intenção de ter o próprio negócio foi um dos motivos da migração recorrentes para justificar a migração familiar. A migração aparece como uma estratégia para enfrentar as dificuldades enfrentadas ao longo da trajetória familiar no que se refere à reprodução social vinculada a ideologia da terra. A crise agrária decorrente do padrão modernizador da agricultura era uma constante ameaça de proletarização – rural ou urbana – e, como já ressaltado anteriormente, estes migrantes já haviam passado por outras experiências de deslocamento motivados, principalmente, pela constante busca de garantir um futuro para os filhos. Embora a motivação inicial tenha sido a possibilidade de ter seu próprio negócio, no decorrer do processo, algumas famílias voltaram a trabalhar com agricultura enaltecendo uma espécie de cultura herdada de pai pra filho capaz de reproduzir um determinado “espírito de agricultor”.

“Porque o cara quando que ele é agricultor ele continua com o *espírito de agricultor* não adianta né. Vamos dizer assim, aquilo tá nas raízes já do cara

⁷⁷ No Rio Grande do Sul capataz era o nome designado ao administrador de fazendas conforme explicou meu informante.

né, aquilo que ele começou a fazer né, o pai que já transmite pro filho, o filho vai né, daí vai pra frente”.

(Onofre Justi, natural de Dom Pedrinho/SC, Agricultor Empresarial)

Examinando a trajetória de vida dos “gaúchos” de Lucas observa-se que a mobilidade aparece sempre como uma categoria importante para se apreender o processo por eles vivenciado. Joaquim Abrantes, um migrante natural de Santa Rosa (RS), serve de exemplo. De origem camponesa (como ele mesmo se definiu) nasceu em Santa Rosa e migrou⁷⁸ para Santo Ângelo (RS), Assis Chateaubriand (PR), Toledo (PR), Novo Mundo (MS) para então chegar em Lucas do Rio Verde (MT). Ao se definir como “camponês” me perguntou se eu sabia qual era o “verdadeiro camponês”, explicando logo em seguida que o “verdadeiro camponês era aquele cujo os pais viviam da lida com a terra” e cuja “sobrevivência dependia disso”. Esta referência identitária, segundo Seyferth, é típica do modelo dirigido de colonização onde a identidade social do colono é construída “a partir de um *ethos* camponês, independentemente da procedência nacional” dos migrantes (Seyferth, 1999:65). Os pais de Joaquim eram camponeses e ele, por ser um descendente, também se intitula como tal. Ressaltou que fazia tudo o que o pai determinava, que naquela época os “filhos deviam obediência aos pais” e que “não é como hoje que os filhos fazem o que querem”. Trabalhava na “lida com terra”, ajudava o pai a plantar arroz, milho e a cuidar dos porcos. Ele contou que cada irmão tinha uma atividade designada pelo pai, inclusive as irmãs, que deviam ajudar a mãe no trabalho com a horta e nos “deveres de casa”. Como era o filho mais velho, por determinação do pai, saiu de Santa Rosa e foi pra Santo Ângelo para ajudar o tio. Sorrindo ele lembrou que os primos e o tio não sabiam “lidar com a terra” por isso o pai determinou que ele fosse ensiná-los.

Estas informações sugerem uma similaridade com àquela descrita por Woortmann (1995). A relação com a terra é mais do que mercantil ou de objetivação do trabalho, ela revela componentes de ordem moral, de realização pessoal do trabalhador e do patrimônio familiar no sentido simbólico de Bourdieu (2003). A terra para o “camponês” expressa o valor da família e sua hierarquia (Woortmann, 1995) é entendida e percebida como uma “dádiva” (Mauss, 2003). O homem – pai - é tido como o chefe de família, o responsável por “dar continuidade ao tronco” familiar. A memória e a obrigação de honrar os antepassados faz com que se estabeleça no âmbito da família uma tradição que se transmite de pai para filho onde a terra é reconhecida como patrimônio simbólico e material capaz de expressar a descendência – a terra deve ser mantida na família – e um sentido moral, pois “não se herda um objeto: herda-se uma obrigação” (Woortmann, 1995:313). A ordem social se aproxima do que Dumont (1992) chamou de holismo, isto é, de uma relação entre a parte e o todo, o indivíduo é antes de tudo “parte de uma configuração” (Dumont, 1992:57). Esta configuração⁷⁹ remete a uma interdependência entre indivíduo e sociedade, isto é, da relação entre a parte e o todo. Dizer que os indivíduos existem em “configurações significa que o ponto de partida de toda investigação sociológica é uma pluralidade de indivíduos” (Elias, 2000). Trata-se, então, nas palavras de Woortmann, de um “holismo fundado na honra e na ancestralidade, no valor-família como modalidade específica do valor hierarquia” (Woortmann, 1995:314).

⁷⁸ Importante salientar que no discurso dos migrantes entrevistados, independente da classe social ou idade, eles não utilizam o termo “migração” e seus derivados para referir-se ao seu próprio deslocamento. A utilização desta terminologia é adotada por mim. Ao relatar a sua história o migrante conta que “saiu” de determinado lugar e “foi” para outro.

⁷⁹ Para Norbert Elias “os indivíduos sempre aparecem em configurações e as configurações de indivíduos são irreduzíveis” (2000, p.184). Isto significa dizer que o indivíduo só existe em relação a sociedade ou, em outras palavras, da relação dialética entre a parte e o todo conforme já analisei anteriormente. Para um aprofundamento sobre a temática ver Elias, 1999 e 2000.

Uma outra conotação para a categoria migrante é a da igreja católica através da Pastoral do Migrante. O Serviço Pastoral dos Migrantes - SPM é um organismo vinculado à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, que tem por objetivo “articular e dinamizar” os trabalhos executados pela Pastoral no território nacional. Funciona como uma rede religiosa e evangelizadora no sentido de promover assistencialismo aos migrantes em diversas regiões do Brasil, produzir estudos sobre a mobilidade humana e servir como órgão de divulgação e educação cristã. A Pastoral do Migrante parte da premissa que migrante é sinônimo de pobre e carente de sua assistência (Carleial, 2004). Não há dúvida de que a migração forçada, principalmente pela modernização da agricultura, afetou, sobretudo, às classes menos abastadas em virtude do processo de expropriação/proletarização ao qual me referi anteriormente. E, neste sentido, é preciso reconhecer o papel social desempenhado pela Pastoral do Migrante ao tentar mediar os traumas e dificuldades aos quais foram submetidas centenas de famílias expulsas da sua terra, de seu local de origem pelas engrenagens da modernização.

Comungo da visão de Carleial que “a categoria analítica migrante seria abstrata, se pensássemos em uma totalidade de uma unidade absoluta, pois, se retirariam dessa relação social as suas múltiplas determinações, e a pluralidade que a compõe” (Carleial, 2004:9), como observarmos nos relatos dos migrantes. Isto significa dizer que o migrante é muito mais do que um número a ser registrado num estudo estatístico, é um indivíduo, um ator social que ao migrar muda a si mesmo provocando mudanças e transformações sociais. O migrante é o sujeito da sua história e das transformações ocorridas “no” e “pelo” movimento. Importante assinalar que, ao elencar “migrante” como categoria de análise, minha intenção inicial era de apenas categorizar o ator social ao qual pretendia estudar empiricamente, qual seja, o migrante de origem “gaúcha”. Ao operacionalizar esta categoria com o referencial teórico e a realidade empírica pude perceber que esta é uma questão teórico-metodológica que ainda merece ser tratada no debate acerca do fenômeno migratório, conforme já nos alertava Becker (1997).

Não é meu objetivo aqui reconstruir sistematicamente a teoria que envolve os mais distintos enfoques dados à temática do migrante, mas acredito que há uma naturalização da categoria migrante. Ocorre uma utilização do termo como se conferisse ao indivíduo migrante uma mobilidade quase que contínua, como se o *ethos* deste ator social fosse o deslocamento de um lugar pra outro. Neste sentido seríamos todos migrantes, pois nos deslocamos, mudamos de lugar, exercemos uma mobilidade cotidiana de casa pro trabalho, do trabalho pra escola, da escola pra a lanchonete da esquina, e assim sucessivamente, mas esta mobilidade não nos confere o status de migrante. É preciso compreender esta categoria pra além da questão da mobilidade, embora não possamos negar a relevância deste conceito para apreendermos esta categoria.

Compete destacar o papel da representação social que o migrante re-constrói no movimento dialético da migração. Representação social é o saber que determinado grupo social elabora sobre elementos de sua existência e tem relação com a sua construção social. Este saber se confunde com a realidade e esta realidade não é questionada (Laplantine, 1999:297-299). Sayad esclarece que a análise da migração, enquanto processo, é submetida à determinadas “representações coletivas”⁸⁰ que “uma vez constituídas tornam-se realidades parcialmente autônomas” (Sayad, 1998:56). Em decorrência disto o migrante atualiza o seu discurso a partir das suas percepções coletivas. Ao se apropriar da teoria durkheimiana sobre representações coletivas Sayad avança numa concepção de migrante que incorpore as várias nuances de sua construção social e da sua percepção enquanto grupo, enquanto ator social.

⁸⁰ Ver Durkheim & Mauss, 1969.

Entendo que a anatomia do migrante ou, para ser mais realista, de um grupo social identificado como migrante, é revelada pelo trinômio saída-mobilidade-chegada, para além do território de origem e do território de adoção. A própria experiência da mobilidade, seja no seu planejamento ou no ato concreto da transição de um território para outro é determinante para a configuração social destes indivíduos. A representação é socializada, moldada e modificada a partir de fatores subjetivos que irão definir as práticas sociais do ator que desenvolve a ação (Goffman, 1985).

Além de ressaltar migração como uma estratégia de reprodução social é possível perceber a mobilidade como uma estratégia de sobrevivência deste grupo social:

“O gaúcho muda de lugar, ele não tem assim, uma fixação com o lugar. Não tem isso de “não aqui eu vou morrer, vou enterrar o meu umbigo aqui”. O gaúcho não pensa isso não, pelo menos os que moram aqui não pensam. (...) O gaúcho ele sai lá do Rio Grande do Sul sem saber pra onde é que vai e vai! Sem saber se vai dar certo ou não,

(Toríbio Chanuca, natural de Monte Carmelo/MG,
empresário agrícola)

O deslocamento aparece como se estivesse inscrito nas estruturas sociais, psíquicas e culturais do migrante que “não consegue parar” como relatou outro migrante. E, mais do que isto, como se esta mobilidade fosse inerente a um tipo social específico, o “gaúcho”, que se percebe e constrói sua auto-imagem de “desbravador”, “pioneiro” e “civilizador”⁸¹ estando diretamente relacionada com a idéia de movimento. O depoimento a seguir demonstra como esta auto-imagem é construída a partir de uma tradição européia como se fosse um componente genético que, segundo Rodrigo, está inscrito no “sangue”:

“Gaúcho é um *desbravador*, eu acho que a gente veio aí desbravando Santa Catarina, Paraná viemos para o Mato Grosso do Sul, chegamos em Mato Grosso. Eu acho que ser gaúcho é você dar o sangue pelo seu país, pelo seu estado, por onde você está. (...) E nós viemos como desbravadores né. Nós estamos aqui e você *traz o sangue*, o sangue europeu...nós somos descendentes acho que você vai trazendo...eles vieram da Europa, nós somos descendentes e nós viemos para o Mato Grosso. Eles foram para o Rio Grande do Sul e de lá nós saímos para Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, enfim... e estamos aqui e tem gente indo para o Pará e já chegam lá na divisa com outros países né”.

(Rodrigo Nogueira, natural de Ronda Alta/RS, comerciante)

Ser “desbravador” e carregar este sentimento no “sangue” são elementos acionados, frequentemente, pelos “gaúchos” de Lucas do Rio Verde como distintivos da sua identidade, questão que será aprofundada no próximo capítulo.

2.3. “Aqui só tem gaúcho!”: Rede de parentesco na migração

Uma das constatações que mais me chamou atenção nos primeiros dias de inserção no campo foi o vínculo de parentesco ou de vizinhança que unem os “gaúchos” de Lucas. Ali todos parecem se conhecer, tanto que, a permanência de uma “estranha” por vários dias nos mesmos ambientes é logo notada pelos habitantes da cidade que criam determinadas situações

⁸¹ Estas categorias serão exploradas no próximo capítulo.

para terem oportunidade de saberem a procedência da “estranha” e o que faz ali. Naturalmente, é preciso destacar a cordialidade das pessoas ao me abordarem com questões do tipo “de onde você vem?”, “o que faz aqui em Lucas?” e “porque escolheu Lucas?” eram as perguntas mais comuns. Mas você deve estar se perguntando, o que tem isto a ver com rede de parentesco? Simples. Em algumas ocasiões quando chegava para conversar ou entrevistar um informante ele sabia mais de mim do que eu dele. Isto porque um parente ou amigo que já havia entrevistado ou conversado repassava estas informações. O fato é que, normalmente, estas informações criavam uma espécie de laços de reconhecimento e aceitação que muitas vezes me possibilitaram o acesso a determinados informantes.

A cada entrevista, a cada contato, ficava evidente os laços de parentesco e de vizinhança que unem os “gaúchos”. Para citar um exemplo, em certa ocasião entrei em um estabelecimento comercial e, enquanto procurava um determinado produto, a senhora que atendia no local puxou conversa para logo em seguida perguntar há quanto tempo eu estava na cidade. Expliquei brevemente os motivos de estar ali e foi o suficiente para ela começar a me contar que havia chegado em Lucas em meados de 1984 quando o marido recebeu o convite de um vizinho lá do Rio Grande do Sul para trabalhar na fazenda que ele tinha adquirido no Mato Grosso. Guardando as mesmas lembranças dos demais entrevistados, ela recordou das dificuldades do início da colonização porém ressaltou a “cooperação” e “solidariedade” entre os “gaúchos” de Lucas já que “um sempre ajudava o outro”. O tal vizinho que motivou a vinda desta família já havia sido citado em diversas entrevistas como um dos pioneiros e eu já havia marcado uma entrevista com ele. Resumindo, em meia hora de conversa esta senhora citou cerca de cinco famílias com as quais eu já tinha tido contato ou até mesmo entrevistado.

Este relato pessoal corrobora a idéia de uma “rede de parentesco e de vizinhança que exprime um modo de vida local onde a solidariedade se expressa” e se cristaliza no “modo em como reagem frente às dificuldades” e numa rede social tecida a partir de relações familiares, de vizinhança e/ou comunitária onde os atores sociais são envolvidos em projetos coletivos (Mocellin, 1993:81).

A conformação desta rede é realçada neste depoimento:

“Por causa deles [um casal de amigos dos seus pais] é que nós viemos, porque o meu pai veio com o marido dela para conhecer aqui. Daí o pai gostou e já trouxe alguns amigos junto. Porque o meu pai e minha mãe vieram, muita gente veio em decorrência deles. Primeiro veio meu pai e minha mãe e compraram fazenda aqui. Daí o meu tio, (...) ele também veio e comprou terras aqui. Daí o meu pai trouxe para trabalhar com ele o outro tio (...) Daí ele já estava um tempo aqui e a tia também veio. Primeiro veio os guri, depois as gurias... veio tudo assim meio parcelado. Depois que eles já moravam aqui um tempão veio a outra irmã dela, a casada que trabalha na prefeitura, daí eles também vieram por causa do pai. O pai veio e daí veio vindo os outros”.

(Manuela Zettermann, natural de Santo Ângelo/RS, advogada)

Os laços familiares e de vizinhança são muito fortes e, na maioria das vezes, justificados devido às dificuldades enfrentadas no início da colonização sendo capaz de criar um elo de solidariedade e união ressaltados pelos entrevistados como características que exprimem um modo de vida local. Tal como no estudo de Mocellin (1993), é perceptível uma rede de relações familiares, de vizinhança e comunitária, tecida em meio a esta sociedade local onde se determinam os papéis sociais que os indivíduos assumem nos diferentes espaços sociais. A migração, portanto, não é um fenômeno isolado já que é informada por uma rede de parentesco que confere ao grupo uma coesão social fundamentado no “espírito de

comunidade” (Woortmann, 1995) e expressa inúmeras atividades sociais, culturais e religiosas organizadas em Lucas do Rio Verde.

Vale destacar outro episódio que presenciei durante a pesquisa de campo. Estava sentada na recepção do hotel onde me hospedei na primeira semana quando parou um ônibus e desceu cerca de 20 homens. Fiquei observando: cuias de chimarrão nas mãos, camisetas de times de futebol do Rio Grande do Sul e um sotaque peculiar. Fiquei curiosa para saber de onde vinham e o que estavam fazendo ali. Foi então que um dos senhores, que parecia ser o líder do grupo, puxou conversa comigo e com outros dois hóspedes que também estavam na recepção. Conversa vai, conversa vem, inicialmente, ele fez questão de salientar que era amigo do dono do hotel desde a época em que o mesmo morava no Rio Grande do Sul. Foi então que começou a contar que eles eram agricultores de Erechim (RS), plantavam soja e estavam indo em direção à Santarém (PA) em busca de novas terras já que a situação no sul estava “difícil” e eles havia perdido toda a sua produção de soja devido a estiagem. É relevante o fato destes “gaúchos” não migrarem sozinhos, ao contrário, migram associados a uma rede de parentesco e de vizinhança capaz de minimizar as dificuldades e desafios inerentes à todo e qualquer processo de mudança.

Quero destacar dois elementos deste relato. O primeiro é a configuração de uma rede de parentesco e vizinhança na migração supra demonstrada. A segunda é o fenômeno que Haesbaert (1995) denominou de “diáspora gaúcha” que pode ser observada em vários projetos de colonização no norte de Mato Grosso, como foi o caso analisado por Tavares dos Santos, inclusive levando o autor a denominá-los de “matuchos”. Em Lucas do Rio Verde não é muito diferente:

“Se você der uma caminhada por aí você vai ver também a quantidade de gaúcho. Isso aqui, na verdade, está lotado de gaúcho, está à base de gaúcho”

(Tito Lívio Alves, natural de Tupanciretã/RS,
trabalhador assalariado)

Mas qual será o significado da categoria “gaúcho” acionada pelos migrantes de Lucas do Rio Verde? Justamente a acepção engendrada nesta categoria, definidora da identidade social deste grupo, que passo analisar a seguir.

CAPÍTULO 3

IDENTIDADE “GAÚCHA” NO MATO GROSSO

DESFAZENDO AS MALAS E ARRUMANDO A BAGAGEM

“Ser gaúcho é você cultuar, você trazer no peito aquilo que o teu pai ensinou, você ser lutador, você brigar por aquilo que você quer, você ter sangue... é você ter o espírito de fazer as coisas acontecerem. Acho que isso é o que é o gaúcho, não só o gaúcho, mas o pessoal sulista, é você cultivar a tradição”.

(Rodrigo Nogueira, natural de Ronda Alta/RS,
comerciante)

3.1. O guardião do passado heróico

Não é meu objetivo aqui traçar uma genealogia deste tipo social, o “gaúcho”, mesmo porque vários estudos já o fizeram com bastante propriedade⁸². Entretanto, torna-se importante um esforço de mapear algumas informações que auxiliem na acepção deste universo social a fim de reconhecer os elementos e características que fazem parte da construção da identidade gaúcha.

A figura mítica⁸³ do “gaúcho” foi construída ao longo do processo de ocupação e formação do território rio-grandense não tendo uma origem única, incorporando várias significações até alcançar a denominação gentílica dada aos nascidos no Rio Grande do Sul. O termo “gaúcho” passou por um processo de “construção do sentido de identidade” apontando para dois caminhos analíticos: um relacionado com a “personalidade dos indivíduos” e outro “com o espaço físico que ocupam” (Fialho, 2005). O primeiro caminho aponta para as características e elementos que compõem este tipo regional e, o segundo caminho, refere-se ao território⁸⁴ ao qual este ator social atua.

O termo “gaúcho”, do ponto de vista histórico, está associado ao habitante do Rio Grande do Sul chamado de guasco e depois de gaudério tendo uma conotação pejorativa referindo-se a ladrões de gado e vagabundos errantes como nos indica Oliven (1999a:52-53). Com a consolidação produtiva baseada na estância⁸⁵ estes indivíduos foram sendo incorporados ao processo de produção na condição de mão-de-obra semi-especializada como peões. O território rio-grandense, historicamente, esteve envolvido em vários conflitos

⁸² Sobre este tema vários autores deram sua contribuição tais como Meyer (1957), Lessa e Cortes (1985) e Oliven (1999a), contudo, destaco o recente trabalho de Marco Antônio Fialho (2005) onde o autor recorre a uma vasta bibliografia sobre a temática para compreender a origem social do “gaúcho”.

⁸³ Utilizo a categoria “mito” da mesma maneira que Oliven (1998) ao entender que a sua função é “transformar um sentido em forma, ele é sempre um roubo de linguagem. (...) Isso coloca a questão de entender como operam essas construções sociais que denominamos de representações, memória, identidade, imaginário, etc. Todos estes processos envolvem a atribuição de significados às ações humanas, à descoberta de diferenças, à apropriação e reelaboração de manifestações culturais, à ressemantização, etc.” (1998:36-37).

⁸⁴ Aprofundarei sobre o conceito de território no capítulo 4.

⁸⁵ Grande propriedade rural voltada para a pecuária. Quer dizer “lugar de estar”. A “estância gaúcha tradicional” é o lugar de criar gado e é composta pela “casa onde mora o proprietário”, seus familiares e a criadagem, a “casa do capataz” que é o homem que administra os peões da estância e o “galpão” que é exclusivo da “peonada, onde cada peão tem o seu catre, tarimba ou cama (hoje em dia beliche). O galpão é um reduto masculino”. Atrás do galpão geralmente fica o “piquete, onde se soltam os animais de trabalho ou que vão ser abatidos para consumo da estância” (Grenzel, 1999:65-66).

provocados pelas constantes disputas de fronteira com os países vizinhos⁸⁶ (Uruguai, Argentina e Paraguai) e, desta maneira, o recrutamento destes peões na condição de combatentes era estimulado pelos estancieiros que recorriam a um “discurso de conteúdo ufanista que enaltecia as características da bravura e da valentia” (Gomes et al, 2002). A figura marginal e pejorativa do “gaúcho” foi gradativamente transformada em “peão da estância” (Oliven, 1991:40) evocando um componente heróico decorrente do seu envolvimento nas disputas de fronteira conferindo ao “gaúcho” uma aura de mito que envolve o passado de lutas e conflitos armados.

Este verniz mítico consolidou a imagem do “gaúcho” como um tipo social *sui generis* oriundo da região da Campanha⁸⁷ em torno da figura do estancieiro (que em épocas de guerra assumia a função de general) e do peão (que assumia a função de soldado). A representação mitificada do “gaúcho” associada com a lida do campo e valores como o heroísmo, valentia, coragem e honestidade serviu de elo entre estancieiros e peões e projetou ideologicamente o que Oliven (1991) denominou como a matriz da “fabricação do gaúcho”.

Nas palavras de Oliven, ocorreu uma “re-semantização do termo, através do qual um tipo social que era considerado desviado e marginal foi apropriado, reelaborado e adquiriu um novo significado positivo, sendo transformado em símbolo de identidade regional” (Oliven, 1999:53). Este símbolo está vinculado ao mundo rural e ao homem do campo, mais especificamente, o da região da Campanha incorporando predicados adjetivados como a bravura e coragem dos habitantes dos pampas expressa na figura do “homem livre” que “vaga soberano no cavalo tendo como interlocutor privilegiado a natureza” (Oliven, 1999:73). A representação social do “gaúcho” está fortemente aliada ao cavalo que reforça a sua imagem de bravura, força e virilidade, tornando-se seu companheiro inseparável, um amigo, além de servir como principal instrumento para a lida no campo. Esta representação foi sendo forjada ou inventada tendo como ponto de partida o universo rural da Campanha cuja vida girava em torno da pecuária. Entretanto, na segunda metade do século XIX, junto com a industrialização, ocorreu a decadência da região da Campanha com a eliminação de várias atividades servis ocasionadas pelas transformações econômicas da época, tais como, cercamento dos campos, aparecimento de novas raças de gado e a ampliação da rede viária, esta última responsável pela abolição do cavalo como o principal meio de transporte no campo fazendo surgir a expressão cunhada por Cyro Martins de “gaúcho a pé” (Oliven, 1999a:75).

Vale ainda destacar, *grossso modo*, os dois tipos sociais identificados por Fialho (2005) que são designados como “gaúchos”. O primeiro é o “gaúcho” produto do passado heróico, que serve de inspiração para o movimento tradicionalista⁸⁸ e está relacionado com a imagem mitificada do “gaúcho” da Campanha, o qual o autor identifica como “gaúcho primitivo” sendo reproduzido em duas categorias analíticas: “gaúcho peão” e “gaúcho estancieiro”. Tanto o “gaúcho peão” quanto o “gaúcho estancieiro” estão associados ao universo da Campanha sendo diferenciados pela sua condição social. O “gaúcho peão” era o responsável pela lida no campo, na captura do gado, mestre em domar os animais xucros e, em épocas de conflitos era convocado a empunhar armas e lutar pelos interesses do “gaúcho estancieiro”, seu patrão e dono das estâncias. Percebe-se, desta maneira, uma relação de poder entre estes dois atores sociais. O segundo tipo social identificado pelo autor é o “gaúcho atual” que está

⁸⁶ No período de 1835-1845 ocorreu o conflito interno conhecido como Revolução Farroupilha. Vinte anos depois o Rio Grande do Sul vê-se envolvido na Guerra do Paraguai que perdurou de 1865 a 1870. Durante os anos de 1893-1895 o estado envolve-se na Revolução Federalista. Em 1924 na cidade de Santo Ângelo começou a Coluna Prestes e em 1930 outro movimento militar teve início no RS, a Revolução de 30. Para maiores informações sobre estes conflitos ver Oliven (1999), Kaiser (1999) e Flores (2004).

⁸⁷ Região localizada ao sudoeste do Rio Grande do Sul na fronteira com Argentina e Uruguai também conhecida como “pampa gaúcho” ou “metade sul” (Fialho, 2005:55).

⁸⁸ Adiante explicarei este movimento.

referido ao gentílico utilizado para designar os nascidos no Rio Grande do Sul, portador de uma miscigenação étnica decorrente do processo de colonização do estado fundamentado na imigração européia⁸⁹.

Fialho está preocupado apenas com o significado que o termo “gaúcho” assume no Rio Grande do Sul ao passo que, para fins deste estudo, estou expandindo esta visão na tentativa de compreender como o termo é incorporado e re-significado fora do território rio-grandense mais especificamente pelos migrantes que se fixaram no norte matogrossense. Esta pesquisa se diferencia por ampliar as categorias elencadas pelo autor e propor a análise da identidade deste tipo social, o “gaúcho”, como migrante. Neste sentido, antecipo que a identidade do “migrante gaúcho” é re-elaborada a partir de valores expressos nos dois tipos sociais identificados por Fialho conforme será abordado no decorrer deste capítulo.

Guardada as devidas especificidades, é ponto pacífico entre os estudiosos que o mito do “gaúcho” corresponde a uma construção ideológica que serviu aos interesses da oligarquia rural rio-grandense de diferenciar-se do restante do Brasil e “cooptar os estratos sociais médios e inferiores, tanto urbanos quanto rurais”. É verdade, porém, que como ocorre neste tipo de circunstância esta representação social carrega consigo “alguns traços de verdade” (Dacanal, 1998:82). Recorro ao conceito de representação social como uma ferramenta metodológica que permitirá trabalhar sobre os múltiplos significados construídos pelos atores sociais entrevistados e a relação existente as representações e os temas representados. A representação social é resultado de uma cultura acumulada através de crenças compartilhadas, dos valores históricos e culturais que formam a memória coletiva e constroem a identidade de um determinado grupo. Laplatine (1999) define como sendo o encontro de uma experiência individual e de modelos sociais de modo que a apreensão particular do real é o modo da “imagem-crença”. Diferente do conceito e da teoria que é uma racionalização, a “imagem-crença” tem uma tonalidade afetiva e, portanto, subjetiva, e tem uma carga de irracionalidade. Representação social é, assim, um saber que este grupo social elabora sobre elementos de sua existência e tem relação com a sua construção social. No caso em estudo, estes elementos estão expressos no tipo social “gaúcho” que assume a conotação de imagem-crença, imagem que se confunde com a realidade e esta realidade não é questionada (Laplatine, 1999:299).

Não obstante, a construção social da identidade gaúcha é atualizada, corroborada e referenciada a partir de elementos que evocam um passado glorioso como a vida campeira, as adversidades enfrentadas por estarem numa região de fronteira, os conflitos armados em que estiveram envolvidos e o padrão de colonização rio-grandense. Nesta direção e partindo da análise das obras de Oliven (1999a), Tavares dos Santos (1993) e Haesbaert (1995) é possível afirmar que a identidade gaúcha foi constituída sob a égide do “discurso da diferença” baseado na ênfase das peculiaridades do Rio Grande do Sul que, do meu ponto de vista, pode ser entendido a partir do tripé analítico: fronteira, conflitos e colonização.

O caráter fronteiriço do Estado, primeiro elemento deste tripé, foi responsável pelo isolamento da região e, conforme já argumentado, pela sua tardia inclusão ao território nacional conferindo “a construção de um poderoso sistema de práticas e representações que adquirem força na imagem de um tipo humano positivo, capaz de grandes feitos: o homem da fronteira” (Kaiser, 1999:39) ou, como sugere Haesbaert, o “sentinela da fronteira” (Haesbaert, 1995:115).

O segundo elemento está relacionado com os diversos conflitos armados com os quais o Rio Grande do Sul esteve envolvido e que fazem parte do imaginário social do gaúcho. Uma evidência disto, como observa Oliven, está expressa “de forma simbólica na bandeira do estado, que é formada por três faixas de cores: uma verde e outra amarela, ambas evocando as cores da bandeira nacional, separadas por uma faixa vermelha denotando o sangue que foi

⁸⁹ Para um aprofundamento sobre o assunto ver Fialho, 2005:59-78.

derramado na história do estado” (Oliven, 1999:63). Neste caso, o discurso da diferença é “resultante da experiência de guerra” que permitiu a Oliveira Vianna afirmar que o “gaúcho é socialmente um produto do pampa, como politicamente é um produto da guerra” (citado por Oliven, 1999a:54).

O terceiro elemento refere-se ao tipo de povoamento do Rio Grande do Sul que é tido como singular em relação ao restante do país devido ao movimento imigratório europeu. O “amálgama étnico” é um outro aspecto recorrente no discurso gaúcho da diferença utilizado por este grupo social para destacar a sua singularidade em relação ao restante do país (Kaiser, 1999). A peculiar formação deste tipo social também é reconhecida no depoimento de um entrevistado:

“Às vezes até acho que o gaúcho pela maneira como se forjou a cultura gaúcha, pela tempera, como se forjou a tempera do gaúcho, todos aqueles confrontos, aquelas disputas de divisas que teve, no Paraguai, aquelas guerras e tudo mais até mesmo a divisão de terras lá no Rio Grande acho que por tudo isso, acho que de repente o gaúcho seja um pouquinho mais despojado em algumas coisas, talvez, do que alguns habitantes de outros estados. Mas eu acho que isso não se aplica a todo gaúcho também. Acho que o gaúcho moderno já perdeu muito disso”.

(Bolívar Rosas, natural de Panambi/RS, trabalhador assalariado)

Eis que surge, no depoimento de Bolívar, uma importante categoria, “moderno”. A fabricação do gaúcho, nos termos de Oliven referencia a dialética entre o “moderno” e o “tradicional”, entre o “velho” e o “novo”, entre o “passado” e o “presente”. Esta fabricação é latente quando observamos que esta construção identitária está envolvida numa produção simbólica que (re)constrói o presente evocando uma história e uma tradição passada. A materialidade do gaúcho moderno se dá através da “invenção da tradição”, expressão cunhada por Hobsbawm e Ranger (1984), que baseia-se num “conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras, tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam a inculcar certos valores e normas através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado” (Hobsbawm e Ranger, 1984:9). Assim, o tipo social “gaúcho”, tal como se conhece hoje, baseou-se na eficácia da tradição como legitimação de uma identidade e de práticas sociais. O que não se pode perder de vista é que a invenção de uma tradição implica o reconhecimento de um conjunto de práticas e/ou valores simbólicos e também materiais aos quais se fará referência e, neste sentido, os atores sociais funcionam como verdadeiros guardiões da tradição que têm a responsabilidade de perpetuar esta tradição repassando-a de pai para filho.

A consolidação do tipo social “gaúcho” se vale de um discurso étnico regional como diacrítico fundamental na construção uma identidade (Kaiser, 1999) sustentada pela invenção de uma tradição (Hobsbawm & Ranger, 1984). Nesta direção, o relato de uma informante aponta alguns elementos:

“(...) essa qualificação [gaúcho] vamos dizer assim, ela foi criando raízes ao longo da história porque a região de onde eu venho a cultura gaúcha como se conhece no CTG por exemplo ela não era muito forte. Porque era uma região basicamente de *imigrantes* europeus, de italianos, de alemães, de poloneses. Então lá na minha infância e na minha adolescência a lembrança que eu tenho assim dos meus pais e dos meus avós falando de gaúcho eles se referiam muito ao gaúcho da região da fronteira. Gaúcho era aquele que residia lá na fronteira, que freqüentava CTG, nós não tínhamos muito assim

na nossa cultura familiar a questão da idéia de gaúcho enquanto povo do Rio Grande do Sul. (...) Hoje esta minha região já você vê CTG espalhado então eles já tem a consciência de povo gaúcho. Quer dizer Rio Grande do Sul é gaúcho”.

(Caetana Scarpeline, natural de Caiçara/RS, comerciante)

O relato de Caetana reforça a idéia de que a identidade “gaúcha” seja constituída sob o manto do discurso da diferença já que associa o “gaúcho”, enquanto um tipo social, a dois elementos do tripé analítico proposto anteriormente: fronteira e colonização (imigração). Com efeito, uma questão relevante emerge deste depoimento: como a identidade “gaúcha” foi construída tendo como referência a estância e valores campeiros da região da Campanha num Estado que teve as mais diversas influências culturais tais como alemães, italianos, portugueses, indígenas, etc.? Em outras palavras, como firmar e afirmar uma identidade num contexto marcadamente multiétnico como é o caso do Rio Grande do Sul?

Um dos caminhos para compreensão destas questões é a “invenção” do tradicionalismo gaúcho, mais especificamente aquele ligado ao Centro de Tradição Gaúcha - CTG. Recorro aos trabalhos de Oliven (1991 e 1999) para entender o tradicionalismo a partir da criação de três instâncias de exaltação da temática regional: o Partenon Literário (1868), o Grêmio Gaúcho de Porto Alegre (1898) e o Centro de Tradições Gaúcha (1948), popularmente conhecido como CTG. Antecipo que, para fins deste estudo, darei ênfase ao tradicionalismo difundido pelos CTG's.

O Partenon Literário consistia numa sociedade de letrados fundada em 1868 por intelectuais e escritores, nos moldes da atual Academia Brasileira de Letras, que “através da exaltação da temática regional” (Oliven, 1991:40) fomentava o “início da apologia de figuras heróicas, alçadas à condição de símbolos da grandeza do povo rio-grandense” (Gonzaga citado por Oliven, 1991:40). Este movimento literário começou a solidificar as bases da representação social do “gaúcho” lançando mão da imagem de bravura, valentia e coragem dos revolucionários farroupilha (Jacks, 1998:34)⁹⁰.

Criado em 22 de maio 1898, o Grêmio Gaúcho de Porto Alegre é considerado a entidade precursora do tradicionalismo “gaúcho” no Rio Grande do Sul. Destinada a manter a tradição com a “promoção de festas, desfiles cavalicianos, palestras e outras atividades”, esta agremiação procurava manter as tradições sul rio-grandenses “sem excluir os costumes do presente” (Oliven, 1999a:40-41).

Dois aspectos centrais citados por Oliven é que estas duas agremiações foram criadas por pessoas humildes, que não tinham posses de terras, tampouco capital; e que tinham como pano de fundo de suas diretrizes a “tensão entre passado e presente”, ou em outras palavras, entre o tradicional e o moderno. Esta tensão foi a base de constituição do Centro de Tradições Gaúchas.

O primeiro Centro de Tradições Gaúchas, o CTG 35⁹¹, foi fundado em 1948 em Porto Alegre por estudantes secundaristas, oriundos de cidades interioranas, a maioria “descendentes de pequenos proprietários rurais de área pastoris onde predominava o latifúndio ou de estancieiros em processo de descenso social” (Oliven, 1991:42) que foram estudar na capital. Além da saudade do universo rural, sentiam-se marginalizados por serem provenientes de regiões campeiras e estarem distante do modelo “geração Coca-Cola”⁹² imputado na sociedade modernizada do pós-guerra. Barbosa Lessa destaca que “não era nada

⁹⁰ Os ideais da Revolução Farroupilha são elementos importantes para a compreensão da identidade “gaúcha” que será abordado com maior profundidade no próximo capítulo.

⁹¹ O nome do CTG 35 evoca o ano de 1835 quando começou o decênio histórico da Revolução Farroupilha.

⁹² Expressão utilizada para referir-se às modificações de ordem social e econômica do pós-guerra responsável pela invasão cultural dos Estados Unidos. Ver Oliven, 1991.

fácil agüentar a barra como moço do interior” pois “sentíamo-nos semi-marginalizados, ao lado do negro, do homossexual e da prostituta. Só que a prostituta, o homossexual e o negro podiam transitar livremente pela Rua da Praia⁹³; mas um “grosso”, trajado de botas e bombachas⁹⁴, à campeira, seria inapelavelmente alvo de agressivas chacotas” (Barbosa Lessa, 1998:75). O autor recorda que este preconceito em relação ao interior e tudo que dele provém foi explicado sociologicamente por Sérgio Buarque de Holanda, no clássico *Raízes do Brasil*, por termos tido nossa formação burocrático-administrativa a partir do litoral sentenciando ao interior a condição de região escassamente povoada e de atraso.

A criação do primeiro CTG é precedida pela fundação, em 1947, por estes mesmos jovens estudantes, do “Departamento de Tradições Gaúchas” – DTG, vinculado ao Grêmio Estudantil do Colégio Estadual Júlio de Castilhos que, segundo Oliven, era considerado um colégio padrão na época (1999:80). Foi o DTG que organizou a primeira Ronda Gaúcha realizada no período de “7 de setembro (dia da independência do Brasil) até 20 de setembro (dia do começo da Revolução Farroupilha em 1935) daquele ano. Tomando uma centelha do fogo simbólico da Pira da Pátria, antes da sua extinção” e transportando-a até o “saguão do Colégio Júlio de Castilhos onde acenderam a Chama Crioula⁹⁵ em um castiçal de galpão. A chama foi usada para construir uma relação simbólica entre a independência do Brasil e a tentativa de independência do Rio Grande do Sul” (Oliven, 1999a:80). Este ritual é realizado até os dias de hoje conhecido popularmente como Semana Farroupilha⁹⁶.

É expressivo o fato de que o segundo CTG tenha sido fundado numa cidade de colonização alemã, o CTG Fogão Gaúcho em Taquara. O objetivo de seus fundadores era o de “afirmar a sua brasiliade e gauchicidade” mediante o pertencimento, mesmo que simbólico, ao universo social e cultural dos pampas gaúchos, já que as regiões de colonização alemã (e também a italiana) não tinham semelhança com o complexo pastoril da Campanha. Assim, a “figura do gaúcho com suas expressões campeiras, envolvendo o cavalo, a bombacha, o chimarrão e a representação de um tipo social livre e bravo, serviu de modelo para grupos étnicos diferentes, unindo habitantes do estado em contraposição ao resto do país” como nos afirma Oliven (1991:44). A inserção do imigrante no tradicionalismo “gaúcho” é reconhecida por Caetana:

“(...) as comunidades italianas ou alemães lá [no Rio Grande do Sul] eram muito fechadas (...) parecia que havia assim um distanciamento entre os imigrantes, os descendentes e os nascidos no Rio Grande do Sul. Falava-se o dialeto italiano, falava-se o dialeto alemão, então não havia esta integração. Mas isto mudou, felizmente eu acho”.

(Caetana Scarpeline, natural de Caiçara/RS, comerciante)

Esta mudança está relacionada com a disseminação dos CTG’s que propiciou, na visão de Caetana, a “integração” e o “convívio” com outras pessoas, ou seja, este espaço de sociabilidade foi fundamental para a assimilação dos imigrantes europeus pela miscigenação, no sentido de Gilberto Freyre⁹⁷, e também pelo intercâmbio cultural e social na medida em

⁹³ Refere-se a Rua dos Andradas, uma das principais ruas do centro da cidade de Porto Alegre comumente conhecida entre os porto-alegrenses e sul-riograndenses como Rua da Praia.

⁹⁴ Calça larga em toda a perna, menos no tornozelo onde tem um botão, muito usada pelos campeiros. A bombacha é um dos componentes da vestimenta ou indumentária gaúcha.

⁹⁵ “No Rio Grande do Sul usa-se a expressão *crioulo* para designar o que é nativo, original e puro, ou seja, natural do próprio estado” (Oliven, 1991:42)

⁹⁶ O significado deste ritual simbólico será de suma importância para compreendermos como ele é incorporado e reelaborado pelos migrantes gaúchos de Lucas do Rio Verde. Analisarei este ritual no capítulo 4.

⁹⁷ No primeiro capítulo de *Casa-grande e Senzala* o autor tece uma descrição pormenorizada da cultura, da economia e da sociedade brasileira, ou seja, a descrição das interfaces da formação brasileira amparada em

que “os filhos foram indo pra escola, convivendo com outras pessoas” e possibilitou o casamento entre homens e mulheres de origens distintas, como revelou a entrevistada.

Retomando a discussão, o tradicionalismo gaúcho se confunde com a história de vida de três ilustres personagens dos pampas que, não por acaso, são reconhecidos como a “santíssima trindade do tradicionalismo gaúcho”: Paixão Côrtes, Barbosa Lessa e Glaucus Saraiva (Grenzel, 1999:41). Em 24 de abril de 1948 fundaram o CTG 35 com o lema “Em qualquer chão: sempre gaúcho!” e Glaucus Saraiva é eleito o primeiro patrão de um movimento que rapidamente irá expandir suas raízes. Oliven destaca que desde o começo é “um movimento urbano que procura recuperar os valores rurais do passado” (Oliven, 1999:83) e se trata de uma agremiação exclusivamente masculina “que reproduz o mundo da fazenda de criação de gado da Campanha”. Estas características são perceptíveis na nomenclatura campeira elaborada por Saraiva para os cargos de diretoria e repartições de um CTG. A diretoria, os conselhos e os departamentos são designados respectivamente por patronagem, conselho de vaqueanos e invernadas. Os membros da patronagem denominam-se patrão (presidente), capataz (vice-presidente), sota-capataz (secretário), agregado de pilchas (tesoureiro) e agregado das falas (orador). Os diretores das invernadas são denominados posteiros, os conselheiros são os vaqueanos, enquanto os sócios masculinos são chamados de peões e as mulheres de prendas. Um CTG bem organizado possui pelo menos as seguintes divisões: invernada artística (responsável pelas danças, músicas, poesias, e tudo mais relacionado à arte), invernada campeira (cuida das lidas gauchescas tais como rodeios, cavalgadas, desfiles, etc.) e invernada cultural (organiza a biblioteca, museu, cursos e toda a parte educativa).

Os CTG's são integrantes do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) que por sua vez foi fundado em 1961. O MTG é um movimento planificado e regulamentado com administrações regionais que coordenam os pólos sociais e culturais conhecidos popularmente como CTG's. Estas administrações regionais estão congregadas numa instância nacional conhecida por Confederação Brasileira de Tradicionalismo Gaúcho – CBTG.

A proliferação dos CTG's tem ocorrido nos quatro cantos do país, quiçá do mundo⁹⁸, seguindo, obrigatoriamente, o mesmo lema do “35” e guiando-se pelos cinco princípios fundamentais do tradicionalismo: aspectos cívicos, aspecto filosóficos, aspectos associativos, aspectos éticos e aspectos recreativos⁹⁹. Barbosa Lessa afirma que, no princípio, a disseminação do tradicionalismo ocorreu “mui lentamente” para em seguida crescer em “progressão geométrica” vindo a “valorizar e prestigiar a figura humana do gaúcho” tendo como núcleo básico: (1) o ritual do mate, como escola de cordialidade; (2) a invernada campeira através da recuperação do cavalo em práticas desportivas; (3) a invernada artística, que através da dança tradicionalista transmite as noções básicas de sociabilidade sendo dividida entre mirim, juvenil e adulta e (4) o fandango, baile tradicional gaúcho que promove o encontro de gerações. Do ponto de vista do referido autor é o “retorno moral ao *tempo de*

fatores/aspectos cotidianos que se entrelaçaram, às vezes não tão harmoniosamente, para mostrar aos brasileiros e ao mundo, que somos originários da sociedade agrária e miscigenados pelas raças branca, indígena e negra. Assim, a miscigenação aparece como o fio condutor da teia de relações e da construção da identidade nacional. Ver Freyre, 2003

⁹⁸ O Movimento Tradicionalista Gaúcho reivindica o título de maior movimento cultural do mundo. Seus fundamentos estão disseminados em países da Europa, nos Estados Unidos e no Japão onde é possível constatar a existência de vários CTG's. No período de 18 de outubro a 3 de novembro de 2005 uma comitiva de tradicionalistas “gaúchos” estiveram em Paris, na França, onde foi fundado o CTG União dos Ideais que tem o objetivo de congregar “gaúchos”, brasileiros de outros estados e até mesmo franceses. Ver <http://www.cbtg.com.br>.

⁹⁹ Os aspectos fundamentais do tradicionalismo foram definidos na tese “O sentido e o valor do tradicionalismo” elaborada por Barbosa Lessa em 1954 e pode ser consultada na sua íntegra no endereço eletrônico <http://www.paginadogaucho.com.br>.

dantes. Não se trata de reviver, esterilmente, o passado. Mas, sim, de resgatar, do passado, a esperança perdida” (Barbosa Lessa, 1998:76) inspirando Oliven (1991) a entender o tradicionalismo como um movimento “em busca do tempo perdido”.

Já para Golin a “hegemonia tradicionalista” é a “construção inventiva” de uma identidade que só pode ser firmada pela “condução monopólica do *elo perdido*” mesmo diante da constatação de que os indivíduos contemporâneos para ingressar nos inúmeros rituais que envolvem as atividades de um CTG tenham de repor no presente os valores de um passado que não vivenciaram. Diante disto, Oliven (1991 e 1999) e Kaiser (1999) advogam sobre a idéia de uma “comunidade imaginada”, nos termos de Anderson (1991), onde a identidade gaúcha “inventada” ou “fabricada” é assimilada por todos aqueles que, de alguma maneira, lidam com a idéia de pertencimento a esta comunidade mesmo que não tenham nascido no Rio Grande do Sul ou tampouco sejam descendentes de “gaúchos”. É o caso de Rosário Pauletti, filha de pai “mineiro” e mãe “paulista” que diz:

“Eu não sou propriamente gaúcha. Meu esposo é gaúcho, eu nasci no Paraná, mas ali na região que eu nasci tinha muito gaúcho. Então a gente se criou no meio dos gaúchos, então você começa a gostar e cultivar a tradição deles (...). [Hoje] Eu me sinto, totalmente... totalmente gaúcha. Até o sotaque da gente muda. Você passa a falar “guria”, e essas coisas que no Paraná você não fala. Você começa a conviver e mudar né”.

(Rosário Pauletti, natural de Palotina/PR, trabalhadora assalariada)

Ao se sentir “totalmente gaúcha” Rosário afirma sua identidade “gaúcha” muito embora não tenha nascido no Rio Grande do Sul e, tampouco, seja descendentes de “gaúchos”. O pertencimento ao gauchismo, neste caso, está associado ao sentimento do sentir-se “gaúcha” por cultivar e assimilar a “tradição” deste grupo social. Ao acionar a tradição como um elemento conformador do grupo social, Rosário me permite entender este processo como se o presente pudesse refazer, de alguma maneira, o passado, sendo que, a atual configuração, no sentido dado por Elias e Scotson (2000:184), proporciona uma leitura diferente dos acontecimentos passados. É como se o presente pudesse refazer suas leituras sobre aquele tempo, o passado, promovendo, consequentemente, uma nova configuração para o futuro. A dimensão processual da mudança é a principal característica deste movimento que adquire nuances diferenciadas nos territórios onde é reproduzido.

A mudança se manifesta na incorporação da tradição, que tem sua escala de representação ampliada, através de uma “transposição geográfica” (Haesbaert, 1999) que servirá de base na re-construção da identidade “gaúcha” no Mato Grosso. Os valores e elementos acionados pelo “gaúcho” que está no Rio Grande do Sul e aqueles acionados pelo “gaúcho” no Mato Grosso apesar de guardar similaridades são referendados a partir de diferentes nuances expressas na sua (multi)territorialidade.

3.2. O ser “gaúcho” longe dos pagos

“Aqui nós nos reunimos para matar a saudade, porque é gaúcho...trás o Rio Grande no peito, e não na querência em que vive”.

(Garibaldi Nardelli, natural de Giruá/RS, comerciário)

A saudade é uma constante para o “gaúcho” que saiu do Rio Grande do Sul e estabeleceu-se em outras regiões. Este sentimento fortalece os laços entre os migrantes e estabelece um vínculo de solidariedade que, na maioria das vezes, é justificado por serem filhos da mesma terra, por possuírem os mesmos valores culturais e sociais. Os valores

culturais geralmente estão associados ao tradicionalismo (como veremos adiante) e os valores sociais, via de regra, estão vinculados à valorização da família e da religião (conforme já vimos no capítulo anterior). Contudo, este sentimento, a saudade, é algo que acompanha todo e qualquer migrante, independente da sua origem e destino. Então o que diferencia o “gaúcho”?

Parto da hipótese de que o “gaúcho” ao sentir saudade do “pago” busca reproduzir na “querência” seus valores culturais e sociais como uma estratégia de (re)territorialização. No vocabulário gaudério, pago e querência são duas palavras de muita importância. A primeira refere-se ao local onde nasceu, enquanto a segunda é o lugar onde se vive. Um diálogo muito comum entre os migrantes “gaúchos” no Mato Grosso é este: “De ondes tu és vivente? Eu sou dos pagos de Cruz Alta mas estou aquerenciado em Lucas do Rio Verde”. A reprodução dos valores culturais e sociais são difundidos pelo tradicionalismo gaúcho que tem como disseminador oficial o CTG.

Foi o que constatei convivendo com os “gaúchos” do CTG Sentinela da Tradição, localizado em Lucas do Rio Verde. Primeiramente, é preciso registrar que fiquei impressionada com a estrutura física deste CTG. Um espaço rústico, porém amplo, rodeado de árvores, churrasqueiras, enfim, as formas arquitetônicas funcionam como uma espécie de reprodução do espaço local tipicamente “gaúcho” no estilo das estâncias da região da Campanha.

Na época da minha pesquisa de campo (julho de 2005) os ensaios da invernada artística estavam sendo realizados todos os dias da semana das 19:00 às 22:00 horas pois estavam se preparando para o 7º Festival Matogrossense de Arte e Tradição Gaúcha – FEMART que seria realizado de 28 a 30 de outubro de 2005. As crianças e adolescentes que faziam parte das invernadas mirim e da juvenil estavam no seu período de férias escolares e se dedicavam com afinco aos ensaios que seguem um método disciplinar rigoroso e pude perceber a dedicação com que aqueles jovens ensaiavam noite adentro. A presença de uma “estranha” era observada a cada movimento, e no olhar de cada peão e de cada prenda era perceptível um misto de curiosidade e orgulho. Curiosidade de saber quem era a desconhecida, de onde vinha e o que está fazendo ali e, orgulho, por estarem dançando sob os olhos atentos de uma forasteira. Era visível a olhos nus a postura de imponência dos peões e a graciosidade e leveza das prendas, atributos valorizados por qualquer “gaúcho” que dance numa invernada artística do Oiapoque ao Chuí¹⁰⁰.

Nos primeiros dias de inserção no CTG tive a oportunidade de conversar longas horas com o patrão, com a Coordenadora Cultural e com vários pais que ficavam jogando cartas enquanto seus filhos ensaiavam. Outros estavam ali com o intuito de um divertimento com os amigos após um longo dia de trabalho apontando-me um indício de que o espaço do CTG era também um espaço de lazer. Fui apresentada como uma “gaúcha” que estava fazendo uma “pesquisa sobre os pioneiros¹⁰¹ que colonizaram Lucas”. Embora não tenha me identificado como tal, era desta maneira que comumente me apresentavam. A primeira reação destas pessoas era começar a contar a sua história ou indicar “pioneiros” que “não podia deixar de entrevistar”, como se a história do processo de colonização não pudesse ser contada sem que eu tivesse acesso às informações destas pessoas. A segunda reação era questionar-me sobre o “por quê Lucas?”.

¹⁰⁰ Expressão utilizada para referir-se aos dois extremos do Brasil. Na baía do Oiapoque, extremo norte do país no Estado do Acre, localiza-se o município de Oiapoque. Ao passo que no outro extremo, mais especificamente no Rio Grande do Sul, temos o arroio do Chuí onde se localiza o município do Chuí. O Chuí é considerado um marco do limite da cidadania brasileira por separar o Brasil do Uruguai, tendo sido palco de disputas entre os portugueses e espanhóis no século XVIII.

¹⁰¹ A utilização da categoria “pioneiro” será analisada adiante.

Somente na segunda visita entrevistei o professor de dança e dois alunos destacados por ele que, não por acaso, eram a Primeira Prenda Juvenil e o Peão Juvenil¹⁰². Além disto, entrevistei Angélica, uma prenda da invernada mirim que frequentemente ficava assistindo aos ensaios da invernada juvenil onde alguns primos e primas dançavam. Também conversei com alguns peões e prendas da invernada juvenil em outros locais, fora do CTG, pois frequentemente os encontrava pelas ruas de Lucas ou na *lan house*¹⁰³.

O professor de dança, Licurgo Mello, veio do Rio Grande do Sul contratado pelo CTG de Rondonópolis, cidade que fica na região sul do Mato Grosso. Depois de seis anos de trabalho naquela cidade recebeu um convite do patrono do CTG Sentinel da Tradição para conduzir as invernadas artísticas de Lucas do Rio Verde. Curiosamente, Licurgo ressalta que apesar de ter nascido em Laranjeiras do Sul, no Paraná, se considera “99,9% gaúcho” e diz que só não é 100% porque nasceu no Paraná mas com 2 meses de idade mudou-se para o Rio Grande do Sul. Sua mãe é natural de Passo Fundo e o pai de Campo Bom, cidades do interior rio-grandense. Ele me conta que “muita gente se engana com CTG” pensando que irá encontrar só “gaúchos” e destaca: “tenho aluno árabe...tenho carioca, paulista, baiano, tenho de tudo um pouco. É questão de gosto, é gostar da cultura e achar bonito”. Na sua opinião, o que chama atenção destas pessoas, inicialmente, é o visual das danças e a indumentária ou pilcha¹⁰⁴, mas depois que conhecem as origens e a história rio-grandense acabam se identificando de alguma maneira e “com certeza” isto os fazem sentirem-se “gaúchos”.

Parece que Licurgo tem razão, pois foi a dança que aproximou Angélica Rente (7 anos), Mariana Colussi (13 anos) e Estevão Pauletti (14 anos) do universo tradicionalista. Mariana conta que no início “tirava sarro”¹⁰⁵ do irmão quando o via pilchado indo para o CTG. Depois de um tempo foi convidada por uma amiga da escola a ver um ensaio, acabou gostando do que viu e “hoje faz cinco anos” que dança na invernada¹⁰⁶.

Mariana contou-me que ingressou na invernada artística com 8 anos e que certa vez tentou parar mas não conseguiu “fiquei acho que uma semana e voltei porque eu sinto falta, eu sinto que faz parte de mim entendeu”. Angélica participa da invernada mirim desde os 7 anos. Estevão entrou para o CTG através de um convite pra assistir os ensaios da invernada quando tinha 7 anos e desde então nunca parou. Orgulhoso, contou que seu “avô por parte de pai lutou na Guerra dos Farrapos lá no Rio Grande do Sul”. O ponto em comum entre estes

¹⁰² Entrevista concedida simultaneamente a pedido do professor de dança, já que os jovens precisavam retornar ao ensaio. Apesar de reconhecer a influência que um possa ter na resposta do outro, procurei tomar cuidado com o direcionamento das perguntas.

¹⁰³ Fisicamente, lan house é caracterizada por diversos computadores de última geração conectados em rede em um ambiente hi-tech, com ar-condicionado e poltronas confortáveis, sendo possível a locação de computador para acesso à internet ou utilização de jogos em rede (Fonte: <http://www.orbita.v10.com.br>). Geralmente no final de tarde ia à lan house acessar a internet e, em algumas oportunidades, encontrei com jovens do CTG.

¹⁰⁴ A indumentária gaúcha foi oficializada pela lei estadual nº 8.813 de 10 de janeiro de 1989 estabelecendo como traje oficial a pilcha gaúcha que é considerada apenas aquela que “reproduza com elegância, a sobriedade da nossa indumentária histórica, conforme os ditames e as diretrizes traçadas pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho”. A pilcha gaúcha não reproduz apenas um modo de vestir, há por trás da vestimenta a simbologia de uma tradição e de traços culturais que foram sendo agregados através dos tempos, sobretudo, pelo caldeamento das raças que deram origem ao Rio Grande do Sul. O traje do peão é composto por camisa, bombacha, bota, guaiaca e lenço. O traje feminino consiste num vestido de saia rodada sendo obrigatório o uso de bombachinhas até o joelho. Sobre este assunto ver <http://www.portalgaúcho.com.br>.

¹⁰⁵ Expressão que tem o mesmo sentido que fazer gozação, achar graça.

¹⁰⁶ Um fato interessante é que estudei no Colégio Júlio de Castilhos, berço do tradicionalismo e popularmente conhecido como Julinho, e recordo-me do preconceito que tínhamos, eu e meus amigos, em relação aos “gaúchos” do DTG o que nos levava muitas vezes a “tirar sarro” e fazer brincadeiras com o fato de andarem pilchados. Surpreendentemente, em 1989 fui levada pelos braços da minha irmã mais nova – também estudante do Julinho - para participar de um ensaio da invernada artística do DTG e foi ali, através da dança, assim como aconteceu com Angélica, Mariana e Estevão, que penetrei no universo gauchesco e a partir de então comecei a me “sentir gaúcha”.

três jovens é que foram incentivados a participar do CTG ou por amigos, ou por parentes e, ainda destacam, que sempre participam das atividades do CTG junto com a família.

Mariana e Estevão nasceram em Sorriso¹⁰⁷ já que na época não existia maternidade em Lucas e, Angélica, por ser mais nova, nasceu em Lucas. Quando questionei se eles sentiam matogrossense ou gaúcho:

“Mais gaúcha, porque pra mim a cultura de Mato Grosso é de Cuiabá porque é que mais a gente tem acesso então eu sei que tem o *chanchado*¹⁰⁸, aquelas dança do... sabe...¹⁰⁹ o peixe essas coisas, mas se você me perguntar eu não sei. Agora do sul eu sei ...se você me perguntar eu sei que a Guerra dos Farrapos durou 10 anos, eu sei quem foi o primeiro autor do tradicionalismo, eu sei sabe...tudo isso. Então eu acho que me considero mais gaúcha pelo fato de eu saber mais coisas, porque se eu soubesse mais coisas daqui eu acho que eu iria me considerar mais matogrossense entendeu?”

(Mariana Colussi, natural de Sorriso/MT, estudante)

“Acho que o meu caso é idêntico ao dela [Mariana] porque faz tanto tempo que a gente faz [parte da invernada], é uma vida né. Se você por exemplo perguntar pra mim coisas do sul eu sei muito mais de tanto que a gente estudou”.

(Estevão Pauletti, natural de Sorriso/MT, estudante)

“Os dois. Porque eu faço parte daqui do CTG então eu sou os dois”.

(Angélica Rente, natural de Lucas do Rio Verde/MT, estudante)

Conhecer mais a história, estar envolvido com a cultura, costume e tradição do Rio Grande do Sul os faz sentirem-se mais “gaúchos” do que “matogrossense” ou, como diz Angélica, “os dois”. É possível notar que este sentimento de pertencimento ao gauchismo está vinculado ao conhecimento e domínio da cultura gaúcha. Não é apenas o fato de ter nascido no Rio Grande do Sul ou andar pilchado que torna um indivíduo “gaúcho”. Neste sentido, acredito que ser “gaúcho” é um estado de espírito pois:

“a autenticidade está entre os que são e os que tentam ser. A maioria dos gaúchos seguem isso como exemplo entendeu. Porque não adianta estar vestindo uma bombacha, uma camisa, um lenço, uma guaiaca e uma bota ou

¹⁰⁷ Município que fica a 70 km de distância de Lucas do Rio Verde.

¹⁰⁸ A entrevistada quis fazer referência ao rasqueado. A palavra rasqueado tem como significado “arrastar as unhas ou um só polegar sobre as cordas, sem as pontear”. Em Mato Grosso, a expressão musical Rasqueado Cuiabano, traz no seu processo histórico toda uma saga, que começou após o fim da Guerra da do Paraguai, quando os prisioneiros da Retomada de Corumbá ficaram confinados à margem direita do rio Cuiabá, atualmente cidade de Várzea Grande. Logo após o final do conflito, estes prisioneiros não voltaram para seu país de origem, permanecendo e espalhando-se ao longo do rio, miscigenando-se e interando-se à vida dos ribeirinhos. Essa integração resultou em várias influências como as danças folclóricas polca paraguaia (pulsante e larga, modulada no compasso binário-composto) e o siriri (saltitante, com percussão forte, de origem negro-bantu). A fusão dessas duas danças resultou no Rasqueado que é tocado na viola-de-cocho, instrumento típico do Mato Grosso fabricado artesanalmente a partir de um tronco de madeira inteiriça, esculpida no formato de uma viola que é escavada no corpo até que suas paredes fiquem bem finas, obtendo-se assim o cocho propriamente dito (a maior ou menor ressonância depende da espessura das paredes e do tampo). As violas geralmente medem 70 cm de comprimento (Fonte: <http://www.rasqueadocuiabano.com.br>).

¹⁰⁹ Apesar do esforço, Mariana não se lembra do nome das danças típicas do Mato Grosso que são o Siriri e o Cururu, da mesma maneira que fez referência ao rasqueado como “chanchado”.

uma prenda um vestido e um arranjo no cabelo e você não saber o que está vestindo, o que você está fazendo. Você pode estar de calça jeans e bolsa, quer dizer de blusa, (...) não precisa falar pros outros o que ele é, porque ele tá ciente do que que ele é entendeu. Então eu acho que a diferença é entre ser e não o que aparenta entendeu”.

(Mariana Colussi, natural de Sorriso/MT, estudante)

Aprender a ser “gaúcho” requer saber o significado dos seus símbolos e conhecer os fatos emblemáticos da chamada “tradição gaúcha” que funcionam como uma importante ferramenta ao acionar um sentimento de pertencimento que ocorre mesmo entre àqueles que nunca estiveram no Rio Grande do Sul, porém cultivam o tradicionalismo no espaço do CTG ou da família.

Os três jovens entrevistados são filhos de paranaenses e, Mariana e Estevão são netos de gaúchos. Contudo, certo dia estava almoçando quando uma garota me cumprimentou chamando-me pelo nome. O notável é que estava a apenas uma semana na cidade e já era reconhecida em vários lugares, como no restaurante, na *lan house*, no supermercado, andando pelas ruas, etc. No início confesso que não me recordava de onde a conhecia, convidei-a para almoçar comigo e no decorrer da conversa percebi que tratava-se de uma das prendas da invernada juvenil. Ali, sentada na minha frente, Joana Mattos não me lembrava nem de longe a prenda pilchada que dançava no CTG já que estava vestida com calça jeans e camiseta. Apesar de nos ensaios as prendas utilizarem apenas saias, há toda uma postura corporal que exige graciosidade e leveza. Tive que concordar novamente com Licurgo, a vestimenta ou, para usar o vocabulário gaudério, a pilcha realmente é algo que chama atenção e através dela o “corpo fala” (Weil e Tompakow, 1986). Joana me contou que seus pais e avós eram paulistas e que foi levada a participar do CTG por uma amiga da escola. No início sua mãe não gostou da idéia devido ao horário e freqüência dos ensaios, mas quando participou da primeira palestra ministrada aos pais de prendas e peões do CTG, pode perceber os valores morais e éticos ligados à família que era valorizado e repassado aos jovens, assim como o rendimento nos estudos considerado pré-requisito para uma prenda e um peão. A partir de então a mãe passou a incentivá-la e também começou a participar com mais assiduidade das atividades desenvolvidas na agremiação. Desta maneira, o CTG configura-se como um espaço de sociabilidade que amplia as relações sociais para além da família e dos naturais do Rio Grande do Sul.

O CTG é, antes de tudo, uma “instância simbólica” (Fagundes, 1995:35) que procura entregar ao indivíduo (seja ele migrante ou não) uma agremiação com as mesmas características do grupo local que ele perdeu ou teme perder: o pago. Eis aqui uma aproximação com a noção de poder simbólico de Bourdieu (2003). Na perspectiva do autor existe um poder simbólico que legitima a “integração fictícia da sociedade” através de um arsenal ideológico produzido pelas classes dominantes ou hegemônicas. A dominação está relacionada a uma determinada visão de mundo cuja realidade é socialmente construída por meio de um sistema simbólico que são determinantes na reprodução social de um grupo (Bourdieu, 2003:11-15). Este poder simbólico é um “poder quase mágico” (Bourdieu, 2003:14) que provoca uma relação dialética entre dominante e dominado, entre um grupo hegemônico e outro subalterno, como se fosse “algo invisível” capaz de constituir uma cumplicidade tanto daquele que exerce, quanto daquele que é subjugado a ele (Bourdieu, 2003:7-8). É desta dominação simbólica que resulta a integração ou coesão social capaz de justificar a hegemonia de um grupo sob outro, tal como ocorre entre os jovens matogrossenses ou paulistas que se sentem “gaúchos” ou ainda o caso dos “sulistas” - catarinenses e paranaenses - que são (auto)identificados como “gaúchos” pois, como me contou Garibaldi

“aqui [em Lucas do Rio Verde] os sulistas são chamados de gaúchos”. Notadamente, o poder simbólico da cultura “gaúcha” se faz presente neste depoimento:

“Eu sou paranaense, mas a cultura toda né...quer dizer tem o chimarrão que se toma de manhã, de tarde e de noite, então a gente tem essa cultura bastante forte né, essa tradição gaúcha. (...) Eu me enquadraria como sulista, como do sul entende. Mas eu vejo assim o sul do país, a influência cultural maior, não há a menor dúvida, que é a cultura gaúcha. Então a gente por viver numa região paranaense, numa região agrícola, claro que a gente tem as nossas características, mas o forte mesmo da cultura é a cultura gaúcha, é a música, é o chimarrão, então eu me denomino de sulista”.

(Afonso Zanella, natural de Barracão/PR, professor de educação básica)

“Sulista” como uma categoria de auto-percepção indica uma relativa resistência de Afonso em se autodenominar como “gaúcho”. Entretanto, o poder simbólico da cultura “gaúcha” como um referencial do “sulista” é acionado por Afonso que, apesar de se identificar primeiramente como “paranaense”, assume a “tradição gaúcha” como sendo a sua e, ao longo da entrevista incorpora a categoria “gaúcho” como distintivo da sua identidade:

“Acho que tem muito a ver essa questão de tentar a sorte, sair e não ficar preso no lugar, tendo a oportunidade, você estuda. O gaúcho não pára naquele local, a gente sabe que vai se formar, mas não pra ficar morando, morrendo naquela cidade. Não, a gente vai à procura, não interessa se é lá no norte, no nordeste. Então é um povo desbravador. Eu vejo pelos meus pais, se eu disser pra eles vamos lá pro Pará, eles vão pro Pará. Eles não têm medo, é uma coisa assim que é de geração pra geração. Já começou com os pais deles vindo da Itália pro Brasil”.

(Afonso Zanella, natural de Barracão/PR, professor de educação básica)

A afirmação do *ethos* “gaúcho” se dá para além da fronteira natural do Rio Grande do Sul. Desta maneira, a cultura gaúcha, nas suas mais diversas manifestações (chimarrão, churrasco, música, etc.) é incorporada por todos aqueles que se identificam como “gaúchos” independentes de terem nascido no Rio Grande do Sul.

Além disto, a mobilidade como *ethos* migrante, como já analisado no capítulo 2, também aparece no discurso de Afonso para justificar a sua identidade “gaúcha”. “Não ficar preso no lugar”, ser “desbravador”, “não ter medo” (e por analogia ter coragem) e transmitir estes valores de “geração pra geração” ou pelo “sangue” são características acionadas pelos “gaúchos” como distintivos da sua identidade, como veremos a seguir.

3.3. Desbravador e pioneiro

“Gaúcho é um desbravador, eu acho que a gente veio aí desbravando Santa Catarina, Paraná viemos para o Mato Grosso do Sul, chegamos em Mato Grosso. Eu acho que ser gaúcho é você dar o sangue pelo seu país, pelo seu estado, por onde você está. (...) E nós viemos como desbravadores né. Nós estamos aqui e você traz o sangue, o sangue europeu...nós somos descendentes acho que você vai trazendo...eles vieram da Europa, nós somos descendentes e nós viemos para o Mato Grosso. Eles foram para o Rio Grande e de lá nós saímos para Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do

Sul, enfim... e estamos aqui e tem gente indo para o Pará e já chegam lá na divisa com outros países né”.

(Rodrigo Nogueira, natural de Ronda Alta/RS, comerciante)

Deste depoimento podemos evidenciar, novamente, como a auto-imagem deste ator social que se reconhece - e é reconhecido - por “gaúcho” é construída a partir de uma tradição européia de movimento, de uma história de sucessivas migrações, como se a mobilidade fosse um componente genético que, segundo Rodrigo, está inscrito no sangue. A categoria “sangue” aparece aqui no sentido figurado como uma “substância transmissora de qualidades físicas e morais” (Abreu Filho, 1980:98). Estas qualidades são transmitidas de geração para geração através da educação, da cultura, dos valores morais e éticos, da história, enfim, das mais diversas maneiras e são conformadoras do caráter e do corpo do indivíduo. O sangue, enquanto categoria de percepção, circunscreve além de uma relação de parentesco, que define quem é (ou não) parente, uma articulação entre a ordem da natureza e a cultura já que ao nascer o indivíduo, de certa maneira, já está moralmente constituído como “representante de uma família e de uma tradição” (Abreu Filho, 1980:99). Neste sentido, a identidade “gaúcha” também é acionada pelas relações consangüíneas e, esta relação se expressa no discurso de Rodrigo quando ele afirma que seus antepassados migraram da Europa para o Rio Grande do Sul e como descendente se vê continuando a história de desbravar novas terras, saindo do seu local de origem – o Rio Grande do Sul – indo para Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, etc.

A mobilidade pode, neste contexto, ser entendida como uma categoria de percepção transmitida por relações consangüíneas que se expressa no “espírito desbravador” recorrente no discurso dos migrantes “gaúchos” de Mato Grosso como uma característica que está inscrita no sangue, permitindo-lhes a construção de uma identidade social que nasce de sua situação de origem pois, como descendentes, consideram-se como “aqueles que viveram a tradição de seus avós, imigrantes italianos e alemães” desbravando o cerrado matogrossense da mesma maneira que seus antepassados desbravaram as terras do sul, inclusive experimentando dificuldades e situações semelhantes (Tavares dos Santos, 1993:109). O componente étnico é destacado no discurso para valorizar sua capacidade de abrir fronteiras para a agricultura:

“O gaúcho é desbravador por natureza. Aquela história de andar pelos pampas a cavalo percorrer longas distâncias em cima do cavalo. Eu acho que outro que está sendo [desbravador] é o próprio processo de migração aqui porque qual é o gaúcho que hoje está saindo do Rio Grande do Sul pra desbravar novas fronteiras? É o gaúcho ligado à agricultura basicamente. Fora este gaúcho, tu pega aí o gaúcho da cidade, por exemplo, que não está ligado ao campo, tu pega o gaúcho lá de Cruz Alta que mora na zona urbana de Cruz Alta, de Passo Fundo coisa e tal que de repente não está encontrando um espaço no mercado de trabalho em sua cidade ele migra. Mas eu acho que a grande leva de migrantes de gaúchos está mais ligado mesmo ao pessoal da agricultura. Com este sentido né, com este sentido de desbravador”.

(Bolívar Rosas, natural de Panambi/RS, trabalhador assalariado)

No discurso de Bolívar o sentido de desbravador está associado ao “gaúcho” que tem como substrato identitário o universo ligado ao mundo rural¹¹⁰, mais especificamente àquele que trabalha com agricultura. Importante observar que a categoria desbravador aparece vinculada à de migrante de origem “gaúcha” que, na maior parte dos casos, refere-se ao indivíduo que busca novas terras, preferencialmente em grandes extensões e boas oportunidades de expansão agrícola (Kaiser:1999). Neste sentido, Mato Grosso apresenta-se no imaginário “gaúcho” como o novo Eldorado devido a possibilidade de aquisição de grandes extensões de terras agricultáveis que podiam ser desbravadas por serem consideradas um vazio demográfico¹¹¹. Neste sentido, a história da família Monduzzi é ilustrativa.

Conheci Pedro Monduzzi através do meu informante Garibaldi Nardelli. Pedro nasceu em Dona Francisca, distrito de Cachoeira do Sul (RS), é o caçula de uma família de nove irmãos de descendência italiana, seu bisavô veio da Itália com 8 anos. Conta que os italianos quando chegaram no Rio Grande do Sul procuraram a região mais montanhosa, parecida com a que eles viviam na Itália, que era uma “região muito difícil para trabalhar” pois naquela época o trabalho era só braçal. A família plantava milho, fumo e feijão e tinha como “meta sair daquele sofrimento”. Assim, migraram para Tupanciretã, na região da Campanha onde, em quatro anos de lavoura conseguiram adquirir um “patrimônio mais ou menos”. Entretanto, na Campanha predominava a criação de gado dificultando o arrendamento de terras para a agricultura:

“(...) os “gringos” como eles falavam, o pessoal da Campanha, que são os brasileiros natos, talvez descendentes de portugueses, eles se limitavam em arrendar terra para agricultura porque eles iam acabar com o gado e na época o gado era um bom investimento, não existia risco”.

(Pedro Monduzzi, natural de Dona Francisca/RS,
agricultor empresarial)

Interessante notar que, embora Pedro tenha nascido no Rio Grande do Sul era visto pelo “gaúcho” da Campanha como “gringo” em virtude da sua descendência italiana e, paradoxalmente, aos olhos de Pedro o habitante da Campanha era tido como o “brasileiro nato”. Coloco a minha análise no tempo pretérito porque no decorrer da nossa conversa Pedro ressalta constantemente a sua gauchicidade: “eu sou gaúcho (...), me considero gaúcho. Amo aquela terra”.

Em 1979 três irmãos de Pedro vieram para o Mato Grosso porque ficaram sabendo por vizinhos do sul que na região de Cáceres¹¹² “existia terras para arrendamento”. Chegaram em Cáceres e não gostaram muito do que viram “não era o que eles esperavam”. Na volta por Cuiabá resolveram parar no Banco do Brasil para verificar a existência de linhas de crédito em alguma outra região do Estado e quais eram os incentivos para agricultura. Chegando no banco:

“encontraram uma pessoa lá de Faxinal do Soturno, conhecido nosso e daí disse “não, vamos para Lucas do Rio Verde que lá em Lucas tem uma área que serve pra vocês, e é boa ... é ... do lado da minha, vou te dar apoio e vamos embora ...” e viajaram de tarde. E aí ele [o amigo] trouxe meu irmãos pra cá, ficaram uns dois dias ali e acabaram comprando a área. Daí compraram a área, que foi... no valor mais ou menos...naquela época seria

¹¹⁰ Cumpre esclarecer que toda vez que utilizar a categoria mundo rural estou me referindo, assim como Moreira (2003), a todos os processos associados com a terra, a natureza e os processos naturais. Sobre este assunto ver Moreira, 2003.

¹¹¹ Esta noção está vinculada a categoria de “espaço vazio” já discutida no capítulo 1.

¹¹² Município localizado na região sudoeste do estado de Mato Grosso.

que nem um arrendamento lá no RS, 8 sacos por hectare. Só que era uma área sem documentos, que tinha que ir atrás do Incra pra ver a papelada né ... a documentação. E deu certo, foi pago tranquilamente... foi pago para os antigos posseiros que passaram essa área”.

(Pedro Monduzzi, natural de Dona Francisca/RS,
agricultor empresarial)

Compraram 1.000 hectares de posse e em 1980 os dois irmãos mais velhos embarcaram do sul rumo ao Mato Grosso para iniciarem a derrubada do cerrado seguida da catação de raízes, trabalho este realizado com certa dificuldade levando em conta as distâncias em que se encontravam de uma cidade. Neste início “foi preciso muita determinação e vontade de vencer para não desistir e voltar pra trás. Tudo era difícil, para fazer compras só em Cuiabá e o acesso não era asfaltado, isto complicava mais a situação” como me contou num relato escrito Bibiana Monduzzi¹¹³, cunhada de Pedro. Nos dois primeiros anos, 1980 e 1981, a produção foi ruim:

“ficamos uns anos devendo naquela época, aonde que dava vontade de voltar, mas só que quando eu cheguei no MT em Fevereiro de 81 e daí olhando as lavouras eu falei para o meu irmão: se alguém conseguir plantar soja aqui numa região dessa, isso aqui ninguém mais segura”

(Pedro Monduzzi, natural de Dona Francisca/RS,
agricultor empresarial)

Para isto foi preciso corrigir o solo, aprender a trabalhar na região de cerrado e se adaptar ao regime de chuvas. Em 1984 começaram o plantio da soja e trouxeram o restante da família para Lucas. Bibiana contou que carregaram “os sonhos e uma pequena mudança no caminhão Mercedes”, onde trouxeram um trator com concha e um espalhador de calcário (maquinário utilizado ainda hoje na fazenda), uma vaca de leite com seu bezerro e um cachorro pastor alemão. A mudança era pequena “a gente não tinha quase nada, mas vontade, disposição e vontade de lutar por uma vida melhor a gente tinha de sobra. Ficamos morando no barraco que não era forrado tinha frestas nas paredes e no assoalho. As coisas não eram fáceis. Foi preciso a gente se acostumar, naquela época não havia luz elétrica, carro nós tínhamos uma F-4000 amarela velha toda amarrada de borracha para não perder o paralama, quando precisava ir ao médico ou ia com ela ou de carona. Foram tempos difíceis, sem falar no lado afetivo não é fácil para ninguém ficar longe de sua família, num lugar distante, a gente enfrentou tudo isto e hoje se fosse preciso com certeza a gente enfrentaria tudo de novo”¹¹⁴.

A trajetória da família Monduzzi demonstra como a busca por novas terras agricultáveis estimulou o caráter desbravador do “gaúcho”. Reconheço que vários outros elementos são significativos na trajetória desta família, entretanto, quero salientar as dificuldades enfrentadas pela família por estar num lugar que não oferecia infra-estrutura

¹¹³ Conheci Bibiana e vários familiares durante um evento festivo dois dias antes de ir embora. Nestes dois dias convivi intensamente com a família e com seus amigos o que me proporcionou coletar dados importantes para minha pesquisa. Como já havia entrevistado Pedro, seu cunhado, priorizei a convivência e observações que foram registradas no meu caderno de campo. Entretanto, no dia em que ia embora Bibiana me emprestou fotos do acervo familiar e me entregou um relato de duas páginas sobre a história da sua família, além de duas mensagens que escreveu para as invernadas artísticas do CTG Sentinel da Tradição. Julgando que estas informações são importantes para compreensão da trajetória familiar lanço mão deste relato como uma fonte documental oral.

¹¹⁴ Documento oral produzido por Bibiana Monduzzi.

exigindo o fortalecimento do espírito desbravador do “gaúcho”. Esta característica aparece no discurso de vários entrevistados pois:

“não tinha nada, mas a gente foi se ajeitando. (...)A gente quando saiu do sul fazia uma imagem...eu fiz a imagem certa. Fazia imagem de uma mata, do desmatamento, aquelas picadas no mato e quando eu vim para cá era assim mesmo. (...)Aqui não tinha nada. Isso aqui era cerrado e mato”.

(Bento Nardelli, natural de Giruá/RS, comerciante)

“Não tinha nada, era chão, era poeira...não tinha nada”

(Manuela Zettermann, natural de Santo Ângelo/RS, advogada)

“Nós chegamos aqui [Mato Grosso] e fomos parar em Sorriso. Sorriso era uma vila na época, acho que tinha umas 40 ou 50 casas, e Lucas do Rio Verde nós passamos e nem percebemos porque aqui não existia nada aqui ainda”.

(Rodrigo Nogueira, natural de Ronda Alta/RS, comerciante)

Abrir o cerrado, catar raízes, (re)aprender a lida com a terra e ter que enfrentar as dificuldades impostas por um lugar onde não tinha “nada”. A categoria “nada” acionada nestes depoimentos reforça a idéia de vazio demográfico que foi utilizado, segundo Tavares dos Santos, como discurso da colonização para estabelecer novas terras utilizando-se da expressão “terra prometida” para forjar um personagem digno de merecer tais terras: o colono moderno. Esse colono era o agricultor capitalizado com “espírito empreendedor” que utilizava técnicas agrícolas modernas para exploração das novas terras tendo a possibilidade de estabilizar a sua situação social podendo “até mesmo enriquecer”. Este personagem é melhor compreendido através da figura do “pioneiro”. Além das características já citadas, o pioneiro deve incorporar um “comportamento político conservador” para sintetizar a “categoria simbólica central” (Tavares dos Santos, 1993:219) do discurso da colonização privada, nos moldes já discutidos no capítulo 2.

Impossível falar na colonização do norte matogrossense sem fazer referência a este personagem desbravador responsável por abrir as franjas pioneiras do cerrado, sempre organizado por empresas particulares ou cooperativas, que estimulavam e orientavam a agricultura modernizada mediante a inserção da tecnologia no campo. Para atender a demanda destes migrantes pioneiros empenhados em marchar para o oeste e abrir novas frentes produtivas, o governo federal editou vários programas de incentivo via instituições financeiras como o Banco do Brasil¹¹⁵.

No intuito de entender como esta categoria, pioneiro, é acionada pelos migrantes “gaúchos” de Lucas recorro aos termos da nomenclatura analisada por Vianna Moog (1981).

Moog procede uma análise cristalina do processo de colonização dos Estados Unidos e do Brasil com o intuito de compreender o “progresso quase milagroso” dos norte-americanos frente a realidade de atraso brasileiro. Frequentemente, a explicação para este fato é dada pela “idéia de superioridade racial” dos colonizadores, já que os Estados Unidos foram colonizados pela “raça superior dos anglo-saxões” e o Brasil pelos “retrógrados portugueses”. Entretanto, o autor não se contenta com esta costumeira explicação e, dentre as nuances teóricas que se envereda para analisar o contraste entre “bandeirantes” e “pioneiros”, uma

¹¹⁵ Ver uma breve contextualização destes programas no capítulo 1.

delas servirá de inspiração para a análise deste estudo de caso: a construção simbólica do migrante “pioneiro” que se instalou no Rio Grande do Sul (Moog, 1981).

Moog trabalha com duas figuras representativas dos tipos sociais norte-americanos, o pioneiro e o ianque. Souza (1998) em seu estudo sobre a obra de Moog diz que “o pioneiro é o pequeno produtor rural (...), o povoador e conquistador de terras” enquanto o ianque “é o pioneiro capitalista, empreendedor e urbano” (1998:13). A síntese destes dois tipos sociais se dá na figura do “pioneiro” que, na esfera de símbolo, transmutou-se como mito para o imaginário americano e, nas palavras de Moog, “povoa de lenda, de poesia e de sonho as lareiras americanas” (Moog, 1981:165).

Esta imagem romantizada do pioneiro tornou-se consciência nacional norte-americana sendo convertida em símbolo e “uma vez idealizada uma imagem e convertida em símbolo, será muito difícil deslocá-la ou substituí-la” (Moog, 1981:173). Foi o que aconteceu à vanguarda paulista com o advento do café em fins do século XIX quando desembarcaram em terras brasileiras imigrantes de “estilo nitidamente pioneiro” responsável, de acordo com Moog, pelo “progresso de São Paulo”. Entretanto, o autor alerta que a vasta literatura sobre São Paulo atribui o progresso do Estado como sendo obra “exclusiva do bandeirante” mesmo que “para valorizar o símbolo que lhe é caro” fosse preciso “torcer a história” e tomar emprestado do “pioneiro para dar ao bandeirante, qualidades e intenções que ele nunca teve” com a função de idealizar sua imagem (Moog, 1981:171-173).

Um aspecto sugestivo é que, para Moog, o colono do sul¹¹⁶ é o nosso correlato mais próximo do pioneiro norte-americano devido às semelhanças da formação e desenvolvimento dos núcleos coloniais açoriano, alemão e italiano (sobretudo o italiano e alemão) com os núcleos pioneiros dos Estados Unidos. “A analogia é quase perfeita: o sistema de emigração em casais e comunidades; a formação das aldeias, vilas e cidades com um sentido de cooperação e assistência recíproca (...), depois o crescimento industrial, a pequena propriedade, o espírito religioso e o associativismo” além do “isolacionismo político” e a “divisão entre católicos e protestantes” (Moog, 1981:173-174). Em meio a estas semelhanças o autor aponta um dos contrastes já referido anteriormente, qual seja, a imagem do colono projetada nas estâncias da Campanha responsável pela incorporação de muitos hábitos como o “nomadismo de fronteira, o cavalo, as bombachas, o chimarrão” (Moog, 1981:175). Obviamente que deste conjunto de características já se percebe uma semelhança com o modelo de migração de Lucas do Rio Verde, porém outros elementos ainda precisam vir a tona para que possamos compreender o pioneiro luverdense.

Se para Moog o colono do sul apesar de incorporar elementos do pioneiro norte-americano não expressa no imaginário popular esta categoria, não posso dizer o mesmo dos seus descendentes que migraram do Rio Grande do Sul para o Mato Grosso. Arrisco uma analogia entre os pioneiros que marcharam para o oeste norte-americano no início do século XIX e os “gaúchos” que migraram para o norte matogrossense. Os pioneiros norte-americanos foram responsáveis por desbravar as pradarias do meio-oeste onde as terras eram consideradas improdutivas até o momento em que inseriram o arado de aço responsável por transformar a região numa das mais promissoras e produtivas dos Estados Unidos estimulando, assim, o movimento migratório. Já os pioneiros “gaúchos” do norte matogrossense seguiram rumo ao oeste brasileiro, primeiramente incentivados por um programa governamental do início do século XX que, não por acaso, denomina-se “Marcha para Oeste”. Foi justamente dos estados do sul do Brasil que saíram os agricultores que transformaram o cerrado, tido como um solo improdutivo onde as sementes não germinavam, numa das regiões mais produtivas do país. Se a “Marcha para o Oeste” norte-americana levou para as pradarias o tão sonhado “progresso”, como nos conta Moog; a sua versão brasileira criada e sustentada pelo discurso getulista do

¹¹⁶ O autor se refere aos imigrantes portugueses, italianos e alemães que colonizaram o Rio Grande do Sul no século XIX. Ver Moog, 1981.

Estado Novo proporcionou para o cerrado o tão esperado desenvolvimento. Um exemplo público disto é a história de vida do atual governador do Mato Grosso, Blairo Maggi, considerado o maior produtor de soja individual do mundo. “Gaúcho” natural de Torres/RS, passou sua infância em São Miguel do Iguaçu, no Paraná, e na década de 1970 migrou para Mato Grosso com a família com intuito de desbravar as terras inóspitas do norte matogrossense. Hoje, além de governador é reconhecido nos quatro cantos do Estado como um dos pioneiros “gaúcho”, de maior êxito do cerrado matogrossense e é dono do Grupo Maggi que em meados dos anos 1990 faturou algo em torno de 100 milhões de dólares e, nos últimos anos, seu faturamento aumentou em mais de 500% (Fonte: Revista Veja, setembro, 2004).

É possível que estas semelhanças, apesar de não serem senso comum, tenham acionado no imaginário destes migrantes a categoria pioneiro como sendo aquela capaz de sintetizar a sua história de vida como é possível observar no depoimento:

“Fui pioneiro, ajudei bastante. (...) Os pioneiros não mediram esforços pra ajudar. A gente quando criou isso aqui e fazia um oba-oba aqui e pedia a participação, todo mundo ia, a coletividade, ia todos, todos, todos, todos participavam... e lutavam e viam crescer com orgulho isso aqui”.

(Bento Nardelli, natural de Giruá/RS, comerciante)

O pioneirismo, no entendimento dos “gaúchos” de Lucas, está associado àqueles que chegaram para desbravar um “espaço vazio”, onde não se tinha nada. O “nada” acionado frequentemente pelos entrevistados refere-se, principalmente, a inexistência de núcleo urbano exigindo que se construísse a cidade com a “participação” da “coletividade. Não é por outro motivo que se identificam como pioneiros, embora outros elementos possam ser desvendados a partir de sua história como veremos adiante. A saga destes pioneiros é também motivo de orgulho que deve ser (re)lembrado por todos os luverdenses como mostra a série “Os pioneiros” editada de setembro de 1994 até abril de 1995 pelo Jornal Folha Verde. Reproduzo a seguir algumas destas reportagens onde categorias como “dificuldades”, “coragem” e “vencedor”, já citadas neste trabalho, são acionadas para contar a história de vida destes pioneiros.

Figura 4
Reportagem Jornal Folha Verde, setembro/1994

FOLHA VERDE

Página - 10 -

Pioneiros

No dia sete de outubro estava prevista a realização de mais uma reunião com outro grupo de pioneiros de nosso município, para dar continuidade ao relato da história de Lucas do Rio Verde. Compareceram os pioneiros Isidoro Pivetta e Selvino Pelissari. O senhor Isidoro Pivetta relatou para um grupo de alunos e diretora da Escola Municipal Gonçalves Dias, professora Otilia Sartori e para a jornalista Vera Carpenedo que a primeira vez que veio para cá a procura de terras para comprar, não conseguiu chegar até Lucas do Rio Verde, pois a estrada não dava passagem. Ele vinha de Palmeira das Missões (RS). Estava acompanhado da esposa, dona Odila e de um primo. Foi em abril de 1980. Retornou em junho do mesmo ano, quando então adquiriu terras e começou a trabalhar aqui. O senhor Isidoro nos contou também que foi um dos fundadores e primeiro presidente da Comunidade Paroquial de nossa cidade. Emocionado lembrou da primeira festa que organizaram entre as famílias que aqui residiam, arrecadando o suficiente para pagar as despesas com a construção da casa paroquial.

Seo Isidoro lembra que as dificuldades na época eram muitas, principalmente pelo quase isolamento em que viviam as famílias. Contou também da sua luta junto ao INCRA para conseguir garantir as terras que havia adquirido. Disse que apesar de todas as dificuldades por que passaram, teve na sua esposa sempre uma grande companheira, que nunca reclamou nem desanimou. Ao finalizar seu relato, Seo Isidoro disse que se considera um vencedor e que toda luta e sacrifício enfrentado valeu a pena, pois se ele não tivesse trabalhado da forma como trabalhou não teria conseguido o que tem hoje.

Uma lição de coragem. É o que encontramos nos depoimentos de cada um dos pioneiros com que temos conversado.

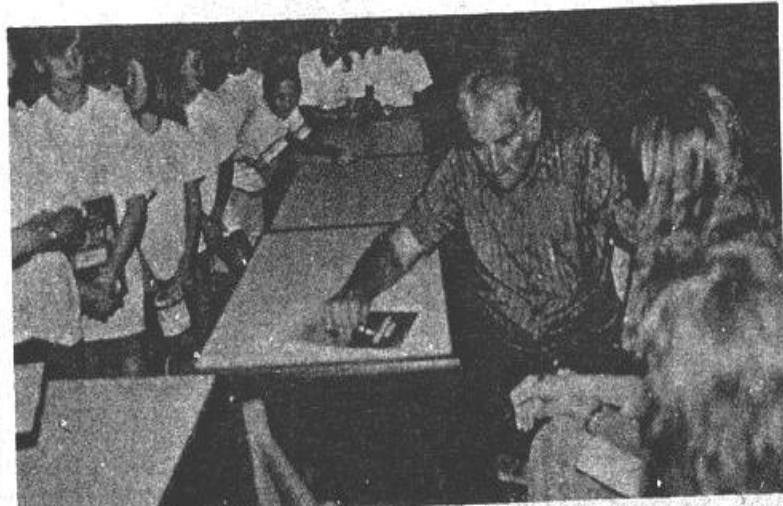


Figura 5
Reportagem Jornal Folha Verde, janeiro/1995

Segunda quinzena de janeiro de 1995

OS PIONEIROS



A série "Os pioneiros" traz nesta edição Sebastião Garcia Costa. Ele é casado com Marilaide Cardoso Garcia, tem quatro filhos, é vereador há seis anos e foi eleito presidente da Câmara Municipal em dezembro último. Tião - como ele próprio prefere ser chamado - conta que a razão que o trouxe a Lucas foi a mesma que a de muitas outras pessoas: melhorar as condições de vida. No dia 13 de dezembro de 1982 descarregou a mudança no pequeno lugarejo de poucas casas e apenas dois estabelecimentos comerciais, o dele, foi o terceiro: uma pequena farmácia. "De Toledo, no Paraná, veio com a família para o Mato Grosso. Moraram um ano e meio em Sinop, mas como Lucas estava começando "achamos que terfamos mais chances em nossa atividade aqui em Lucas do Rio Verde", conta Tião. Quando chegamos aqui enfrentamos muitas dificuldades. Para ir em Sorriso era uma dificuldade, daqui para Culabá então não se pode nem falar, - lembra ele. Aqui não tinha nenhum banco e em Sorriso tinha o Bando Meridional, então tínhamos que ir para lá, tudo foi muito sofrido, mas graças a Deus sempre tivemos um bom relacionamento com todos. Naquela época tinha muita gente que vinha para cá com intenção de ganhar terras e quando chegavam aqui as terras já estavam designadas a outras finalidades e muitas pessoas ficavam sem, porque os que já estavam aqui tinham seus lotes. Em vista disso ocorriu alguns problemas, pois chegavam muitas caravanas de pessoas que vinham em busca de terras e melhores condições de vida. Outro problema grande que foi enfrentado é que muitos dos parceiros que receberam lotes do INCRA (lotes rurais), eram pessoas que não sabiam trabalhar a terra ou sequer tinham condições, pois não tinham maquinários, ainda mais numa terra como essa que exige mecanização e preparo adequado. Então, o que ocorreu foi que muitos acabaram vendendo ou trocando suas terras por preços muito baixos e aí começou a aparecer muita gente para comprar essas terras. Foi a partir daí que o lugar começou a desenvolver. Por outro lado vemos que aqueles parceiros que sabiam e queriam trabalhar, estão aí até hoje com suas terras e estão muito bem.

Tião fala que naquela época o atendimento à saúde, no sentido social, estava melhor do que hoje. O SESP era bem estruturado tinha bastante remédios e médico que atendia a qualquer hora; os funcionários, alguns que estão aqui até hoje, muito dedicados e preparados para a função. O governo investia mais no setor. Na área educacional também éramos bem assistidos. A escola Dom Bosco começou a funcionar logo em 82, graças ao trabalho do professor Klaus e da professora Beth; tínhamos professores bons e a escola Dom Bosco era uma **escola modelo**. Tínhamos a COBAL que abastecia os fazendeiros, os parceiros e até mesmo muitos comerciantes. O Governo Federal ajudou muito, mas quando viu que a população já podia andar com suas próprias pernas, praticamente abandonou o Projeto.

Tião nos fala que um fato que o marcou muito foi a emancipação de Lucas do Rio Verde. Depois de toda a luta para chegar a Distrito, veio a luta pela criação do Município, que engajou muita gente. Quando foi aprovada a Lei de Emancipação e o governador Carlos Bezerra assinou, foi a vitória maior.

Quanto ao fato de entrar para a vida pública, Tião fala que nunca tivera a intenção de ser político; na sua família ninguém é político, mas com o tempo, depois de muitas lutas que participou, atuando junto com amigos e companheiros, seu nome foi cogitado para ser um candidato a vereador e acabou aceitando. O Município precisa de pessoas para trabalhar e uma dessas pessoas sou eu e espero estar ajudando.

O resultado de tudo o que vivemos aqui é muito bom, vindo de família pobre - não que agora eu seja rico - diz Tião, mas conseguimos vencer. O mais importante, segundo ele, é estar de bem consigo mesmo e com os amigos, "e em todo o Município tenho muitas amizades esse é o melhor resultado, e no setor financeiro penso que também é uma questão de sorte, porque muita gente chegou depois que eu e talvez com menos recursos e hoje está em situação melhor, quem sabe até por saber pensar ou administrar melhor. Mas mesmo assim eu me sinto satisfeito e acho que valeu a pena nossa vinda para cá, principalmente porque acredito que Lucas é uma cidade de futuro e que ainda crescerá muito e nos dará muito orgulho de sermos luquenses.

Figura 6
Reportagem Jornal Folha Verde, abril/1995

Segunda quinzena de abril de 1995

FOLHA VERDE

PIONEIROS

A seção "pioneiros", que desde setembro de 1994 vem se propondo a resgatar o inicio da história de nosso município, apresenta nesta edição Honório Nunes Filho, filho de Honório Nunes e Odete Araújo Nunes, casado com Cleusa de Lurdes Gregório Nunes e pai de Rodrigo, que nasceu em Lucas do Rio Verde em dezembro de 1993.

Honório, "Norinho", como é conhecido, chegou aqui em 28 de novembro de 1981, vindo de Mundo Novo (MS). Não conhecia nada, veio ao encontro de seu pai, que chegara em 25 de novembro (três dias antes de sua vinda).

Norinho conta que saiu de Cuiabá as 8h da manhã do dia 27 para chegar aqui as 3h da madrugada do dia 28, o ônibus vinha lotado e ele veio deitado no corredor, como muitos outros passageiros, com malas caíndo por cima. Conta que não tinha noção de onde estava chegando, de madrugada, tudo escuro, sem qualquer referência. Chegou ao 9º BEC e foi atendido por um guarda no meio da escuridão. Não mereceu muita atenção, pois o próprio pai ainda era desconhecido ali. Recebeu uma lona para que pudesse deitar e se cobrir até o dia amanhecer. Ficou ali até clarear o dia. Por volta de 5h da manhã encontro o pai, que estava acampado em uma das centenas barracas, armadas para abrigar as famílias de colonos gaúchos que estavam sendo assentados pelo INCRA.

Seu objetivo ao vir para cá era abrir uma escola de datilografia, o que na realidade fez, formando muitos filhos de colonos e de posseiros na época, fornecendo inclusive certificado, uma vez que sua escola era devidamente registrada.

Ele lembra que ficaram acampados cerca de dois meses debaixo de barracas. No mês de dezembro começaram as chuvas mais intensas: "dava muitas enxurradas e à noite tinhamos que levantar as coisas da barraca, ficar em cima de uma mesa porque a chuva invadia a barraca; tinha vezes que a gente amanhecia em cima da mesa, porque a água passava por baixo e não tinha como desvia-la. Era um pouco de sacrifício mas a gente tinha esperança de futuro" - diz Norinho.

Já nesta época a mãe começou a trabalhar com loja Era uma espécie de mascate, porque na época não tinha como se instalar, uma vez que o loteamento do INCRA não estava



cortado ainda. Norinho lembra que passou um viajante com um "fusquinha" velho, e a mãe comprou duas malas de roupas do viajante e começou a vender nas barracas dos colonos. "Quando cheguei já haviam chegado três ônibus de colonos com suas famílias. No dia nove de dezembro chegaram mais três ônibus. Quando o INCRA fez a abertura de loteamento e começou a distribuição de lotes, minha mãe fez uma "meia água" de madeira

enterrado no cemitério, localizado hoje no centro da cidade, mas na época totalmente fora da cidade.

Norinho diz que quer ver o filho crescer, estudar, trabalhar, construir família aqui em Lucas, porque acredita nisso neste lugar. E aqueles que hoje estão um tanto desanimados, querendo ir embora, em razão da crise, ele deixa uma mensagem de confiança e esperança de que as crises são passageiras e que é importante continuar acreditando e construindo o futuro aqui.

(hoje na Rua Santo Ângelo) e abriu a loja provisoriamente: foi a 1ª loja de Lucas do Rio Verde e chamava-se "Bazar Viculam", inclusive uma TV de Cuiabá filmou a loja, por ser a primeira numa cidade que também estava nascendo. "Foi nessa época que eu também abri a minha primeira escola de datilografia" - diz ele. Teve meses que chegou a ter 35 alunos. Os primeiros contratos de venda de terra da época também foram feitos por mim - conta Norinho - porque não havia outra pessoa que fizesse este trabalho. A primeira pensão de Lucas também foi da sua mãe: Orivaldo Dias de Souza, Narciso (Liga) foram alguns dos pensionistas na época - lembra Norinho. Ele conta que o pessoal que vinha de fora e não tinha onde ficar, se instalava na pensão improvisada de sua mãe.

"As pessoas eram muito unidas" - diz Norinho. Ele afirmou também que sempre teve muita esperança e confiança no progresso de Lucas do Rio Verde e que esta certeza o acompanha até hoje. Disse que apesar das dificuldades, é preciso acreditar e lutar.

Norinho comentou também o nascimento de um menino, filho de uma família de parceiros, que ele não lembra o nome. O menino foi chamado de Lucas, em homenagem à cidade que estava se formando. Mas a criança faleceu poucas horas depois de nascer e foi o primeiro a ser

A auto-imagem de pioneiro foi evocada constantemente nas entrevistas e conversas com os “gaúchos” de Lucas, geralmente associada à categoria de desbravador que se instalou num lugar onde não havia “nada”. Cito a história de Davi Zimmerman como exemplo:

“Eu sou pioneiro aqui. A maioria dos pioneiros que vieram para cá, eles tinham bens, tinham terras, tratores...mas também pioneiros que não tinham nada, como eu. Eu vim com uma mala. E não tinha mais nada. Sabe o que é nada? Nada. Nada.

(Davi Zimmerman, natural de São Carlos/SC,
empresário agrícola)

Davi, como tantos outros, migrou para Mato Grosso sozinho, sua família de pequenos agricultores continua até hoje no sul. Natural de São Carlos, em Santa Catarina, chegou em Lucas do Rio Verde em 1980 com 17 anos apenas “com o dinheiro da passagem de ida, da volta não tinha mais”. Trabalhou durante dois anos como “peão de fazenda” e devido a sua formação em técnico agrícola¹¹⁷ conseguiu um trabalho na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, instituição governamental responsável pelo estudo do planejamento fundiário da região para implantação do projeto de assentamento de Lucas do Rio Verde. Depois que trabalhou para o governo voltou a trabalhar com fazendas, mas como administrador, enfrentando duas crises na agricultura: a primeira em 1987 quando “a maioria foi embora” e outra em 1994. Só que, antes disso, em 1989 montou a:

“Zimmermann Agropecuária¹¹⁸, até lá eu não tinha um centavo. Eu tinha 600 dólares que era o meu capital...eu comecei a minha empresa com o meu conhecimento. Só que eu era um cara diferenciado. Começo a trabalhar todo dia às quatro horas da manhã. Quatro eu chegava no meu escritório, eu estava sozinho. Eu varria, passava pano, passava cera, tomava meu chimarrão, e às cinco horas da manhã estava aberto. Eu começo a trabalhar ainda hoje, quando é quatro horas já estou no meu serviço. Eu sou muito disciplinado...bastante religioso...vou na missa todo o domingo, faço minha caminhada de manhã cedo, faço minhas orações todos os dias. Fui presidente da Igreja Católica durante treze anos. Essa igreja aí, você vai lá falar com os padres, fui eu que fiz a Casa Paroquial, o salão paroquial a churrasqueira, isso aí tudo fui eu que fiz, o Lar do Bom Samaritano, fui eu também, eu montei, eu planejei e montei”.

(Davi Zimmerman – empresário agrícola)

Da história de Davi percebe-se que o pioneiro de Lucas apresenta traços do pioneiro e do ianque norte-americano. Pioneiro que na origem era filho de pequenos agricultores e migrou com o intuito de conquistar terras e melhores condições de existência. Ianque no sentido de ter se transformado em empresário rural, capitalizado, de espírito empreendedor e urbano.

Diante do exposto, acredito que ocorreu uma re-semantização da categoria pioneiro através da valorização de determinados elementos e surgimento de outros. Como? Se partirmos da analogia proposta por Moog entre os núcleos coloniais do Rio Grande do Sul e os núcleos pioneiros dos Estados Unidos e transmutarmos para o caso de Lucas do Rio Verde

¹¹⁷ Vale destacar que esta formação é em nível de ensino médio.

¹¹⁸ O nome da empresa é fictício. Um dado importante é que na home page da internet a empresa é divulgada como “pioneira” no agronegócio do norte de Mato Grosso.

temos: (1) o sistema de emigração foi realizado através de uma rede de parentesco onde a família é o núcleo dinamizador; (2) o núcleo urbano foi criado a partir de um esforço da “coletividade” (como nos indica os relatos orais) baseado num sentido de cooperação e vínculos de solidariedade como veremos a seguir; (3) depois de formada e estruturada a base do núcleo urbano com casas, escolas, hospitais, igrejas, etc., a atenção do poder público local (prefeitura) e comunidade está voltada para a expansão do núcleo industrial; (4) de pequenos proprietários no sul do país, grande parte dos migrantes “gaúchos” são atualmente grandes proprietários rurais que se vêem como “empreendedores”; (5) o espírito religioso é fortemente acionado pelos “gaúchos” seja no âmbito da família, seja no âmbito comunitário, prova disto é que a abertura das atividades festivas da Expolucas é sempre precedida por uma missa solene na igreja no dia do aniversário do município e com uma missa no parque de exposição seguida de um grande show musical; (6) a valorização do trabalho como um dos componentes do *ethos* “gaúcho” é, em grande medida, utilizado pelos migrantes para justificar o rápido desenvolvimento da região e, por fim, (7) o isolacionismo político que foi capaz de reproduzir no norte matogrossense um movimento separatista (semelhante àquele dos “gaúchos” do Rio Grande do Sul¹¹⁹) que tinha por objetivo separar a parte norte do estado da parte sul tendo como principal argumento o fato da região norte ser a maior produtora e geradora de riquezas do Estado, porém não recebia atenção devida do governo estadual, sendo que tal movimento perdeu fôlego após um “gaúcho” (Blairo Maggi) ter sido eleito o governador do Estado.

Diante do exposto, creio que a categoria pioneiro passou por um processo de mudança associado ao novo padrão de produção capitalista que exigiu do “gaúcho” não só uma atitude de pioneirismo, mas, sobretudo, um espírito “empreendedor”.

3.4. Mudança de *habitus*: do espírito “pioneiro” ao “empreendedor”

“Gaúcho não é um povo acomodado, é um povo empreendedor, é um povo que vai à procura. Se você pegar lá na história a questão dos desbravadores lá da Revolução Farroupilha você percebe que é um povo que vai à luta”.

(Afonso Zanella, natural de Barracão/PR,
professor educação básica)

Pode-se notar até aqui que evocar o passado e relembrar as origens é recorrente no discurso dos atores sociais entrevistados. É interessante perceber que, tal como no estudo de Mocellin (1993), há uma “constante em relação a estrutura de pensamento que produz no presente uma fala que evoca o passado e que esta mesma fala dimensiona o futuro na medida em que a narrativa trás consigo um modelo exemplar a ser seguido” (Mocellin, 1993:120). Para auxiliar a pensar na relação dialética entre presente-passado-futuro utilizei como instrumental teórico o conceito de *habitus*.

Embora o conceito de *habitus* tenha uma longa trajetória nas ciências humanas, opto pela abordagem de Bourdieu (1996). Para este autor o *habitus* surge como um conceito capaz de conciliar a aparente dualidade entre indivíduo e sociedade através dos princípios de “sociação” e de “individuação”. Sociação em virtude das nossas categorias de juízo, de valor e de ação, vindas da sociedade, serem partilhadas por todos aqueles que foram submetidos a condições e condicionamentos sociais semelhantes. Individuação porque cada ator social ao

¹¹⁹ O movimento separatista no Rio Grande do Sul está associado à Revolução Farroupilha, uma luta armada comandada pelos estancieiros que estavam inconformados com a centralização do governo imperial e com a taxação excessiva do charque gaúcho. O movimento visava garantir mais autonomia à Província. A revolução durou 10 anos de 1835 a 1845, quando foi assinado o tratado do Ponche Verde. Em 1990, inspirado nos ideais farroupilhas, Irton Marx, gaúcho de Santa Cruz do Sul, fundou o Movimento Nacionalista dos Pampas que tinha como principal objetivo a criação de um país através da unificação dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Sobre este assunto ver Oliven, 1999a e 1999b.

ter uma trajetória individual, de experiências e vivências únicas, internaliza uma composição incomparável de esquemas. O habitus é simultaneamente estruturado – por meios sociais passados – e estruturante – de ações e representações presentes (Bourdieu, 1996:255-256). Neste sentido, o habitus expressa a dinâmica entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo das individualidades o que sugere uma análise relacional entre indivíduo e sociedade enfatizando o seu caráter de interdependência¹²⁰ (Setton, 2002:61).

Utilizo a interpretação de Setton ao apreender o conceito de habitus como um sistema onde “as ações práticas transcendem ao presente imediato, referem-se a uma mobilização prática de um passado (trajetória) e de um futuro inscrito no presente como estado de potencialidade objetiva” (Setton, 2002:65). Significa dizer que o “gaúcho” ao classificar as coisas, no sentido proposto por Durkheim e Mauss (1969), que compõem a sua figura mítica resgatou do passado elementos que fazem parte de um sistema de representações inserido num universo simbólico capaz de dar coerência ao presente e potencializar as ações futuras. O que não pode se perder de vista é que este conjunto de representações que definem o habitus do “gaúcho” é uma construção social suscetível de ser transformada (Bourdieu, 2003:157).

Meu propósito é analisar como as categorias desbravador e pioneiro, constantes no sistema de classificação mítica do “gaúcho” de Lucas do Rio Verde, foram capazes de instituir uma ligação entre o tempo originário e o tempo histórico através das narrativas acerca das origens dos entrevistados. Como veremos adiante, estas narrativas adquirem valor de paradigma para o tempo presente conferindo ao mito uma função prática passível de um modelo de ação expresso na categoria de “empreendedor”.

Antes de proceder esta análise preciso reconhecer que muitas categorias acionadas pelos entrevistados e várias análises que irei proceder são semelhantes àquelas percebidas por Mocellin (1993) em seu estudo sobre a memória mítica entre os descendentes italianos no Rio Grande do Sul. Obviamente que, em alguma medida, esta semelhança está relacionada com a origem social do grupo analisado.

As categorias “nada”¹²¹, “coragem”, “desbravador”, “pioneiro” e as expressões “era tudo cerrado” e “tinha que desmatar” são acionadas pelos “gaúchos” de Lucas para se referirem ao início da colonização. São categorias e expressões acionadas sempre que questionados a respeito das dificuldades que enfrentaram ao chegarem em Lucas. Estas dificuldades estão associadas ao meio natural, às características de uma natureza intocada que precisava ser desbravada. Estas dificuldades estão relacionadas à falta de infra-estrutura tanto no campo, devido a mata selvagem, quanto ao núcleo urbano, devido a inópia civilização.

Neste cenário, o protagonista da história passa a ser o migrante “gaúcho” dotado das mesmas características de bravura e coragem dos seus antepassados, o pioneiro capaz de domar a exuberante natureza do cerrado matogrossense com a ação civilizadora de desbravar e transformar o ambiente selvagem em terra produtiva trazendo o desenvolvimento para a região. Se no caso analisado por Mocellin a figura do pioneiro como herói civilizador está associado àquele protagonista do progresso, no caso de Lucas do Rio Verde o pioneiro se percebe e é percebido pelos seus pares como o herói do desenvolvimento, aquele que por meio do “trabalho”, da “cooperação”, da “solidariedade” e do “empreendedorismo” (categorias acionadas pelos entrevistados) superou as adversidades impostas pela natureza a fim de garantir uma qualidade vida para a comunidade. Ser “gaúcho” na visão destes migrantes é, pois, um diferencial:

¹²⁰ Esta relação de interdependência entre indivíduo e sociedade é melhor compreendida através do conceito de configuração proposto por Elias, já citado no capítulo 3. Para maior aprofundamento sobre o assunto ver Elias, 1994 e 2000.

¹²¹ Utilizada para referir-se a idéia de “espaço vazio”.

“Na motivação, no próprio ritmo do *trabalho*. Você compara, por exemplo, Nobres¹²², parece uma visão meio assim, parece que estou discriminando, ou menosprezando, mas não se trata disso, acho que é assim uma questão de você avaliar mesmo, de você analisar. Nobres é uma terra de matogrossense enquanto que você pega outras regiões, Nova Mutum¹²³, Lucas, quer dizer é *diferente*. Até a maneira de tratar do povo é *diferente*, o ritmo de vida é outro, as pessoas parecem que estão em constante busca, *não se acomodam* facilmente. Acho que isso que gera o desenvolvimento sabe. (...) Tu vê as pessoas não ficam paradas esperando. Não esperam por decisões do governo, elas vão buscar. Lucas do Rio Verde foi muito em cima disso, quer dizer, a história de Lucas do Rio Verde é basicamente uma história de conquista do próprio povo de Lucas do Rio Verde. Se nós aqui estivéssemos esperado por decisões de governo, esperado que o governo viesse implantar a energia elétrica pra nós, que o governo viesse trazer a rede de água pra nós, hoje nós não teríamos nada. Quer dizer, as *pessoas aqui se uniram* e foram buscar isso, construíram isso. Lucas do Rio Verde foi construída a partir do trabalho das pessoas que moram aqui. (...) E as pessoas aqui são muito *participativas*, bastou você chamar que elas estão ali ajudando. A rodovia da Mudança é um exemplo. É o primeiro projeto de parceira público-privada do país. Quer dizer nem está ainda propriamente aprovado ainda enquanto lei a parceira público-privada mas ela aqui já está aí, o resultado já está aí, 100 km de asfalto construído por quem? Pelos produtores rurais, pela Prefeitura, pelo governo do Estado. Quer dizer se não fosse este *espírito empreendedor*, este *espírito de solidariedade*, que nós aqui chamamos muito de empreendedorismo cívico. Se não fosse este espírito você conseguiria fazer?”

(Caetana Scarpeline, natural de Caiçara/RS, autônoma)

O “gaúcho” se percebe e valoriza os seus atributos numa relação de alteridade já que, ser “gaúcho” é ser diferente do matogrossense. Diferente não apenas em relação ao fenótipo ou no sentido de pertencimento. A diferença está no sistema de valores do grupo, ligado às práticas familiares, religiosas e comunitárias, além disso, o trabalho e a família constituem categorias (dentro de uma ordem valorativa) que fazem parte da tradição cultural, na medida em que até hoje são vivenciadas e exaltadas como valores fundamentais (Mocellin, 1993) e, como demonstra o depoimento, são valores capazes de acionar outras categorias tais como “solidariedade” e “empreendedorismo”. Estes valores diferenciam “gaúchos” e “matogrossenses” e, se a história de Lucas na visão da entrevistada é a “história de conquista do próprio povo de Lucas”, por analogia, pode-se dizer que a história de Lucas é a história de conquista do povo “gaúcho” no Mato Grosso.

O esforço analítico empreendido até aqui me permite retomar uma lacuna, proposital, do capítulo 1: como se expressam os valores do cooperativismo em Lucas do Rio Verde? As categorias valorativas do cooperativismo, “união”, “trabalho” e “luta” são sintetizados, no caso de Lucas do Rio Verde, nas categorias “família” e “coragem”. A “união” se expressa na categoria “família” enquanto unidade aglutinadora e mobilizadora do senso de cooperação; e a “luta” e “trabalho” se expressam na categoria “coragem”.

A coragem é acionada como um elemento essencial para aqueles que se julgam, de alguma maneira, vencedores no processo de colonização. Sob esta perspectiva é possível argumentar que esta categoria incorpora uma determinada visão de mundo que envolve a

¹²² Município localizado na região do médio norte do estado a 210 km de Lucas do Rio Verde.

¹²³ Município localizado na região norte do Mato Grosso distante 95 Km de Lucas do Rio Verde.

construção de uma realidade social, nos termos de Berger & Luckmann (2004). As categorias de percepção do mundo social, segundo Bourdieu, são produto das diferentes maneiras de se perceber o espaço social. As categorias que estão sedimentadas na linguagem “são produto das lutas simbólicas anteriores e exprimem” uma estratégia expressa no valor das palavras capazes de fundamentar “o estado das relações de forças simbólicas” (Bourdieu, 2003:140). Parafraseando Bourdieu, isso significa apropriar-se das palavras em que se acha sedimentado tudo o que o grupo reconhece é ter a garantia de uma vantagem considerável nas lutas pelo poder (Bourdieu, 2003:143). Neste caso, ao acionar a categoria coragem o migrante está auto-valorizando a sua imagem perante o outro, aquele desprovido de tal característica. Ter coragem implica ser ousado e enfrentar as adversidades impostas pela migração com intrepidez.

Retomando o argumento anterior, é possível perceber uma relação de pertencimento e coesão grupal ao utilizar o termo genérico “as pessoas” como se todos os habitantes do município pertencessem ao mesmo grupo social. E é justamente este sentimento de pertencimento grupal que fortalece os laços entre estes “gaúchos” que se julgam “participativos” por não esperarem “decisões de governo” para a construção da cidade. Esta percepção grupal de indivíduos que estão em constante busca vai além dos atributos valorativos sintetizados na categoria pioneiro já que exige deste ator social uma atitude ou um “espírito empreendedor”. Ser empreendedor é trabalhar na base da cooperação (“as pessoas se uniram”), é ter solidariedade, é construir cidades, é não ficar parado esperando ações governamentais. Para ser empreendedor na visão do “gaúcho” de Lucas é preciso, antes de mais nada, ser “diferente” e ter “coragem”

Nesta direção, destaco que os dados levantados apontam para uma possibilidade analítica a qual fiz referência no capítulo 2, qual seja: pioneirismo e empreendedorismo são face da mesma moeda para os “gaúchos” de Lucas do Rio Verde e são categorias que fazem parte do seu sistema de representações. Mas afinal de contas, o que é ser empreendedor?

Numa visão schumpeteriana, toda mudança na economia tem origem na iniciativa de indivíduos empreendedores. Para Schumpeter (1982) a dinâmica de crescimento do capitalismo depende de uma importante categorização, a destruição criadora. Esta categoria fundamenta-se no princípio de que o comportamento empreendedor reside nas inovações e nas novas combinações produtivas que perturbam e rompem com o equilíbrio pré-existente. O empreendedor schumpeteriano é o indivíduo cuja iniciativa “rompe com o equilíbrio existente e promove, por isso mesmo o desenvolvimento econômico” (Abramoway, 2003:5) e faz parte de suas características pessoais a intuição (ter visão de futuro) e liderança (ter capacidade de dar um passo além da rotina) que são, para Schumpeter, mais importantes que características objetivas como técnica, facilidade para sistematizar dados, gerenciamento financeiro, etc. (Schumpeter, 1982, 127-128). Isto quer dizer que a capacidade de empreender está associada às características objetivas e subjetivas dos indivíduos. A formação técnica, o nível de conhecimento (educação) e a quantidade de informações que dispõe um indivíduo podem ser consideradas características objetivas, ao passo que, talento, feeling empresarial e capacidade de liderança seriam alguns exemplos de características subjetivas.

As características subjetivas, sobretudo, àquelas culturais que refletem uma tradição transmitida de pai para filho através de um sistema de valores grupais são perceptíveis no depoimento de Caetana. O ritmo de vida, o não se acomodar facilmente e o estar em constante busca são predicados subjetivos do “gaúcho” empreendedor. Fica evidente também que, tal como a visão schumpeteriana, atitudes empreendedoras são geradoras de desenvolvimento. Questionado sobre a que ele atribuía o desenvolvimento do município, Rodrigo prontamente respondeu:

“Ao empreendedorismo. (...) Acho que as pessoas vieram pra cá em busca de algo. Acho que as pessoas vieram pra cá mais do que nunca em busca do poder econômico, de você ter uma vida econômica melhor, de você ter um poder aquisitivo melhor ... e Lucas deve tudo ao empreendedorismo, acho que as pessoas que vieram pra cá vieram com espírito novo. Isso tu pode pegar, toda essa região (...) é extremamente desenvolvida aqui pra cima(...). Isso se deve às pessoas que vieram pra cá. (...) Acho que Lucas é esse Eldorado que as pessoas consideram por causa das pessoas que vieram pra cá. Pela origem e as pessoas vieram pra cá com gana de trabalhar, de desenvolver de correr atrás e fazer as coisas acontecerem. Foi isso que aconteceu.”

(Rodrigo Nogueira, natural de Ronda Alta/RS, comerciante)

O espírito empreendedor, então, estaria associado a determinado nível de motivação. De acordo com McClelland (citado por Silva, 2006), o espírito empreendedor está fundamentado nos seguintes níveis de motivação: (1) necessidades de realização, (2) necessidade de afiliação e (3) necessidade de poder. O primeiro nível refere-se à necessidade do sucesso competitivo e é medido em relação a um critério próprio de sucesso seja ele de caráter econômico, pessoal, etc. O segundo tem a ver com a busca de relacionamentos afetivos com outras pessoas, seja de caráter cordial, caloroso, de compaixão, dentre outros. E por fim, o terceiro, visa controlar ou influenciar pessoas. O modelo proposto pelo autor teve como base teórica o estudo sobre a hierarquia das necessidades de Maslow (1954) e contribui para entendermos este fenômeno a partir das necessidades humanas.

A busca por melhores condições econômicas e a configuração de uma rede de parentesco baseada num sentido de cooperação e solidariedade são, para citar apenas uma, necessidade de realização e necessidade de afiliação, respectivamente. Já a necessidade de poder é expressa, no caso de Lucas, pela apropriação simbólica do território, tema que será tratado no próximo capítulo.

“Eu vejo assim que o gaúcho tem muito assim do empreendedorismo, eu vejo muito o gaúcho como aquela pessoa que encara...que encara desafios que vai, que busca, que luta”.

(Caetana Scarpeline, natural de Caiçara/RS, autônoma)

Ser empreendedor para o “gaúcho” de Mato Grosso é, antes de tudo, ser pioneiro, ser audacioso, não ter medo de desafios. Ser empreendedor é construir cidades, é abrir novas frentes produtivas, é investir em tecnologia de ponta, é participar das atividades da comunidade na qual está inserido, é não ter medo de correr riscos, é ser constantemente um agente de mudanças.

3.5. Entre panelas, tampas e cuias: a bagagem sócio-cultural da identidade gaúcha

Ao sair de um território para outro, o “gaúcho” leva consigo, na sua bagagem, uma série de elementos que são acionados no seu novo território como características distintivas de sua individualidade e da sua coletividade, afinal, como já disse anteriormente, adoto a concepção teórica de Elias (1994) de que o indivíduo só existe em sociedade e, portanto, somos uma “sociedade de indivíduos”.

Utilizo a metáfora “bagagem” no sentido de apreender quais os elementos que este ator social, o migrante “gaúcho”, leva consigo e que são capazes de identificá-lo tanto na sua individualidade, quanto na sua coletividade, ou seja, como um indivíduo pertencente a um

determinado grupo social. Ao desfazer as malas, o “gaúcho” retira da sua bagagem apenas aqueles pertences (no sentido figurado) que, do seu ponto de vista, são capazes de identificá-lo. Então, como se identifica um “gaúcho”:

“Os mais antigos se identifica pela vestimenta, porque os mais antigos eles são mais profundos, eles cultivam mais. O sotaque, bastante também, inclusive que confunde a pessoa. Quem fala comigo acha que eu sou gaúcha, daí digo “sou paranaense, mas a convivência é que deixa a pessoa agauchada” [risos]. Tem alguns costumes também. A gente leva os costumes do chimarrão, do churrasco que hoje já é do Brasil inteiro, mas veio da tradição. A dança que é uma paixão, a música ... Vira paixão né.”

(Rosário Pauletti, natural de Palotina/PR,
trabalhadora assalariada)

“É questão de sotaque (...). Mas gaúcho tem fama de ser machão também. Tem “n” coisas, mas a questão do sotaque é inconfundível até as palavras específicas né, tipo tchê”.

Licurgo Mello, natural de Laranjeiras do Sul/PR,
trabalhador assalariado)

“(...) Pelo sotaque e também pelo espírito de levantar cedo e trabalhar o dia todo, você vê em evolução, nunca está parado”.

Rodrigo Nogueira, natural de Ronda Alta/RS,
comerciante)

“(...) Pelo traje, pelos costumes, é bastante hospitaleiro. (...) Tomar chimarrão”.

(Pedro Monduzzi, natural de Dona Francisca/RS,
agricultor empresarial)

Estes depoimentos sintetizam os elementos que são realçados para se identificar um “gaúcho” em Lucas do Rio Verde tais como: o modo de falar; o jeito de vestir; o costume de tomar chimarrão; a alimentação; a música; a dança; a hospitalidade e o trabalho.

Dentre estas características, o hábito de tomar chimarrão é emblemático do “gaúcho” e não seria diferente entre os que vivem no Mato Grosso. Pude observar rodas de chimarrão em frente às residências às 06 horas da manhã e no final de tarde, nas praças, na recepção do hotel, no caixa do supermercado, durante o expediente no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, na farmácia, na livraria, nas reuniões de trabalho, enfim, a cuia é compartilhada por aqueles que se definem “gaúchos” por terem nascido no Rio Grande do Sul, outros, por se sentirem “gaúchos de coração” ou ainda por aqueles que buscam compartilhar dos mesmos valores e referenciais simbólicos da identidade gaúcha.

Chimarrão é uma bebida amarga servida numa cuia de porongo¹²⁴ feita com erva-mate e água quente e chupada através de uma bomba de metal. Atribui-se a esta bebida propriedades digestivas e estimulantes além de representar um “gesto de cordialidade do anfitrião ao receber um visitante”. O uso do chimarrão nasceu sob o signo da hospitalidade (Lamberty, 2004:62) e a roda de chimarrão é tida como um ritual de convivência fraterna

¹²⁴ Trepadeira de cujos frutos enormes, ocos e de casca dura é utilizado para fazer cuias e vasos. Também é conhecido como cabaça ou cabaço (Fonte: Novo Dicionário Aurélio)

onde a cuia vai passando de mão em mão num gesto de cordialidade, hospitalidade e amizade entre àqueles que compartilham da mesma bomba e tomam o mate até fazer roncar a cuia¹²⁵.

Numa roda de chimarrão não existe limite de idade, desde a criança até o idoso, basta se acostumar com a bebida quente, mesmo sob um sol escaldante de 40 graus, como o do Mato Grosso, o “chima”, como é carinhosamente chamado pelos “gaúchos”, é muito comum e “rola solto”, como se referiu uma jovem entrevistada.

Um fato interessante aconteceu quando fui apresentada à família de Garibaldi Nardelli, um dos meus primeiros informantes em Lucas do Rio Verde¹²⁶. Apesar de já conhecer Garibaldi “virtualmente” tive a oportunidade de conhecê-lo “pessoalmente” somente na segunda semana em que estava em Lucas do Rio Verde em virtude dos seus compromissos profissionais. Neste dia, cordialmente ele me levou para um passeio pela cidade fazendo questão de contar novamente as histórias que já havia me contado só que, naquele momento, ao vivo e a cores, inclusive me mostrando os locais que fizera referência em algumas de nossas conversas virtuais. No final de tarde levou-me para um estabelecimento comercial onde conheci sua esposa Anita. Fiquei impressionada pelo fato de, na sala de trabalho de Anita, ter um *cercadinho* onde entre brinquedos e fraldas sua filha mais nova, ainda um bebê, era criada. Garibaldi me contou que o dono da empresa permitiu que a esposa ficasse com a filha já que precisava amamentar e que ali era como uma “grande família” e todos eram um pouco pai e mãe da pequena garotinha já que ajudavam a trocar fraldas, fazer chá e até brincar nos períodos de menor movimento na empresa. Fui recebida com a cordialidade e hospitalidade que até então era comumente tratada em todos os lugares da cidade, mesmo naqueles em que não conhecia ninguém e sequer tinha alguma referência. Como demonstração de cordialidade e hospitalidade sempre era inserida na roda de chimarrão. Isto mesmo, em pleno local de trabalho o chimarrão se fazia presente. Fato que observei na maioria dos estabelecimentos comerciais: a cuia com bomba e uma garrafa térmica com água quente pronta para ser servida numa roda de chimarrão.

Obviamente que a utilização do termo “roda” que nos remete à imagem de um grupo de pessoas reunido em círculo não procede neste caso, mas, a lógica do ritual é a mesma. Percebi que ao passarem a cuia para mim era como se eu estivesse sendo inserida no universo daquele grupo, compartilhando dos mesmos valores simbólicos e, era dessa maneira que aquelas pessoas encontravam para dizer que eu era bem vinda ali. Foi então que entendi o que havia acontecido na minha visita à família Turela. Somente depois de quase uma hora de conversa, quando o sr. Turela fez uma brincadeira comigo me chamando de “carioca” e eu expliquei que morava no Rio de Janeiro mas era gaúcha que ele prontamente me convidou para um chimarrão e, dali por diante sentiram-se, ele e a esposa, mais a vontade com a minha presença e começaram a me contar fatos da sua história de vida que não haviam mencionado até então.

Voltando aos Nardelli. Chegando na casa dos sogros de Garibaldi fui recebida com outra roda de chimarrão. Não seria surpresa não fosse por um detalhe: a filha mais velha de Anita e Garibaldi, de apenas 4 anos, assim que viu a cuia nas mãos da avó, seguindo uma das regras do chimarrão, entrou na roda do seu lado direito e ficou ansiosamente esperando a sua vez de tomar chimarrão. Pensei que a piazita¹²⁷ iria tomar apenas alguns goles e passar a cuia, mas, ao contrário, pegou o chima e tomou até fazer roncar a cuia. Logo depois da primeira mateada a piazita passou a cuia para sua mãe, Anita, que era a próxima a matear e saiu da

¹²⁵ Diz a etiqueta do chimarrão que, uma vez servido o mate deve-se tomar todo até terminar e fazer roncar a cuia. Ver Lamberty, 2004.

¹²⁶ Conforme já me referi anteriormente, minha primeira incursão em campo foi “virtual” utilizando-me da internet como recurso de comunicação. Garibaldi Nardelli foi um dos meus primeiros contatos “virtuais” em Lucas do Rio Verde.

¹²⁷ Termo utilizado no Rio Grande do Sul para designar menina ou guria.

roda de chimarrão para logo em seguida retornar, só que desta vez à direita de sua mãe, Anita, aguardando que a cuia fosse passada para ela novamente. Foi neste momento que Garibaldi interveio para lembrar a filha que era preciso esperar sua vez e não ficar mudando de lugar, pois, como todo ritual que se preze, a roda de chimarrão é regida por determinadas regras e mandamentos que devem ser seguidos por todos, como: esperar a sua vez de tomar o mate; o sentido da roda é sempre pelo lado direito do cevador; receber ou entregar a cuia com a mão direita; não deixar a água do mate ferver, mas sim chiar; dentre outros¹²⁸. Neste caso, a convivência na roda de chimarrão permitiu ao pai que ensinasse à filha desde pequena que para tomar chimarrão era preciso seguir algumas regras ou, em outras palavras, para adentrar naquele ritual as regras e mandamentos são as mesmas para qualquer idade.

Naturalmente, que é possível “matear solito”:

“(...)não gosto de tomar sozinho. Chimarrão sozinho é complicado não é a mesma coisa do que tomar com outras pessoas conversando. Às vezes as pessoas não entendem mas, sei lá, parece que não tem o mesmo gosto. Porque chimarrão sozinho é pra quem quer ficar pensando na vida e geralmente quando a gente está tomando com outras pessoas há uma troca de informações né, então é bem mais gostoso”.

Licurgo Mello, natural de Laranjeiras do Sul/PR,
(trabalhador assalariado)

O hábito de tomar chimarrão reforça os laços de afeto entre as pessoas, pois há uma relação de troca e de acolhimento entre as pessoas que fazem parte do ritual. O chimarrão é emblemático da cultura “gaúcha”. Onde quer que vá, o “gaúcho” leva consigo o hábito de tomar chimarrão. E isto foi observado durante a pesquisa de campo, relatado pelos entrevistados e vivenciado por mim. Fui recebida e acolhida numa roda de chimarrão na casa dos Nardelli, dos Turela, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, na papelaria, no hotel, enfim, na maioria dos lugares onde estive em Lucas do Rio Verde, seja no ambiente familiar, seja no ambiente de trabalho, era convidada a adentrar na roda de chimarrão. Não por outro motivo que o chimarrão é considerado pelos “gaúchos” como sinônimo de hospitalidade.

O costume do chimarrão é um bom exemplo dos significados sociais associados à comida e à bebida. A comida é, pois, uma linguagem que fala, que carrega informações identitárias (Mintz, 2000 e Woortmann, 2004). Somos produtos do que comemos e como comemos. O comportamento relativo à comida revela de diferentes maneiras a cultura a qual o ator social este inserido e, portanto, podem revelar demarcadores étnicos (Mintz, 2000). Neste sentido, os hábitos culinários de um grupo social expressa sua identidade já que cada região desfruta de hábitos alimentares próprios tendo, em alguns casos, comidas ou bebida emblemáticas que servem como marcadores identitários regionais como é o caso do chimarrão e do churrasco para o “gaúcho”.

“Ser gaúcho é o jeito que a gente foi criado. A gente mantém, cultiva hábitos, que a gente mantém, que passa para as crianças. Tipo a gente acordar e tomar chimarrão. Aonde a gente estiver, o hábito da comida, até os eventos que a gente faz aqui em Mato Grosso, o pessoal que vem de fora diz que a gente é diferente, que a gente preza sentar à mesa, comer bem, a gente preza isso (...) o receber bem”.

(Ana Zuanazzi, natural de Arroio do Tigre/RS,
(trabalhadora assalariada)

¹²⁸ Orientações, regras e mandamentos sobre a roda de chimarrão poderão ser consultadas em Lamberty, 2004 ou na home page <http://www.paginadogaucho.com.br>.

Cultivar determinados hábitos alimentares e “receber bem” são atributos destacados em vários depoimentos como emblemáticos da identidade “gaúcha”. Receber uma visita com chimarrão é um sinal de receptividade assim como “procurar agradar as pessoas com alguma coisinha, ter um pé-de-muleque (...), ter um docinho de leite para misturar com o chimarrão” faz parte do “espírito hospitaleiro” do “gaúcho”. A cuca¹²⁹, o pão feito em casa com schmier¹³⁰ (ou chimia), o biscoito da colônia¹³¹, assim como, o churrasco, a polenta frita e o sagu¹³² com creme de baunilha são alimentos que compõem a minha memória de “comida gaúcha” que me foram oferecidas por ocasião das visitas às famílias de “gaúchos” em Lucas do Rio Verde.

Antes de prosseguir, creio que seja importante distinguir alimento de comida. DaMatta (1987) nos lembra que “toda substância nutritiva é alimento, mas nem todo alimento é comida”. Os alimentos que serão transformados em comida são classificados diferentemente pelos grupos sociais a partir de suas referências sociais, culturais, econômicas e até religiosas, como é o caso do suculento churrasco que é tão apreciado pelo “gaúcho” (e pelos brasileiros de distintas regiões) e seria considerado pela população da Índia como um sacrilégio, já que a vaca é um animal sagrado para aquele povo. A comida pode ser entendida como um alimento transformado pela cultura assim como o “comportamento relativo à comida revela repetidamente a cultura em que cada um está inserido” (Mintz, 2001:32). Vejamos como isso se expressa em Lucas do Rio Verde.

A sogra de Garibaldi, descendente de italianos, é conhecida na cidade pelas cucas que faz artesanalmente na simples cozinha da sua casa e podem ser encomendadas três vezes por semana. Ela e seu esposo são aposentados e complementam a renda familiar comercializando além da cuca, pão caseiro, biscoito da colônia e schmier. Vale aqui esclarecer que todos estes gêneros alimentícios são de fabricação artesanal.

O curioso é que cuca e schmier são itens da culinária alemã e não italiana, demonstrando que os imigrantes europeus assimilaram não só o chimarrão, típico do “gaúcho” da região da Campanha, como também outros hábitos alimentares das etnias com as quais passaram a conviver cotidianamente ou, como diria Mintz, “o que aprendemos sobre comida está inserido em um corpo substantivo de materiais culturais historicamente derivados” (Mintz, 2001:31). Os alimentos reconhecidos no Rio Grande do Sul como emblemáticos da cultura de italiana ou alemã passam por um sincretismo em Mato Grosso em que estes gêneros alimentícios são combinados e unificados como distintivos da identidade “gaúcha”. Além disto, os migrantes de outras origens acabam assimilando alguns hábitos alimentares, como é o caso do “mineiro” que “aprendeu os costumes de gaúcho”:

“Então eu cheguei e me identifiquei logo com eles [os gaúchos]. Nós não conhecemos aqui o mato-grossense. Aqui não tinha cuiabano, os cuiabanos ficavam lá em Cuiabá. Mas no começo eu me identifiquei mais com os gaúchos ali. Eu também não sou muito de visitar não, mas eu ia passear na casa dele [do amigo “gaúcho”] dia de domingo, aí aprendi a tomar cerveja quente com gelo, aprendi a comer cuca e fui aprendendo os costumes de gaúcho”

(Toríbio Chanuca, natural de Monte Carmelo/MG, empresário do setor agrícola)

¹²⁹ Pão doce de origem alemã.

¹³⁰ Uma espécie de geléia de fabricação artesanal feita com frutas e geralmente de consistência mais grossa que a geléia industrializada.

¹³¹ Biscoito amanteigado.

¹³² Sobremesa feita com vinho tinto. Receita típica da culinária italiana.

O depoimento de Toríbio ainda destaca um outro elemento, realçado em diversas entrevistas, que é o fato de “não conhecerem o matogrossense”, dado também ressaltado no discurso dos jovens luverdenses e, talvez por isto, que os hábitos alimentares do “gaúcho” foram assimilados naquele contexto, e não, hábitos da culinária “matogrossense”. Doravante, no próximo capítulo retomarei este argumento da assimilação de elementos da culinária “matogrossense” com a culinária “gaúcha”

Além disso, se o corpo fala (Weil, 1986) e tem uma linguagem autêntica mediante a expressão corporal, por analogia, pode-se argumentar que a comida também fala, “mais do que falar de seu valor nutricional, passa um valor social – fala de proximidade, de amizade, agregação, estreitamento de laços sociais e afetivos” (Woortmann, 2005:13) tal como ficou evidenciado no relato de Toríbio que, em virtude da amizade com “gaúchos”, acabou assimilando alguns hábitos alimentares.

Temos ainda que considerar o tempero utilizado e o modo de preparo do alimento pois:

“O tempero gaúcho é diferente. A gente come polenta bem temperadinha, mas sem pimenta. Quem usa muita pimenta é cuiabano e nordestino. O tempero de gaúcho é diferente”.

(Maria Turela, natural de Independência/RS,
agricultora familiar aposentada)

“A gente mantém uma boa macarronada, com aquele molho que é feito lá embaixo [no Rio Grande do Sul], aquela sopa que é feita com caldo grosso coloca a ferver, usa o osso, depois coloca o frango, faz bem temperada, aquela comida típica, uma polenta. Procurar uma galinha caipira que ela tem um sabor melhor porque é criada no terreno solta. É umas coisas que a gente se for pegar assim e esmiuçar... um bom queijo, salame. Então a gente (...) ainda tem tempo de procurar ainda uma coisa que a gente sabe que é mais saborosa porque foi criada naquela região. A gente não é tão [consumista], que nem eu falo, eu não me deixo levar assim pra aquele consumismo desvairado e aquela coisa assim tipo urbana: “Ah! Tu tem que ir lá sempre comprar tudo pronto”. Posso também fazer alguma coisa em casa”.

(Inácio Oliveira, natural de Frederico Westphalen,
trabalhador assalariado)

Tal como evidenciado na pesquisa de Menasche (2004), do discurso de Inácio percebe-se uma valorização do “natural” em detrimento do “artificial” ou industrializado. O natural remete também à idéia de puro, algo que se sabe o que é, que se conhece, que se tem um relativo domínio sobre a produção. Melhor do que a galinha criada em confinamento no aviário é a galinha caipira “criada no terreno” e “solta”. O “sabor melhor” é aquele natural sugerindo que produtos industrializados perdem sabor devido seu processamento artificial e não artesanal.

Isto remete a outra questão, a associação entre comida e memória. Quando Inácio faz alusão ao “molho que é feito lá embaixo”, referindo-se a posição do estado do Rio Grande do Sul no mapa em relação ao Mato Grosso, está operando uma memória vinculada a lembranças pessoais que indica como determinados produtos ou comidas, associados ao território de origem, são preparados. Os hábitos alimentares podem mudar à medida que crescemos porém a memória e as lembranças do “primeiro aprendizado alimentar e algumas formas sociais aprendidas através dele permanecem, talvez para sempre em nossa consciência” (Mintz, 2001:32). Cabe ainda destacar que “fazer alguma coisa em casa” é valorizar uma memória culinária artesanal onde o alimento pronto manifesta um tipo de vida urbano excessivamente

industrializado, ou ainda, o “natural, fresco, caseiro, próximo, tradicional seria, dessa forma, afirmado em oposição ao artificial, processado, distante, industrializado, moderno” (Menasche, 2004:121).

A relação entre comida e gênero é destacada por um informante já que a “mulher gaúcha” é “ótima cozinheira. Faz aquelas comidas saborosas, pão de que tamanho [fazendo gestos]? E aquelas comidas temperadas que o dono da fazenda ficava ali [babando]. Cultura né”. Desta associação entre mulher e comida desenvolveu-se uma extensa e rica bibliografia a respeito, que só o esforço de mapear resultaria em outro trabalho. Meu objetivo aqui é apenas destacar a relação de gênero percebida nos relatos sobre alimentação.

Outro componente identitário do “gaúcho” é o sotaque, ou seja, a maneira de falar. A “variação lingüística representada pela variedade de pronúncia, ou seja, pela variação fônica dá-se o nome de sotaque” (Oliboni, 2003:86). O sotaque é um dos elementos pelos quais se identifica um “gaúcho” no Mato Grosso:

Pesquisadora: Como se identifica um gaúcho ?

“Ah, pelo próprio sotaque né. Pela forma de falar, forma de agir, de ter um “quê de gaúcho”. O gaúcho você conhece de longe né. Basta você conversar uns 2 minutos com ele... nem isso, talvez uns 30 segundos você já consegue identificar se ele é gaúcho ou não. Não só pelo falar né, pela própria cordialidade do gaúcho, porque o gaúcho é diferente, ele tem um jeito de ser especial”.

(Tito Lívio Alves, natural de Tupanciretã/RS,
trabalhador assalariado)

As características lingüísticas do sotaque “gaúcho” são observadas e constatadas no modo de falar dos migrantes (e seus descendentes) de Lucas do Rio Verde, inclusive nas suas diversas nuances, mediante um processo de incorporação do dialeto italiano e alemão dos seus ascendentes. A contrapartida disto é que, da mesma maneira que o sotaque “gaúcho” incorporou a fonética italiana e alemã no Rio Grande do Sul, o que se constata em Lucas é a incorporação de palavras e expressões tipicamente do lugar, como é o caso da utilização do pronome de tratamento “você” em detrimento do “tu” característico do “gaúcho”.

3.6. “Ah! Eu sou gaúcho”: O orgulho de ser gaúcho

“O povo que mais tem *orgulho* da terra onde nasceu, que tem tradição própria. Assim, pelo que eu conheço dos outros estados não tem essas particularidades que é própria de gaúcho né. Onde ele vai ele leva aquilo consigo: a vestimenta, alimentação, modo de falar. Eu acho que é o povo que mais tem característica própria do lugar”.

(Manuela Zettermann, natural de Santo Ângelo, advogada)

A maneira e as diferentes formas de representações coletivas variam em virtude da abrangência das categorias que cada ator social aciona e, a eficácia simbólica destas representações, está intimamente relacionada à seleção destas categorias capazes de conferir uma relativa homogeneidade ao grupo social. Longe de cair na armadilha de essencializar o discurso de que todo “gaúcho” é “desbravador”, “corajoso”, “pioneiro”, “empreendedor”, etc., e assim reduzir a identidade deste grupo a partir de nuances positivadas, o que não se pode perder de vista é que o discurso destes migrantes encontra no mito do “gaúcho” os elementos

que reconhecem, valorizam e se identificam. Daí vem o “orgulho” de ser “gaúcho”. Orgulho este que está relacionado com um sentimento de dignidade, altivez e valorização exagerada de si próprio, muitas vezes reduzido na expressão popular amor próprio¹³³. Este sentimento de orgulho é recorrente nas falas dos “gaúchos” de Lucas:

Joaquim Abrantes: Eu quero bem meu Rio Grande amado nossa! (...) Eu tenho meus trajes vou no CTG (...) com a boa bombacha, minha boa guaiaca¹³⁴, minha boa bota, meu novo chapéuzito, (...) lencinho no pescoço¹³⁵. É minha tradição. Saio por aí só de bombacha e de alpargata. Alpargata é o chinelo de tradição do Rio Grande. Chinelo de couro. É tradição nossa. Então a gente usa pra relembrar. Pra não esquecer de tudo.

Inácio Oliveira: E é um *orgulho* que a gente tem.

Joaquim: É um *orgulho*. Eu tenho *orgulho de ser gaúcho*.

Inácio: Eu também tenho.

Joaquim: Orgulho mesmo. Porque se não fosse os gaúchos esse Mato Grosso hoje não tinha nada. Tem que dar graças a Deus a gauchada que botou a cabeça e veio. E aonde eles vai eles arrebentam mesmo. Desbravaram esse sertão aqui e agora eles estão entrando pro Pará e tão abrindo tudo. É gauchada. Não tem medo não. Vai e vai mesmo.

Do diálogo entre Joaquim e Inácio destaco três fatores que aparecem como marca deste orgulho. O primeiro refere-se ao tradicionalismo disseminado pelo CTG através da indumentária gaúcha que, na visão de Joaquim, é utilizada para relembrar a tradição e não esquecê-la; o segundo tem razão de ser no espírito desbravador da “gauchada” que aciona um terceiro fator que é a coragem. Embora a categoria coragem não apareça explicitamente neste discurso, implicitamente está presente pois quem “não tem medo” e “vai e vai mesmo” é aquele que teve coragem de “botar a cabeça”, ou seja, de arriscar sair do seu local de origem para desbravar o Mato Grosso.

Entretanto, é preciso relativizar este tradicionalismo vinculado ao CTG como sinal de orgulho, pois, em Lucas do Rio Verde, ser “gaúcho” não necessariamente está atrelado a ser tradicionalista porque nem todo “gaúcho” freqüenta o CTG, porém, ser “gaúcho” é ter uma tradição a zelar. Em outras palavras, a categoria tradicionalista é incorporada por aqueles freqüentadores do CTG, ao passo que, os que não freqüentam comumente acionam a categoria tradição. No entanto, os valores que estão contidos nestas duas categorias, tradicionalismo e tradição, são os mesmos, tais como, família, trabalho, alimentação, religiosidade, etc. Vários entrevistados fizeram referência ao orgulho de serem “gaúchos” mesmo não tendo vínculo expresso com as atividades do CTG, porém, sempre recorrem a idéia de tradição para definir a sua identidade. Um exemplo disto é o caso dos amigos Joaquim e Inácio. Enquanto Joaquim afirma seu gauchismo por ser um assíduo freqüentador do CTG, Inácio destaca que “quando dá” participa de algum evento e se considera “gaúcho, mas da geração do rock n’roll”. Apesar

¹³³ Definição do Novo Dicionário Aurélio.

¹³⁴ Cinto largo de couro macio, às vezes de couro de lontra ou de camurça, ordinariamente enfeitado com bordados ou com moedas de prata ou de ouro, que serve para o porte de armas e para guardar dinheiro e pequenos objetos.

¹³⁵ Bombacha, chapéu e lenço fazem parte da indumentária gaúcha.

de serem de gerações diferentes, devido a diferença de idade, Joaquim e Inácio incorporam a mesma vinculação identitária e ressaltam o orgulho de serem “gaúchos”.

Ser desbravador, ter tradição e coragem são diacríticos do orgulho “gaúcho”. Entretanto, quero acrescentar um quarto elemento que, embora já citado em outros momentos deste trabalho, acredito que tenha uma considerável influência no imaginário do “gaúcho” capaz de acionar este orgulho, estou me referindo à mitificação da história do Rio Grande do Sul, mais especificamente ao passado de lutas e conflitos relacionados às comemorações da Revolução Farroupilha.

As comemorações que envolvem a Semana Farroupilha são percebidas e constatadas em todo lugar que tiver um CTG. As formas e maneiras de expressão desta manifestação cultural em Lucas do Rio Verde serão analisadas no próximo capítulo. Quero aqui reter apenas um aspecto desta manifestação: o sentimento de orgulho acionado durante o período em que se comemora este passado histórico que, dentre outras maneiras, é expresso pela “mídia gaúcha”.

Ao utilizar o termo mídia gaúcha estou me referindo ao conjunto dos meios de comunicação que se utilizam de diferentes recursos e técnicas para veicular uma imagem¹³⁶. É preciso também considerar a relação existente entre o “gaúcho” que está no Mato Grosso e aquele que está no Rio Grande do Sul. Existe uma espécie de rede regional na migração capaz de fazer circular entre estes “gaúchos” jornais, gêneros alimentícios, informações, etc. É emblemático o fato de um dos programas de rádio de maior audiência em Lucas do Rio Verde, o “Roda de Chimarrão”, referir-se a notícias e informações veiculadas nos jornais de maiores circulação no Rio Grande do Sul, como o Correio do Povo e Zero Hora. Alguns entrevistados informaram que fazem assinatura destes jornais, outros destacaram a facilidade em acessar e ler as notícias do Rio Grande do Sul via internet, e alguns, por possuírem tv por assinatura¹³⁷, assistem programas veiculados pela Rede Brasil Sul de Comunicação, a RBS. Diante destas evidências e partindo de percepções que tive durante a pesquisa de campo creio que, guardadas as devidas especificidades, as comemorações da Semana Farroupilha se utilizam de recursos da mídia para acionar entre os “gaúchos” o sentimento de orgulho. Elenco abaixo duas peças publicitárias veiculadas durante a Semana Farroupilha: uma no Rio Grande do Sul e outra em Lucas do Rio Verde.

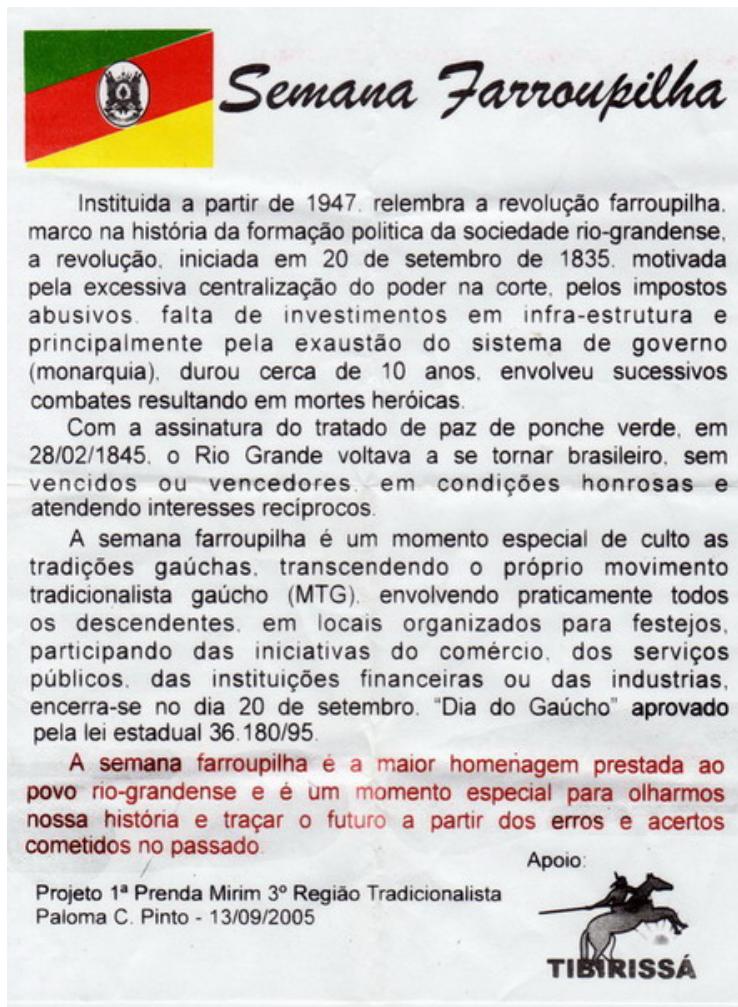
¹³⁶ Para entender a relação entre a cultura “gaúcha” e a indústria cultural do Rio Grande do Sul ver Jacks, 1998.

¹³⁷ Televisão por assinatura é um termo que se refere a serviços de televisão baseados em assinatura. Uma televisão por assinatura oferece uma quantidade elevada de canais em relação à televisão aberta, e cobra uma quantia por isso, geralmente em freqüência mensal. Os métodos de distribuição de televisão por assinatura mais populares são o cabo e satélite.

Figura 7
Folder “Orgulho Gaúcho”



Figura 8
Folder “Semana Farroupilha”



A campanha do Banrisul¹³⁸ e governo do estado do Rio Grande do Sul (figura 7) foi realizada durante o ano de 2005 em todo o estado através de diferentes peças publicitárias como folders, encartes de jornais, propagandas em rádio e televisão, bandeiras e out-doors todos evocando o “orgulho gaúcho” como um sentimento que é transmitido de “geração para geração” pela “força” e “trabalho das pessoas” caracterizando a valorização da identidade “gaúcha” a partir de categorias adjetivadas, conforme já constatado. O folder distribuído em Lucas do Rio Verde (figura 8) não tem o mesmo tratamento visual e artístico, trata-se de um material produzido no âmbito do Projeto 1^a Prenda Mirim do MTG-MT e distribuído aos cidadãos luverdenses durante a Semana Farroupilha realizada no período de 14 a 20 de setembro de 2005. O “relembrar” o passado heróico associado à revolução “festejando” o “dia do gaúcho” e “homenageando” este “povo” pode ser considerada, em alguma medida, uma manifestação de “orgulho” do *matucho* de Lucas do Rio Verde. A categoria orgulho não foi ação diretamente, mas ao contar a história da revolução, ao destacar o dia 20 de setembro como o “dia do gaúcho” e informar a comunidade luverdense mediante a distribuição desta mensagem, o “gaúcho” de Lucas reforça o orgulho de sua identidade social.

¹³⁸ Banco do Estado do Rio Grande do Sul.

Pode-se dizer que, nos termos de Bourdieu (1974), o orgulho gaúcho é um bem simbólico que tem a função de legitimar um grupo social e o seu sentimento de pertencimento e coesão grupal. Assim, a categoria orgulho surge vinculada ao sentimento de pertencimento a um grupo social, de uma dada territorialidade que também se expressa no depoimento de Manuela ao ressaltar que é o “povo que tem mais características próprias do lugar”. Nas palavras de Elias (2000), o “caráter auto-engrandecedor de um diferencial maior de poder lisonjeia o amor-próprio coletivo” (Elias, 2000:44) de tal maneira que este orgulho gaúcho contribui para o fortalecimento de um “carisma grupal” onde todos os membros compartilham da mesma virtude específica, a sua origem gaúcha. A superioridade grupal de “nós, os gaúchos” (Gonzaga e Fischer, 1998) mobiliza uma infinidade de categorias que atribui a seus membros características humanas superiores como o desbravador, o pioneiro, o empreendedor, etc., sempre reconhecendo como referência territorial o sul do país.

Os meios de representar o pertencimento a determinadas unidades sócio-culturais tornaram-se mais complexos devido as inúmeras possibilidades de integração de pessoas e territórios cada vez maiores. A relação entre um grupo social e um território é dada pelas representações coletivas associadas a identidades sociais através das quais os indivíduos reconhecem o seu pertencimento. Um grupo social é sempre um “nós” imaginado que expressa uma coletividade imaginada ou, comunidade imaginada (Anderson, 1991), com diferentes graus de coesão social e de eficácia simbólica que dependerá, sobretudo, da bagagem cultural, social, política e ideológica que estes atores irão articular em torno deste “nós”.

Esta representação coletiva pode variar de acordo com a referência identitária no âmbito local, regional ou nacional, como é o caso de Angélica que é luverdense na dimensão local; se considera tanto matogrossense como gaúcha então é matucha (Tavares dos Santos, 1993) na dimensão regional; e brasileira no âmbito nacional. Este exemplo demonstra como os diferentes níveis de pertencimento territorial incidem simultaneamente na vinculação identitária de um indivíduo. Este efeito caleidoscópico das identidades implica admitir a possibilidade de uma reconstrução identitária a partir de uma referência territorial conforme veremos adiante.

O que se pode evidenciar é que a identidade “gaúcha” é fabricada, relacional, móvel e fluida, portanto, seus elementos e atributos variam de acordo com a posição dos atores sociais. Desta maneira, ela pode ser restritiva ou aglutinadora e isto vai depender do contexto social em que está sendo incorporada e/ou acionada.

CAPÍTULO 4

A MULTITERRITORIALIDADE DO MIGRANTE “GAÚCHO” NO MATO GROSSO

“Pelo fato de tu mudar de estado não faz com que a tua origem caia fora, entendeu? A gente fica aqui, gosta do Rio Grande assim também como gosta do Mato Grosso. O pessoal é muito querido, esse intercâmbio de estados aqui do Rio Grande do sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e do norte e tudo... esse convívio aqui formou tipo uma mescla de uma nova raça, uma coisa muito bem feita principalmente no nosso município”

(Bento Nardelli, natural de Giruá/MT, comerciante)

4.1. Territorialização e Multiterritorialidade “gaúcha”

É preciso não perder de vista que é justamente da relação do homem com o espaço em que vive que nasce a territorialidade e, justamente, esta interface que dá origem ao território. A territorialidade se exprime no diálogo entre o ser humano com o seu território, nas estratégias de controle e domínio das ações nele realizadas (Cf. Sack, 1986 citado por Haesbaert, 2004).

Em linhas gerais, um processo de constituição de um território envolve, dialeticamente, um movimento de des-territorialização e re-territorialização. A mobilidade humana é um dos fenômenos mais diretamente ligados a este movimento dialético. Quando um indivíduo (ou grupo de indivíduos) vê-se na situação de deixar o seu território de origem ocorre que, num primeiro momento, ele se des-territorializa, para, concomitantemente, re-territorializar-se em outro território. Desta forma, uma des-territorialização corresponde, analogamente, a uma re-territorialização. São processos indissociáveis que ocorrem em escalas distintas e que são melhor entendidos a partir do conceito de multiterritorialidade¹³⁹. Para Haesbaert “um dos exemplos mais característicos de multiterritorialidade é aquele construído através das grandes diásporas de migrantes, com papel cada vez mais relevante no mundo contemporâneo” (Haesbaert, 2004:354).

Multiterritorialidade é a capacidade do indivíduo ou grupo “acessar ou conectar diversos territórios” podendo jogar com uma “diversidade ou um conjunto de opções muito maior de territórios/territorialidades” mediante não só à mobilidade concreta (no sentido de deslocamento), mas, sobretudo, no sentido de acionar diferentes territorialidades mesmo sem o deslocamento físico, permitindo ao indivíduo ou grupo social uma forma singular de “experimentação/reconstrução” do território (Haesbaert, 2004:343-345).

Reconheço que são vários os aspectos condicionantes desta nova experiência territorial, contudo, interessa-me a dimensão simbólica deste processo. O esforço analítico deste capítulo é buscar compreender como as formas de “multiterritorialidade gaúcha” se expressam em Lucas do Rio Verde e, neste sentido, direciono o meu olhar para as seguintes estratégias: (1) a comemoração da semana farroupilha em Lucas reproduzindo as práticas sócias e culturais do “gaúcho” do Rio Grande do Sul; (2) o símbolo do Movimento

¹³⁹ Para aprofundamento teórico sobre o conceito de des-territorialização e re-territorialização ver Haesbaert , 1999 e 2004.

Tradicionalista Gaúcho do Mato Grosso; (3) a festa como espaço de sociabilidade e (4) o ordenamento espacial da cidade.

4.2. A Revolução Farroupilha no cerrado matogrossense

Nenhum outro episódio da história do Rio Grande do Sul tem mais influência no cabedal de representações do gaúcho do que a Revolução Farroupilha. Assim como Kaiser (1999) e Oliven (1991 e 1999a), entendo que alguns elementos recorrentes no discurso gaúcho da diferença são construídos, sobretudo, na dicotomia entre autonomia e integração do estado em relação ao Brasil, e encontram o seu alicerce na epopéia farroupilha. Várias passagens transcritas até aqui destacam como o migrante “gaúcho” de Lucas do Rio Verde sempre que fala de sua origem e dos predicados da sua identidade social trás a tona o passado heróico ligado à Revolução Farroupilha. Até mesmo as categorias como pioneirismo e o empreendedorismo, em alguma medida, estão associadas ao movimento desencadeado no território rio-grandense no século XIX.

Segundo Flores (2004), a Revolução Farroupilha foi um dos movimentos que abalou o período imperial no Brasil tendo por pano de fundo o liberalismo¹⁴⁰, uma ordem político-econômica que tinha por preceito básico a garantia da liberdade e da propriedade. O movimento teve sua raiz na insatisfação dos estancieiros com a política centralizadora imposta pelo governo imperial, bem como, o sentimento de exploração econômica do governo central devido ao excessivo ônus tributário sobre a produção rio-grandense.

Ainda hoje o tema rende frutos a diversas vertentes de análises historiográficas, cada qual olhando o movimento sob um prisma diferente. Alguns vêem o movimento como uma guerra aliada aos interesses da classe dominante, outros analisam pelo viés político ligado ao constitucionalismo e republicanismo, afora aqueles que preferem entendê-lo como um movimento separatista. Não irei detalhar as vicissitudes da Revolução Farroupilha, porém colherei deste episódio histórico os subsídios mais significativos para atingir os objetivos desta pesquisa¹⁴¹.

Foram 10 anos de confronto (1835-1845) entre as classes dominantes (aristocracia pastoril, charqueadora e comercial) do Rio Grande do Sul e o Império brasileiro e, até os dias de hoje, este passado heróico é utilizado com reverência pelo “gaúcho”, esteja ele associado ou não ao movimento tradicionalista:

“Nós somos progressistas desde a época da Revolução Farroupilha em 1835, onde brigamos para ter melhores condições de vida. Viemos desbravando e quando chegamos nestas terras que são uma beleza, clima excelente, por aqui fincamos o palanque da esperança e dissemos que nossos filhos teriam tudo o que nós não tivemos. Trabalhamos sério, com afinco, de olho na modernidade e tecnologia, apostando sempre nas pesquisas, e como estamos longe de tudo na distância, fizemos aqui perto de nós as principais coisas que precisamos com qualidade”.

(Garibaldi Nardelli, natural de Giruá/RS,
comerciário)

¹⁴⁰ Doutrina econômica baseada no princípio do *laissez-faire*. Segundo este princípio não há lugar para ação econômica do estado, que deve apenas agir para garantir a livre concorrência entre as empresas e o direito a propriedade privada. Ver Sandroni, 1994.

¹⁴¹ Para um aprofundamento histórico sobre a Revolução Farroupilha sugiro consultar as obra de Moacyr Flores, 2004.

A auto-imagem do “gaúcho” como desbravador e pioneiro, já analisada no capítulo anterior, aparece no discurso de Garibaldi vinculada ao passado heróico da Revolução Farroupilha. Apesar de não ter vivido esta experiência de luta, a memória coletiva em torno da revolução e as representações que ela suscita, como o herói aguerrido e destemido, justifica as ações objetivas do presente. O passado idealizado, embuído de princípios elevados e positivos, apresenta-se como formador e precursor do presente.

“Eu vejo assim, a diferença do sul é que o gaúcho é um povo mais idealista que os demais. Não dá para comparar um sulista com outras regiões do país. Talvez a Revolução Farroupilha exerceu uma influência muito grande na cultura, ficou muito presente, porque sempre foi um povo que se levantou contra o império, e se levanta até hoje. Não tem medo de *mudança*. Veja, Porto Alegre foi a primeira cidade a experimentar uma gestão só do PT, também soube dizer “não, agora queremos ver o outro lado”. Então é um povo que muda, o gaúcho é um povo que muda, tem essa questão da mudança, é muito crítico, é muito *combativo* nessa questão. É muito forte. Jamais dá para se comparar o senso crítico do gaúcho, do sulista com o nordestino, entende, até pela própria região”.

(Afonso Zanella, natural de Barracão/PR,
professor de educação básica)

A propensão à “mudança” e o perfil “combativo” que até então aparecia nos discursos como justificativa para a migração aparece aqui para conferir eficácia simbólica à imagem do “gaúcho” como um agente social altamente politizado, capaz de mudar e criticar o *status quo* dominante. Esta característica é reconhecida e está presente no artigo de Silva (1998) intitulado “O Estado mais politizado do Brasil” onde o autor esboça sua admiração pelo Rio Grande do Sul devido “a politização de seus cidadãos” e porque o “gaúcho é um bicho político. Intrometido, tudo lhe diz respeito. (...) No Rio Grande do Sul, tudo é grandioso, solene, político. Até seus desastres são monumentais” (Silva, 1998:133).

Certamente que esta auto-imagem politizada passa por uma (re)construção aliada ao que Gomes et al denominou de “existência de um processo ideológico de fabricação e apropriação da imagem do gaúcho para fins políticos ao longo da história do Rio Grande do Sul” (Gomes, 2002:15) sempre partindo de referenciais virtuosos. Tomando por base o seu estudo, uma provável matriz cultural do “gaúcho” é factível mediante a análise de alguns elementos tais como: (1) culto ao heroísmo, o caráter ordeiro e sóbrio do gaúcho guerreiro e corajoso; (2) o vívido sentimento de nacionalismo associado à sua condição de “gaúcho” mais do que a de “brasileiro”; (3) a crença num sistema social igualitário reproduzida na coexistência pacífica entre estancieiros e peões ou, atualmente, entre ricos e pobres, patrões e empregados, em torno do ritual da roda do chimarrão; e finalmente, (4) a subsistência no tempo de uma matriz cultural vinculada a valores passados constantemente adaptada às novas circunstâncias econômicas, políticas, sociais, culturais e, porque não dizer, territoriais (Gomes et al, 2002:16-18). A articulação destes elementos pode ser entendida como demarcadora do substrato histórico e cultural da identidade gaúcha.

Um dos componentes desta matriz cultural gaúcha é a comemoração da Semana Farroupilha. Como o próprio nome diz, é a semana destinada a comemorar os feitos heróicos dos combatentes que lutaram durante a revolução. O ponto de partida desta comemoração foi a Ronda Gaúcha (expressão alusiva ao trabalho de vigilância do gado durante a noite) realizada em 1947 pelo Departamento de Tradições Gaúchas do Colégio Estadual Júlio de Castilhos, popularmente conhecido por Julinho. No dia 7 de setembro daquele ano, antes de ser extinto o fogo da pira da Pátria, alunos do Julinho transportaram uma centelha do fogo até

um candeeiro armado no saguão do Julinho onde organizaram uma sentinela que perdurou até o dia 20 de setembro, data em que se comemora o início da Revolução Farroupilha. Este ritual foi sacralizado e transformado num mito de origem cujo momento histórico é manipulado pela memória dos tradicionalistas e recordado, frequentemente, ao ser transmitido de geração para geração, sobretudo, dentro das instâncias tradicionalistas vinculadas ao Movimento Tradicionalista Gaúcho - MTG.

O imaginário da Revolução Farroupilha foi sendo incorporado das mais diversas maneiras pelo “gaúcho”. Segundo Oliven, é “significativo que hoje a sede da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul seja denominada Palácio Farroupilha e que a sede do governo estadual, que está ao seu lado, se chame Palácio Piratini, evocando a localidade que foi sede da República Rio-grandense”, da mesma maneira que o hino do estado é conhecido como “Hino dos Farrapos”, assim como a bandeira evidencia de forma simbólica a relação ambígua entre o Brasil e o Rio Grande do Sul¹⁴². Oficializada em 1964 como Semana Farroupilha, este ritual reproduz anualmente o que aconteceu no saguão do Julinho e foi incorporado à “simbologia rio-grandense” extrapolando os limites territoriais do Rio Grande do Sul e atualmente é comemorada em municípios de outros estados brasileiros (e também fora do país) que tenham um Centro de Tradição Gaúcha – CTG (Oliven, 1999a:63).

É comum no Rio Grande do Sul, os CTG’s organizarem um acampamento farroupilha, fazendo alusão à revolução, onde os “gaúchos” se reúnem para tomar um chimarrão, prosear, dançar, comer comidas típicas e rememorar os feitos farroupilhas tal como ocorreu em 1947 no saguão do Julinho. Nas palavras de Fagundes, o CTG é, antes de tudo, uma instância simbólica (Fagundes, 1995:35). O curioso deste fenômeno é que, assim como ocorre em Porto Alegre e demais municípios do Rio Grande do Sul, em Lucas do Rio Verde há toda uma movimentação e organização em torno da comemoração da Revolução Farroupilha.

O acampamento farroupilha em Lucas do Rio Verde é montado na Praça dos Migrantes que fica no centro e é considerada a principal praça da cidade, cujo próprio nome faz menção aos migrantes que a colonizaram. No período de 14 a 20 de setembro a vigília é formada por “gaúchos” de “sangue” e os “de coração”; a invernada artística apresenta suas danças; as rodas de chimarrão, antes observadas na frente das casas e estabelecimentos comerciais, se transferem para a praça; até mesmo o desfile farroupilha é realizado, conforme será abordado na sequência.

A organização da Semana Farroupilha começa cerca de 30 dias antes quando a patronagem do CTG Sentinel da Tradição destaca, dentre os seus membros, os peões que serão responsáveis para viabilizar toda a infra-estrutura necessária, tais como, barracas, cadeiras, som, iluminação, etc. Além disso, é preciso organizar a programação cultural, motivo de empolgação para os jovens e crianças que fazem parte da invernada artística que, nesta ocasião, apresentam-se em diversos eventos no decorrer da semana. A programação completa do evento (conforme figura 9 e 10), anunciada nas rádios e no jornal local, prevê a realização de eventos tipicamente “gaúchos”, inclusive fazendo uso da mesma nomenclatura utilizada em 1947 pelos estudantes do Julinho, como é o caso da “chama crioula” e “missa crioula”.

¹⁴² Sobre o significado das cores da bandeira do Rio Grande do Sul ver capítulo 3.

Figura 9
Reportagem Jornal Folha Verde,

CTG Sentinela da Tradição

TRADIÇÃO EM QUALQUER CHÃO

1.a SEMANA FARROUPILHA
DE 18 à 21/09/91

Local: PARQUE DE EXPOSIÇÕES
LUCAS DO RIO VERDE

Dia 18/09/91 (Quarta-Feira)

6:00 h - Alvorada Festiva e Chimarreada em frente a Prefeitura.
7:00 h - Desfile de Cavalarianos com a Chama Crioula.
8:00 h - hasteamento das Bandeiras e Abertura Oficial.
8:30 h - Café Tropeiro
10:00 h - Abertura das Inscrições para os participantes de Valores da Nossa Terra.
12:00 h - Churrasco.
18:00 h - Arriamento das Bandeiras.
20:00 h - Janta: Arroz à Carreteiro
- Valores da Nossa Terra
- Show com Ivan Taborda e os Pirilampos.

Dia 19/09/91 (Quinta-Feira)

6:00 h - Chimarreada
7:00 h - Café Tropeiro
8:00 h - hasteamento das Bandeiras
- Programação Livre
18:00 h - Arriamento das Bandeiras
19:00 h - Missa Crioula
Com o Padre Heriberto.
20:30 h - Jantar Dançante com os Pirilampos e Ivan Taborda.

Dia 20/09/91 (Sexta-Feira)

6:00 h - Chimarreada
7:00 h - Café Tropeiro
8:00 h - hasteamento das Bandeiras
9:00 h - Tertúlia Livre
- Visita das Escolas ao Rancho Crioulo.
12:00 h - Churrasco.
18:00 h - Arriamento das Bandeiras.
20:00 h - Janta Galopada.
- Palestras Revolução Farroupilha, origem e causa.
cf José Antonio de Oliveira coordenador da 2.ª Região do MTG
- Tertúlia Livre.
24:00 h - Extinção da Chama Crioula.

Dia 21/09/91 (Sábado)

6:00 h - Chimarreada
7:00 h - Café Tropeiro
Programação Campeira.
Prova de Redes e Carreirada.
12:00 h - Churrasco
- Continuação da programação Campeira.
22:00 h - Apresentação do grupo de Artes Nativas
Tradição Pamppeana.
- Entrega dos prêmios.
- Grande Fandango com Ivan Taborda e os Pirilampos.

Figura 10
Reportagem Jornal Folha Verde,

Lucas do Rio Verde, 13 de Setembro de 2001

Programação da Semana Farroupilha



O CTG Sentinela da Tradição, mantendo acesa a cultura e a tradição gaúcha, inicia nesta sexta-feira, dia 14, a programação da Semana Farroupilha, que se estende até o dia 20 de setembro, assinalado no calendário do município como Dia Municipal da Cultura. Em dezembro de 1999 os vereadores de Lucas do Rio Verde aprovaram projeto de lei designando a data como feriado municipal.

Veja a programação que será desenvolvida durante a semana:

14/09 (Sexta-feira) - Abertura oficial da Semana Farroupilha com a Chama Crioula

Local - CTG Sentinela da Tradição

15/09 (Sábado) 21:00 hs Jantar Feijoada

Local: Praça dos Migrantes

16/09 (Domingo) - 21:00 hs Jantar Rabada

Local: Praça dos Migrantes

17/09 (Segunda-feira) - Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Vereadores

21:00 hs Jantar Churrasco Gaúcho

Local: CTG Sentinela da Tradição

18/09 (Terça-feira) - 21:00 hs Jantar Arroz Carreteiro

Local: Praça dos Migrantes

19/09 (Quarta-feira) - 21:00 hs Jantar Porco no Rôlete

Local: Praça dos Migrantes

20/09 (Quinta-feira) - 08:00 hs Cavalgada Trajeto Av. Paraná,

Av. Mato Grosso e Av. Rio Grande do Sul até a Praça dos Migrantes.

12:00 hs Almoço Ovelha Assada

17:30 hs Apresentação da Invernada Mirim CTG Sentinela da Tradição

Local: Praça dos Migrantes

18:30 hs Missa Crioula

Encerramento Oficial da Semana Farroupilha

Local: Praça dos Migrantes

O desfile farroupilha segue o ritual daquele realizado no sul do país, com os “gaúchos” pilchados devidamente montados nos seus cavalos, percorrendo as principais avenidas e ruas de Lucas do Rio Verde empunhando as bandeiras do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso, do Brasil, do Movimento Tradicionalista Gaúcho no Mato Grosso (MTG-MT) e do CTG Sentinela da Tradição como podemos observar na figura 11 e foto 13.

Figura 11
Reportagem Jornal Folha Verde de 15 de outubro de 1991

Semana Farroupilha



Foto Destri

Carregando as Bandeiras, os tradicionalistas deixam a mensagem de integração de culturas...

Foto Destri

O CTG "Sentinela da Tradição", de Lucas do Rio Verde realizou de 14 a 20 de setembro a 1ª Semana Farroupilha, com palestras, shows e atrações que relembraram e reascenderam a cultura gaúcha nos corações dos riograndenses e dos não riograndenses também.

Foto Destri

0 CTG SENTINELA DA TRADIÇÃO SAUDA OS TRADICIONALISTAS E



Ivan Taborda, a grande atração da Semana Farroupilha

Foto Destri

não faltaram também os "Valores da Nossa Terra" que apresentaram música e poesias, encantando e emocionando a todos.

Foto Vero

Está de parabéns o CTG Sentinela da Tradição, pela realização da 1ª Semana Farroupilha. Está de parabéns o grupo de dança "Tradição Pampeana" que fez belíssimas apresentações na festa gaúcha.

0 CTG SENTINELA DA TRADIÇÃO SAUDA OS TRADICIONALISTAS E



Mário, o patrão do CTG e Helmute, dois grandes valores da nossa terra.



Foto 13: Desfile Farroupilha (acervo de Bibiana Monduzzi)

Tal como ocorre no Rio Grande do Sul, o ritual de origem é rememorado em Lucas não somente na programação proposta pelo CTG como também em manifestações que envolvem atividades escolares (figura 13), homenagens do comércio (figura 12), em sessão solene da Câmara de Vereadores (figura 14), enfim, adultos, jovens e crianças, “gaúchos” de “sangue” ou de “coração”, simpatizantes ou não, todos são compelidos a, de alguma forma, compactuar deste ritual reproduzido pelos migrantes como uma estratégia de manter acessa a chama de sua gauchicidade, afinal, como diz o lema do movimento tradicionalista “em qualquer chão: sempre gaúcho!”.

Figura 12
Reportagem Jornal Folha Verde de 23 de setembro de 2004

Sicredi presta homenagem aos gaúchos na Semana Farroupilha

Em 28 de dezembro de 1902 foi constituída a primeira cooperativa de crédito brasileira, na localidade de Linha Imperial, município de Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul. Assim, o Estado se tornou o berço do cooperativismo de crédito no Brasil.

Foi também no Rio Grande do Sul que iniciou, a partir de 1980, o processo de reorganização do sistema cooperativo de crédito que resultou no Sicredi, presente hoje nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e São Paulo.

Lucas do Rio Verde, que começou a ser colonizado no final da década de 1970 por sulistas, especialmente gaúchos, é um dos municípios mato-grossenses que conta com a presença forte do Sicredi e com a presença for-

te e marcante do tradicionalismo gaúcho. A Família Sicredi não poderia, pois, deixar de homenagear o povo gaúcho na semana em que se comemora a data mais importante da história de lutas e de glórias do Rio Grande do Sul.

No dia 17 de setembro, dentro da Semana Farroupilha – lembrada em todos os rincões brasileiros onde existe uma colônia gaúcha ou um CTG – a Sicredi Verde abriu suas portas para o folclore, o tradicionalismo e a cultura gaúcha, numa homenagem a esse povo que fez e continua fazendo história.

Preservar a tradição é manter viva a história. Com este espírito, a Sicredi Verde parabeniza todos os homens, mulheres, jovens, crianças e adolescentes que têm alma gaúcha.



Figura 13
Reportagem Jornal Folha Verde de 25 de setembro de 2003

Folha Verde - 11

Colégio Dois Mil presta homenagem aos gaúchos

O 20 de setembro é o Dia do Gaúcho, porque nele se comemora a Revolução Farroupilha, considerada a maior e mais bem organizada revolução da América Latina. Com ela, o povo rio-grandense conseguiu fazer do Estado do Rio Grande do Sul uma república independente do Brasil durante 10 anos (República Rio-grandense, de 1835 a 1845). A assinatura do tratado de paz entre os Farrapos e o Império se deu no dia 20 de setembro de 1845.

Algumas das causas levantadas pelos gaúchos na Revolução Farroupilha foi a luta contra a tirania dos imperadores, com a adoção do regime republicano, e a abolição da escravatura, pregando e lutando por ideais de liberdade.

Numa demonstração de reconhecimento aos homens e mulheres que buscaram espaço para que esse legado não fosse levado ao esquecimento, o Colégio Dois Mil realizou a 1ª Mateada e Café da Manhã na Escola, com a presença de integrantes do CTG Sentinel da Tradição e do Grupo Orelhanos. A homenagem, segundo a direção e coordenação do Colégio Dois Mil, se justifica porque a maioria do povo luverdense é formada por sulistas e a tradição gaúcha está muito presente no dia-a-dia dos moradores de Lucas do Rio Verde.



A indumentária, o cavalo, a comida, as danças, a música e o chimarrão, ou seja, todos aqueles elementos que foram destacados como integrantes da identidade gaúcha, até mesmo o orgulho de sua origem, são incorporados, teatralizados ou, para usar uma expressão cunhada por Roberto DaMatta (1981), carnavaлизados pelos “gaúchos”. Da mesma maneira que o carnaval, a Semana Farroupilha cumpre um ciclo de existência, imita um tempo, reproduz alegorias e transita pelo universo da fantasia e realidade, transpondo passado e presente. O conjunto de categorias acionadas faz referência a um universo simbólico do passado que, em certa medida, orienta e dá significado a uma determinada visão de mundo (nos termos de Ortiz, 2003) do presente mesmo que sejam práticas sociais e culturais referidas ao território de origem.

A força simbólica deste ritual é percebida até mesmo nas questões de ordem política, muito embora, o movimento tradicionalista condene e reprove qualquer emparelhamento político partidário dos CTG's e MTG's. Contudo, conforme observamos na figura 15, durante as comemorações da Semana Farroupilha em 2002 foi realizada uma sessão solene da Câmara de Vereadores de Lucas do Rio Verde na sede do CTG Sentinel da Tradição evidenciando a ligação entre os tradicionalistas e o poder público municipal.

Figura 14
Reportagem Jornal Folha Verde de 19 de setembro de 2002

Sessão da Câmara foi no CTG

Em decorrência da Semana Farroupilha, que rememora os costumes e tradições gaúchas, os vereadores aceitaram o convite da patronagem do CTG Sentinel da Tradição e realizaram a sessão legislativa na sede do CTG.

Durante a palavra livre todos os vereadores destacaram a importância do CTG na preservação dos valores morais e culturais e, sobretudo, na valorização da família.

O patrão do CTG, Almeri Dalmaso, agradeceu a presença dos vereadores e disse que a entidade vem buscando uma aproximação maior com a sociedade luverdense, até para que todos compreendam melhor o que é CTG e qual sua função no meio social.

Outro acontecimento emblemático e revelador da ambigüidade existente entre o tradicionalismo “gaúcho” e o poder público foi a entrega da medalha de “Mérito Riograndense” a representantes do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) residentes fora do Rio Grande do Sul. O evento aconteceu no dia 19 de setembro de 2005 no bojo da programação da Semana Farroupilha e, não por acaso, foi realizado no salão principal do Palácio Piratini, sede do governo do Rio Grande do Sul. Neste dia foram homenageados “gaúchos” residentes em vários estados brasileiros, dentre eles, o então presidente do MTG- MT, Airton Callai, um dos “gaúchos” de Lucas do Rio Verde (foto 14).



Foto 14: Solenidade de entrega da medalha “Mérito Riograndense” realizada em Porto Alegre em 19 de setembro de 2005. (Acervo <http://www.cbtg.com.br>).



Foto 15: Medalha do “Mérito Riograndense”. (Acervo <http://www.cbtg.com.br>).

O homenageado contou que ele e mais nove “gaúchos” foram declarados “embaixadores do Rio Grande” como “reconhecimento dos serviços prestados ao Rio Grande gratuitamente” e, além disto, receberam das mãos do governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, a medalha “Mérito Riograndense” (foto 15). Quando questionei sobre o significado deste título prontamente me respondeu que é “uma honra ser um filho reconhecido por um trabalho mais do que cultural...social...mas de formação de pessoas, de caráter”¹⁴³. É possível notar o sentimento de orgulho e de pertencimento ao Rio Grande do Sul acionado no discurso de Airton, muito embora, ele reconheça o Mato Grosso como seu lar e, atualmente, se diz “mais matogrossense do que gaúcho” já que “este chão me deu a oportunidade”¹⁴⁴. O vínculo identitário de Airton se dá pela/na transposição do território de origem-território de adoção, denotando, assim o caráter multiterritorial da sua identidade/territorialidade.

Vale ainda destacar um trecho significativo do discurso do governador ao se referir aos “gaúchos” que expandem as raízes culturais para além do Rio Grande do Sul e “cumprem, com civismo e dedicação, duas importantíssimas tarefas. Na primeira delas mantêm acesa a fogueira das tradições, criando chão rio-grandense em outras terras, e ali guardando, num braseiro que não se consome, o calor e o vigor do ser gaúcho. Na segunda, cativam outros brasileiros para a mesma liturgia que nos reúne”¹⁴⁵. E é com este espírito de rememorar as tradições do passado para se auto-afirmar no presente que o “gaúcho” de Lucas do Rio Verde planeja, participa e realiza os festejos da Semana Farroupilha.

Ao recordar os feitos da revolução farroupilha reproduzindo em Lucas o modelo comemorativo que ocorre no Rio Grande do Sul, os “gaúchos” conectam-se com o território de origem experimentando vivências que lhes permitem manter acessa a chama de sua gauchicidade. Acionam muito mais que lembranças, pois reproduzem ao mesmo tempo em que seus pares no sul, um evento sócio-cultural que dá sentido e significado ao território, transmitindo valores, crenças e práticas no sentido de perpetuar sua cultura e tradição que acaba por ser reconhecida até mesmo pelos estranhos ao grupo:

“(...) eu vejo que o gaúcho ele procura mostrar mais a cultura dele, ele força a barra para jogar a cultura dele onde ele chega. Ele força mesmo. Não diria

¹⁴³ Entrevista virtual concedida em 17 de outubro de 2005. Neste caso, opto por revelar a identidade do entrevistado.

¹⁴⁴ Entrevista virtual concedida em 13 de outubro de 2004.

¹⁴⁵ Trecho do discurso do governador Germano Rigotto em 19 de setembro de 2005. Ver <http://www.cbtg.com.br>.

que ele impõe, porque ninguém te obriga a ir no CTG. (...) Eles [os gaúchos] divulgam e tentam fechar. Se der espaço eles fecham o espaço. Vamos dar um exemplo, foi instaurado em Lucas do Rio Verde, a pedido do seu Vilarim Tibirissa¹⁴⁶ (...) o dia da cultura na cidade de Lucas do Rio Verde, dia 20 de setembro. Aí virou dia do gaúcho, mas por que? Porque ninguém vai lá fazer cultura, aí eles vai lá e abanca ali na praça, arma barraca, faz cavalgada, fica a semana inteira ali comemorando a Semana Farroupilha, comemorando a semana. (...) Mas se não tomou espaço, eles foram lá e tomaram o espaço. (...) Certas coisas, algumas coisas o pessoal chega e impõe, mas não é algumas lideranças, o sujeito chega e impõe e leva os outros no bico. Mas não. É uma questão de cultura, uma questão de coisas assim ... às vezes não tem a vergonha, (...) tem a coragem de querer dizer eu sou bom, sou isso sou aquilo e se sobressaem [referindo-se aos gaúchos].

(Toríbio Chanuca, natural de Monte Carmelo/MG,
empresário do setor agrícola)

A territorialidade gaúcha expressa em Lucas do Rio Verde na comemoração da Semana Farroupilha é admitida indiretamente pelo entrevistado e, na sua opinião, o “gaúcho” não impõe a sua cultura mas ocupa um espaço que estava vazio e não fora ocupado por outras culturas. No início da sua fala, Toríbio diz que o “gaúcho” “força a barra” para “jogar a cultura dele onde chega”, entretanto, destaca que não o faz por imposição, mas, pelo contrário, por terem “coragem”, por não terem “vergonha” de cultuar suas tradições e é por isso que se sobressaem.

Esta qualidade de diferenciar-se perante o outro está relacionado com a impressão que este grupo social quer transmitir de si mesmo. Na visão de Goffmann (1985), esta capacidade de “expressividade do indivíduo” envolve duas formas de expressão: “a expressão que ele transmite e a expressão que ele emite” (Goffmann, 1985:12) sendo que ele pode se fazer valer das mais diversas e diferentes formas de comunicação para expressar uma determinada imagem que, evidentemente, pode transmitir uma falsa intencionalidade. O que é falso num determinado discurso, numa determinada auto-imagem, pode ser naturalizado como verdadeiro em outro discurso ou imagem. Independentemente de uma provável naturalização, o fato é que as categorias “falso” e “verdadeiro” incorporam crenças, valores e interpretações e, como nos diria Ginzburg (1989), revelam importantes indícios.

Por outro lado, a comemoração da Semana Farroupilha reproduz, fortalece e enaltece o *ethos* “gaúcho”, todavia, esta reprodução não é direta e involuntária, ao contrário, é dialética, propensa a interações, mesclas e circularidades onde a identidade deste ator social é (re)construída na alteridade. Cultuar, ter orgulho e reviver costumes e valores de um passado heróico do qual não se fez parte, implica, em alguma medida, uma função subversiva potencialmente transformadora cuja nitidez se dá através da transposição de uma identidade alicerçada em valores culturais, sociais, políticos e econômicos do território de origem demarcadora da territorialidade “gaúcha”.

Cabe destacar, que o território assume uma função definidora e potencializadora das referências identitárias ou, parafraseando Haesbaert, “não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes” e, para depreendermos como a mediação do território interfere na construção desta identidade torna-se importante a compreensão da noção de símbolo (Haesbaert, 1999:177). Nesta direção, passarei a analisar o símbolo do MTG-MT.

¹⁴⁶ Ex-patrão do CTG Sentinel da Tradição. Devido a citação indireta do nome, opto, neste caso, por não utilizar pseudônimo.

4.3. “Em qualquer chão: sempre gaúcho!”: O símbolo do Movimento Tradicionalista Gaúcho do Mato Grosso

A escolha de um símbolo, de acordo com Castoriadis (1991), não é aleatória, tampouco inevitável e, portanto, nos aponta para a necessidade de análise do conteúdo temático ou significado desta simbologia (Castoriadis, 1991:144). Para Gombrich (1983) a identificação deste conteúdo é semelhante a um quebra-cabeça, uma espécie de trabalho histórico de dedução apontando para vários níveis de significados já que “na interpretação das convenções representacionais há muito mais do que vê o olho literalmente” (Gombrich, 1983:15). Tal como Haesbaert, partilho da concepção de símbolo não como sinônimo de signo ou simples representação, como defendem algumas vertentes da semiologia, mas como aquele que apresenta uma relação entre significante e significado, dotado de subjetividade e caráter conotativo podendo ser, ao mesmo tempo, metáfora ou metonímia havendo “sempre um deslocamento de sentido, nunca de todo definido ou explicado” e, sendo assim, a identidade social “é mobilizada e mobiliza um poder simbólico tal como definido por Bourdieu” (Haesbaert, 1999:177). O poder simbólico da identidade gaúcha se expressa no símbolo do Movimento Tradicionalista Gaúcho de Mato Grosso – MTG-MT¹⁴⁷ (Imagen 2 e foto 16).



Imagen 2: Símbolo do Movimento Tradicionalista Gaúcho do Mato Grosso – MTG-MT. (Reproduzido de acordo com <http://www.cbtg.com.br>, acesso em novembro de 2004).



Foto 16: Comemoração dos 10 anos do MTG-MT realizada no município de Sorriso localizado a 60 Km de Lucas do Rio Verde. (<http://www.cbtg.org.br/album> acesso em novembro de 2004).

Reconheço uma multiplicidade de vieses analíticos que suscitam as referidas imagens pois, por si só, seus elementos constitutivos já são algo que desperta polêmica e, neste sentido, a interpretação de uma imagem parece uma colcha de retalhos onde cada elemento constitutivo apontará indícios ou pistas a serem desvendados. A interpretação de uma imagem é apenas um olhar, uma perspectiva de análise subjetiva, e o desafio reside na tentativa de desvendar o que está oculto nas formas do símbolo do MTG-MT.

A representação imagética nos diz muito mais do que palavras simplesmente, e é preciso reconhecer que toda imagem possui um código expresso nos seus elementos e formas.

¹⁴⁷ O MTG-MT foi fundado em 14 de agosto de 1993 durante a realização do I Encontro Estadual de CTG's do Mato Grosso.

Alvarado (2001), em particular, assinala que “a experiência perceptiva como um processo de modelização e representação da realidade é preciso considerar a mediação de fatores sociais e culturais. (...) Os elementos que compõem uma representação icônica são fruto de uma eleição, quer dizer, da seleção daquilo que vai ser visível” (Alvadaro, 2001:45). A mediação da qual se reporta a autora está presente nos elementos constitutivos do símbolo do MTG-MT indicando a necessidade de caracterizá-los e analisá-los.

Fazendo uma descrição pré-iconográfica¹⁴⁸ da imagem, trata-se de um “gaúcho” pilchado¹⁴⁹ montado a cavalo com a bandeira do Rio Grande do Sul em punho saindo do mapa do estado de Mato Grosso. A imagem é provocativa. Um olhar mais atento e crítico pode coletar informações que vão além dos contornos imagéticos já que toda imagem, como sugere Dubois (1993) e Kossoy (2000), é ambígua por natureza. Compreender a intencionalidade de um documento imagético requer o entendimento dos significados culturais nele engendrados sem deixar de reconhecer as formas utilizadas para a mediação de uma mensagem pois, parafraseando Mauad (2005), toda a imagem revela uma historicidade e possui um discurso. Embora reconheça que a utilização de imagens em pesquisas nas ciências sociais ainda suscitem polêmica, irei fixar meu olhar na intencionalidade do símbolo do MTG-MT.

Destemido, forte e corajoso, assim é o “gaúcho” que migrou para o Mato Grosso; um desbravador que, embora não tenha chegado a cavalo, trouxe consigo todo um conjunto de representações donde o cavalo, a pilcha e as cores da bandeira do Rio Grande do Sul simbolizam o passado heróico de uma imagem mítica e revelam como a identidade deste grupo social é dotada de um poder simbólico. O poder da auto-imagem construída segundo os valores virtuosos das categorias pioneiro e desbravador vai além dos discursos e personifica-se na imagem do MTG-MT, talvez não como forma de suprimir a cultura local, mas sim, no sentido de destacar a contribuição do povo “gaúcho” para a constituição do estado do Mato Grosso. É como se fosse importante ressaltar através da imagem que o “gaúcho” faz parte da história daquele chão, daquela gente.

Congruentemente com a mensagem implícita na imagem, é possível observar o poder simbólico mobilizado por este grupo social. Este poder invisível do qual nos fala Bourdieu é capaz de constituir uma cumplicidade tanto daquele que o exerce quanto daquele que é subjugado a ele. Fica patente, dessa forma, que o “poder da identidade social é tanto mais forte quanto maior for sua eficácia em “naturalizar” esta identidade, tornando puramente “objetivo” o que é permeado de subjetividade, transformando a complexidade da construção simbólica no simplismo de uma “construção natural”, a-histórica e aparentemente móvel” (Haesbaert, 1999:177).

Tais afirmações me levam a crer que a tradição e os valores culturais arraigados na alma do “gaúcho”, o chamado gauchismo, é uma elaboração mental acionada para dar conta de uma estratégia de reprodução social sustentada em processos constantes de (re)territorialização do migrante “gaúcho”. Entendo como (re)territorialização o processo pelo qual novos territórios são criados pelo migrante “gaúcho” através da apropriação política e/ou

¹⁴⁸ Panowsky (1989) elaborou um método de abordagem cuja três operações de pesquisa são agrupadas num processo orgânico e indivisível. A descrição pré-iconográfica ou significado primário consiste na visão compreensiva do modo como, sob condições históricas diversas, objetos e eventos são expressos em formas., constituindo no universo dos motivos artísticos. A análise iconográfica ou significado secundário constitui o mundo das imagens, histórias e alegorias e consiste na visão compreensiva do modo como, sob condições históricas variáveis, temas e conceitos específicos são expressos por objetos e eventos. E por fim, a interpretação iconológica ou conteúdo intrínseco que é a visão compreensiva do modo tendências essenciais do espírito humano foram expressos por temas e conceitos específicos, sob condições históricas diversas. A interpretação iconológica representa uma visão de mundo subjetiva baseada em valores pessoais, condicionada pela psicologia humana (1989: 38).

¹⁴⁹ Adjetivo que tem sua raiz na palavra pilcha. Refere-se a indumentária gaúcha.

simbólica do espaço “demonstrando a importância de sua identidade cultural na construção dessas novas territorialidades num meio tido, muitas vezes, como unilateralmente desterritorializador” (Haesbaert, 1995:78).

Obviamente que não utilizo aqui o corriqueiro conceito de território relacionado ao espaço delimitado geograficamente do Estado-Nação. Como expressa Milton Santos (2000), o uso do território deve ser compreendido a partir da sua forma de apropriação e não apenas do seu domínio. Utilizando-se do termo “território usado” o autor entende o território como um espaço usado por atores sociais que só pode ser compreendido a partir das relações estabelecidas no uso deste território, e, portanto, de uma dada territorialidade.

Por tratar-se de um conceito polissêmico, o qual vários pesquisadores já empreenderam o esforço de explorar as diferentes perspectivas¹⁵⁰, apreendo o conceito de território partindo da concepção teórica de Haesbaert (1995 e 2004).

Tradicionalmente, a concepção de território, de acordo com Haesbaert (2002:119), esteve associada às idéias de controle e dominação material sobre o espaço, quer sob a ótica predominantemente econômica ou política, quer seja sob a apropriação simbólica do espaço. Esta concepção é criticada pelo autor que enfatiza a indissociabilidade entre a dimensão político-econômica e a dimensão simbólica do território. É importante que se enfatize o “aspecto temporal, dinâmico e em rede que o território também assume” cuja “integração de suas múltiplas dimensões é vista através das relações conjuntas de dominação e apropriação, ou seja, de relações de poder em sentido amplo (Haesbaert, 2004:340). E, nesta direção, o autor defende o argumento de priorizarmos a dinâmica múltipla dos territórios ou o que chama de “multiterritorialidade”. *Grosso modo*, essa dinâmica vai da condição mais concreta a mais simbólica “sem que esteja dicotomicamente separada um do outra” e no “caso de um grupo mais coeso, podemos dizer que eles constroem seus (multi)territórios integrando, de alguma forma, num mesmo conjunto, sua experiência cultural, econômica e política em relação ao espaço” (Haesbaert, 2004:341).

Acredito que o conceito de multiterritorialidade ajuda a compreender o fenômeno da “diáspora gaúcha” no Mato Grosso que, segundo Haesbaert, “representa historicamente uma das formas pioneiras de multiterritorialidade na medida em que o deslocamento e a dispersão espacial de pessoas pertencentes a um grupo com forte identidade cultural através do mundo promovem múltiplos encontros entre *diferentes*” (Haesbaert, 2004:354, grifo do autor). Neste sentido, o migrante não apenas entrecruza sua identidade no confronto com outras culturas ou, em outras palavras, num jogo de alteridade, mas leva consigo, em sua bagagem, a sua territorialidade, buscando reproduzi-la no território de adoção. Assim como no caso dos “gaúchos” que migraram para o Nordeste, analisado por Haesbaert (1995), é o que ocorre em Lucas do Rio Verde. Os migrantes “gaúchos” “buscam manter territórios em escala local sob o seu domínio, reproduzindo ali, ao mesmo tempo, profundos laços com os processos de globalização (principalmente no sentido econômico) e estreitos vínculos (principalmente de ordem cultural) com a sua região de origem” (Haesbaert, 1999:184).

A apropriação simbólica do território pelos “gaúchos” é justamente o que se observa em Lucas do Rio Verde tanto nas comemorações da Semana Farroupilha, quanto na auto-imagem representada no símbolo do MTG-MT. É importante ressaltar que por se tratar de um

¹⁵⁰ Apesar do conceito de território ser central para a geografia, segundo Rogério Haesbaert (2004) outras áreas das ciências sociais apresentam perspectivas distintas que ajudam a compreender este conceito. Em uma breve síntese, o autor ressalta que enquanto a geografia enfatiza a materialidade do território, a Ciência Política destaca as relações de poder, a Economia valoriza a noção de espaço percebendo o território como base da produção e de um fator locacional, a Antropologia valoriza a sua dimensão simbólica, a Sociologia enfoca a partir das relações sociais e a Psicologia incorpora este conceito como norteador da construção de identidade (Haesbaert, 2004:37). Para um aprofundamento sobre a temática ver Haesbaert, 2004 e Alentejano, 2003.

grupo com forte coesão social, nos termos de Durkheim¹⁵¹ ou, como entende Elias, com um carisma grupal¹⁵², esta dinâmica de apropriação simbólica se manifesta no território de adoção das mais distintas maneiras. Seja através do CTG, da culinária, da adoção de símbolos como o do MTG-MT, do chimarrão, da música, das festividades que envolvem a Semana Farroupilha, etc., independentemente da maneira como é expressa territorialidade o fato é que estas manifestações conferem sentido e significado ao território.

4.4. A festa como expressão de sociabilidade e de territorialidade gaúcha

Lucas do Rio Verde, conforme dito anteriormente, teve a sua emancipação político-administrativa em 05 de agosto de 1986 e, desde então, esta data é comemorada naquela que é reconhecida como “a maior festa da cidade”: a Expolucas. Considerada por seus habitantes uma vitrine do potencial sócio-econômico e potencializadora de oportunidades do agronegócio na região, a Expolucas oferece também atividades de entretenimento e lazer para os luverdenses e visitantes que freqüentam durante quatro dias o parque de exposições Roberto Munaretto.

Durante a realização da minha pesquisa de campo pude observar a organização e realização da décima sétima edição da exposição. O mês que antecede a abertura oficial do evento é marcado por uma mobilização de vários setores da sociedade luverdense que se envolvem nas mais diversas tarefas. Pessoas que me eram indicadas ou que faziam parte do rol de entrevistas que me programei a realizar não puderam me atender nas diversas vezes em que os procurava em virtude de compromissos com a organização do evento. Era comum durante as visitas, ou mesmo entrevistas, presenciar conversas pessoais ou por telefone que tratavam sobre detalhes da exposição. Alguns chegaram a comentar que não havia chegado em uma boa época já que não poderiam dispensar a devida atenção a mim por estarem envolvidos com as tarefas da Expolucas.

Era nítido o envolvimento da comunidade com os preparativos da exposição, fortalecendo a ideia de cooperação e disponibilidade para o trabalho comunitário. As pessoas buscavam conciliar suas atividades pessoais com o trabalho comunitário, se dedicando a ambos com o mesmo afôco, uma das motivações recorrentes nos discursos dos entrevistados é que:

“existe uma consciência muito forte de que tem que dar certo. Tem que ser melhor do que foi o ano passado. Não pode cair o nível. Isto está muito no espírito das pessoas daqui”.

(Caetana Scarpeline, natural de Caiçara/RS, autônoma)

¹⁵¹ Quanto maior for a coesão social existente entre os componentes de uma sociedade, tanto maior será a consciência coletiva, embora não se observe uma uniformidade absoluta ou total deste fenômeno. As representações coletivas definem o modo pelo qual o grupo se vê e se define, configurando no indivíduo duas consciências, a primeira, representada pela personalidade individual, ou seja, consciência individual; e a segunda é a percepção do coletivo, da sociedade em si, a consciência coletiva. Segundo Durkheim existe uma ligação entre estas duas consciências, existindo para ambas um único substrato orgânico sendo, portanto, solidárias. Daí resulta uma solidariedade *sui generis* nascida das semelhanças que liga o indivíduo à sociedade. Para um aprofundamento teórico sobre este assunto ver Durkheim, 1983.

¹⁵² De acordo com Elias e Scotson, os diferenciais de poder e de prestígio vigentes nas relações entre diferentes grupos derivam de muito mais do que a posição social e pode ser entendido a partir de fenômenos como antigüidade da associação, graus de organização, funcionamento interno, índices de coesão e valores culturais e morais atribuídos ao grupo dentro de um contexto de convívio e da temporalidade de seu processo de formação. Neste sentido, o autor refere-se a um “carisma grupal” elaborado em virtude de processos associados na temporalidade e, por assim dizer, restrita da convivência. Tal carisma deriva de normas e regras partilhadas no interior do grupo que a convivência cotidiana faz interiorizar estabelecendo sentido e significados à sua auto-imagem que é gestada num processo de interação entre os indivíduos do grupo. Ver Elias e Scotson, 2000: 24-26.

Vale repetir que, devido às dificuldades do início da colonização, estabeleceu-se um vínculo de solidariedade entre os migrantes que se reflete no que um dos entrevistados chamou de um “espírito de cooperação muito grande”. E foi justamente este espírito de cooperação que despertou minha atenção já que pude acompanhar o comprometimento dos cidadãos luverdenses na organização e preparação do evento.

Existe, inclusive, uma associação responsável pelo planejamento que é a Associação dos Organizadores da Expolucas cuja diretoria é eleita meses após o término da exposição assumindo a organização e mobilização para o ano subsequente. A organização da Expolucas envolve lideranças locais que, via de regra, são grandes empresários do setor do agronegócio da soja, que assumem o papel de mediadores da comunidade. Além disso, estas lideranças cooptam outros líderes locais, tais como, lideranças religiosas, professores, jornalistas, entidades benéficas, chacareiros, políticos, tradicionalistas do CTG Sentinela da Tradição, dentre outros, todos são compelidos a ajudar, uns como colaboradores financeiros com a função de viabilizar o evento, outros como colaboradores em diversas atividades de cunho organizacional ou de mobilização da comunidade. Afora isto, é preciso considerar a parcela de contribuição financeira, estrutural e logística fornecida pela prefeitura do município.

O espírito de comunidade se manifesta antes, durante e depois da exposição. Dito de outra maneira, o “espírito de cooperação” constitui um espaço privilegiado de sociabilidade grupal – a Expolucas – que serve de base para fortalecer o sentimento de comunidade que envolve o grupo e os identifica.

A abertura oficial da Expolucas de 2005 aconteceu na quinta-feira, 4 de agosto, e sua programação se estendeu até o domingo dia 8. O esforço de análise antropológica da exposição como um todo requer fôlego para um outro trabalho e, em virtude de atender os objetivos desta pesquisa, direciono meu olhar a um dos eventos que, historicamente, faz parte da programação da exposição, qual seja, o almoço festivo em comemoração do aniversário de Lucas do Rio Verde realizado no dia 5 de agosto no CTG Sentinela da Tradição. Vale ainda destacar que da análise desta festa irá emergir outros elementos analíticos que, de alguma maneira, fazem parte da Expolucas.

Evidentemente, que dispensa comentários o motivo que me levou a elencar esta festa como um considerável elemento para entender como se expressa a territorialidade gaúcha em Lucas, afinal, é significativo que uma data tão importante para a comunidade luverdense esteja associada ao espaço do CTG. Feitas estas considerações, passo agora a descrever minha inserção e observações durante o almoço festivo no CTG.

O almoço estava agendado para iniciar às onze horas e trinta minutos. Saí do local onde estava hospedada por volta das dez horas munida do meu caderno de campo, máquina fotográfica e filmadora. Fiz o trajeto do CTG à pé, nada mais, nada menos do que trinta e três quadras, sob um sol escaldante típico do Mato Grosso. O termômetro localizado entre as avenidas Rio Grande do Sul e Mato Grosso marcava trinta e nove graus. Fiquei impressionada com o fato de não observar movimentação de carros ou pessoas nas ruas, cheguei inclusive a me questionar se não teria confundido o horário da realização do almoço. Entretanto, segui em frente, e ao chegar aproximadamente a quatro quadras do CTG a movimentação já era intensa mesmo considerando o adiantado da hora. Achei que chegaria cedo ao almoço festivo, e qual não foi a minha surpresa ao adentrar no CTG e constatar dezenas de famílias sentadas nas inúmeras mesas espalhadas por entre as árvores que compõem a paisagem e o espaço do CTG Sentinela da Tradição.

A área onde fica o CTG é de 4,5 hectares doada pela prefeitura em sua primeira administração. Curiosamente, ao lado da área do CTG fica o parque de exposições onde ocorrem as atividades da Expolucas¹⁵³. Até meados de 2003 a sede do CTG era de madeira

¹⁵³ Indícios da estreita ligação entre a Expolucas, enquanto maior festividade do município, e o CTG serão observados adiante.

quando a patronagem, prefeitura e organizadores da Expolucas resolveram construir uma sede de alvenaria que deveria ficar pronta até a data da exposição daquele ano. Foi assim que em 46 dias a estrutura física do atual CTG foi levantada conforme fotos 17 e 18.



Foto 17: Sede do CTG Sentinela da Tradição antes da reforma. (Acervo de Bibiana Monduzzi).



Foto 18: Sede do CTG Sentinela da Tradição depois da reforma. (Acervo de Bibiana Monduzzi).

É algo que realmente impressiona devido à imponência da estrutura física e devido outros fatores como destacados na fala de um entrevistado:

“Olha uma coisa que eu achei impressionante aqui foi em 2003, Expolucas de 2003. O CTG daqui era um CTG de madeira, paredes de madeira e tudo mais e resolveram em 2003 que iriam fazer um CTG de alvenaria. (...) pra ser inaugurado na Expolucas. Uma obra que em três meses¹⁵⁴ estava pronta porque tinha que ser utilizada na Expolucas. Então eu fiquei imaginando assim, de onde eu venho, de Cruz Alta, se fosse construir um CTG, qualquer obra que não fosse a minha, levaria cinco, dez anos pros caras terminarem, porque não tem esse sentimento sabe de “Ah! É uma obra para a comunidade”. O pessoal dinheirudo da cidade aqui vê as coisas com bons olhos vai e investe (...). Sabe, não foi construído com o dinheiro do povo, mas pelas pessoas mais ricas, bem de situação, que tem mais dinheiro. Mas isto mesmo lá no sul, tu pega um grupo de cem, duzentas pessoas que tem o dinheiro na cidade e “Ah! Vamos construir um novo CTG, um novo prédio

¹⁵⁴ De acordo com o patrão e outros integrantes do CTG Sentinela da Tradição, a obra para construção da estrutura física do salão principal durou exatamente quarenta e seis dias, conforme consta em registros da entidade.

do CTG. Vamos”. E aí sai, dali três meses está pronto a obra. Tu não consegue isso. Então eu acho que este dinamismo, esta vontade disto a questão principal está aí [referindo-se ao cooperativismo e empreendedorismo]”.

(Bolívar Rosas, natural de Panambi/RS, jornalista)

Na visão de Bolívar existe um diferencial entre o “gaúcho” que vive em Lucas do Rio Verde e aquele que vive no Rio Grande do Sul e, este diferencial, está relacionado com o espírito comunitário, cooperativo e empreendedor do migrante que saiu como um pequeno agricultor do sul e hoje é um grande empresário agrícola no Mato Grosso. O “dinheirudo” e os “mais ricos” da cidade são destacados como pessoas que investem em obras, ações sociais, mobilizações comunitárias e religiosas, etc. Ao investir em obras ou eventos de caráter coletivo, o “gaúcho” reforça seu sentimento de pertencimento ao lugar e, de alguma maneira, divide o sucesso do seu empreendimento agrícola com a comunidade. Em seus relatos, cidadãos luverdenses, independente de classe ou status social, reconhecem este “espírito de cooperação”, atributo recorrente no discurso dos entrevistados, para reforçar o seu sentimento de comunidade e, um dos espaços de sociabilidade dos luverdenses, é o CTG.

A estrutura física do CTG Sentinela da Tradição é uma peculiar composição estética e arquitetônica que transita entre o moderno e o tradicional. Ao adentrar o espaço do CTG tive uma nítida sensação de estar em uma das estâncias do Rio Grande do Sul. Um espaço rústico, cercado de árvores por todos os lados, churrasqueiras espalhadas entre as árvores, tudo muito rústico e campeiro contrastando com a aparência da moderna arquitetura do salão principal com os seus 1.800 m² de alvenaria e telhado de zinco. As formas arquitetônicas funcionam como uma espécie de reprodução do espaço local tipicamente “gaúcho” no estilo das fazendas do interior do Rio Grande do Sul, muito embora, o material utilizado não seja mais a rústica madeira, e sim, tijolos, cerâmicas, cimento, concreto, zinco, etc. Porém, detalhes e ornamentos de madeira são utilizados na fachada e no interior do salão para conferir a rusticidade distintiva de um CTG.

Nos termos de Baudrillard (1981 citado por Connor, 1993), pode-se afirmar que a idéia de simulacro dá conta de explicar porque ambientes como estes são forjados para criar um sentimento de pertencimento a um passado do qual, efetivamente, não se fez parte. Em que pesa a diferença do período histórico e da problemática investigada, percebo uma proximidade com o estudo de De Paula (2001) sobre o estilo de vida country no Brasil que ao invés de reproduzir e retratar a vida do campo é, antes de mais nada, uma “experiência que ritualiza nos diversos cenários urbanos” os elementos atribuídos ao mundo rural e, neste sentido, a “idéia de simulacro parece ajustar-se com pertinência a este mecanismo de tematização da ruralidade que caracteriza o estilo de vida *country* no Brasil” (De Paula, 2001:48 grifo da autora) tal como acontece na simulação do espaço rural e rústico da Campanha gaúcha na estrutura física do CTG.

Retomando o raciocínio anterior, os organizadores da Expolucas planejaram um almoço festivo para cerca de dez mil pessoas. O convite foi aberto e divulgado para toda a comunidade através dos mais diversos meios de comunicação, rádio, TV, jornal, carros de som que transitavam pelas ruas dias antes do evento convidando a todos para participarem do almoço no CTG em comemoração ao aniversário da cidade. Ao chegar no almoço festivo observei inúmeras mesas dispostas sob as árvores. Eram mesas toscas que consistiam em tábuas de madeira apoiadas sob cavaletes, assim como os bancos também eram de madeira tendo o mesmo comprimento das mesas. Tendas foram montadas em pontos estratégicos do pátio onde refrigerantes, água e cerveja eram vendidos e a renda obtida com a venda de bebidas ficava a cargo do CTG.

A comida era gratuita e o cardápio consistia no típico churrasco gaúcho de carne suína e carne de frango, salada de repolho e tomate, farofa e arroz. Os mantimentos assim como os 3.000 kg de carne suína e os 2.000 kg de frango foram doados pelos produtores locais. O preparo e confecção da comida ficou sob a responsabilidade dos tradicionalistas do CTG que um dia antes iniciaram o preparo da carne que seria assada no dia seguinte. Por outro lado a decisão do cardápio, a contratação da banda para animar a festa e toda a estrutura logística era de responsabilidade da prefeitura municipal. O que pude observar é que homens, mulheres, jovens e adultos, todos estavam envolvidos na organização do almoço. Famílias inteiras ajudavam no preparo da comida, na organização das mesas, na venda de bebidas, no atendimento ao público, enfim, nas mais diversas tarefas.

O cenário era um pouco diferente dentro do salão principal do CTG. Além das mesas de madeira também existiam mesas e cadeiras de aço espalhadas pelo salão e no lado direito era possível observar um bolo de 17 metros, simbolizando os 17 anos de emancipação do município, enfeitado com o brasão de Lucas conforme observamos na foto 19. Eram pessoas das mais diversas classes sociais, das mais diversas idades, todas ali esperando animadamente a hora do almoço, embalados por uma música alegre e dançante mas, ao contrário do que se possa imaginar, a banda não tocava apenas música gaúcha. A festa era animada ao som de muito forró, axé, música sertaneja e é claro, para não perder o costume, o típico vaneirão gaúcho.



Foto 19: Bolo de aniversário em comemoração aos 17 anos de emancipação de Lucas do Rio Verde. Vista interna do salão principal do CTG Sentinela da Tradição (Foto: Betty Rocha).

Depois de observar o ambiente por quase uma hora, me encontrei, acidentalmente, com o patrão do CTG que perguntou o que eu fazia ali sozinha. Disse a ele que estava curtindo a festa e aproveitando para tirar algumas fotos. Conversamos durante alguns minutos e desfrutei deste momento para tirar dúvidas a respeito da organização e planejamento do almoço. O patrão prontamente respondeu a todos os questionamentos e ficou preocupado em me deixar sozinha já que precisava retornar às suas tarefas na festa. Ressaltou que sua esposa e filhos também estavam trabalhando, querendo justificar o fato de não poder me fazer companhia. Apesar de dizer pra ele não se preocupar comigo ele me levou para conhecer sua cunhada, foi quando conheci Bibiana e vários integrantes da família Monduzzi.

Bibiana, sua sogra, uma amiga e seu filho mais novo estavam sentados em uma das mesas dispostas do lado de fora do salão do CTG e recebeu-me de uma forma muito calorosa apresentando-me a todos e iniciando uma conversa muito animada. No início pareceu estranho, pois aquela mulher mal me conhecia e já me tratava como sua melhor amiga. Durante a conversa ela me perguntou o que estava fazendo em Lucas e quando eu havia chegado. Assim que soube da minha pesquisa começou, espontaneamente, a contar sua história de vida, os anos de luta, a difícil chegada no Mato Grosso, as dificuldades dos anos iniciais e as vicissitudes da família ao encarar os desafios. Em vários momentos nossa conversa era interrompida por um ou outro amigo ou familiar, os quais Bibiana me apresentava como sendo sua amiga. A sogra de Bibiana, dona Ismália, uma senhora de aproximadamente oitenta anos muito simpática, assim que soube que minha pesquisa era sobre “a gauchada de Lucas”, como ela mesmo se referiu, começou a contar a saga de sua família. Curiosamente dona Ismália não mora em Lucas, apesar de ressaltar que se “sente em casa” em virtude de muitas famílias da região onde ela mora no Rio Grande do Sul morarem lá atualmente, porém “não consegue viver longe do Rio Grande”. Por ser viúva e devido o frio que tem feito no sul nos últimos anos ela optou “por passar o inverno em Lucas” com os filhos, netos, noras e genros. Desta maneira, dona Ismália considera que tem “dois lares”, vivendo “metade do ano no Mato Grosso e a outra metade no Rio Grande do Sul” como ela mesma destacou.

É interessante perceber que, apesar de grande parte da família Monduzzi morar em Lucas do Rio Verde, eles não perderam o contato com o Rio Grande do Sul. Existe um vínculo, uma espécie de cordão umbilical que não foi cortado mesmo que morem há mais de uma década em Lucas e reconheçam o município como um “lar”. Dos seus nove filhos, seis moram no Mato Grosso e dona Ismália contou que “no início foi tudo muito difícil”. Em alguns momentos, visivelmente emocionada, com lágrimas nos olhos, recordou que parte da família ficava no sul ajudando aqueles que tinham vindo pro Mato Grosso. Um de seus filhos relatou:

“Até hoje ainda tem gente [no Rio Grande do Sul], ainda tenho dois irmãos. Eram três mas um acabou falecendo ano passado. Tinha três irmãos e meu pai que moravam no Rio Grande do Sul, então a gente sempre trocou suporte, retribuía, mandava...trocava o favor né”.

(Pedro Monduzzi, natural de Dona Francisca/RS, agricultor empresarial)

No início, parte da família que ficava no sul dava “suporte” para a outra parte que havia migrado pra Lucas e, assim que podiam, retribuíam ou trocavam ajuda. Esta prática de intercâmbio familiar promoveu uma espécie de vínculo contínuo entre os que estavam no Mato Grosso com aqueles que ficaram no Rio Grande do Sul. É importante ressaltar que, este vínculo, este sentimento de pertencimento aos dois lugares me permite realçar que a territorialidade do “gaúcho”, neste caso, não é uma via de mão única já que expressa seu atributo multifacetado.

Outro dado significativo ressaltado por dona Ismália é não conseguir “viver longe do Rio Grande”, no entanto, para fugir do frio se desloca para o Mato Grosso onde também considera “um lar” já que “aqui [Lucas] é tudo muito parecido [com o Rio Grande do Sul]”. Dona Ismália percebe o Rio Grande do Sul como sendo o seu lar oficial, enquanto o Mato Grosso é percebido como lar provisório. A facilidade de uma mobilidade física a possibilita experimentar múltiplas modalidades de territórios, acionando-os de forma sucessiva e simultânea mediante a vivência de múltiplos papéis, o que me parece denotar uma multiterritorialidade que se dá através do “encaixe de territórios em diferentes dimensões ou escalas” (Haesbaert, 2004b:8). Dito de outra maneira, dona Ismália pode jogar ou acionar sua

territorialidade a partir de um leque de opções muito maior, e por isto múltiplo, podendo inclusive fazer, desfazer ou refazer constantemente sua territorialidade. Isto permite “jogar com a multiplicidade de territórios existentes, criando assim uma nova territorialidade” (Haesbaert, 2004a:346). Importante destacar que não se trata apenas da simples possibilidade de acessar ou de ativar diferentes territórios, mais do que isto, “trata-se de vivenciá-los, concomitantemente e/ou consecutivamente”, sobretudo, como um espaço vivido. Diante disto, o território passa a se configurar como um território-rede, pois o movimento ou mobilidade torna-se um elemento fundamental na constituição do território e, por sua vez, da territorialidade.

Enquanto conversava com dona Ismália, o almoço começou a ser servido e prontamente Bibiana com a ajuda do filho mais novo foi servir-se voltando com os pratos de comida. Como ela já havia servido a sogra, me dirigi sozinha a uma das diversas mesas de buffet espalhadas pelo pátio do CTG. Fiquei curiosa em saber como eles serviriam tantas pessoas ao mesmo tempo e acabei impressionada com a rapidez com que fui servida e com a organização do evento.

Após o almoço fui convidada a dar um passeio pelo CTG e, nesta oportunidade, Bibiana me levou até uma das tendas para me apresentar o filho mais velho que estava desde cedo trabalhando na venda de bebidas. Ela me contou que o filho é um dos peões que participa de provas de laço representando o município e o CTG Sentinel da Tradição, tendo se consagrado campeão diversas vezes. O filho mais novo também participa de competição de laço na modalidade “vaca parada”. Estas competições fazem parte do rodeio crioulo organizado pela invernada campeira do CTG e, a nível nacional, existe um rodeio organizado pela Confederação Brasileira de Tradição Gaúcha - CBTG, órgão que congrega todos os MTG's estaduais, conforme já descrito.

Aliás, um dos comentários que ouvi diversas vezes, dito por diferentes pessoas com as quais mantive contato, e também destacado por Bibiana, seu filho mais velho e pelo patrão do CTG, foi o fato deste ano (2005) não ter sido realizado o rodeio durante a Expolucas prejudicando, segundo eles, o evento já que o público sentia-se motivado a participar da exposição para acompanhar as competições dos peões nas mais diversas modalidades. Tradicionalmente, a Expolucas acontecia durante uma semana e o rodeio fazia parte da programação do evento e as instalações do CTG, que fica ao lado do parque de exposições, era cenário das competições. Entretanto, devido a crise financeira causada pela queda do dólar que abalou o comércio internacional da soja e, por sua vez, os contratos fechados pelo setor do agronegócio do município, a décima sétima edição da Expolucas foi reduzida para quatro dias e o rodeio, por representar um alto custo, foi retirado da programação.

Isto demonstra que, não somente a invernada artística, com suas danças e músicas, cativam e levam o público a participar das atividades do CTG, também o rodeio crioulo, tal como é realizado pelos CTG's no sul do país, é capaz de aglutinar os “gaúchos” de “sangue” e os de “coração”. Os rodeios são relatados como um momento de forte coesão grupal, onde todas as invernadas do CTG se envolvem na organização e nos preparativos. É pertinente observar que o rodeio reproduz as tarefas realizadas no cotidiano de uma fazenda favorecendo uma idealização do campo e de tudo que se relaciona com ele criando uma espécie de rede de solidariedade e cooperação entre os peões que participam, os que organizam e aqueles que prestigiam. O rodeio nada mais é do que a reprodução das atividades tipicamente rurais no contexto urbano.



Foto 20: Prova de laço campeira realizada nas dependências do CTG Sentinela da Tradição durante a Expolucas. Data desconhecida. (Acervo de Bibiana Monduzzi).



Foto 21: Rodeio realizado nas dependências do CTG Sentinela da Tradição durante a Expolucas. Data desconhecida. (Acervo de Bibiana Monduzzi).



Foto 22: Modalidade de rodeio crioulo: Laço individual. Prova Piazito Vaca Parada realizada nas dependências do CTG Sentinel da Tradição durante a Expolucas. Data desconhecida. (Acervo de Bibiana Monduzzi).

As fotos acima foram tiradas em rodeios realizados durante a Expolucas em anos anteriores e demonstram como o “gaúcho” forja as atividades do rural dentro de um contexto urbano mediante a realização de competições alusivas à atividades campeiras; a utilização da indumentária gaúcha e a simulação do espaço campeiro no CTG. Adultos, jovens e crianças buscam reproduzir no contexto urbano as características físicas, territoriais e de convivência existentes no meio rural. Duas territorialidades se expressam neste jogo de identidade: uma vinculada a tudo de moderno que o urbano possa representar (como as formas arquitetônicas do CTG) e uma outra relacionada a tudo de tradicional que o rural possa evocar (como o uso de bombacha, bota, guaiaca, cavalo, enfim, a pilcha gaúcha).

Cabe aqui destacar que, segundo Carneiro (1998a e 1998b), as categorias “rural” e “urbano”, neste contexto, podem ser lidas como categorias simbólicas construídas a partir de representações sociais que não correspondem mais ao modelo binário rural/urbano, campo/cidade ou tradicional/urbano já que ocorre uma re-valorização do rural que assume uma forte conotação idílica no ambiente urbano, tal como observado nos espaços do CTG. Neste sentido, as experiências engendradas neste processo são responsáveis pela definição de uma identidade urbana referenciada por elementos e representação do rural, e vice-versa, que, por sua vez “alimenta as trocas enriquecendo os bens (culturais e simbólicos) e ampliando a rede de relações sociais” (Carneiro, 2005:10) cuja fronteiras territoriais são fluidas e dinâmicas.

Interessa-me também sublinhar que os traços ou sinais que conferem uma marca de distintividade para o grupo definir sua gauchicidade estão presentes em vários elementos observados durante o almoço festivo, tal como na festa dos imigrantes italianos analisada por Mocellin (1993) na comunidade de Nova Pádua no Rio Grande do Sul. A semelhança está relacionada com a culinária, ao espírito de coletividade na organização e realização do evento e por caracterizar-se como um rito de prosperidade remetendo o indivíduo, simultaneamente, ao passado/tradição e ao futuro/modernidade (Mocellin, 1993:109-114).

A primeira semelhança está relacionada com a comida que, conforme já analisada anteriormente, é um dos emblemas da identidade étnica do grupo e, no caso do almoço festivo de Lucas, está representada pelo churrasco, considerado um dos mais característicos pratos da

culinária gaúcha. Diferentemente do ocorrido em edições anteriores, conforme me relataram alguns entrevistados, nos últimos anos ao invés de utilizarem carne de gado para o churrasco os organizadores resolveram privilegiar a carne suína e de frango, não apenas para variar o cardápio, mas com o intuito de estimular o consumo deste tipo de carne já que os produtores locais, dentro de uma proposta de diversificação da economia, têm investido na suinocultura e na avicultura¹⁵⁵.

O amálgama cultural é verificado no cardápio com a introdução da farofa como um dos acompanhamentos do suculento churrasco. Apesar de algumas regiões do Rio Grande do Sul utilizarem a farinha de mandioca junto como acompanhamento do churrasco, a diferença é que, no caso de Lucas, a farinha é utilizada como um dos ingredientes para a confecção da farofa que na culinária matogrossense ganha status de prato essencial podendo ter variações como a farofa de banana¹⁵⁶, paçoca de pilão¹⁵⁷, dentre outras, que geralmente são servidas com algum tipo de peixe do pantanal, tais como, pintado, pacu, peraputanga, etc. A culinária matogrossense incorporou ingredientes trazidos pelos migrantes que colonizaram a região como é o caso da farinha utilizada pelos nordestinos e o charque muito utilizado pelos “gaúchos” para a confecção do carreteiro que no Mato Grosso é batizado com o nome de Maria Izabel (reconhecido como uma comida típica matogrossense).

Da mesma maneira que o “gaúcho” influenciou a culinária matogrossense, a recíproca também é verdadeira, conforme denota a inserção da farofa no cardápio do almoço festivo e na miscigenação cultural expressa nos gêneros alimentícios produzidos pelos pequenos produtores rurais de Lucas, conhecidos na cidade como “chacareiros”. O folder abaixo (figura 16) foi entregue num dos estandes da Expolucas com o objetivo de divulgar que os alimentos produzidos pelos chacareiros tinham um selo de origem e qualidade fornecido pela prefeitura municipal com a intenção de garantir e promover o crescimento produtivo, competitividade e qualidade dos produtos. Conforme observamos no folder abaixo (figura 15) diversos alimentos de origem alemã e italiana são produzidos pelos chacareiros, e reconhecidos como comidas “tipicamente gaúcha”, tais como, cuca, cueca virada, biscoito da colônia, puxa-puxa, melado, nega maluca, murcília, etc. . Por outro lado, também produzem licor de pequi, pamponha, bombons de cupuaçu, dentre outros alimentos que são reconhecidos no Mato Grosso como sendo “tipicamente matogrossense”. Este sincretismo ou miscigenação gastronômica justifica o caldo cultural de Lucas do Rio Verde.

¹⁵⁵ Isto se comprova com o recente investimento da Sadia em Lucas do Rio Verde na ordem de 500 milhões de reais que prevê a instalação de um complexo agroindustrial com capacidade para abater até 500 mil aves e 5.000 suínos por dia. O abate e industrialização de aves e suínos vai gerar algo em torno de 12.000 empregos, diretos e indiretos, e, de acordo com os entrevistados, deve culminar num grande fluxo migratório para a região. Fonte: <http://www.gazetadigital.com.br>.

¹⁵⁶ Farofa feita com farinha de mandioca, banana da terra madura, cebola picada, óleo e sal a gosto.

¹⁵⁷ Farofa feita com farinha de mandioca, carne de sol ou charque, cebola, óleo e manteiga. A carne de sol requer um preparo que inicia dias antes. Coloca-se a carne numa panela com água que deve ir ao fogo até ferver. Na seqüência a carne deve ser escorrida e colocada na água fria para tirar o sal. Deixe a carne durante uma noite, ou o tempo necessário, para escorrer toda a água. Depois de seca a carne deve ser frita e logo em seguida colocada no pilão onde deverá ser socada até dissolver. Após passar pelo pilão a carne deve ser refogada na panela com manteiga e cebola roxa picadinha e, por último, coloca-se a farinha e mexe bem.

Figura 15
Folder Selo de Origem e Qualidade - Frente



Figura 16
Folder Selo de Origem e Qualidade - Verso

Fabricantes credenciados com o Selo de Origem e Qualidade	Fabricantes credenciados com o Selo de Origem e Qualidade
Empresa: APAE Endereço: Rua Paranapanema, 857-F - Bairro Alvorada Fone: (65) 549-1759 Produtos credenciados: Torta de Ricota; Torta de Limão; Macarrão; Rocambole.	Empresa: DORVALINA SEVERINA DA SILVA Endereço: Av. Maringá, 246-S - Bairro Alvorada Fone: (65) 549-5302 Produtos credenciados: Pamonha; Cuca recheada; Pão de Queijo; Torta Salgada; Bolo de Fubá, Banana, Abacaxi e Mandioca.
Empresa: PASTORAL DA CRIANÇA Endereço: Av. São Paulo, s/n ao lado do Conselho Tutelar - Bairro Alvorada Fone: (65) 549-2200 Produtos credenciados: Palitinho; Pão de Pizza; Sonho; Cueca Virada; Crostoli.	Empresa: LUIZ ALBERTO TECHIO - Sr. Techio Endereço: Rua Itapiranga, 397-E - Centro Fone: (65) 549-1851 Produtos credenciados: Salame; Copo; Queijo Branco.
Empresa: COOMAM Endereço: Av. Paraná, s/n ao lado da Feira do Produtor - Bairro Alvorada Fone: (65) 549-3805 Produtos credenciados: Cuca com e sem recheio; Rosquinha c/ Cocô; Bolo Nega Maluca; Sonho; Cueca Virada; Bolacha Manteiga; Pão de Milho; Bolo de Laranja; Torta de Banana; Salgadinho de Soja - Sojitos.	Empresa: ELENA DA ROSA Endereço: Rua Faxinal do Soturno, Chácara Primavera - próximo à Rodovária Fone: (65) 549-5199 Produtos credenciados: Pão Comum.
Empresa: SABOR DA TERRA Endereço: Av. Paraná, s/n próximo da Lucas Malhas - Bairro Menino Deus Fone: (65) 549-1004 Produtos credenciados: Produtos de soja - Pão; Bolacha; Bolo; Soja Crocante; Licor; Pastel; Geléia e Patê.	Empresa: JAQUELINE RODRIGUES DE ALMEIDA Endereço: Rua Bergamo, 2850-S - Jardim das Palmeiras Fone: (65) 9633-1593 Produtos credenciados: Bombons de Castanha e Cupuaçu.
Empresa: MARLISE MULLER Endereço: Rua Faxinal do Soturno, Chácara Primavera - próximo à Rodovária Fone: (65) 549-1602 Produtos credenciados: Pão de Milho e Conserva de Legumes.	Empresa: OSVALDO SIQUEIRA IORMES Endereço: Av. Rio Grande do Sul, 1336-E Fone: (65) 549-5489 Produtos credenciados: Pão Caseiro.
Empresa: NELSON KAFER Endereço: Rua Chiapeta, Chácara São Cristóvão Fone: (65) 549-5189 Produtos credenciados: Melado; Mel e Aguardente.	Empresa: TEREZINHA PEDRASSANI VIZOTTO Endereço: Rua Pouso Alegre, 233-E - Bairro Menino Deus Fone: (65) 549-2768 Produtos credenciados: Salgados; Pães e Bolachas.
Empresa: SPP IMBUTIDOS - Sr. Sadi Endereço: Rua Chiapeta, Chácara Chapéu de Palha Fone: (65) 549-1922 Produtos credenciados: Salame; Cudiguim/Murcilia; Linguincha.	Empresa: MARIA LUCIA ALVES DOS SANTOS Endereço: Av. Itália - Bairro Veneza (onde o campo de futebol) Fone: (65) 8116-6916 Produtos credenciados: Salgados; Bolos; Cocada e Tortas.

A segunda semelhança com o estudo de Mocellin é o “espírito de comunidade expresso através das atividades coletivas”. A festa é apenas um dos exemplos que demonstram a “coesão social existente entre eles, permeada pelos laços de parentesco e vizinhança que contribuem para a união do grupo em projetos coletivos” (Mocellin, 1993:98), pois, tive a nítida impressão de que todos ali se conheciam. O almoço festivo foi mais um dos espaços em que pude comprovar tal argumento, já que Bibiana me apresentou vários amigos e amigas que, ou eu já tinha entrevistado, ou já havia sido citado em alguma entrevista ou fazia parte do rol de pessoas elencadas para prováveis entrevistas (por indicação ou por percepção própria).

No entanto, é preciso relativizar esta coesão grupal já que, em algumas entrevistas, o próprio “gaúcho” se reconhece como um grupo fechado. Quando questionada sobre como vive um “gaúcho” fora do Rio Grande do Sul Ana prontamente responde:

“Ele reproduz muito, ele reproduz muito os costumes longe de casa (...) porque chega aqui e reproduz, faz um grupo, um círculo social fechadinho e não se mistura. O gaúcho não se mistura. Tem uma dificuldade, é muito preconceituoso. O maior defeito dos gaúchos é a arrogância principalmente”.

(Ana Zuanazzi, natural de Arroio do Tigre/RS, trabalhadora assalariada)

Ou seja, ao sair do sul o “gaúcho” busca reproduzir em Lucas do Rio Verde não apenas questões de ordem cultural como aquelas relacionadas com o movimento tradicionalista ou ao tipo de alimentação, por exemplo, mas, também, reproduz a sua organização social. Ser “gaúcho” funciona como uma espécie de carteirinha de sócio deste seletivo grupo social.

“(...)Apesar de eu ser gaúcho, mesmo sendo gaúcho, mas gaúcho eu acho que ele é bastante fechado em grupo (...). O gaúcho é muito preconceituoso em relação, principalmente, ao nordestino. Sempre muito forte aqui na nossa sociedade acho que o preconceito que se tem em relação a todo o pessoal que venha principalmente do Maranhão, que venha desta região mais norte do país que são mais pobres, pessoal que tem menor poder aquisitivo (...).”

(Bolívar Rosas, natural de Panambi/RS, jornalista)

Além de fechado, o “gaúcho” é preconceituoso com indivíduos de outras naturalidades, sobretudo, em função da sua condição social. Este preconceito é visível no momento em que o “gaúcho” que “deu certo” em Lucas exalta suas virtudes e qualidades, tais como o espírito desbravador, pioneirismo, empreendedorismo, dentre outros. Concomitantemente, o “gaúcho” que “não deu certo”, aquele que retornou para o sul, é identificado a partir da sua porção anômica, ou seja, de atributos depreciativos como a preguiça, a inaptidão para o trabalho no campo, a falta de coragem, etc. Isto reforça uma simetria com a teoria de Elias & Scotson (2000) sobre o encontro de grupos que os autores denominam como “estabelecidos” e “outsiders”.

Neste caso, há uma idealização do “nós” através da construção de uma imagem social que assegura ao grupo uma reputação socialmente superior. Para Goffman (1989) esta é uma estratégia de fachada social, ou seja, os “gaúchos” tendem a idealizar suas virtudes e camuflar seus defeitos como forma de garantir uma determinada estabilidade até o ponto que esta fachada torna-se uma representação coletiva (Goffman, 1989:33-34). O autor destaca a dimensão simbólica que existe em todas as práticas sociais a partir do momento em que os

indivíduos utilizam-se de diferentes máscaras¹⁵⁸ para encenar diferentes verdades em diferentes grupos. A representação é socializada, moldada e modificada a partir de fatores subjetivos que definem as práticas sociais do ator que desenvolve a ação. O indivíduo para Goffman nada mais é do que um caleidoscópio de facetas mil tendo condutas distintas na interação social em diferentes grupos, sendo que, seu comportamento é ditado pela sua inserção no grupo, daí a importância conferida a seu status social (Goffman, 1989:40-52).

Um dos possíveis vieses analíticos propõe que a formação de grupos dá-se então pela configuração sistemática de indivíduos que se agregam a partir de seu status social. No estudo de Elias e Scotson percebe-se esta configuração quando o grupo estabelecido ressalta a minoria anômica dos outsiders, mesmo esta sendo uma porção menor, ao passo que, em contraste, a sua auto-imagem valoriza a sua porção nômica ou normativa, que também é uma minoria. Esta estigmatização do outro, atribuindo-lhe características de inferioridade, não se relaciona com o fato de estigmatizar os indivíduos em si, mas por eles pertencerem a um grupo coletivamente considerado diferente e que, de alguma maneira, ameaça o poder e o *status quo* dominante.

O terceiro elemento diz respeito ao rito de prosperidade citado por Mocellin cuja semelhança pude constatar em Lucas do Rio Verde. Este contraste entre o passado/tradição e futuro/modernidade se expressa, dentre outras maneiras, na organização espacial da cidade, tema tratado a seguir.

4.4. Lucas do Rio Verde: a cidade e seu ordenamento espacial

Feche os olhos. Solte a sua imaginação. Suponha que esteja dentro da maquete de uma cidade e será conduzido(a) em um passeio virtual. Basta andar e observar tudo a sua volta, seguindo, esporadicamente, as instruções da sua condutora. Perceba a distância que separa uma rua da outra, parece ter sido milimetricamente calculada. As ruas da cidade são amplas e asfaltadas, as casas se diferenciam pelas tonalidades das cores e por seus aspectos geométricos, porém, olhando mais atentamente, é possível notar uma semelhança nos formatos arquitetônicos. A maioria das casas não tem muros, apenas grades que separam a casa das calçadas e, esta por sua vez, das ruas. Obviamente que, como toda regra tem exceção, algumas casas possuem muros altos, embora atrás deles se verifique semelhanças arquitetônicas com as demais casas da rua.

Continuando a exploração virtual, observe a organização e disposição das casas, ruas, estabelecimentos comerciais, escolas, praças, hospitais, igrejas, etc. Parece saltar aos olhos do observador a arquitetura moderna e planejada da cidade, desenhada detalhadamente como se fizessem parte de uma cenografia. Até mesmo os carros que transitam pelas ruas parecem ter saído de uma concessionária naquele exato momento.

Agora utilize seus olhos como se fossem um instrumento de raio-x para detectar alguma irregularidade. Missão quase impossível. As ruas são limpas, não se verifica um papel pelo chão, embora somente as praças tenham cestos de lixo; os carros e, sobretudo, as caminhonetes de última geração com design arrojado e verdadeiros ícones da tecnologia automobilística transitam, harmoniosamente, pelas ruas e seus motoristas param gentilmente para que o pedestre possa passar já que não há semáforos nesta cidade; existe ainda uma ciclovia por onde transitam os “bicicleteiros”, geralmente estudantes e trabalhadores que utilizam a bicicleta como meio de transporte. Curioso observar que a ciclovia localiza-se ao longo de uma das avenidas principais da cidade que, não por acaso, chama-se Mato Grosso.

¹⁵⁸ De acordo com Park “não é provavelmente um mero acidente histórico que a palavra “pessoa”, em sua acepção primeira, queria dizer máscara. Mas, antes, o reconhecimento do fato de que todo homem está sempre e em todo lugar, mais ou menos conscientemente, representando um papel... É nesses papéis que nos conhecemos uns aos outros; é nesses papéis que nos conhecemos a nós mesmos.” (Park citado por Goffman, 1989:27).

Esta avenida serve de elo entre o núcleo mais antigo da cidade – onde se concentra a maior parte do comércio e o centro – e o núcleo mais recente. Quais serão as diferenças e as similaridades entre esses dois núcleos? Que tal observar?

Comece pelo núcleo mais antigo, onde a cidade começou a ganhar contornos cartográficos. Sinta o cheiro e o barulho da cidade. Isso mesmo, todo espaço se configura pelo cheiro e pelo barulho. Lógico que por se tratar de uma “maquete” o cheiro peculiar é de “novinho em folha”. Mas, também é possível sentir um cheiro de fuligem, algo mais parecido com pó. Ah! Você esqueceu de mencionar ter observado as extensas plantações de soja que circundam a cidade, lugar onde muitos dos habitantes se dirigem no início da manhã para começar sua jornada de trabalho, uns vão de caminhonete, outros vão de bicicleta até o estabelecimento comercial do patrão para pegar uma carona até a lavoura. É preciso lembrar que quase todo dono de caminhonete - possuidor de grandes extensões de lavouras de soja conhecido na cidade como pioneiro – é dono também de estabelecimentos comerciais nas mais diferentes áreas do mercado. Ademais, as fazendas - onde ficam as lavouras - são administradas por empresas familiares localizadas na cidade, por isso é muito comum encontrar na paisagem citadina placas indicando o nome de fazendas, muito embora estejamos em uma zona urbana. Estas “fazendas urbanas” abrigam apenas uma das atividades do campo, a saber, a parte administrativa e empresarial do negócio. Outro detalhe é que o cheiro da lavoura é um dos condicionantes do barulho da cidade. Vale aqui uma explicação. Em virtude das atividades do/no “campo”, a “cidade” acorda muito cedo. Às 05:30 horas já é possível observar algumas famílias reunidas na frente de casa tomando chimarrão, às 06:00 horas alguns comércios abrem suas portas, e às 07:00 horas a cidade inteira está em pleno vapor.

Pare. Volte um pouco para trás. Você observou chimarrão? Isto demonstra que a consistência de uma cidade não é apenas material, mas está relacionada a concepções subjetivas. Direcionando o olhar para tais subjetividades percebe-se além do chimarrão na frente das casas e nos comércios: (1) o trabalho familiar nos estabelecimentos comerciais e empreendimentos agrícolas; (2) mapas da região sul do país pendurados nas paredes de comércios e residências; (3) música típica do sul do país como o xote e o vaneirão tocando nas rádios; (4) placas de carros do Rio Grande Sul, Santa Catarina e Paraná; (5) nome de estabelecimentos comerciais um tanto quanto peculiares, tais como, Lanchonete Santa Catarina, Pioneira Materiais de Construção, Funilaria Paraná, Sabor do Sul¹⁵⁹, dentre outros; (6) notícias veiculadas nas rádios e jornais parecem selecionar as informações disseminadas por meios de comunicação do sul, como matérias editadas no jornal Zero Hora¹⁶⁰, apenas para citar um exemplo, além disso, as reportagens esportivas freqüentemente reproduzem a rivalidade dos torcedores em azul e vermelho, cores da dupla Gre-Nal¹⁶¹, e, por fim, (7) não poderia deixar de citar um aspecto relevante dos bairros mais antigos, a saber, o nome das ruas. A análise deste elemento requer uma observação um pouco mais detalhada.

No núcleo urbano mais antigo, por onde a cidade começou a ser construída, o nome das ruas faz referência às cidades originárias dos seus distintos moradores. Parece significativo mencionar que, de um universo de quarenta e duas ruas que compreendem os três bairros mais antigos¹⁶², vinte e dois são nomes de cidades do Rio Grande do Sul¹⁶³, cinco de Santa Catarina¹⁶⁴, doze do Paraná¹⁶⁵, um de Minas Gerais¹⁶⁶, um de São Paulo¹⁶⁷ e um do Mato Grosso do Sul¹⁶⁸.

¹⁵⁹ Nome fantasia de comércios localizados na cidade. Optei, neste caso, apresentar os nomes verdadeiros.

¹⁶⁰ Jornal de maior circulação na região sul integrante do grupo RBS – Rede Brasil Sul de Comunicação.

¹⁶¹ A sigla faz referência aos dois principais times de futebol do Rio Grande do Sul, Grêmio e Internacional.

¹⁶² Bairro Pioneiro, Centro e Menino Deus.

¹⁶³ Caiçara, Horizontina, Santo Ângelo, Guarani das Missões, Passo Fundo, Lagoa Vermelha, Getúlio Vargas, Rondinha, Tapera, Júlio de Castilhos, Nonoai, Espumoso, Guaporé, Três de Maio, Ronda Alta, Santa Rosa, Tupanciretã, Três Passos, Carazinho, Tenente Portela, Santo Augusto e Iraí.

¹⁶⁴ Campo Êre, São Miguel do Oeste, Itapiranga, Chapecó e Concórdia.

Um dos moradores da cidade explica:

“Na época que nós fomos dar o nome das ruas e das avenidas da cidade, eu entrei com a indicação que foi a mais bem aceita que teve no Mato Grosso. O pessoal vinha aqui botava nome de árvore, de bicho...claro que preservar a selva amazônica e tudo eu concordo, agora eu achei que também tinha que dar valor à nós que viemos pra cá e devastamos isso aqui e colocar o nome da rua do município que nós somos oriundos, que viemos de lá do RS. Então hoje é a coisa mais linda tu chegar e dizer assim “de onde que o senhor é? Eu sou de Giruá...tem a rua Giruá aqui”. (...)Peguei o mapa do Brasil e comecei do sul pra frente. O primeiro estado que nós temos, o Rio Grande do Sul. A segunda avenida Santa Catarina, a terceira Paraná, a quarta São Paulo(...) e ali foi subindo, subindo. (...)As avenidas é estado. E as ruas é nome da cidade de onde veio a colonização”.

(Bento Nardelli, natural de Giruá/RS, comerciante)

Este relato é esclarecedor pois, muito além de simples ruas, os nomes denotam algo importante: o processo de constituição de cidade a partir de um movimento migratório de maioria sulista já que, das quarenta e duas ruas analisadas, trinta e nove referem-se a municípios localizados na região sul. Esta análise também corrobora os elementos subjetivos elencados anteriormente.

Direcionemos agora o olhar para o núcleo mais recente da cidade. O nome de um dos bairros reforça a idéia adjetivada do núcleo urbano: “Cidade Nova” (em contraste com a parte “velha” ou “antiga” da cidade). Este núcleo é composto por seis bairros: Cidade Nova, Rio Verde, Jardim Primavera, Jardim das Palmeiras, Veneza e Alvorada.

Da análise dos nomes das ruas percebe-se que, se seguirmos a mesma lógica do núcleo antigo, há uma heterogeneidade de procedência dos migrantes, pois, além de cidades do sul, verifica-se ruas que fazem referência a municípios localizados no Mato Grosso e outros estados. Apesar de manter o padrão organizacional do espaço com ruas amplas e asfaltadas, observa-se uma diferença no padrão arquitetônico das casas e estabelecimentos comerciais em relação às instituições públicas como escolas e postos médicos. As casas e estabelecimentos comerciais já não guardam em seus aspectos arquitetônicos a pompa e circunstância do aparato moderno e, embora sejam de alvenaria, denotam a simplicidade dos seus moradores. O contraste fica por conta das escolas e postos médicos. Um verdadeiro complexo escolar foi construído entre os bairros mais novos para atender a demanda local. São consideradas, pelo menos aparentemente, escolas modelos com amplas salas de aula, ginásio de esportes, piscina, laboratório de informática, um sistema de qualidade na merenda escolar que rendeu ao município dois prêmios nacionais consecutivos. Tudo o que, simbolicamente representa o novo e moderno está impresso nas formas arquitetônicas e equipamentos das escolas e hospitais localizados no núcleo recente da cidade.

Abra os olhos. Terminada a nossa (minha e sua) exploração virtual é preciso revelar: a cidade objeto do nosso “passeio” é Lucas do Rio Verde. Para ilustrar a idéia de uma cidade planejada e programada utilizei-me da metáfora “maquete” que embora possa parecer um elemento estático, ao solicitar que o leitor “feche os olhos” a intenção foi transportá-lo para um mundo de imaginação sendo possível conferir uma relativa mobilidade ao plano

¹⁶⁵ Marechal Cândido Rondon, Guarapuava, Santa Fé, Realeza, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Umuarama, Palotina, Pato Branco, Londrina, Toledo e Palmas.

¹⁶⁶ Pouso Alegre.

¹⁶⁷ Tatuí.

¹⁶⁸ Amambai.

cartográfico da maquete permitindo o cruzamento entre a subjetividade da cidade com a subjetividade do visitante. Quando fechamos os olhos temos a sensação de escuro e a cor preta significa a ausência de cor capaz de nos envolver e nos fazer enveredar em um mundo de imaginação, tal como acontece quando entramos numa sala de cinema, as luzes se apagam e começa a projeção.

Evidentemente, que este “passeio” é apenas um olhar e, inegavelmente, expressa um ângulo de observação apenas. As imagens enunciadas da cidade foram construídas num movimento dialético entre o “ser” da cidade e o “ser” da observadora. Neste sentido, se aproxima da análise de Walter Benjamin, pois “se o homem habita uma cidade real ele é, ao mesmo tempo, habitado por uma cidade dos sonhos” (Benjamin citado por Pál Pelbart, 2000:43). A cidade idealizada, planejada e programada remete aos trajetos reais dos seus personagens e aos trajetos coletivos traçados pelo sentimento onírico do grupo como se houvesse duas cidades superpostas, uma real e outra imaginária (Pál Pelbart,2000). Neste plano, ao contrário da virtualidade de uma maquete trata-se de “uma cidade imaginária (...) mais próximo daquilo que Félix Guatarri chamou de Cidade Subjetiva” (Pál Pelbart, 2000:45). A cidade é subjetiva por ser a forma da exterioridade, por produzir trajetos, liberar ou sufocar devires e engendrar identidades.

Diferentemente da concepção de “cidade genérica”¹⁶⁹ proposta por Koolhaas (1995), Lucas do Rio Verde se aproxima da visão de “cidade subjetiva” de Guatarri, visto que, no trajeto percorrido pela cartografia desta cidade planejada observa-se que um território real (de base física concreta) é entrecruzado de territórios imaginários, inventados ou fabricados (de base simbólica) corporificado na iconografia da cidade. Ora, isso demonstra que a “cidade é rede, multiplicação, fluidez, escape, dispersão” (Pál Pelbart,2000:46) ancorada e imbricada das representações identitárias do grupo social que a habita: os sulistas que nesta realidade social¹⁷⁰ são reconhecidos como “gaúchos”.

Lucas do Rio Verde, enquanto cidade planejada, pode ser entendida como um “lugar simbólico no sentido de que pode ser um espaço geograficamente delimitado, sedimentado com sentimentos simbólicos” (Featherstone,1996:17) mas também como “comunidade imaginada” (Anderson,1991) conectando-se a “lugares imaginados, na medida em que povos deslocados se reúnem em torno de terras natais, lugares ou comunidades imaginadas” (Grupta & Ferguson,2000:36). Deste modo não é apenas a lembrança de um passado (heróico como no caso do gaúcho) que reporta o indivíduo a um determinado território, mas também a concepção, ordenamento e apropriação deste território se reporta à lembranças passadas.

A apropriação simbólica do território em diferentes escalas denota o efeito múltiplo e em processo da experimentação/reconstrução do território (Haesbaert, 2004) e este fenômeno é observado em Lucas na própria concepção de cidade. Vale aqui destacar que a plasticidade da cidade seguiu o modelo de ocupação da fronteira agrícola matogrossense onde a “urbanização dirigida é o de colonização planejada e executada diretamente pelo estado ou pelas companhias colonizadoras responsáveis por inventar a cidade baseada na filosofia do urbanismo rural do Incra” que prevê um “núcleo urbano-rural hierarquizado” (Becker,1990:138). A cidade é então planejada e programada para controlar e regular a vida no campo assegurando a nova ordem imposta pela globalização. O campo por sua vez passa a

¹⁶⁹ Trata-se de um tipo de cidade que resulta das amplas seções da vida urbana que atravessam o ciberspaço que se prolifera, sobretudo, na Ásia. Configura-se como uma cidade sem história, sem identidade, de estética neutra como se fosse construída sob uma tabula rasa cuja arquitetura mais parece com o caos e, talvez por isso, possa ser apontada, nas palavras de Koolhaas, como a verdadeira cidade do futuro. Para melhor compreensão desta noção consultar Koolhaas, 1995.

¹⁷⁰ Alio-me a Moreira (2003:116) tendo por pressuposto que a realidade é culturalmente construída e, nesta direção, apresenta objetividades e subjetividades (Berger & Luckmann,2004), legitima-se como história reificada e incorporada (Bourdieu, 2003) sendo consolidada em um processo de instituição imaginária da sociedade (Castoriadis, 2000).

comandar e interferir no modo de vida da cidade. Esta inter-relação campo-cidade, ou rural-urbano é constatada em cidades como Lucas do Rio Verde que abrigam atividades diretamente ligadas à produção agrícola circundante cuja economia e desenvolvimento dependem da relação global-local típicas da sociedade contemporânea.

Trata-se de uma relação ambígua e dialética onde a cidade/urbano vive econômica, social e culturalmente em função do campo/rural ou, nas palavras de De Paula, trata-se da “inserção da ruralidade nos critérios de civilidade urbana” (De Paula, 2001:38). Vale aqui destacar que não se trata do rural atrasado, de ínfimas tecnologias, voltado à produção de subsistência e abastecimento interno. Pelo contrário, é um rural moderno calcado na instalação da mais alta tecnologia no campo, que exige profissionais habilitados e com considerável capital social, é o rural dos agricultores empresariais, da produção de soja em larga escala visando atender a uma demanda global. A seiva desta modernidade é, também, tradicional na medida em que enaltece valores sócio-culturais ligados ao passado e, por assim dizer, configura-se na “tradição por excelência da modernidade” (Haesbaert, 1995:334). Neste aspecto, o “gaúcho” de Lucas guarda semelhanças com aquele que se fixou no nordeste estudado por Haesbaert, pois, “modernos e tradicionais, desterritorializados e desterritorializantes, em graus distintos dependendo da classe a que pertencem, os sulistas acabam desenvolvendo uma dinâmica de reterritorialização calcada também numa forte identidade cultural, fato que os distingue de outros grupos migrantes” (Haesbaert, 1995:334).

Desta maneira, o “gaúcho” como guardião da tradição e costumes referenciado por um passado heróico incorporou a proposta da modernidade na construção, planejamento e, porque não dizer, simulação de uma cidade, como é o caso de Lucas, cujo o agronegócio da soja atende os ditames de uma economia global definidora das estratégias e opções do local. Dito de outra forma, a mudança da modernidade incorporada pelo “gaúcho” de Lucas do Rio Verde não é a afirmação de um modo de vida passada, pelo contrário, é a afirmação dos valores da modernidade urbana utilizando-se de valores do passado, tais como, o pioneirismo e o espírito desbravador.

CONSIDERAÇÕES (IN)CONCLUSIVAS IDENTIDADE E MULTITERRITORIALIDADE “GAÚCHA”: UM CALEIDOSCÓPIO DE FACETAS MIL

“(...)Que os sentimentos atávicos que nos invadem, sejam o catalisador de uma grande união. Que a pujança do regionalismo do sul seja uma parcela da esperada integração. Pelo Rio Grande das tradições; pelo Mato Grosso de culturas sem fronteiras; pelo Brasil de um futuro melhor; pela integração da imensa pátria brasileira.”

Oração de Xirú de Neri Grenzel

Todo esforço conclusivo exige a retomada de alguns eixos que justificam, ou não, as opções teóricas do pesquisador. Pretendo aqui, destacar algumas impressões (e não conclusões) que poderão servir como reflexão ou estimular outros esforços de pesquisa.

Quanto à migração quero salientar que o migrante “gaúcho” de Lucas do Rio Verde parece-me um eterno provisório-permanente no sentido de estar sempre de malas prontas para migrar. Basta encontrar novas oportunidades de negócio, terras mais baratas, trabalho com salários mais elevados ou, até mesmo, pela experiência de viver na mobilidade o “gaúcho” arruma a sua mala e migra, como se travasse uma busca contínua de melhores condições de existência, afinal, “gaúcho nunca foi de parar no lugar. Sempre foi de sair à procura de coisas novas, de algo melhor¹⁷¹”.

A utilização da categoria “gaúcho” em Lucas remete à idéia de movimento e mudança. A continuação deste movimento migratório é percebida nas famílias que estão saindo de Lucas, “gente estruturada”, que estão “vendendo suas terras e indo pra Santarém¹⁷²”, o que, do ponto de vista do “gaúcho” justifica seu “espírito aventureiro” de nunca estar “satisfeito, sempre está querendo mais”. Não por outro motivo, que um dos entrevistados me relatou que em Santarém os “gaúchos” são chamados de “gafanhotos...por onde anda ele destrói”. Da mesma maneira que os insetos capazes de devastar grandes áreas de terras, os paraenses utilizam a categoria gafanhoto para dar um outro significado para a categoria “gaúcho”: aquele que devasta, destrói e invade terras sem preocupação com o meio-ambiente, motivado, apenas, pela produção agrícola no regime capitalista. Em contrapartida, o “gaúcho” se auto-percebe como desbravador, que embora guarde um significado semelhante no sentido de explorar e abrir terras desconhecidas, esta categoria é utilizada por este ator social guardando uma conotação positivada. Assim, o “gaúcho desbravador” é aquele que não mediou esforços para dominar a natureza árdua do cerrado, enfrentou as dificuldades do início da colonização motivado a “abrir fronteiras” e levar o “desenvolvimento” para a região.

Esta tradição de (i)migração é acionada pelo gaúcho de diversas maneiras, como procurei demonstrar ao longo deste trabalho. Contudo, vale lembrar a referência congênita de levar no sangue esta característica em virtude da descendência européia trazendo a tona categorias acionadas também pelos seus ancestrais como pioneiro e desbravador que são resemantizadas por estes novos migrantes na categoria empreendedor. A categoria empreendedor contém valores tradicionais relacionados com o pioneirismo e o espírito

¹⁷¹ Trecho da entrevista de Afonso Zanella, natural de Barracão/PR, professor de educação básica.

¹⁷² Trecho da entrevista de Florêncio Éboli natural de Palotina/PR, trabalhador assalariado. Santarém é um município localizado no estado do Pará que, curiosamente, é o ponto final da rodovia BR 163 (Cuiabá-Santarém) que corta o eixo urbano de Lucas do Rio Verde conforme relatado no capítulo 1.

desbravador, típicos dos imigrantes europeus que colonizaram o sul do país, mas, também, aciona um caráter identitário vinculado à valores da modernidade, expressos, simbolicamente, na articulação campo-cidade ou rural-urbano como analisado anteriormente.

A migração enquanto um fenômeno é, concomitantemente, por um lado, um processo concreto de mudança, calculado, planejado e intencionado pelo indivíduo; por outro lado, carrega consigo toda uma carga de imaterialidade, de imprevisibilidade. Desta maneira, o “gaúcho” muda a si, e aos outros, pela sua experiência efetiva de vivenciar vários territórios e inúmeras territorialidades, muito embora, leve na bagagem uma referência identitária mitificada e alicerçada em valores sociais e culturais do território de origem. Isto fica demonstrado na re-semantização da identidade gaúcha pelos migrantes de Lucas do Rio Verde. Por continuarem a trajetória (i)migrante de seus ancestrais; aludirem frequentemente um passado de lutas - concretas e simbólicas; carregarem a historicidade compartilhada da colonização; dentre outros elementos; a identidade deste grupo social é elaborada numa circunstância e contexto que, embora guarde algumas similaridades, se distingue do “gaúcho estancieiro” e do “gaúcho peão” de Fialho (2005), do “sulista” de Haesbaert (1995), do “matucho” de Tavares dos Santos (1993), assim como se distingue de outras representações que possam ser encontradas sobre este tipo social. É significativo dizer que são inúmeras as elaborações míticas de “gaúcho” associadas a contextos sociais distintos e atores em diferentes posições sociais.

Uma das evidências empíricas que me condicionou a estudar este grupo social pelo viés teórico proposto por Haesbaert (1995 e 2004) é que todas as estratégias de re-construção identitária deste grupo acabam por criar uma espécie de rede regional gaúcha (nos termos de Haesbaert, 1998) que é constantemente acionada como forma de manter a multiterritorialidade do migrante “gaúcho” em Lucas do Rio Verde e agir no imaginário do outro que reconhece o município como um “pedaço do Rio Grande do Sul no Mato Grosso”. Esta rede pode ser observada pela complexidade da rede de parentesco na migração e nos vínculos econômicos, culturais, sociais e até políticos mantidos entre os “gaúchos” do Mato Grosso e os “gaúchos” do Rio Grande do Sul. Exemplos deste fenômeno é a comemoração da Revolução Farroupilha em território matogrossense (no sentido estrito); a rede de comunicação acionada pela família e vizinhança que garante o abastecimento de produtos – geralmente alimentícios – vindos do sul como é o caso do butiá¹⁷³; a existência de uma organização social e cultural em torno do CTG que agrupa “gaúchos” e simpatizantes; dentre outros elementos já citados.

Baseando-me em Haesbaert, posso afirmar que a rede regional gaúcha, tal como se apresenta em Lucas do Rio Verde é, ao mesmo tempo, um território no sentido tradicional expresso na sua horizontalidade, extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade numa lógica areolar (Santos, 2004:284); e uma rede reticular percebida nas ligações e conexões materiais e imateriais dos fluxos de intercâmbio, circulação, cooperação e de controle que unem espaços fragmentados como é o caso dos múltiplos elos entre “gaúchos” de Lucas com a sua região de origem, o sul do país. O que parece peculiar nesta rede é por, justamente, no/do fluxo se constatar a coesão social do grupo que, como já afirmei, recria uma comunidade local baseada num sistema de representações identitárias ancoradas

¹⁷³ Fruta típica do Rio Grande do Sul, que é trazida/enviada para Lucas para a confecção de cachaça. Butiá é uma palmeira nativa da América do Sul, também conhecida por Macumá típica nas matas e campos das regiões altas do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O nome de butiá-felpudo é devido à espessa lanugem acastanhada na parte externa da espata. Sua altura varia de quatro a seis metros e seu diâmetro de vinte a quarenta centímetros, caracterizando-se pelo estipe revestido de bainhas e pecíolos velhos na região abaixo da coroa de folhas. A floração amarela ocorre de setembro a janeiro. Os frutos, pequenos, globosos e amarelos, amadurecem no verão e são consumidos ao natural ou sua polpa é usada na produção de licor e vinho. Fonte: <http://www.todafruta.com.br/todafruta>

em valores da origem que, por sua vez, passam por re-significações servindo como uma estratégia de territorialização deste grupo migrante.

Tomando por pressuposto que a experiência territorial é sempre socialmente construída, a significação da cidade enquanto território vivido (Santos, 1999) pelos migrantes confirma o movimento dialético desterritorialização-reterritorialização quando o “aqui” (território de adoção) e o “lá” (território de origem) ficam embaçados, conforme argumenta Gruppa & Ferguson (2000:35). Isto me leva a concordar com Haesbaert (1995 e 2004) que um processo de constituição de um território envolve, dialeticamente, um movimento de des-re-territorialização já que, ao sair do território de origem o indivíduo ou grupo social vê-se numa situação des-territorializadora para, concomitantemente, re-territorializar-se em um outro território. Em outras palavras, são processos indissociáveis que ocorrem em escadas distintas e podem ser entendidos como um movimento multiterritorializador ao possibilitar uma gama maior de acesso ou conexão com territórios/territorialidades (por isso seu caráter múltiplo) mediante não só à mobilidade concreta (no sentido de deslocamento), mas, sobretudo, no sentido de acionar diferentes territorialidades mesmo sem o deslocamento físico, permitindo ao indivíduo ou grupo uma forma singular de “experimentação/reconstrução” do território (Haesbaert, 2004:343-344).

A identidade “forjada” ou “fabricada”, como nos alerta Oliven (1996 e 1999a), é uma construção simbólica que faz parte da bagagem cultural do “gaúcho” que carrega consigo ideais e sentimentos de pertencimento ao gauchismo que são compartilhados por este grupo social e são definidores de sua territorialidade. Esta territorialidade está circunscrita de laços de identidade que tentam, de alguma maneira, forjar uma homogeneidade no território apropriado dotando-o de significados e definindo suas fronteiras numa relação de alteridade (Haesbaert, 1995).

Sem ignorar que a interpretação aqui exorada está, irrefutavelmente, entrecruzada com os discursos dos entrevistados considero que, para o migrante “gaúcho”, o Mato Grosso (como território de adoção) e o Rio Grande do Sul (como território de origem) são instâncias socializadoras que coexistem numa relação de interdependência onde o processo de (re)construção da identidade pode ser entendido a luz do conceito de habitus. Concebo o conceito de habitus como um instrumental teórico-conceitual que auxilia a pensar na relação, ou melhor, na mediação entre estes dois territórios que, de alguma maneira, seja consciente ou inconsciente, condiciona dialeticamente a existência do migrante.

O habitus, segundo Bourdieu, é construído continuamente a partir de “ajustamentos que são incessantemente impostos pelas necessidades de adaptação às situações novas e imprevistas” que podem de alguma maneira “determinar transformações duráveis do habitus, mas dentro de certos limites entre outras razões porque o habitus define a percepção da situação que o determina” (Bourdieu, 1983:106). Entendo que estes ajustamentos os quais se refere o autor possam ser comparados àqueles vivenciados pelos migrantes no processo dialético “desajustamento-ajustamento” decorrente do deslocamento, conforme analisado no capítulo 2. Ao chegar em Lucas do Rio Verde e desfazer suas malas não são apenas objetos e pertences que foram organizados e utilizados pelo migrante mas, também, os bens simbólicos que fazem parte da sua história de vida, de seus costumes e de seus valores morais e culturais que mediam os condicionamentos sociais exteriores e interiores – entre sociedade e indivíduo – e que são parte constitutiva de seu habitus.

Isto posto, entendo que o migrante “gaúcho” ao sair do seu território de origem e se instalar no território de adoção passa por um processo de ajustamento ou, nas palavras de Haesbaert (1995), por uma des-re-territorialização onde ocorre uma interpenetração entre seu passado (lembranças e memórias), presente (trajetória) e futuro (devir) que são dimensões constitutivas do seu habitus. O “gaúcho” ao re-criar sua territorialidade em Lucas do Rio Verde, além de re-viver e preservar as suas “tradições”, simula territórios permitindo que, um

visitante desavisado, ande pelas ruas da cidade e tenha a nítida sensação de *deja vu*. Para não fugir à regra de todo trabalho acadêmico, cabe aqui uma nova indagação: até que ponto esta simulação de territórios, como expressão do gauchismo, contribuiu para o recente padrão de desenvolvimento da região norte do Mato Grosso, atualmente, reconhecida como o “celeiro brasileiro” e consolidada na moderna estrutura do agronegócio e no perfil empreendedor do “gaúcho” disposto a abrir nova fronteiras, inserir tecnologia no campo e criar/planejar cidades como Lucas do Rio Verde?

Se para a paramnésia¹⁷⁴, *deja vu* não é um passado que retorna, mas, antes de tudo, um passado atualizado pela memória em tempo real (Parente, 2000), é possível que você leitor em vários momentos desta asserção tenha tido esta sensação, como se nada de novo estivesse sendo dito ou argumentado. Isto não significa, contudo, que este estudo de caso não guarde em si suas especificidades, pois, como toda pau-rodado¹⁷⁵ que se preze, sou levada a concordar com Grenzel (1999) ao afirmar que o gauchismo no Mato Grosso é um agente de integração entre a cultura “gaúcha” e o ambiente matogrossense, porém, com um tempero local.

E, para não deixar escapar a pretensão poética e teatral desta que vos escreve, encerro este trabalho com a letra de duas músicas significativas para os “gaúchos” do Mato Grosso. A primeira é um rasqueado que evoca a adaptação e miscigenação do “gaúcho” com os costumes e valores culturais do “matogrossense”. A segunda é um típico vaneirão que muitos dos entrevistados identificaram como sendo o hino do “gaúcho” de Lucas. Reconheço, de antemão, a polissemia das músicas, isto não impede que sejam fonte de inspiração para outros trabalhos. Por fim, apesar da ênfase na (multi)territorialidade “gaúcha” não estou negando a existência de uma territorialidade matogrossense, entretanto, ela não consegue se sobrepor ou aparecer de imediato, levando os jovens cidadãos luverdenses a se identificarem, ao mesmo tempo, como “gaúchos” e “matogrossenses”, sendo, portanto, verdadeiros “matuchos” do cerrado de Mato Grosso.

¹⁷⁴ Uma das patologias da memória estudada pela psiquiatria e consiste em uma perturbação do reconhecimento em virtude da qual o fato evocado não corresponde ao objeto original da percepção, embora não repugne isto à razão. Outras vezes a paramnésia consiste no processo mental segundo o qual uma atividade de imaginação seria considerada atividade memória, ou seja, é o estado em que o indivíduo relembraria de fatos jamais acontecidos. Em virtude da paramnésia surge o fenômeno do já visto ou *deja vu*. Ver Dicionário Aurélio e <http://www.psiquiatriageral.com.br/psicopatologia/04memoria.htm>.

¹⁷⁵ No Mato Grosso o migrante é carinhosamente chamado de “pau rodado”.

Rasqueado do Pau Rodado

Pescuma e Pineto

Não aguento mais
ser chamado de pau rodado
Não aguento ser chamado de pau rodado
Já tomo licor de pequi
Já danço o siriri
Como bagre ensopado
Sou devoto de São Banedito
Até já danço o rasqueado
Adoro banho de rio
Vou direto pra Chapada
Na noite cuiabana tomo
todas bem gelada
Sou viciado em bozó,
pescaria e cururu
Tomo pinga com amargo
como cabeça de Pacú.
Eá, eá, eá, eá
Só não nasci em Cuiabá
Mas no que eu cresci
meu Bom Jesus mandou buscar
Mas no que eu cresci
meu bom Jesus mandou buscar.

Brasil de Bombachas

Ângelo Marques/Ricardo Marques/Léo
Ribeiro de Souza

Após muito tempo guardando
Os limites do Sul do Brasil
O gaúcho migrou para o Norte
E do Norte mudou o perfil

Deixou para traz a campanha
E a beleza dos campos dourados
E se foi a buscar nova vida
Numa terra de mato fechado

Este é o Brasil de bombacha
É a saga da raça guerreira
Nos fundões desta pátria se acha
Um gaúcho abrindo fronteira

Só quem parte é quem sabe da dor
de deixar o seu pago e sua gente
As lembranças rebrotam ao redor
Só o forte consegue ir em frente

Nos pessuêlos vão laços de afeto
E a honra de ser o que são
Os centauros da banda do Sul
Povo guapo criado em galpão

Ao chegar no torrão de seu gosto
vão semeando alegria e respeito
O trabalho em seguida dá fruto
E o fruto é um consolo pro peito

Mate quente ou mate gelado
Chimarrão ou então tererê
Os costumes vão sendo mesclados
Num País com sotaque de tchê

Quando bate a saudade Daninha
Nos gaudérios tão longe de casa
A cordeona resmunga num rancho
E o churrasco respinga na brasa

No alicerce de algum CTG
O Rio Grande campeiro floresce
Aos gaúchos de alma pioneira
Comovido o Brasil agradece

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Desenvolver os territórios fortalecendo o empreendedorismo de pequeno porte.** Relatório final. Fortaleza, novembro de 2003. Disponível em www.econ.fea.usp.br/abramovay. Acesso em 20 de janeiro de 2006.
- ABREU FILHO, Ovídio. Parentesco e Identidade Social. In **Anuário Antropológico 80.** Fortaleza – Rio de Janeiro: Ed. Universidade Federal do Ceará – Tempo Brasileiro, 1982.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. **Reforma Agrária, Território e Desenvolvimento no Rio de Janeiro.** Tese de Doutorado. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Pós-Graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, CPDA/UFRRJ, 2003.
- ALVARADO, Maria del Mar. La imagen como modelo de la realidad. In **Construir una imagen.** Sevilla, Colección América, p. 27-48, 2001
- ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities.** Revised Edition. Londres: Verso, 1991.
- _____. **Nação e consciência nacional.** São Paulo: Ática, 1989.
- BARBOSA LESSA, Luis Carlos. **Mão Gaúcha.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1998.
- BECKER, Berta K. Fragmentação do espaço e formação de regiões na fronteira: um poder territorial. In MIRANDA In BECKER, Berta K. MIRANDA, Mariana. MACHADO, Lia O. **Fronteira Amazônica – Questões sobre a gestão do território.** Brasília: Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.
- _____. A fronteira em debate. In BECKER, Berta K. MIRANDA, Mariana. MACHADO, Lia O. **Fronteira Amazônica – Questões sobre a gestão do território.** Brasília: Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.
- BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. p.319-367. In CASTRO, Iná Elias (org.) **Explorações geográficas; percursos no fim do século.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade.** Petrópolis: Vozes, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** 6ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- _____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação.** Campinas: Papirus, 1996.

_____. The forms of capital. In: **Handbook of theory and research for the sociology of education**. UK, 1986.

_____. O mercado dos bens simbólicos. In: **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

CALDEIRA, Jorge. **A Nação Mercantilista – Ensaio sobre o Brasil**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

CANAVARROS, Otávio. **O poder metropolitano em Cuiabá e seus objetivos geopolíticos no extremo oeste (1727-1752)**. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de História, USP, São Paulo, 1998.

CARDOSO, Ruth. As aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In Cardoso (org). **Aventura Antropológica – Teoria e Pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARLEIAL, Adélia. **Redes Sociais entre imigrantes**. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu, MG, 24 de setembro, 2004.

_____. Trabalho e Redes de Solidariedade aos Migrantes. In **Scripta Nova. Revista Electrónica De Geografía Y Ciencias Sociales**. Vol. VI, n.119, Universidad de Barcelona, 2002.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidades:novas identidades em construção. In **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. nº 11, outubro, 1998a.

_____. **Camponeses, Agricultores e Pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998b.

_____. Memória, Esquecimento e Etnicidade na Transmissão do Patrimônio Familiar. In Carneiro et al. **Campo Aberto, o rural no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998c.

_____. Apresentação. In Moreira, R. (org). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 3 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CASTRO, Sueli Pereira et al. **A Colonização Oficial em Mato Grosso: “a nata e a borra da sociedade”**. Cuiabá: ED. UFMT, 1994.

COLEMAN, James S. **Foundations of Social Theory**. Cambridge, MA: The Belknap Press of Harvard University Press,1990.

CONNOR, Steve. **Cultura Pós-Moderna – Introdução às Teorias do Contemporâneo**. 3^a ed., São Paulo: Edições Loyola, 1993.

DACANAL, José Hildebrando. Origem e função dos CTGs. In GONZAGA, Sergius. FISCHER, Luis Augusto. **Nós, os gaúchos.** vol.1, 4 ed., Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais malandros e heróis. Para uma sociologia do dilema brasileiro.** 3^a. Ed., Rio de Janeiro: J. Zahar, 1981.

_____. **Sobre o simbolismo da comida no Brasil.** O Correio da Unesco, Rio de Janeiro, 15(7), p.22-23, 1987

DE PAULA, Silvana Gonçalves. Quando o campo se torna uma experiência urbana: o caso do estilo de vida country no Brasil. In **Revista Estudos Sociedade e Agricultura.** nº 17, outubro, 2001.

_____. Migração e Ambivalência no cenário country. In CARVALHO, Luiz Flávio et al. **Mundo Rural e Tempo Presente.** Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios.** 2 ed., Campinas: Papirus, 1993.

DUMONT, Louis. **Homo Hierarchicus: O sistema das castas e suas implicações.** São Paulo: editora Universidade de São Paulo, 1992.

DURHAM, Eunice. **A caminho da cidade. A vida rural e a migração para São Paulo.** São Paulo: Perspectiva, 1984.

DURKHEIM, Émile. MAUSS, Marcel. **Contribuição para o estudo das representações coletivas.** IN MAUSS, Marcel. Ensaios de Sociologia. São Paulo: Perspectiva, 1969.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social.** Série Os Pensadores; seleção de textos de José Arthur Gianotti; tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura et al. 2^a ed., São Paulo: Abril Cultural, 1983.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

_____. **Norbert Elias por ele mesmo.** Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2000.

FAGUNDES, Antônio Augusto. **Curso de Tradicionalismo Gaúcho.** 2 ed., Porto Alegre: Martins Livreiro, 1995.

FEATHERSTONE, Mike. **Localismo, globalismo e identidade cultural.** In: Sociedade e Estado. V. XI, nº 1, jan-jun, 1996.

FIALHO, Marco Antônio Verardi. **Rincões de Pobreza e Desenvolvimento: Interpretações sobre comportamento coletivo.** Tese de doutorado. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2005.

- FLORES, Moacyr. **A Revolução Farroupilha**. 4. ed., Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.
- FREITAS, Décio. O desfalecido orgulho gaúcho. In GONZAGA, Sergius & FISCHER, Luiz Augusto. **Nós, os gaúchos**. vol.1, 4 ed., Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal**. 47 ed., São Paulo: Global, 2003.
- GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Nos Confins da Civilização: Sertão, Fronteira e Identidades nas Representações sobre Mato Grosso**. Tese de Doutorado em História. FFLCH, USP. São Paulo: 2000.
- GEERTZ, C. **El antropólogo como autor**. Barcelona: Paidos, 1997.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais – Morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GOFFMAN, Ervin. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- GOLDENBERG, Miriam. **Sobre a invenção do casal**. In Estudos e Pesquisas em Psicologia. Rio de Janeiro: v.1, n.1, p.89 - 104, 2001.
- GOLGHER, André Braz. **Fundamentos da migração**. Texto para discussão nº 23. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004.
- GOLIN, Tau. Reflexos entre o gaúcho real e o inventado. IN GONZAGA, Sergius. FISCHER, Luis Augusto. **Nós, os gaúchos**. vol.1, 4 ed., Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.
- GOMBRICH, Ernest. Introducción: objetivos y límites de la iconología. In **Imágenes simbólicas**. Madrid: Alianza, p. 13-48, 1983,
- GOMES, Neusa Demartini et al. **A identidade cultural do gaúcho, como abordagem persuasiva da campanha eleitoral de Olívio Dutra**. Trabalho apresentado no XXV Congresso Anual em ciência da Comunicação, Salvador, 04 e 05 de setembro, 2002.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **A Modernização Dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- GRENZEL, Rudimar Friderichs. **Raízes, Tradição e Cultura – A tradição gaúcha ecoa nas querências do Brasil**. Tangará da Serra: Editora São Francisco, 1999.
- GUIMARÃES, Marcelo Duncan Alencar. **Os colonos de Rio Claro: estudo de uma colonização no norte de Mato Grosso**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, UFRRJ, 1988.
- GUPTA, Akhil. & FERGUSON, James. Mais Além da “Cultura”: Espaço, Identidade e Política da Diferença. In O ARANTES, Antônio (org.) **O Espaço da Diferença**. Campinas: Papirua, 2000.

GUTFREIND, Ieda. A historiografia sul rio-grandense e o mito do gaúcho brasileiro. In GONZAGA, Sergius & FISCHER, Luiz Augusto. **Nós, os gaúchos**. vol.1, 4 ed., Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

HAESBAERT, Rogério. **Latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

_____. “**Gaúchos no Nordeste**” **Modernidade, Des-territorialização e Identidade**. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. USP, 1995.

_____. A noção de rede regional: reflexões a partir da migração “gaúcha” no Brasil. In **Território/LAGET**. UFRJ. Ano III, n. 4, (jan./jun.). Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

_____. Identidades territoriais. IN ROSENDAHL, Zeny. CORREA, Roberto (orgs.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

_____. **Territórios Alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HINERASKY, Daniela. **A cidade está substituindo o pampa? Um estudo sobre a identidade cultural gaúcha na dramaturgia regional**. Disponível em <http://rizoma.ufsc.br/pdfs/536-of5b-st2.pdf>. Acesso em 10 de janeiro de 2006.

HOBSBAWN, Eric. RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IANNI, Octávio. **Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

JACKS, Nilda. **Mídia Nativa: indústria cultural e cultura regional**. 2a ed., Porto Alegre: Editora UFRGS, 1998.

KAISER, Jaksam. **Ordem e progresso: o Brasil dos Gaúchos**. Florianópolis: Insular, 1999.

KARL, Marx. **O Capital**. vol. I, Série Os Economistas, São Paulo: Nova Cultural, 1985.

KOOLHAAS, Rem. **The Generic City**. SMLXXL. 010 Publishers. Roterdão. (tradução livre). 1995.

KOHLHEPP, Gerd. & BLUMENSCHIN, Markus. Brasileiros Sulistas como atores da transformação rural no Centro-Oeste brasileiro: o caso do Mato Grosso. In **Revista Território**. LATEG, UFRJ. Ano V, n.8 (jan./jun.). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.

KOSSOY, Boris. **Realidades e Ficções na trama fotográfica**. 2 ed., Cotia, São Paulo: Ateliê editorial, 2000.

LACERDA, Eugenio Pascele. **O Atlântico Açoriano: uma antropologia dos contextos globais e locais da açorianidade**. Tese de doutorado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

LAMBERTY, Salvador Ferrando. ABC do Tradicionalismo Gaúcho. 7a. Ed., Porto Alegre: Martins Livreiro, 2004.

LAMOSO, Leandra Pereira. **A ocupação da Amazônia Matogrossense: o caso de Jauru-MT**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Ciência e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, 1994.

LAPLANTINE, François. Anthropologie des systèmes de représentations de la maladie: de quelques recherches menées dans la France contemporaine reexaminées à la lumière d'une expérience brésilienne. In JODELET, Denise (org.) **Les représentations sociales**. 2 ed., p. 297-299, Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

LAWISCH, Jessi Paz. **Memórias da Vovó**. (publicação autônoma), 2000.

LEAL, Ondina Fachel. Do diário de campo: os percursos da descoberta do ser gaúcho, do ser homem (e do ser mulher). In GONZAGA, Sergius & FISCHER, Luiz Augusto. **Nós, os gaúchos**. vol.1, 4 ed., Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

LENHARO, Alcir. **Crise e mudança na frente oeste de colonização**. NDHIR, UFMT, 1982.

LESSA, Barbosa. **Porteira Aberta**. In GONZAGA, Sergius & FISCHER, Luis Augusto. Nós, os gaúchos. vol.1, 4 ed., Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

LESSA, Barbosa. CORTÊS, Paixão. **Aspectos da sociabilidade do gaúcho**. Porto Alegre: Represom, 1985.

LINHARES, Maria Yedda. SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **Terra Prometida – Uma questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LOPES, José Sérgio Leite. **O Vapor do Diabo – O trabalho dos operários do açúcar**. 2^a ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MACIEL, Maria Eunice. Tradição e Tradicionalismo no Rio Grande do Sul. In **Revista Humanas**, vol. 22, nº 1-2, p.127-144, Porto Alegre, 1999.

_____. Marcas. In GONZAGA, Sergius & FISCHER, Luiz Augusto. **Nós, os gaúchos**. vol.2, 4 ed., Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998a.

_____. Procurando o imaginário social: apontamentos para uma discussão. In FÉLIX & ELMIR (orgs.) **Mitos e heróis: construções de imaginários**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1998b.

MACIEL, Maria Eunice. MENASCHE, Renata. Alimentação e cultura, identidade e cidadania: você tem fome de quê? In **Revista Democracia Viva**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 3-7, 2003.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **A política de colonização do Império**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

MAESTRI, Mário. Guerra Farroupilha: história e mito. In **Revista Espaço Acadêmico**. Ano II, nº 21, fevereiro de 2003. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/021/21cmaestri.htm>. Acesso em 16 de janeiro, 2006.

MARTINS, José de Souza. **A Imigração e a Crise do Brasil Agrário**. São Paulo: Livraria Editora Pioneira, 1973

_____. **Expropriação e Violência**. 2^a ed., São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. **Os Camponeses e a Política no Brasil – As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 2^a ed., Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. O problema das migrações no limiar do terceiro milênio. In: Serviço Pastoral dos Migrantes. (Org.). **O Fenômeno Migratório no Limiar do Terceiro Milênio**. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

MAUAD, Ana Maria. **Através da Imagem: Fotografia e história interfaces**. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em janeiro de 2005.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Movimentos Sociais, Disputas Políticas e Reforma Agrária de Mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.

MENASCHE, Renata. **Comida: alimento transformado pela cultura**. Revista IHU On Line, Publicação do Instituto Humanitas Unisinos São Leopoldo, v. 4, n. 163, p. 8-12, 2005.

_____. **Risco à mesa: Alimentos Transgênicos, no meu prato não?** Campos, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 111-129, 2004.

MEYER, Augusto. **Gaúcho, história de uma palavra**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1957.

MINTZ, Sidney W. Comida e Antropologia: uma breve revisão. In **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V.16, n. 17, outubro, 2001.

MIRANDA, Mariana. Os projetos de colonização. In BECKER, Berta K. MIRANDA, Mariana. MACHADO, Lia O. **Fronteira Amazônica – Questões sobre a gestão do território**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

_____. Os projetos de colonização. In BECKER, Berta K. MIRANDA, Mariana. MACHADO, Lia O. **Fronteira Amazônica – Questões sobre a gestão do**

território. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

MOCELLIN, Maria Clara. **Narrando as origens: Um estudo sobre a Memória Mítica entre Descendentes de Imigrantes da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul.** Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993.

MOOG, Vianna. **Bandeirantes e Pioneiros: Paralelo Entre Duas Culturas.** 14 ed. Rio: Editora Civilização Brasileira, 1981.

MOREIRA, Roberto José (org). **Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. Identidades Sociais. Ruralidades no Brasil Contemporâneo.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. Cultura, política e o mundo rural na contemporaneidade. In **Revista Estudos Sociedade e Agricultura.** nº 20, abril, 2003.

NASCIMENTO, Egidio. **Representações transitivas: observações relativas às possibilidades representacionais dos sujeitos da migração em Marco Zero, de Oswald de Andrade.** Disponível em <http://www.mafua.ufsc.br/egidio.html>. Acesso em 13 de janeiro de 2006.

NEIVA Jr., Eduardo. **A Imagem.** São Paulo: Ática, 1994.

NUNES, Zélio Cardoso; NUNES, Rui Cardoso. **Dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: 1982.

OLIBONI, Bernadete Soldatelli. **A estigmatização como fator determinante dos bloqueios de fala de descendentes de imigrantes italianos do nordeste do Rio Grande do Sul.** IN IDEAS. Publicação da Facultad de Filosofia, Historia y Letras. Universidad del Salvador. Ano I, nº 2, pg. 79-92, setembro, 2003. Disponível em <http://www.salvador.edu.ar/publicaciones/ideas>. Acesso em 26 de janeiro de 2006.

OLIVEIRA, João Mariano. **A Esperança vem na frente: contribuição ao estudo da pequena produção em Mato Grosso, o caso Sinop.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1983.

OLIVEN, Ruben. **Nación y modernidad. La reivención de la identidad gaúcha en el Brasil.** (tradução livre) Buenos Aires: Eudeba, 1999a.

_____. **Algunas claves socioculturales para entender Rio Grande do Sul.** (tradução livre) IN Cadernos para el debate nº 5. Programa de Investigaciones Socioculturales em el Mercosur. Instituto de Desarollo Econômico y Social. Buenos Aires, 1999b.

_____. Mitologias da nação. In FÉLIX & ELMIR (orgs.) **Mitos e heróis: construções de imaginários.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 1998a.

_____. O renascimento do gauchismo. In GONZAGA, Sergius. FISCHER, Luis Augusto. **Nós, os gaúchos.** vol.1, 4 ed., Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998b.

_____. Velhos e novos regionalismos: o Rio Grande do Sul e o Brasil. In **Lugar Comum: Estudo de mídia, cultura e democracia**. n. 4., jan./ abr., Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998c.

_____. As metamorfoses de uma identidade: o renascimento de tradições rurais no contexto urbano. In **Identid: análisis y teoria, simbolismo, sociedades complejas, nacionalismo y etnicidad**. (tradução livre) III Coloquio Paul Kirchhoff. Universidade Nacional Autónoma de México. México, 1996.

_____. Em Busca do Tempo Perdido: o Movimento Tradicionalista Gaúcho. In **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Ano 6, nº 15, fevereiro, 1991.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

_____. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PARENTE, André. O cinema do pensamento. Paisagem, cidade e cybercidade. In ALLIEZ, Éric (org.). **Gilles Deleuze: Uma vida filosófica**. São Paulo: Editora 34, 2000.

PANOWSKY, Erwin. Iconografia e iconologia. In **Significados das artes visuais**. Lisboa: Editorial Presença, p. 31-48, 1989.

PÁL PELBART, Peter. **A Vertigem por um fio: Políticas da subjetividade contemporânea**. São Paulo: FAPESP/Illuminuras, 2000.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **O Imigrante e a Pequena Propriedade (1824-1930)**. São Paulo: Brasiliense (Coleção Tudo é História, 38), 1982.

PICOLLO, Helga. Nós “gaúchos”, os separatistas. In GONZAGA, Sergius & FISCHER, Luiz Augusto. **Nós, os gaúchos**. vol.1, 4 ed., Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. In **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

PRADO JR., Caio. **Formação Econômica do Brasil Contemporâneo**. 23 ed., São Paulo: Brasiliense, 2004.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

RENI EW, Aní. **Reestruturação do Cooperativismo Agropecuário no Rio Grande do Sul: os casos COSUEL e COAPEL – Anos 90**. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em Economia Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

RIBEIRO, Iselda Corrêa. **Pioneiros Gaúchos: A colonização do norte matogrossense**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Tchê, 1987.

RIBEIRO, Marlene. Migrante brasileiro: construindo a história, a vida e a palavra. In Ferraro e Ribeiro. **Movimentos Sociais**. Revolução e reação. Pelotas: Educat, 1999.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.

SALES, Teresa. et al.. **Políticas migratórias: América Latina, Brasil e brasileiros nos exterior**. São Carlos: EdUFSCAR; Editora Sumaré, 2002.

SANDRONI, Paulo. **Novo Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1994.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Os processos da globalização**. In: Boaventura de Souza Santos (org) A globalização e as Ciências Sociais. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Por uma concepção multicultural de direitos humanos**. In: CAPINHA & BIANCO Identidades: Estudos de cultura e poder. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. **Pela Mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade**. São Paulo:Cortez, 1995.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Território e Sociedade – Entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

SAUER, Sérgio. Organização de Cláudio Salvadori Dedecca. **Reforma Agrária e Geração de Emprego e Renda no Meio Rural**. São Paulo: ABET – Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (Coleção Mercado de Trabalho, v.3), 1998.

SAYAD, Abdelmalek. O que é um imigrante? In **A Imigração e os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: EdUSP, 1998.

SCHAEFER, José Renato. **As Migrações Rurais e Implicações Pastorais : um estudo das migrações campo-campo do sul do país em direção ao norte do Mato Grosso**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

SCHUMPETER, Joseph. **A teoria do desenvolvimento econômico**. Série Os Economistas. São Paulo: Editora Abril, 1982.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. In **Revista Brasileira de Educação**. n. 20, agosto, 2002.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e Cultura no Brasil**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990.

_____. Os Imigrantes e a Campanha de Nacionalização do Estado Novo. In PANDOLFI, Dulce (org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

_____. Colonização e Política Imigratória no Brasil Imperial. In Sales et al (org). **Políticas migratórias: América Latina, Brasil e brasileiros nos exterior**. São Carlos: EdUFSCAR; Editora Sumaré, 2002.

_____. **Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro**. IN Revista Mana. [online]. Vol. 5, nº 2, Outubro, 1999b. Disponível em <http://www.scielo.br>. Acesso em 22 de janeiro, 2006.

SILVA, Deonísio da. **O Estado mais politizado do Brasil**. In GONZAGA, Sergius & FISCHER, Luiz Augusto. **Nós, os gaúchos**. vol.1, 4 ed., Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

SILVA, Jovam Vilela da. **A Divisão do Estado de Mato Grosso (uma visão Histórica)**. Cuiabá: EdUFMT, 1996.

SILVA, Hélio Eduardo da. **Empreendedorismo: o caminho para o sucesso no século XXI. A emergência do empreendedorismo como um novo modelo de gestão ocorre no período de transição para um novo estágio da nossa civilização**. Disponível em http://www.sebrae.com.br/revistasebrae/04/artigos_01.htm. Acesso em 25 de janeiro de 2006.

SINGER, Paul. **Dinâmica populacional e desenvolvimento - o papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico**. São Paulo, CEBRAP, 1970.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **Luzes e Sombras. Modernidade e educação pública em Mato Grosso (1870-1889)**. Cuiabá: IEP/COMPED/EdUFMT, 2000.

SCHUMPETER, Joseph. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1961

_____. **Capitalismo, socialismo, democracia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984.

SOARES, Mozart Pereira. Traços peculiares do Rio Grande. In GONZAGA, Sergius & FISCHER, Luiz Augusto. **Nós, os gaúchos**. vol.1, 4 ed., Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

SOPELSA, Renata. Vários espaços, uma sociabilidade: o primeiro Centro de Tradições Gaúchas do Paraná. In **Revista de História Regional**. vol.8., n. 1, Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2005.

SOUZA, Edison Antônio de. **Sinop: História, Imagens e Relatos**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFMT, 2001.

SOUZA, Jessé. **A Ética Protestante e a Ideologia do Atraso Brasileiro**. Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]. vol.13, nº 38, outubro, 1998. Disponível em <http://www.scielo.br>. Acesso em 20.01.2006.

TANNURI, Aníbal Machado. **As estratégias dos assentados de Eldorado I e os impactos econômicos no município de Tapurah – MT**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências

Humanas e Sociais, Pós-Graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, CPDA/UFRRJ, 2003.

TAVARES, Vânia Porto et el. **Colonização Dirigida no Brasil: suas possibilidades na região amazônica.** Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1972.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Matuchos: exclusão e lutas.** Petrópolis: Vozes, 1993.

TAVARES DOS SANTOS, J.V. A construção da viagem inversa. Ensaio sobre a investigação nas Ciências Sociais. In **Cadernos de Sociologia. Metodologias de Pesquisa.** Porto Alegre, v.3, n.3, jan./jul., 1991.

TEIXEIRA, Sérgio Alves. Tradição e culto da heroicidade e valentia. In GONZAGA, Sergius & FISCHER, Luiz Augusto. **Nós, os gaúchos.** vol. 2, ed., Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

VERÍSSIMO, Érico. **O arquipélago. O tempo e o vento.** Vol. 3, São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

VIANNA, Eliane Chaves. **A migração em um novo contexto sociocultural: o provisório-permanente.** Dissertação de Mestrado. Escola Nacional de Saúde Pública Fundação Oswaldo Cruz, Saúde Pública – Saúde Mental, 1998.

WEIL, Pierre. TOMPAKOW, Roland. **O corpo fala: a linguagem silenciosa da comunicação não verbal.** Petrópolis: Vozes, 1986.

WIERZCHOWSKI, Letícia. **A Casa das Sete Mulheres.** Rio de Janeiro: Record, 2002.

WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, Parentes e Compadres. Colonos do sul e sitiantes do Nordeste.** São Paulo-Brasília: Hucitec e EdUNB, 1995.

WOORTMANN, Ellen & WOORTMANN, Klaas. **O significado do alimento na família camponesa** Revista IHU On Line, Publicação do Instituto Humanitas Unisinos São Leopoldo, v.4, n.163, p. 12-16, 2005.

ZALUAR, A. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In Cardoso, R. (org). **A Aventura Antropológica. Teoria e Pesquisa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ZANOTELLI, Jandir João et al. Arquétipos Culturais e Desenvolvimento Social. 2a. ed., Pelotas: EDUCAT, 2003.

ZART, Laudemir Luiz. **Desencanto na Nova Terra: Assentamento no município de Lucas do Rio Verde – MT na década de 80.** Dissertação de Mestrado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. UFSC, 1998.

JORNAIS, REVISTAS E PERIÓDICOS

COOPERLUCAS. Um modelo para o Brasil crescer no interior. **Revista da Cooperlucas**, 1993.

Perfil Sócio-Econômico – Lucas do Rio Verde. Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde, Edição Especial, 2003.

Arquitetura de Lucas do Rio Verde: Modernidade, beleza, encanto e prazer. **Revista Notícia do Estado do Mato Grosso**. Ano 7, n. 56, 7 de novembro de 2003.

Lucas do Futuro. **Revista de Lucas do Rio Verde**. Edição Especial, dezembro, 2004.

SALGADO, Eduardo. A civilização do campo. **Revista Veja**. Ano 37. n. 39. p. 88-100, 2004.

Pilcha. Pura Tradição. **RDM Revista de Mato Grosso**. Ano VI, n.112, 24 de julho de 2005.

ABRANCHES, Sérgio. Agronegócio. A riqueza que brota do chão: O sucesso do agronegócio faz bem mais que enriquecer fazendeiros **Revista Veja**. Edição Especial, abril, 2004.

Jornal Folha Verde. **Lucas do Rio Verde: um pouco de história**. Lucas do Rio Verde, p.4-5, 4 de julho de 1988.

Jornal Folha Verde. **Lucas do Rio Verde: berço do cooperativismo no MT**. Lucas do Rio Verde, p. 14-15, 9 de maio de 1992.

Jornal Folha Verde. **Lucas do Rio Verde: trajetória histórica...** Lucas do Rio Verde, p. 8-11, 5 de agosto de 1993.

Lucas do Rio Verde. 5 ano de Emancipação. **Jornal comemorativo**. Edição especial, 1993.

Jornal Folha Verde. **Lucas do Rio Verde: um pouco de história**. Lucas do Rio Verde, p. 3, Segunda quinzena de julho, 1995.

Jornal Folha Verde. **Concurso de Prendas do CTG. Como se dá a escolha?**. Lucas do Rio Verde, p. 13, Primeira Quinzena de abril, 1999.

Jornal Folha Verde. **Rodovia da Mudança. Vitrine para o Mato Grosso e modelo para o Brasil**. Lucas do Rio Verde, p. 3-4, 5 de dezembro, 2003.

Jornal Folha Verde. **Tradicionalismo gaúcho reuniu mais de sete mil pessoas em Sorriso**. P. 13, 31 de julho de 2003.

ANEXOS



Anexo 1: Foto área de Lucas do Rio Verde. Vista para o núcleo recente da cidade. (Acervo Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde).



Anexo 2: Foto área de Lucas do Rio Verde. Vista para o núcleo antigo, Br 163 Cuiabá-Santarém e distrito industrial. (Acervo Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde).

Anexo 3
Reportagem Jornal Folha Verde, ano 1999
Semana Farroupilha

O REGISTROS

SEMANA FARROUPILHA

Esta semana os Centros de Tradições Gaúchas do Brasil inteiro vêm comemorando a "Semana Farroupilha", evento que faz parte do calendário de atividades do Movimento Tradicionalista Gaúcho. Mas você sabe qual é o motivo das comemorações?

No século XIX, como em toda Era Colonial no Brasil, a população era muito explorada pelo Império, que além de cobrar muitos e absurdos impostos mantinha um governo centralizador e opressor. O Rio Grande do Sul apresentava uma economia estável, impulsionada pela pecuária, mas o atrito entre as classes dominantes e os cidadãos liberais era intenso. Com isso a população se revoltou con-

O patriarca do CTG
Sentinela da
Tradição,
Otemar do
Costo
ascende a
Chama
Crioula na
Praça dos
Migrantes



tra o Império e passou a lutar visando a proclamação de uma República Rio-Grandense. Com o apoio de um rico, Bento Gonçalves, o povo entrou em confronto com o Império. Depois de várias batalhas os gaúchos já se organizavam como um estado independente, mas o governo brasileiro não aceitava. As lutas foram constantes, até que um enviado do Império, Duque de Caxias, consolida a paz com os gaúchos em 1º de Março de 1845, cedendo às reivindicações do povo. O impasse chega definitivamente ao fim quando em 10 de Dezembro do mesmo ano D. Pedro II firma o compromisso de zelar mais pelo Rio Grande em visita a Bento Gonçalves.

Este movimento entrou para a história com o nome de Revolução Farroupilha. É por isso que 20 de Setembro é comemorado como o Dia do Gaúcho e a semana de que ele faz parte é a "Semana Farroupilha". O 20 de setembro lembra o início da Revolta dos Farroupilhos (1835).

Aqui em Lucas do Rio Verde as comemorações tiveram início no dia 14 e estendem-se até quinta-feira, 20 de setembro, feriado municipal instituído no final de 1999.

Carlos Girotto e os demais vereadores são homenageados pela patronagem do CTG (representada pelas crianças da Invernada Artística Mirim) durante sessão da Câmara...

Renata Tesseli (1ª prenda adulta) relembra história da Revolução Farroupilha.

Anexo 4

